


**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

**ERIC GUSTAVO CARDIN**

**A EXPANSÃO DO CAPITAL E AS DINÂMICAS DA FRONTEIRA**



ARARAQUARA – S.P.

**2010**

ERIC GUSTAVO CARDIN

# A EXPANSÃO DO CAPITAL E AS DINÂMICAS DA FRONTEIRA

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

**Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais**

**Orientadora: Dra. Maria Orlanda Pinassi**

ARARAQUARA – S.P.  
2010

### Ficha Catalográfica

C257e	<p>CARDIN, Eric Gustavo. A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira. / Eric Gustavo Cardin. – Araraquara, SP, 2010.</p> <p>195 f.; 30 cm Orientadora: Dr<sup>a</sup> Maria Orlanda Pinassi. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Unesp/Araraquara.</p> <p>1. Capitalismo. 2. Trabalho - condições. 3. Tríplice fronteira - Sacoleiros. I. Eric Gustavo Cardin. II. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Unesp/Araraquara. III. Título.</p> <p>CDU: 330.342.14 (81)(892)</p>
-------	--

ERIC GUSTAVO CARDIN

# A EXPANSÃO DO CAPITAL E AS DINÂMICAS DA FRONTEIRA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

**Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais**  
**Orientadora: Dra. Maria Orlanda Pinassi**

Data da qualificação: 09/03/2011

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador:** Dra. Maria Orlanda Pinassi  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

---

**Membro Titular:** Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva  
Universidade Federal de São Carlos

---

**Membro Titular:** Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes  
Universidade Estadual de Campinas

---

**Membro Titular:** Dr. Fábio Kazuo Ocada  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

---

**Membro Titular:** Dra. Silvia Beatriz Ardoue  
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

A Aline e Pedro.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a todos os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp/Araraquara por possibilitarem o surgimento de ricas discussões que, em alguma medida, estão presentes na pesquisa realizada e, conseqüentemente, neste trabalho ora apresentado. No mesmo sentido, agradeço aos companheiros de trabalho e de luta pertencentes ao Movimento Fronteira Zero pelas inúmeras reflexões exigidas em suas atividades, como também aos colegas de trabalho da Faculdade União das Américas e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por compreenderem e suprirem a minha ausência em muitas reuniões, eventos e aulas ao longo de todo meu processo de qualificação.

Sou grato às contribuições, críticas e sugestões realizadas pelos professores que compuseram minha banca de qualificação e defesa final, professores Fábio Ocada, Maria Ribeiro do Valle, Ricardo Antunes, Marcos Del Roio, Augusto Caccia-Bava, Edílson Graciolli, Sílvia Beatriz Adoue e Maria Aparecida de Moraes Silva. Da mesma forma, agradeço a todos aqueles que leram e sugeriram correções ao estudo realizado nos inúmeros eventos e momentos de discussão de que participei ao longo dos últimos anos. No entanto, sou especialmente grato a minha orientadora do mestrado e do doutorado, Professora Maria Orlanda Pinassi, por compreender minhas fragilidades e entender minhas condições reais de execução dos estudos. Antes de qualquer coisa, somos todos trabalhadores.

Carinhosamente sou grato a minha esposa Aline pela amizade e companheirismo nas horas de dificuldade e ao meu filho Pedro pelos lapsos de distração e felicidade que me ofereceu durante este árduo processo de estudo. Da mesma forma, gostaria de reafirmar e destacar a grande importância que meus pais tiveram para o desenvolvimento desta pesquisa, pois eles sempre foram indispensáveis para o meu avanço e para as minhas conquistas. Para finalizar, agradeço a alguns poucos amigos, companheiros nas mais ocasiões da vida, Giovane, Daniela, Keila, Andressa, Rafaela, Eduardo, Julice, Oberty e Silvana, muito obrigado!

### **Camino de los quileros (Osiris Rodríguez Castillos)**

Hay un camino en mi tierra del pobre que va por pan,  
camino de los quileros por la sierra de Aceguá.  
Tal vez, sin ser tan baqueano cualquiera lo ha de encontrar,  
pues tiene el pecho de piedra pero el corazón de pan.  
Gurisito pierna flaca, Barriguita de melón  
Donde hay tanta vaca gorda no hay ni charque para vos.  
Tu bisabuelo hizo patria, tu abuelo fue servidor,  
tu padre carneó una oveja y está preso por ladrón.  
Toma café con fariña y andá guapeando por ahí.  
Mañana mate cocido; pasado, Dios proveerá.  
Mañana busco el camino del pobre que va por pan  
Si no me para una bala pasando te traigo más.  
Yerba, caña, rapadura, un rollo de naco, nomás;  
los pobres contrabandeamos a gatas pa' remediar.  
¡Qué gaucho es el tal camino! Pero duro de pelar.  
Camino de los quileros por la Sierra de Aceguá.

## RESUMO

A pesquisa ora apresentada tem como objetivo estudar o *circuito sacoleiro* e as diversas relações abrangidas com o seu desenrolar. Para tanto, investigou-se a construção da realidade social onde o *circuito* encontra o seu centro e as trajetórias dos diferentes trabalhadores vinculados às práticas necessárias para a sua manutenção. Posteriormente, analisou-se o processo de criminalização dos trabalhadores e as suas consequências, observando primeiramente as ações governamentais no sentido de disciplinar as relações na fronteira e, em um segundo momento, os efeitos na organização social dos trabalhadores da região. Os resultados obtidos não ficaram restritos a aspectos locais e demonstraram os vínculos e as aproximações entre discursos e práticas de diferentes governos visando garantir uma conjuntura adequada para a expansão do capital preservando os modos de viver idealizados pelo mercado. Neste aspecto, as políticas, os discursos e as ações efetivadas passam sobre as diferenças e generalizam suposições para desconstruir relações e forjar um novo mundo asséptico e adaptado aos interesses do Estado e do Capital.

**Palavras – chave:** Circuito Sacoleiro. Três Fronteiras. Trabalho. Capitalismo.



## ABSTRACT

The research investigates the *circuit of sacoleiros* and the various relationships involved in its development. For this, we observed the social construction of reality where the *circuit* finds its center and the different trajectories of workers related to the practices necessary for their maintenance. Subsequently, we analyzed the process of criminalizing the workers and their consequences, noting that government actions to regulate the relations on the border and the effects on social organization of workers in the region. The results were not restricted to local issues and demonstrated the links and similarities between different discourses and practices of governments for ensuring an environment suitable for the expansion of capital while preserving the ways of life devised by the market. In this sense, policies, speeches and actions take effect spend generalize about the differences and assumptions in order to deconstruct relationships and forge a new world aseptic and adapted to the interests of state and capital.

**Keywords:** Circuit of *Sacoleiros*. Three Frontiers. Work. Capitalism.

## RESUMEN

La investigación que aquí se presenta tiene como objetivo estudiar el *circuito sacoleiro* y las relaciones que intervienen en su desarrollo. Se investigó la construcción social de la realidad donde el *circuito* encuentra su centro y las diferentes trayectorias de los trabajadores relacionados con las prácticas necesarias para su mantenimiento. Posteriormente, se analizó el proceso de criminalización de los trabajadores y sus consecuencias, señalando que las acciones del gobierno para regular las relaciones en la frontera y los efectos sobre la organización social de los trabajadores en la región. Los resultados no se limitan a cuestiones locales y demostraron los vínculos y similitudes entre los distintos discursos y prácticas de los gobiernos para garantizar un ambiente propicio para la expansión del capital, preservando las formas de vida ideadas por el mercado. En este sentido, las políticas, discursos y acciones efectuadas pasan por arriba de las diferencias y generalizan suposiciones para desconstruir relaciones y forjar un nuevo mundo aséptico y adaptado a los intereses del Estado y el capital.

**Palabras clave:** Circuito Sacoleiro. Tres Fronteras. Trabajo. Capitalismo.

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b>	Trabalhadores Atravessando a Ponte da Amizade	p.88
<b>Foto 2</b>	Aduana na Fronteira do Brasil com o Paraguai	p.98
<b>Foto 3</b>	Porto Clandestino na Barranca do Rio Paraná	p.102
<b>Foto 4</b>	Avenida San Blás (Ciudad Del Este)	p.119
<b>Foto 5</b>	Trabalhadoras Atravessando a Ponte da Amizade	p.128

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b>	Evolução dos Meios de Hospedagem em Foz do Iguaçu	p.33
<b>Gráfico 2</b>	Taxas de Homicídio em Foz do Iguaçu/PR	p.154

## LISTA DE INFOGRÁFICOS

<b>Infográfico 1</b>	Circuito Sacoleiro 01	p.91
<b>Infográfico 2</b>	Circuito Sacoleiro 02	p.92
<b>Infográfico 3</b>	Circuito Sacoleiro 03	p.107

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Vias das importações brasileiras do Paraguai – Peso e Valor - 2008	p.25
	Vias de importação Argentina para o Brasil – 2008	p.26
<b>Tabela 2</b>		
<b>Tabela 3</b>	Fluxo de turistas em Foz do Iguaçu	p.28
<b>Tabela 4</b>	Fluxo de turistas no Parque Nacional do Iguaçu	p.29
<b>Tabela 5</b>	Ações Operacionais da Secretaria Municipal de Turismo	p.31
<b>Tabela 6</b>	Interlocutores divididos em sexo e ocupação	p.57
<b>Tabela 7</b>	Valores correspondentes às apreensões de mercadorias na Região Fiscal 09 (PR e SC)	p.101
<b>Tabela 8</b>	Distribuição espacial dos trabalhadores informais e dos homicídios juvenis	p.156

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ISSQN</b>	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
<b>MDIC</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PMFI</b>	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
<b>SECEX</b>	Secretaria do Comércio Exterior
<b>SMTU</b>	Secretaria Municipal de Turismo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.16
1 AS MÚTIPLAS FACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	p.22
1.1 O desenvolvimento regional e o setor turístico.....	p.27
1.2 Do turismo de compra ao <i>circuito sacoleiro</i> .....	p.36
1.3 O lado oculto do desenvolvimento regional.....	p.44
2 OS TRABALHADORES E AS SUAS TRAJETÓRIAS NO <i>CIRCUITO SACLEIRO</i> ..	p.53
2.1 A trajetória dos interlocutores: vendedores, freteiros e laranjas.....	p.56
2.2 A trajetória dos interlocutores: agenciadores, barqueiros e sacoleiros.....	p.66
2.3 A trajetória dos interlocutores: mobilidade, trabalho e esperança.....	p.75
3 A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO <i>CIRCUITO SACLEIRO</i> .....	p.83
3.1 O período clássico do <i>circuito sacoleiro</i> .....	p.85
3.2 As novas configurações do <i>circuito sacoleiro</i> .....	p.97
3.3 As transformações no <i>circuito sacoleiro</i> : criminalização, resistência e adaptação.....	p.109
4 O <i>CIRCUITO SACLEIRO</i> E AS LUTAS DE CLASSE: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NAS TRÊS FRONTEIRAS.....	p.116
4.1 A busca pelo poder no interior do <i>circuito</i> .....	p.117
4.2 O <i>circuito</i> e a fiscalização na visão dos trabalhadores.....	p.124
4.3 Conflito e resistência na fronteira do Brasil com o Paraguai.....	p.130
5 A REGULARIZAÇÃO E A CRIMINALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	p.138
5.1 A lei 11.898 e os trabalhadores da fronteira.....	p.141
5.2 As políticas de cota zero e a violência na região da fronteira.....	p.149
5.3 Do crime ao castigo: regulamentando práticas e limpando as arestas.....	p.159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.166
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	p.173
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	p.175
GLOSSÁRIO.....	p.180
ANEXO A.....	p. 183
ANEXO B.....	p. 186



## INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é investigar a realidade social dos trabalhadores inseridos no *circuito sacoleiro* ou, em outras palavras, no percurso trilhado pelas mercadorias disponibilizadas no mercado paraguaio e que entram no Brasil de forma ilegal. Assim, as diversas consequências dos conflitos dos trabalhadores com as políticas de fiscalização da Polícia e da Receita Federal, onde se destacam as mutações ocorridas na organização do *circuito*, as mobilizações na região da fronteira e os esforços governamentais em disciplinar as práticas de trabalho existentes na região também foram observadas. Para tanto, foi realizada uma análise bibliográfica para compreender o contexto onde o fenômeno ocorre, além de um conjunto de *conversas* com os trabalhadores visando atingir um entendimento a respeito de suas práticas sociais e da rede de relações exigida na atividade. Entendendo o termo *trabalho subterrâneo* como uma atividade econômica que, embora seja importante no processo de produção e de circulação de capital, possui sua estrutura de funcionamento desconhecida devido a informalidade ou a ilegalidade da prática desenvolvida, a pesquisa realizada não se limita a apresentar e a discutir apenas outra experiência com este perfil, mas explora outras faces do processo incontrolável e incorrigível de expansão e acumulação de capital.

Como destaca István Mészáros (2002, p. 67), o capital corresponde necessariamente a uma relação de propriedade historicamente criada e, por isso mesmo, historicamente transcendível, “que é contraposta a cada produtor e governa a todos”. Ele não se configura como um estado cristalizado e estável, mas como uma espécie de relação de poder flexível, mutável, “um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado” (Mészáros, 2002, p. 98). De maneira líquida, ocupa os espaços, pressiona suas contenções e atinge a todos e a tudo. No interior do seu funcionamento, “o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue administrar medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue superar definitivamente” e no centro destas contradições estruturais do modelo vigente encontra-se o “antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital” (Mészáros, 2003, p. 19).

Ao longo de toda a história do sistema do capital, inúmeros governos e formas de gestão surgiram e sucumbiram na tentativa de controlar e amenizar as relações contraditórias entre trabalho e capital. Neste sentido, observa-se nas últimas décadas um conjunto de práticas desenvolvidas no intuito de intervir e amenizar os antagonismos estruturais existentes no capitalismo, transformações nos modelos de organização dos processos produtivos, modificações nas formas de controle de estoque, maior flexibilização nas relações de trabalho, pulverização dos parques industriais, processos de terceirização, enfim, estratégias que visam minimizar os conflitos e os antagonismos próprios do modelo de produção existente. Contudo, a realidade social denuncia que tais esforços não foram bem sucedidos, pois, como observa Mészáros (2006, p. 31), “atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante”, impossibilitando o desenvolvimento de medidas paliativas e parciais para o fenômeno, como ocorreu, por exemplo, no período pós-guerra.

No objetivo de realizar ou cumprir sua missão de expansão constante para a ampliação dos padrões de acumulação, as distâncias que separam os antagonismos estruturais do modelo vigente se ampliam. Enquanto o capital concentra-se cada vez mais nas mãos de poucos, observa-se, em contrapartida, o processo de empobrecimento e de exclusão de uma parcela significativa da população, lançada em um universo de vulnerabilidade, insegurança e precariedade, habitando lugares cada vez mais insalubres (Davis, 2006) e atuando em atividades cada vez mais distantes dos padrões que até pouco tempo atrás eram considerados normais (Vasapollo, 2006). Neste sentido, constata-se que “o desenvolvimento daquele que é de longe o mais dinâmico sistema produtivo da história culmina por proporcionar um número cada vez maior de seres humanos supérfluos para o seu mecanismo de produção”, embora estes estejam longe de serem supérfluos como consumidores. Logo, expõem-se as angústias e as incertezas, pois dentro de tal conjuntura “ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos de auto-expansão, não importa quão devastadoras sejam as consequências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da reprodução” (Mészáros, 2006, p. 32).

Neste contexto, as formas de inserção econômica da classe trabalhadora envolvem um amplo conjunto de práticas sociais que acompanham as conjunturas regionais e políticas, já que de um lado observa-se a existência de um modelo econômico excludente e por outro a necessidade fundamental de incluir toda a população no universo do consumo. Assim, as possibilidades de manutenção da força de trabalho e do próprio mercado passam pelo

desenvolvimento e pelo aproveitamento dos recursos existentes localmente, das suas particularidades. Entretanto, enquanto os apologistas do capital afirmam que as ocupações autônomas desenvolvidas pelos trabalhadores excluídos dos padrões normais de emprego configuram-se como as iniciativas mais adequadas para a ampliação do capital, justificadas e analisadas através de categorias como *empregabilidade* e *empreendedorismo*, os estudos mais críticos da realidade social vêm demonstrando que tais formas de atuação apresentam-se como formas de sobrevivência e resistência de milhares de pessoas.

Como demonstra Pochmann (2006, p.61), “a expansão das formas de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) referentes às ocupações com baixa produtividade e precárias condições de trabalho marcam o contexto mais amplo da crise do emprego no Brasil a partir das duas últimas décadas do século XX”. Neste sentido, salienta que “a maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não têm sido assalariadas, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomos, trabalho independente, de cooperativa, entre outras”. Uma realidade global é visualizada localmente, na dependência dos trabalhadores da fronteira do Brasil com o Paraguai em relação ao *circuito sacoleiro* ou nos fortes vínculos da expansão dos setores turístico e hoteleiro com a exploração de uma força de trabalho mal qualificada, degradada e informal. Enfim, a expansão do capital nos limites do país dinamiza e condiciona a fronteira na busca das melhores condições de acumulação.

Assim, os limites históricos e jurídicos que antes definiam as ocupações e criavam as fronteiras entre as práticas morais e imorais, as legais e ilegais, as justas e injustas, são modificados. As fronteiras conceituais perdem a força e a importância quando o capital, no esforço de sua expansão e acumulação incontrolável, força milhares de homens e mulheres a se colocarem dentro de situações desumanas no interior de seu próprio processo de desenvolvimento. Inevitavelmente, como resistência a um modelo econômico sustentado pela exploração dos homens e como modo de sobrevivência a um mundo absolutamente desumano, surgem práticas sociais, formas de trabalho e de ocupações que fogem aos padrões juridicamente aceitos pela ordem do capital, mas, muitas vezes, não condenadas socialmente. É dentro desta situação que a investigação foi realizada, observando, pesquisando e analisando o conjunto de trabalhadores que atuam no interior do *circuito sacoleiro*, desempenhando assim, aquilo que denominou-se anteriormente como trabalho subterrâneo.

Visando explorar adequadamente tal realidade, o texto apresentado foi dividido em cinco capítulos. No primeiro deles encontra-se uma apresentação do universo estudado, mais especificamente das relações estabelecidas entre as cidades que compõem a região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina. Neste momento, o principal objetivo é questionar os vínculos oficiais e extra-oficiais entre Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, demonstrando a interdependência existente entre o desenvolvimento histórico e econômico dos três municípios e explorando as distâncias e os conflitos entre as informações disponibilizadas na imprensa nacional e internacional, os dados oficiais que retratam a movimentação comercial e, quando necessário, as conversas estabelecidas com os trabalhadores que diariamente vivenciam a fronteira. Com isso, busca-se contextualizar a pesquisa, apresentar a realidade investigada e demonstrar a importância do *circuito sacoleiro* e do trânsito das mercadorias na relação entre os municípios na atual fase do capitalismo.

No intuito de elucidar as relações entre as diferentes possibilidades de desenvolvimento regional, este capítulo apresenta algumas das facetas de sua economia ao problematizar os impactos do turismo de contemplação, de aventura e de compras na realidade social, como também nas condições de trabalho existentes no setor. Indo além, destaca os fatores que permitiram a atual configuração das três fronteiras e dos seus principais atrativos turísticos, como, por exemplo, as diferentes comunidades étnicas que vivem na região e o seu alto fluxo de pessoas, de mercadorias e de capitais que, quando somados a uma baixa fiscalização governamental, tornam-se elementos potenciais para a existência de denúncias de lavagem de dinheiro e de tráfico de drogas e armas. Assim, os mesmos aspectos que possibilitam a expansão do setor turístico, como o fácil trânsito de pessoas e mercadorias entre as fronteiras, somadas à facilidade em burlar as leis federais, contribuem para a existência de práticas mais obscuras, muitas vezes clandestinas e ilegais. O *circuito sacoleiro* investigado encontra-se no meio disso.

Deste modo, na segunda parte do texto encontra-se uma apresentação da trajetória de cada um dos quinze interlocutores que ajudaram no desenvolvimento da pesquisa ora apresentada e também no entendimento da realidade estudada. O objetivo específico deste capítulo é preparar uma base para o processo de reconstrução e esquematização da organização do *circuito sacoleiro* e deixar explícitos o perfil dos trabalhadores e as atividades desempenhadas pelos mesmos. Logo, são apresentados brevemente alguns aspectos das trajetórias individuais, onde foi enfatizado o

ingresso dos trabalhadores no universo de trabalho existente na região da fronteira do Brasil com o Paraguai.

Na sequência, partindo dos relatos coletados, o terceiro capítulo explora as relações entre as diferentes ocupações, o funcionamento do *circuito sacoleiro* e as diversas transformações ocorridas na sua organização ao longo dos últimos anos. Para tanto, apresenta esboços sucessivos dos “esquemas” construídos pelos trabalhadores, destacando as mudanças ocorridas e as ocupações necessárias em cada momento, além das diferentes variáveis promotoras das mutações nas relações de trabalho explicitadas.

A quarta parte está direcionada ao estudo dos conflitos existentes nas práticas de trabalho ocorridas na região estudada. De maneira geral, a hierarquia das ocupações envolve a interação entre classes sociais díspares e, conseqüentemente, de sujeitos com características econômicas e sociais particulares. Logo, as disputas por posições no interior do *circuito*, os aspectos políticos contidos nas práticas dos trabalhadores, as organizações formais e informais desenvolvidas e os posicionamentos ideológicos são assuntos explorados através das conversas realizadas com os trabalhadores e da análise de recortes de jornais. Entre os aspectos destacados encontram-se as posições dos interlocutores referentes à fronteira e as possibilidades abertas por ela, às mobilizações realizadas, a resistência e a organização dos trabalhadores contra as políticas de fiscalização do governo brasileiro e também suas leituras referentes às formas de atuação dos agentes federais na aduana brasileira nos limites do Brasil com o Paraguai. Enfim, este capítulo reflete as lutas cotidianas dos trabalhadores durante o exercício de suas atividades.

Na última parte do texto, ampliou-se a análise das conseqüências dos conflitos estabelecidos entre os trabalhadores e as políticas aduaneiras executadas na fronteira. Depois de destacar nos capítulos anteriores as constantes reorganizações do *circuito* e a luta direta dos trabalhadores contra os agentes federais no intuito de resistir às tentativas de controle e normatização das práticas de trabalho por parte do governo, busca-se avançar em direção de outras variáveis correlacionadas. Neste sentido, no quinto capítulo encontram-se a problematização da Lei 11.898, que visa dar a sustentação jurídica para a atuação mais rigorosa da Receita Federal, e também algumas considerações sobre o processo de policiamento mais incisivo de que foi vítima o município de Foz do Iguaçu a partir do momento em que os espaços de sobrevivência através do *comprismo* ficaram restritos com enrijecimento das políticas governamentais na região. Assim, fecha-se um círculo e os embates explicitam esforços no

sentido de padronizar trabalhadores e eliminar práticas que sobrevivem fora do controle do estado.

Um último esclarecimento. Visando facilitar a leitura do texto ora apresentado e a compreensão da forma em que as “aspas” e os termos em *itálico* estão sendo utilizados consideram-se importantes algumas poucas observações. O *itálico* foi empregado em todas as categorias consideradas centrais para a melhor compreensão do estudo, como também em partes do texto onde se realizou alguma síntese ou alguma afirmação importante para a continuação do trabalho. Logo, encontram-se destacadas as palavras correspondentes às ocupações pesquisadas, os conceitos que podem esclarecer e sintetizar as discussões de interesse e, por fim, algumas frases correspondentes a resultados preliminares. Por outro lado, as “aspas” foram colocadas em citações curtas e em todas as palavras e termos empregados no cotidiano da fronteira. A apreensão das expressões utilizadas na pesquisa ocorreu gradativamente durante o processo de observação e também durante a realização das *conversas qualificadas* estabelecidas com os trabalhadores. Sobre estas é preciso lembrar que foi feito o possível para transcrevê-las da maneira mais próxima possível da forma em que foram expressas pelos interlocutores.

## 1 AS MÚLTIPLAS FACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objeto de estudo nesta pesquisa é o *circuito sacoleiro* que, como definido anteriormente, trata-se do conjunto de relações sociais desenvolvidas durante o percurso realizado pelas mercadorias que saem do município paraguaio de Ciudad del Este e entram no Brasil de forma ilegal, via Foz do Iguaçu. Neste sentido, interessa investigar a organização e as práticas sociais dos trabalhadores inseridos no mesmo, o que exige um trabalho constante de aproximação e diálogo com os inúmeros sujeitos envolvidos no “esquema”. No entanto, antes de aprofundar nas trajetórias ocupacionais e nas redes de relações dos trabalhadores, apresentar-se-á um conjunto de problemas característicos do desenvolvimento da região, que fomentam o surgimento de algumas das variáveis responsáveis pela definição das configurações da realidade social onde o *circuito* encontra seu epicentro.



A região estudada possui características que a diferenciam das demais tríplices fronteiras existentes no Brasil<sup>1</sup> e lhe oferecem um destaque midiático especial, garantindo bons índices de visitação e, conseqüentemente, de ocupação em seu parque hoteleiro. Além dos seus limites territoriais peculiares, que permitem um alto fluxo de pessoas e de capital, a Usina Hidrelétrica de Itaipu e o Parque Nacional do Iguaçu podem ser considerados dois importantes atrativos da região por receberem mais de um milhão de turistas anualmente. Somando-se a isso, a região é centro da maior reserva de água doce do mundo. Como afirma Dreyfus (2007, p. 105), “la cuenca hídrica de la región es el eje de la mayor fuente subterránea de agua potable del mundo: el acuífero Guaraní, un reservorio subterráneo de agua de una superficie estimada de 1.200.000 kilómetros cuadrados”.

---

<sup>1</sup> Como observa Amaral (2010, p. 26), o Brasil possui nove tríplices fronteiras, entendendo as mesmas como a interseção das fronteiras de três diferentes países. Um dos fatores que diferencia a Tríplice Fronteira das outras fronteiras tríplices do Brasil é a presença de três cidades de médio porte nesta confluência de limites territoriais e a conseqüente intensidade dos fluxos humanos e econômicos que têm lugar na região.

Contudo, a produção e a circulação de capital na região não estão vinculadas unicamente a estes fatores, a produção de grãos, de energia hidrelétrica e a comercialização de produtos eletroeletrônicos nas zonas francas de Ciudad del Este/Paraguai e Puerto Iguazú/Argentina, como também possuem relevância ao garantirem uma forte integração entre os países fronteiriços. O impacto social e econômico destes diferentes setores pode ser constatado com relativa facilidade através dos inúmeros veículos de informação que divulgam os números levantados por diferentes institutos de pesquisa e organismos governamentais, como também pelos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). No entanto, esta economia oficial, publicável, difundida e defendida pelas municipalidades e associações empresariais e industriais da Tríplice Fronteira, divide espaço e coexiste com uma forte economia subterrânea que possui tanta expressão quanto as belezas naturais ou os números de um setor turístico bem sucedido.

*As relações econômicas existentes entre Brasil, Paraguai e Argentina, que possibilitam o crescimento de toda a região investigada, não são sustentadas exclusivamente pelos indicadores oficiais. Inúmeras pesquisas realizadas apontam para a possível existência de uma economia paralela que pode superar as quantias de capital movimentadas pelos setores de serviço e produtivo, fomentando um universo composto pelos conflitos entre as práticas, as posturas, os modos de viver e as ideologias, fundamentadas em relações dialéticas que se perdem entre as definições do oficial/extra-oficial, do legal/ilegal, do moral/imoral e do justo/injusto. Assim, a acumulação, a manutenção e a expansão do capital, dentro desta conjuntura, não se limitam às normas comerciais internacionais, às definições tributárias ou às legislações trabalhistas; elas buscam sua sustentação flexibilizando e subvertendo regras e aproveitando-se da miséria dos homens.*

A Tríplice Fronteira, embora envolva municípios com características semelhantes e uma intensa relação cultural, não possui o mesmo papel para os diferentes países que a compõem. Segundo Dreyfus (2007),

la región tiene su propia dinámica económica transnacional de crecimiento económico. La Triple Frontera concentra dos enclaves urbanos y comerciales de tamaño medio (Ciudad del Este y Foz de Iguazú), situados en áreas de alto desarrollo agrícola, principalmente vinculado al cultivo de soja; y una ciudad pequeña (Puerto Iguazú), que se encuentra en una de las áreas más pobres y menos desarrolladas de la Argentina y que subsiste básicamente en función del turismo. En cuanto Ciudad del Este y Foz de Iguazú son piezas fundamentales



para la economía nacional (en el caso de Ciudad del Este) y regional (en el caso de Foz de Iguazú), Puerto Iguazú es una ciudad pequeña más de una provincia que no es de extrema relevancia para la economía nacional. Para Paraguay, un país pobre y subdesarrollado localizado entre el gigante Brasileño y Argentina, la Triple Frontera no es simplemente una región más del país, es la región de mayor relevancia económica (en todos los sectores de la economía) y la puerta de salida hacia el puerto brasileño de Paranaguá (en la costa atlántica del sur de Brasil) (Dreyfus, 2007, p. 106).

A relevância que cada uma destas cidades possui em seus respectivos países depende da abordagem ou do foco utilizado para a análise. Analisando exclusivamente os valores referentes à importação e à exportação entre as três nações, as conclusões obtidas vão diretamente a favor das afirmações de Dreyfus (2007). Enquanto Puerto Iguazú tem um papel muito pequeno na economia Argentina, tanto no que se refere a sua produção de capital quanto na circulação do mesmo, Foz do Iguazu e, principalmente, Ciudad del Este possuem uma maior expressão econômica. Contudo, a importância destes municípios limítrofes muda de *status* quando são levados em consideração assuntos relativos à segurança pública, à comunidade internacional e à economia subterrânea, embora tais questões sejam de maior complexidade e, ao mesmo tempo, de maior invisibilidade.

No intuito de fortalecer e enriquecer a leitura realizada por Dreyfus (2007) torna-se significativo apresentar, antes de tudo, algumas informações que possibilitam materializar a ideia de que as cidades da Tríplice Fronteira possuem papéis diferenciados no interior de seus próprios países. Para, a partir daí, trazermos outros elementos para problematizarmos os dinamismos da realidade social e econômica da região. Através dos números disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e pela Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) é possível vislumbrar a importância da região para o Brasil, Argentina e Paraguai. Na Tabela 01 encontram-se primeiramente as principais vias de importação de mercadorias brasileiras pelo Paraguai. Como é possível de ser observado, mais da metade das importações realizadas pelo país vizinho passa por Foz do Iguazu e Ciudad del Este, fato que coloca a fronteira em um lugar estratégico.

**Tabela 01 - Vias das importações brasileiras do Paraguai – Peso e Valor – 2008**

<b>Porto</b>	<b>(t)</b>	<b>Participação no total (%)</b>	<b>US\$</b>	<b>Participação no total (%)</b>
Foz do Iguçu/PR	1.189.972	53,2	381.952.892	58,1
Guairá/PR	425.724	19,0	67.833.528	10,3
Porto de Pecem/CE	13.334	0,6	34.441.107	5,2
Santa Helena/PR	167.691	7,5	32.581.906	5,0
Mundo Novo/MS	143.215	6,4	26.848.696	4,1
S. José dos Campos/SP	13	0,0	26.235.000	4,0
Ponta Porã/MS	146.797	6,6	19.632.723	3,0
Uruguaiana/ RS	57.750	2,6	14.434.775	2,2
Aeroporto do Rio de Janeiro/RJ	20	0,0	13.677.561	2,1
Porto do Rio de Janeiro/RJ	30.748	1,4	11.736.925	1,8
Outros	59.813	2,77	28.119.401	4,3
<b>Total de Importações</b>	<b>2.235.077</b>	<b>100,0</b>	<b>657.494.515</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC/SECEX

Por outro lado, na Tabela 02 visualiza-se a menor importância do município de Foz do Iguçu na entrada das mercadorias argentinas adquiridas pelo Brasil. Observando o total dos valores movimentados nas negociações realizadas entre os dois países, constata-se que a cidade é o canal de entrada de apenas 5,5% do total importado pelo Brasil, ficando à frente apenas da cidade de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina. Conseqüentemente, a fronteira entre Foz do Iguçu e Puerto Iguazú não possui uma grande importância na economia da Argentina. Porém, como se verá mais adiante, existem outros elementos na região que garantem cuidados por parte do governo federal argentino à Tríplice Fronteira como, por exemplo, as Cataratas do Iguçu, que é o principal receptor de turistas estrangeiros na Argentina, e a segurança internacional.

**Tabela 02 – Vias de importação Argentina para o Brasil – 2008**

<b>PORTO</b>	<b>(t)</b>	<b>Participação no total (%)</b>	<b>US\$</b>	<b>Participação no total (%)</b>
Uruguaiana/ RS	988.569	8,8	3.005.652.669	22,7
São Borja/ RS	436.062	3,9	1.472.607.745	11,1
Porto de Porto Alegre/RS	1.296.279	11,5	1.138.068.989	8,6
Porto de Santos/SP	1.457.767	12,9	1.134.980.293	8,6
Porto do Rio de Janeiro/RJ	698.342	6,2	1.018.995.890	7,7
Porto de Paranaguá/PR	517.531	4,6	766.609.394	5,8
Porto de Aratu/BA	297.470	2,6	735.353.485	5,5
Porto de Rio Grande	669.087	5,9	732.717.356	5,5
Foz do Iguaçu/PR	833.041	7,4	725.847.613	5,5
Dionísio Cerqueira/SC	294.832	2,6	237.526.189	1,8
Outros	3.800.113	33,7	2.290.022.952	17,3
<b>Total de Importação</b>	<b>11.289.093</b>	<b>100,0</b>	<b>13.258.382.575</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC/SECEX

Partindo exclusivamente dos dados oficiais expostos, é possível dizer que as cidades limítrofes que compõem aquilo que se entende como Tríplice Fronteira possuem papéis econômicos distintos. Enquanto Ciudad del Este é responsável por metade do Produto Interno Bruto Paraguaio (PIB), Foz do Iguaçu e, principalmente, Puerto Iguazú, apresentam-se como meros coadjuvantes em seus países. Todavia, a análise da realidade socioeconômica da fronteira não deve ficar limitada a estes índices. A importância da região encontra-se também vinculada a processos e circuitos que não são oficiais, mas que garantem a circulação de somas significativas de dinheiro, além de ocupação para milhares de trabalhadores. Levando em consideração as outras possibilidades de acumulação de capital, muitas vezes camufladas ou nos limites das vias aceitas juridicamente, o caminho percorrido na busca do entendimento das relações sociais ocorridas na região não pode ficar restrito aos números e aos processos regulamentados.

Desta forma, para uma melhor contextualização do universo de interesse é necessário desconstruir a ideologia dominante que separa as práticas lícitas e ilícitas. Ao contrário daquilo que se busca divulgar, a realidade social da fronteira é composta pelos conflitos entre estas possibilidades, quando não por suas obscuras alianças. Assim, a compreensão das relações sociais existentes na região precisa envolver e problematizar tal situação. *As relações entre a circulação das mercadorias, as mudanças organizacionais e as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, especificamente na fronteira do Brasil com o Paraguai, não apenas nascem no centro desta problemática, mas podem ser consideradas essenciais a sua própria existência.* Agora, visando explicitar os elementos envolvidos na construção de tal conjuntura, destaca-se em um primeiro momento a perspectiva “oficial” de desenvolvimento regional para, posteriormente, confrontá-la com seu oposto na busca de seus possíveis vínculos.

### **1.1 – O desenvolvimento regional e o setor turístico.**

Nos últimos dez anos, o setor turístico ganhou uma expressiva importância na economia mundial, tornando-se fundamental na arrecadação de um conjunto de países europeus e americanos. Embora de maneira um pouco mais tímida, o setor obteve leve crescimento no Brasil, as Atividades Características do Turismo geraram um valor da produção de R\$149 642 milhões contribuindo com aproximadamente 3,6% do seu PIB e ocupando 5,7 milhões de pessoas no ano de 2006 (IBGE, 2009). De maneira geral, acredita-se que o “turismo gera impactos importantíssimos para o desenvolvimento econômico regional e se apresenta como um elemento capaz de amenizar os problemas estruturais, principalmente aqueles relacionados aos desequilíbrios regionais” (Nodari, 2007, p. 28). Na Tríplice Fronteira estudada, suas características geográficas fazem com que parcela significativa dos empresários e políticos locais considere o turismo a “verdadeira” vocação econômica de toda a região.

Alguns números são utilizados na defesa desta tese. Pesquisas realizadas em anos anteriores referentes aos empregos gerados pelo turismo somente no município de Foz do Iguaçu, ou seja, sem observar Ciudad del Este/Paraguai e Puerto Iguazú/Argentina, indicam que no ano de 2004 foram criados 9.264 empregos permanentes e 508 temporários, em 529 atividades

ligadas ao setor. Naquela época foi registrada a existência de 32 atrativos turísticos e 142 meios de hospedagens, totalizando 9.637 leitos disponíveis. Além disso, constatou-se que a estrutura para eventos tinha capacidade para 42.290 pessoas e o número de pousos e decolagem no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu foi de 5.456, com 412.968 passageiros, no ano de 2005 (Nodari, 2007, P. 47). No que se refere mais especificamente a valores, segundo o IBGE,

o PIB do município de Foz do Iguaçu em 2001 foi de R\$ 3.536.683.000, sendo a participação da renda do turismo de 10,5% e em 2002, de R\$ 3.748.625.000 com a participação do turismo de 14,3%, representando um crescimento anual de “apenas” 6%. Estimando um crescimento do PIB municipal a uma taxa anual de 6% para 2003 o montante é de R\$ 3.973.542.500 com uma participação do turismo de 15,4% e, em 2005 o PIB foi de 4.450.367.600 com participação do turismo de 18,2%. A participação média do turismo no PIB de Foz do Iguaçu é de 6,2%. (Nodari, 2007, P. 47 – 48)

Alguns números mais recentes sobre o fluxo de turistas no município de Foz do Iguaçu, expostos na Tabela 03, demonstram o crescimento gradativo do setor.

**Tabela 03 – Fluxo de Turistas em Foz do Iguaçu**

Ano	Número de Visitantes
2000	800.102
2001	732.725
2002	769.387
2003	986.090
2004	1.188.392
2005	1.449.838
2006	1.434.067
2007	1.960.922
2008	2.003.068

Fonte: Inventário Turístico de Foz do Iguaçu (2009)

Como é possível de ser observado, independente das dificuldades ou dos problemas nacionais e internacionais existentes, o setor turístico na Tríplice Fronteira como um todo vem obtendo números positivos. No entanto, isso não pode ser considerado uma regra. Quando se analisou o fluxo de turistas nacionais e estrangeiros apenas no Parque Nacional do Iguaçu (PNI), que muitas vezes é considerado o principal termômetro do turismo em Foz do Iguaçu e que

obteve um crescimento de 5,9% no número de visitantes em junho de 2009, constataram-se muitas oscilações. Neste caso, as possíveis explicações para esse fenômeno encontram-se nas mudanças econômicas e nas campanhas publicitárias realizadas fora do Brasil na última década.

**Tabela 04 – Fluxo de Turistas no Parque Nacional do Iguaçu**

Ano	Brasileiros	Estrangeiros	Total
1983	345072	75706	420778
1984	496137	191605	687742
1985	707929	167932	875861
1986	795533	265519	1061052
1987	837162	247043	1084205
1988	699840	175601	875441
1989	699364	163807	863171
1990	671550	151235	822785
1991	469014	178304	822785
1992	431163	319776	750939
1993	540468	328280	868748
1994	611485	357459	968944
1995	564044	320294	884338
1996	483713	346542	830255
1997	410340	324277	734617
1998	423437	303230	726667
1999	411752	360535	772287
2000	393271	373886	767157
2001	389752	346023	735775
2002	337965	307867	645832
2003	295130	469579	764709
2004	405847	575090	980937
2005	444662	639577	1084239
2006	386486	567553	954039
2007	454664	600769	1055433
2008	537056	616990	1154046

Fonte: IBAMA

Os problemas de saúde pública derivados da epidemia de gripe suína e a instabilidade política econômica desencadeada com a crise imobiliária norte-americana, que atingiram o setor turístico de forma global nos últimos dois anos, não foram suficientes para “esfriar” a tendência de crescimento no qual a região estava inserida. Se por um lado observou-se uma diminuição no ingresso de turistas europeus e norte-americanos nos principais atrativos da região, constatou-se um pequeno aumento nos números referentes aos turistas nacionais e dos países do MERCOSUL, garantindo a lucratividade do setor. A planilha de visitação disponibilizada pela Secretaria Municipal de Turismo indica que o número de turistas oriundos do bloco regional, chegou a 19,9% em 2008 e 21,8% em 2009. No que se refere ao índice de brasileiros, constatou-se uma alta de 43,4% para 48,3%, enquanto que o número de turistas de outros países sofreu um decréscimo de 36,7% para 29,9%. Mesmo com essas modificações no fluxo e também no perfil dos visitantes, constata-se a manutenção e a até mesmo uma certa expansão do turismo na região.

A manutenção de um crescimento paulatino e constante do número de turistas estrangeiros se deve principalmente à estabilidade política econômica do país e às campanhas publicitárias desenvolvidas pelo governo federal fora do Brasil. As ações do governo municipal para o setor são direcionadas fundamentalmente a divulgação dos atrativos existentes, não explicitando uma preocupação estrutural e, muito menos, um processo de democratização no acesso ao mercado originado pelo fluxo de visitantes, o que significa a concentração dos recursos públicos exclusivamente no corredor turístico que liga os principais atrativos e os principais hotéis. A Tabela 05 sintetiza o direcionamento dos esforços do poder executivo local.

**Tabela 05 – Ações Operacionais da Secretaria Municipal de Turismo**

<b>Foco</b>	<b>Ação Operacional</b>
Divulgação	Participação em 14 (quatorze) eventos internacionais, visando a divulgação e promoção do destino Foz do Iguaçu nos principais mercados estrangeiros;
Promoção	Promoção e divulgação do Destino Iguassu em 20 (vinte) eventos nacionais;
Projeto	Desenvolvimento de um projeto regional visando incrementar o turismo rodoviário em cidades que tenham mais de 300 mil habitantes e que estejam num raio de 900 km, através de realização de 24 (vinte e quatro) workshops e seminários de vendas, sendo 12 nacionais e 12 internacionais, englobando os países do MERCOSUL (Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai);
Divulgação	05 (cinco) ações de divulgação institucional em Shopping Centers, direcionadas ao público final, abrangendo em um primeiro momento o estado do Paraná (Cascavel, Londrina, Maringá e Curitiba) e também a cidade de Assunção-PY;
Promoção	Criação de novo material promocional necessário à divulgação do destino turístico nos principais eventos e mercados nacionais, internacionais e regionais;

Fonte: SMTU/2007

As bolhas de crescimento geradas pelo desenvolvimento e pelo fortalecimento do turismo na fronteira não se limitam apenas aos empresários e às categorias de trabalhadores ligados diretamente ao setor. De maneira geral, a ampliação do processo de acumulação de capital e de geração de empregos é estendida para outros ramos econômicos, como o alimentício, o cultural e o hoteleiro. Como afirma Nodari,

o turismo é uma atividade produtiva contínua, geradora de renda, que se submete às leis econômicas e interfere nos diversos segmentos da economia, repercutindo acentuadamente e indiretamente em outras atividades produtivas através do seu efeito multiplicador. O Turismo promove o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador dos investimentos e dos acréscimos da demanda interna e receptiva. É um elemento importante para o planejamento regional ou territorial. Proporciona a geração de rendas para o setor público, representada por impostos diretos e indiretos, incidentes sobre a renda total gerada no âmbito do sistema econômico e estimula o processo de abertura da economia (Nodari, 2007, p. 15).

O setor hoteleiro é aquele que possui uma maior aderência em relação às variações sofridas pelo turismo ao tornar-se rentável nos momentos em que obtém elevados números de ocupação na alta temporada e, por outro lado, passar por grandes dificuldades nas épocas marcadas pela diminuição dos visitantes. Outra importante característica do setor hoteleiro é o contingente de empregos gerados, pois um quarto de hotel construído gera de 0,4 a 2 empregos



diretos, sendo os hotéis de luxo aqueles que geram o maior número de postos de trabalho por unidade disponível (Beni, 2003). Logo, é possível afirmar a importância do turismo para a realidade local, já que

o impacto causado sobre a renda auferida é maior que sua soma inicial, pois cada unidade recebida resulta em várias transações. Pode-se exemplificar com a construção de um hotel, onde, desde a construção até o início das atividades há uma movimentação financeira, além de a cidade oferecer estrutura para atender as necessidades geradas, assim o valor gasto pelo turista não é só com a hospedagem. De acordo com a ACIFI (Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu), no ano de 2000, a atividade turística no município, representou 65% da economia refletindo a importância deste segmento econômico para a cidade e, considerando a falta de indústrias, pode-se ter uma idéia do que representa a hotelaria para a economia do município, pois se deve levar em conta que nesta região está instalado, atualmente, segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo – 2005, um total de 134 hotéis em funcionamento na cidade (Prates, 2006, p. 77).

Entretanto, não é possível analisar o amplo setor turístico e hoteleiro de Foz do Iguaçu desvinculando-o de um conjunto de práticas sociais que ocorrem de maneira explícita, embora de forma não regulamentada ou oficial. Ao mesmo tempo em que esse ramo econômico é responsável por 6,2% do PIB municipal e exerce poder político significativo nas decisões governamentais, constata-se uma imensa rede de trabalhadores ocupados e explorados nas mais diferentes atividades existentes dentro do setor. São trabalhadores que atuam em pequenos hotéis e pensões pertencentes a famílias, *piranhas*<sup>2</sup> responsáveis informais pela recepção e divulgação dos hotéis e dos atrativos turísticos da região, além de hotéis credenciados que os mantêm possuem como único objetivo armazenar mercadorias contrabandeadas do Paraguai, alimentando uma infinidade de práticas supostamente não-oficiais articuladas ao mercado turístico. Em outras palavras, *o desenvolvimento regional através deste setor da economia coexiste com práticas subterrâneas que também são garantidoras de renda ou da simples sobrevivência de muitos homens e mulheres.*

Como demonstra Santos (2009),

visível na paisagem urbana, o parque hoteleiro de Foz do Iguaçu com mais de 150 empreendimentos, das diferentes categorias e serviços, sugere uma pré-definição do mercado, tanto na profissionalização quanto nas demais empresas

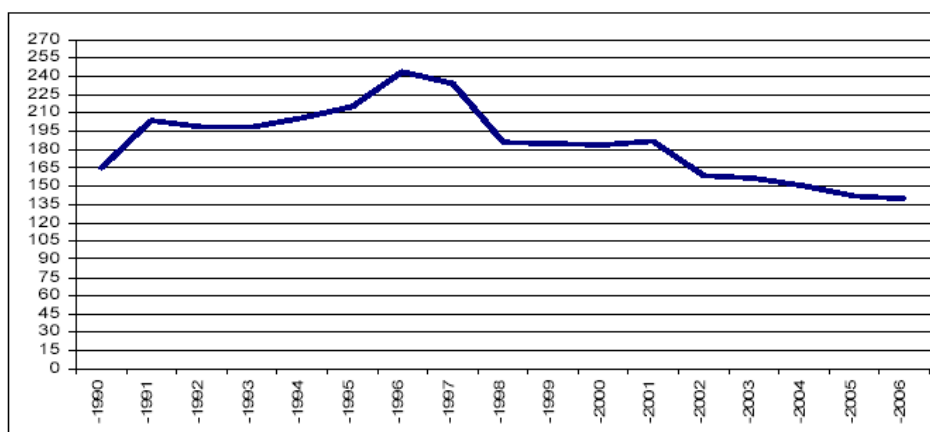
---

<sup>2</sup> *Piranha* é a categoria utilizada na região da fronteira para denominar os agentes de hotéis e turismo autônomos. O *piranha* é considerado um “agente” por vender equipamentos e atrativos turísticos nos portões de entrada e em pontos estratégicos da cidade (Santos, 2009).

ou abastecimento dessa cadeia produtiva. Um dos problemas pré-estabelecidos por essa cadeia produtiva é o fato de a maior parte desta hotelaria ser de característica familiar, ou seja, estabelecendo menor exigência profissional, com baixas expectativas de ascensão na carreira, diferente das redes e bandeiras hoteleiras, estas que só tiveram acesso ao parque empresarial iguaçuense há pouco mais de 6 anos, podendo num futuro moderar este impacto estabelecendo um número menor de empregos, mas criando trabalhos com especialidade e maior tecnologia, redução direta do posto pela economia no processo. Este alto número de hotelaria familiar auxilia na formação da informalidade, através de ideologias e/ou práticas visíveis a todos, seja na frente dos hotéis com vendedores ambulantes e produtos pirateados ou comissionados a exemplo dos guias “piranhas” que ficam em locais estratégicos da cidade para abordar os turistas e visitantes, mas são financiados por essa rede de hotéis de gestão familiar (Santos, 2009, s/p).

Neste contexto, existem três questões que merecem atenção: 1) o alto número de trabalhadores informais atuando no setor turístico; 2) a baixa remuneração e os horários de trabalho existentes no setor e; 3) a funcionalidade de parte do setor hoteleiro de Foz do Iguaçu. Sobre este último aspecto, observa-se que a variação nos números referentes aos meios de hospedagem no município reflete, em grande medida, os vínculos existentes entre o lado público do processo de acumulação de capital e aquele mais obscuro e menos explicitado. O gráfico 01 apresenta as oscilações no setor hoteleiro entre os anos de 1990 e 2006, cobrindo assim o período caracterizado ou marcado pelo ápice do *comprismo* em Ciudad del Este, como também a época de sua decadência.

**Gráfico 01 - Evolução dos Meios de Hospedagem em Foz do Iguaçu**



FONTE: SMTU/PMFI - 2007

Os picos de desenvolvimento dos meios de hospedagem durante a década de 1990 acompanham o aumento na quantia de *sacoleiros* e *laranjas* que trabalhavam na região fronteira no mesmo período. Como será aprofundado no próximo capítulo, muitos hotéis e pousadas surgiram nesta época para servirem exclusivamente como locais de estocagem de mercadorias oriundas do Paraguai. Como os trabalhadores conseguiam atravessar poucas mercadorias de uma única vez através da Ponte da Amizade, eles alugavam quartos nos hotéis próximos da fronteira para irem alojando os produtos comprados até atingirem as metas estabelecidas, que podiam ser listas de encomendas ou um número determinado de mercadorias que garantiria a rentabilidade esperada pelo *sacoleiro*. Após estocarem uma quantia significativa transferiam todas as mercadorias para os veículos de transporte que seriam utilizados para levar as “muambas” até o seu destino final.

Neste período, muitos dos hotéis credenciados, principalmente aqueles assinalados como “sem categoria”, correspondiam a verdadeiros galpões de armazenagem. A sua função primeira não era exatamente prover a hospedagem, embora isso chegasse a ser realizado, mas servir como aparelho estratégico para o desenvolvimento do *circuito sacoleiro*. Contudo, a partir do ano de 2001, a Polícia e a Receita Federal Brasileira iniciaram um trabalho sistemático para acabar com o contrabando e o descaminho, baseando-se em duas formas de atuação: a fiscalização dos hotéis próximos à fronteira com o Paraguai e a apreensão dos ônibus utilizados para o transporte das mercadorias. Estas ações minaram a estrutura de funcionamento do *circuito*, exigindo mudanças na forma de trabalho e dificultando a manutenção de muitos hotéis, como é possível de ser observado através do gráfico 01.

A dificuldade de manutenção dos pequenos empreendimentos, como os inúmeros hotéis e restaurantes localizados nas proximidades da Ponte da Amizade, que além de cumprirem suas funções também serviam de locais de estocagem de mercadorias, e a pouca absorção do mercado de trabalho local são aspectos garantidores de um alto índice de informalidade na região. Concretamente, observa-se a existência de uma imensa massa populacional excluída das formas regulamentadas de trabalho formal desenvolvendo as mais variadas ocupações na busca pela sobrevivência, de atividades relacionadas ao *circuito sacoleiro* à prestação de serviços ao setor turístico e hoteleiro. Como foi observado outro momento, apenas no município de Foz do Iguaçu, 40,23% da população economicamente ativa encontra-se na informalidade (Cardin, 2009c, p. 8).

Os *piranhas*, por exemplo, possuem um papel central no sistema turístico da região. Tendo em vista que aproximadamente 80% dos turistas não chegam a Foz do Iguaçu através de agências especializadas, cabe a estes trabalhadores fazerem as abordagens nos portões de entrada da cidade, apresentando e vendendo os seus meios de hospedagem e os seus atrativos turísticos. Assim, eles podem ser considerados responsáveis pela recepção e pelo primeiro contato com os visitantes. No entanto, desconsiderando a centralidade da ocupação, tais trabalhadores, por não serem oficialmente regulamentados, não podem efetuar o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e nem terem acesso à assistência social. Fica explícita a contradição, pois ao mesmo tempo que eles são auxiliares diretos no processo de acumulação de capital no setor turístico e hoteleiro, eles também são não absorvidos pelo mercado de trabalho formal ao desempenharem seus serviços de maneira precária e irregular.

Esta categoria de trabalhadores encontra-se organizada em uma associação que regulamenta algumas práticas, como o número mínimo de dias trabalhados por semana, e normatiza os instrumentos de identificação, como os coletes utilizados durante o trabalho e o material impresso disponibilizado aos visitantes. Além disso, também é responsável pelos convênios estabelecidos com os hotéis, fato que determina quais os produtos que podem ser ofertados durante as abordagens. O *piranha*, durante sua prática de trabalho, recepciona o turista, apresenta e oferece as possibilidades de hospedagem, acompanha o cliente até o local escolhido e recebe um *voucher* do estabelecimento, ou seja, um pagamento pelo serviço prestado. Desta comissão recebida, 5% fica com a associação para garantir a manutenção da instituição e o restante com o trabalhador, lembrando que a associação não é responsável pela seguridade social ou pela assistência social deste.

Segundo Santos (2009), 51% destes trabalhadores possuem apenas o ensino fundamental e uma renda média de até dois salários mínimos durante a baixa temporada e de oito salários durante a alta, o que corresponde mais exatamente aos períodos de férias escolares e aos feriados prolongados. Entretanto, a rentabilidade depende diretamente do trabalhador, pois este não tem salário fixo e recebe exclusivamente por comissão. Esta situação faz com que a carga horária de trabalho cumprida pelos *piranhas* seja muito alta, aproximando-se a doze horas diárias. A associação da categoria estabelece um número mínimo de dias trabalhados por semana, mas não determina o teto máximo. Para encerrar, constata-se que 50% deles ingressaram na atividade por

falta de outras oportunidades de trabalho da região e na mesma porcentagem ainda desejam se recolocar no mercado em ocupações mais estáveis.

## **1.2 – Do turismo de compras ao *circuito sacoleiro*.**

Embora o ecoturismo e o turismo de contemplação sejam os principais produtos vendidos nos pacotes para as três fronteiras, devido à presença do Parque Nacional do Iguazu (Brasil/Argentina), da Usina Hidrelétrica de Itaipu (Brasil/Paraguai) e das Missões Jesuíticas (Paraguai/Argentina), o turismo de compras e a visita aos cassinos da região (Paraguai/Argentina) estão se institucionalizando como atrativos importantes. Historicamente, o comércio varejista estabelecido entre os três países sempre foi intenso, devido às particularidades de cada mercado e as variações das moedas locais. De modo geral, o município de Puerto Iguazú é procurado pelos moradores das outras localidades devido ao oferecimento de roupas de inverno, bebidas, frutas, carne e combustível a preços mais acessíveis e com melhor qualidade, enquanto Foz do Iguazu oferece um setor de serviços e um conjunto de redes de supermercados e, por fim, Ciudad del Este uma enorme variedade de eletroeletrônicos das melhores marcas e modelos disponíveis no mundo.

Assim, o trânsito de pessoas nas diferentes fronteiras é constante. Para a população que reside na própria região, aproveitar das facilidades existentes nos países vizinhos é algo comum, como também é a utilização destas vantagens para fins não exclusivamente pessoais ou privados, mas comerciais, visando à revenda, como, por exemplo, no caso dos *laranjas*, *cigarreiros*, *sacoleiros* brasileiros e os *paseros*<sup>3</sup> argentinos e paraguaios. Contudo, é preciso salientar que, embora existam fortes relações de dependência entre as cidades limítrofes, o desenvolvimento do turismo e do comércio na região não aconteceu de forma homogênea ou em ritmos iguais. Puerto Iguazú foi fundada por interesses governamentais direcionados às questões de segurança nacional argentina, porém, devido às particularidades da produção industrial e agrícola do país a cidade tornou-se atrativa para seus vizinhos estrangeiros.

---

<sup>3</sup> Os *paseros* correspondem aos *laranjas* brasileiros. No entanto, eles fazem o caminho inverso, compram mercadorias no Brasil e as revendem no Paraguai e na Argentina.

Durante a década de 1980, seus mercados, lojas e feiras possuíam um fluxo frenético de consumidores, não apenas específicos da região, mas de turistas que vinham visitar Foz do Iguazu e aproveitavam para fazer compras nos demais países das três fronteiras. Todavia, com a política de liberalização imposta pelo governo a partir da década de 1990 o comércio local entrou em uma grande crise, com o fechamento de várias salas comerciais e o desaparecimento dos tradicionais *compristas*. O chamado *Plan de Convertibilidad*, iniciado em abril de 1991 pelo governo Menem, teve como principais características o “anclaje nominal de la tasa de cambio, la liberalización del comercio exterior, la libertad de precios, la desindexación de salarios y la restricción monetaria” (Morina et al, 2004, p. 25).

Os resultados de tais medidas foram desastrosos. Em termos gerais, as políticas econômicas implantadas garantiram o aumento da dívida externa argentina, o aumento do desemprego, das desigualdades sociais e a institucionalização de uma estrutura fiscal e tributária essencialmente díspar. Como afirmam Morina, Velázquez e Lende (2004),

la apertura importadora, la desestructuración de la pequeña y mediana empresa, los despidos masivos de las empresas privatizadas, el escaso número de puestos de trabajo generados em el sector exportador, la excesiva presión fiscal y el acotamiento cada vez mayor del mercado interno determinaron no sólo um incremento de las tasas de desempleo, sino también la precarización laboral, entre otras consecuencias indisolublemente asociadas a la aplicación del plan (Morina et al, 2004, p.27)

A crise instalada na Argentina não foi totalmente sanada e, ao nível local, este quadro começou a ser revertido apenas muito recentemente, devido, principalmente a algumas mudanças no perfil dos produtos oferecidos por Puerto Iguazú. Entretanto, não se está referindo exatamente às mercadorias expostas nas prateleiras do comércio local, mas aos atrativos oferecidos aos seus visitantes. Neste aspecto, é possível diagnosticar três grandes novidades: 1) o aumento da procura dos cassinos argentinos por turistas brasileiros derivado, principalmente, de uma forte campanha de *marketing* sustentada na proibição dos jogos no território brasileiro; 2) a mudança de postura de muitos turistas, que deixaram de ir a Puerto Iguazú para fazer compras e trazê-las para o Brasil, mas que, em contrapartida, começaram a consumir na própria cidade, valorizando os muitos bares e restaurantes existentes e fortalecendo o turismo gastronômico, e; 3) o desenvolvimento de um melhor aproveitamento das potencialidades do Parque Nacional do Iguazu, com amplas reformas na infra-estrutura e nos produtos oferecidos no interior da área de

proteção ambiental, além de uma campanha de divulgação e valorização do patrimônio natural no interior da própria Argentina.

As consequências disso podem ser visualizadas ou mensuradas pela ampliação da rede hoteleira do município. Neste momento um mega empreendimento imobiliário está sendo executado em Puerto Iguazú. Financiado pelo governo da província de Misiones e aproveitando-se da vasta área ambientalmente preservada na encosta do Rio Iguazu, o projeto, que já está em execução, envolve a construção 25 hotéis de três e quatro estrelas, 10 hotéis de cinco estrelas, 01 hotel de sete estrelas, campos de golfe e parques temáticos em um total de investimentos que passam de US\$ 1 Bilhão de Dólares. O resultado disso será o oferecimento de mais 4.500 leitos, 3.800 empregos diretos e aproximadamente 2.000 indiretos na região da fronteira. Esta política argentina vem preocupando os empresários do setor hoteleiro do lado brasileiro da fronteira, devido ao descaso do governo local com as encostas dos Rios Paraná e Iguazu, que hoje se encontram povoadas por favelas, e também devido à possível migração dos hóspedes que visitam Foz do Iguazu para os recursos oferecidos na Argentina.

A situação colocada não apenas expressa a concorrência existente dentro do mercado turístico na região das três fronteiras, mas também a perspectiva de desenvolvimento defendida. A preocupação na Argentina e no Brasil é direcionada para uso econômico da encosta dos rios que demarcam as fronteiras, desconsiderados os aspectos ambientais e de segurança envolvidos na utilização de tais regiões. A utilização do espaço urbano, o povoamento e a distribuição da população pelo território ficam dependentes dos interesses comerciais de poucos grupos que se beneficiam economicamente dos atrativos existentes na região. O processo de acumulação e circulação de capital através do setor turístico e hoteleiro ocorre em detrimento das condições e dos modos de viver de parcela da população, a riqueza de uns representa aqui a desapropriação de muitos outros e a degradação ambiental autorizada pelo estado.

Especificamente no lado brasileiro da fronteira, o turismo e o comércio varejista demoraram aproximadamente oitenta anos para começarem a ser devidamente explorados. Também fundada por motivos de segurança nacional, do final do século XIX até meados da década de 1960, a economia de Foz do Iguazu era fundamentalmente dependente da extração de recursos naturais, principalmente madeira e erva-mate. A população vivia basicamente através de uma agricultura de subsistência, complementada pela compra dos poucos produtos disponibilizados por mascates de origem árabe que periodicamente visitavam a região oferecendo

suas mercadorias. De fato, o comércio e o turismo começaram a ter alguma expansão e expressão apenas depois da inauguração do primeiro aeroporto do município e da rodovia 277, que liga o extremo oeste paranaense a sua capital, Curitiba<sup>4</sup>. Até 1970 a cidade possuía apenas 05 hotéis adequadamente instalados e em funcionamento (Prates, 2006).

Ambas as realidades são bem diferentes do processo de desenvolvimento de Ciudad del Este. A fundação de Porto Presidente Stroessner<sup>5</sup>, ocorrida em 28 de janeiro de 1957 pelo decreto do poder executivo paraguaio de nº 24.634, estava alicerçada nos interesses políticos e econômicos paraguaios que visavam a consolidação de uma rota internacional que possibilitasse o escoamento da produção nacional pelo Oceano Atlântico. Para isso, foram estabelecidos os primeiros acordos bilaterais entre Brasil e Paraguai, para que este pudesse utilizar os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR. Neste contexto, foi escolhida a região onde seria construída a ponte que ligaria as duas nações, como também os setores que receberiam os primeiros investimentos visando promover o desenvolvimento da nova cidade. Nesta perspectiva, observa-se na primeira página do Livro de Atas da Comunidade da Cidade de Porto Presidente Stroessner que

el lugar elegido es el más apropiado para los fines que impulsaron al Superior Gobierno de la Nación a promover la Fundación de una ciudad, por ser cabecera del puente que empalmará la carretera Asunción – Cnel. Oviedo – Río Paraná, con el camino hacia el Atlántico por territorio dela hermana República de los EE. UU del Brasil, a la que nos une la identidad de aspiraciones del ideal americanista y nuestros comunes destinos<sup>6</sup>.

O primeiro plano de trabalho desenvolvido pela comissão provisória responsável pela administração da cidade explicitava as áreas que seriam beneficiadas com o dinheiro do governo paraguaio e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Seguindo a ordem apresentada pelo relatório da comissão, os investimentos iniciais eram direcionados para a construção de um aeroporto internacional, de uma ampla avenida, de um hotel de luxo, de um lago artificial e de ruas de acesso, mirantes e restaurantes nos saltos de *Acaray* e *Monday*<sup>7</sup>. Logo, observa-se facilmente que o projeto inicial existente para o município estava voltado para o setor turístico.

---

<sup>4</sup> Essa discussão pode ser mais aprofundada através da leitura dos textos escritos pelos memorialistas e pelos historiadores oficiais da região (Colodel, 1988; Lima, 2001; Wachowicz, 1982).

<sup>5</sup> No momento da fundação o nome atribuído à cidade era o de Porto Presidente Stroessner em homenagem ao ditador paraguaio. Com o fim do regime, em 1989, altera-se o nome do município para Ciudad Del Este.

<sup>6</sup> Libro de Actas de la Comuna de la ciudad Puerto Presidente Stroessner. Pág. 01.

<sup>7</sup> Comisión Provisória Encargada de la Administración de La Ciudad Puerto Presidente Stroessner, n.º 4471. Asunción, Julio 23 de 1957.



Tal suposição é fortalecida com o estudo dos relatos de Ynsfrán (1990), presidente da comissão provisória de administração da cidade na época de sua fundação. Sua obra descreve o processo de escolha dos locais onde seriam levantadas as diversas construções, valorizando os esforços dos “desbravadores” daquela região ainda selvagem e todas as dificuldades encontradas pelos trabalhadores. A ênfase nos saltos e na escolha de um local especial para a construção de um hotel cassino fortalece a perspectiva de que Porto Presidente Stroessner, futura Ciudad del Este, nascia com o objetivo de não ser uma simples “pousada” para os viajantes que se aventurariam pela rodovia que ligaria o Paraguai ao Brasil, mas de ser, principalmente, uma importante atração turística.

Visando fortalecer este viés de desenvolvimento, pouco depois da fundação do município, mais precisamente no ano de 1960, foi criado aquilo que hoje se conhece como *microcentro*. De maneira resumida, trata-se de uma região comercial onde prevalecem impostos diferenciados, estabelecidos através de um contrato do governo federal paraguaio com a empresa norte-americana *Foreign Markets Trading* (FMT). Neste termo, esta última poderia explorar economicamente a região através da implantação de uma zona franca. Fazendo um investimento de apenas cem mil dólares distribuídos nos três primeiros anos de utilização do território demarcado, ela foi autorizada a beneficiar-se livremente da produção e da negociação de uma vasta quantidade de mercadorias sem a cobrança de nenhum tipo de taxa. A única restrição imposta à empresa estava direcionada à produção e à comercialização de produtos ilícitos e armamentos<sup>8</sup>.

A chegada de um número significativo de trabalhadores, promovida pela construção da infra-estrutura do município e da própria Ponte Internacional da Amizade, e as possibilidades abertas com a criação da zona franca atraíram muitos comerciantes oriundos da capital paraguaia Assunção, que se somaram àqueles já estabelecidos desde o período *obragero*<sup>9</sup> e aos muitos vendedores viajantes de origem árabe, que negociavam produtos industrializados brasileiros no oeste paranaense. Em pouco tempo, com os altos impostos atribuídos às mercadorias brasileiras e argentinas, os produtos importados pelos primeiros comerciantes paraguaios foram

---

<sup>8</sup> A cópia do contrato encontra-se em anexo.

<sup>9</sup> Denominamos como período *obragero* o momento histórico em que a economia da região extremo oeste do Estado do Paraná estava vinculada às empresas argentinas de extração de madeira e erva-mate. Tais empresas, denominadas de *obrages*, atuavam em parte significativa da região, utilizando o trabalho servil dos *mensus* (guaranis modernos) e o transporte fluvial pelo Rio Paraná. Sobre este assunto, ver Colodel (1988), Lima (2001) e Wachowicz (1982).

gradativamente conquistando todo o mercado da fronteira (Rabossi, 2004b). Todavia, muitos aspectos das configurações iniciais de Ciudad del Este se alteram rapidamente com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu que, semelhantemente ao ocorrido no município de Foz do Iguaçu, também sofreu com o rápido e desordenado crescimento demográfico (Catta, 2002).

A grande circulação de pessoas, de mercadoria e de capital possibilitada, em grande medida, pelas características geopolíticas da região serviu como atrativo para um fluxo migratório constante. Homens e mulheres de todas as localidades buscavam e ainda buscam na região das três fronteiras novas oportunidades, que são constantemente alimentadas pela facilidade de trânsito e de ocupação oriunda da frágil fiscalização entre Brasil, Argentina e Paraguai. Entretanto, parte significativa desta população não foi e nem é absorvida pelo mercado formal existente, o que exige de muitos o desenvolvimento de atividades não regulamentadas, como é o caso dos inúmeros trabalhadores que atuam nas mais diferentes atividades criadas no interior do setor turístico hoteleiro e do próprio *circuito sacoleiro*. De modo geral, a fronteira se define como um espaço de possibilidades de trabalho, de enriquecimento para alguns e de muitas frustrações para outros.

*As diferenças econômicas e políticas existentes na fronteira garantem a ocorrência de inúmeras formas de trabalho sustentadas basicamente pelas desigualdades existentes entre os países limítrofes. São trabalhadores, empresários, especuladores e mais uma quantidade incontável de ocupações que nascem exclusivamente no intuito de se aproveitarem das possibilidades oficiais e extra-oficiais criadas pela situação de fronteira. Diferente do que muitos pensam o que garante as relações sociais, culturais, políticas e econômicas entre os países limítrofes não é a igualdade ou a suposta aproximação derivada de uma irmandade latino-americana, mas as diferenças, os conflitos, a possibilidade de explorar os recursos e as possibilidades oferecidas pelo outro país ao seu favor e interesse.* Esta é a essência do trânsito turístico entre os países e também do próprio *circuito sacoleiro*. Em ambos os casos, o objetivo é apropriar-se instrumentalmente das particularidades do país vizinho, seja um atrativo turístico ou uma mercadoria que tem preços convidativos, permitindo a revenda e a obtenção de lucro.

Concentrando apenas nas disparidades existentes no mercado brasileiro e paraguaio, observa-se que estas garantem a rentabilidade das inúmeras ocupações envolvidas no *circuito sacoleiro* e a manutenção de um importante atrativo turístico para a região. No entanto, fica

latente uma questão primordial: como estas diferenças são possíveis? Como foi exposto anteriormente, o surgimento do mercado de Ciudad del Este se encontra vinculado ao contrato firmado com a *Foreign Markets Trading* na década de 1960 e com um vasto conjunto de outros pequenos contratos posteriormente estabelecidos com a finalidade de garantir a exploração econômica e a redução de impostos, garantindo ao comércio local um caráter de legalidade no interior do território paraguaio. Assim, a parte mais visível do comércio existente no Paraguai encontra-se assegurada por leis flexíveis e pouco fiscalizadas, fazendo com que o problema do *circuito* estudado encontre-se essencialmente na maneira como estas mercadorias entram no Brasil.

A prática social marcada pela aquisição de mercadorias no Paraguai, seguida pela sua distribuição e revenda no interior do território brasileiro é antiga. No entanto, o modo no qual se realiza modifica-se constantemente, como se verá mais cuidadosamente nos próximos capítulos. Neste momento, é importante salientar que existem mudanças na organização do *comprismo*, como também na espécie de mercadorias negociadas. Antes do surgimento do *microcentro* ocorria uma grande circulação de produtos não industrializados, como madeira, erva-mate, açúcar e café. Assim, já era comum naquele período, a utilização de embarcações para navegar no Rio Paraná, principalmente balsas. Depois, nas décadas de 1960 e 1970, o comércio de bebidas e tecido começa a predominar. É nesta época, por exemplo, que o mercado brasileiro é dominado pelo “famoso whisky paraguaio”. Na década de 1980, as barracas e as lojas de Ciudad del Este vão ser responsáveis pela comercialização de brinquedos de origem asiática, comprometendo a saúde financeira das fábricas brasileiras do gênero.

Durante estes diferentes períodos as ruas do município paraguaio eram trilhadas, em grande medida, por *turistas-turistas*<sup>10</sup> e, em menor escala, pelos primeiros revendedores das mercadorias antes descritas. Estes últimos, de forma geral, por serem os “pioneiros” do *circuito sacoleiro*, tornaram-se empresários e políticos bem sucedidos na região da fronteira. Contudo, nada se compara aquilo que iria ocorrer durante a década de 1990. Como demonstrado em outro momento (Cardin, 2006), *os dez últimos anos do século XX trouxeram profundas mudanças na economia e na política mundial, nacional e regional, alterando e redesenhando as relações sociais existentes na Tríplice Fronteira. A reestruturação produtiva, a globalização, o*

---

<sup>10</sup> O termo *turista-turista* é empregado pelos *mesiteros* para ressaltar aqueles *compristas* que visitam o Paraguai a passeio e esporadicamente, ou seja, a aqueles que realizam suas compras não com o objetivo de revender os produtos no Brasil ou na Argentina.

*neoliberalismo, a abertura econômica brasileira e a conclusão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu transformaram os processos de circulação de capital e de mercadoria, como também geraram uma forte onda de desemprego em toda região.*

Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento das relações comerciais estabelecidas na região da Ponte da Amizade perpassa por um conjunto de fatores que possibilitam a sua existência, onde se destaca: 1) o rápido e desorganizado crescimento demográfico oriundo principalmente da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; 2) o predomínio de um modelo de desenvolvimento alicerçado nas relações antagônicas entre capital e trabalho; 3) o processo de democratização e liberalização econômica do Brasil e do Paraguai; 4) o conseqüente aumento da implantação de políticas internacionais visando facilitar o trânsito de capitais e de mercadorias; 5) a reestruturação produtiva ao permitir que as indústrias de bens e serviços se beneficiassem das melhores condições de produção independente do local onde esteja instalada sua matriz e, por fim; 6) a reestruturação das relações de trabalho, ampliando as formas de extração de mais-valia absoluta e relativa através do desemprego e subemprego (Cardin, 2006).

Neste contexto, os produtos típicos do Paraguai, os tecidos, bebidas e brinquedos perderam espaço e importância nos mostruários. Gradativamente os eletroeletrônicos asiáticos, principalmente de informática e games, tornaram-se as mercadorias principais do mercado paraguaio. No ano de 2007, o mercado brasileiro de computadores comercializou aproximadamente 10 milhões de unidades, quantia que representa um crescimento de 21,4% em relação ao ano anterior. Entretanto, 35% deste mercado foi ocupado pelo comércio ilegal, o que representa 29,1% dos desktops e 37% dos notebooks comercializados<sup>11</sup>. Todavia, o mais importante deste comércio apresentado é o fato de que a circulação destas mercadorias ocorre predominantemente através do trabalho de *laranjas* e *sacoleiros*. De imediato, isso demonstra a importância logística do *circuito*, que envolve um grande número de pessoas nestas ocupações e na suposta rede de sustentação de todo este esquema. Nos próximos capítulos explorar-se-á mais este universo, tentando elucidar a organização destes trabalhadores e as relações entre as suas trajetórias ocupacionais, suas práticas sociais e a circulação das mercadorias.

Um pouco além dos trabalhadores responsáveis pela distribuição e revenda das mercadorias, Ciudad del Este, que possui menos de 300 mil habitantes, abriga aproximadamente 55 instituições financeiras e um conjunto de associações e cooperativas de importação e

---

<sup>11</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u368528.shtml>.

exportação que movimentam milhões de dólares anualmente (Naím, 2006). Esta situação ganhou destaque midiático e trouxe preocupação para um conjunto de organismos internacionais preocupados com as possíveis destinações destes recursos. A imprensa mundial, principalmente a norte-americana, lançou em inúmeros momentos suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento de células terroristas pelos imigrantes legais e ilegais existentes em toda região<sup>12</sup>. Assim, este lado obscuro dos processos de acumulação de capital ganha espaço e esconde-se atrás de leis permissivas e de trabalhadores brasileiros e paraguaios densamente explorados.

### **1.3 – O lado oculto do desenvolvimento regional.**

O Parque Nacional do Iguaçu, o Marco das Três Fronteiras, a Usina Hidrelétrica de Itaipu e todos os demais atrativos culturais existentes na região não são suficientes para apagar a imagem estereotipada de lugar hostil construída sobre a região ao longo da última década. Se existe uma tentativa de apresentar e defender os aspectos legais do desenvolvimento, outra avança no sentido oposto, como se fossem dois lados de uma mesma moeda. Nesta última perspectiva, a pirataria, o contrabando de armas, drogas, medicamentos e agrotóxicos, o descaminho de mercadorias industrializadas e a lavagem internacional de dinheiro ocorrem em uma região repleta de órgãos federais de fiscalização e controle. Tal situação transparece uma realidade complexa e ambígua, pois ao mesmo tempo que os estados brasileiro, argentino e paraguaio estão oficialmente presentes, se sente, por outro lado, a fragilidade dos aparelhos governamentais. Como observa Dreyfus (2007), pesquisador da organização não governamental Viva Rio,

---

<sup>12</sup> Segundo Amaral (2010, p. 30), “desde o final de década de 1960, Ciudad del Este e principalmente Foz do Iguaçu se tornariam o destino de grande contingente de imigrantes de origem árabe que deixavam seus países para fugir dos conflitos que tiveram lugar no Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo durante a Guerra Civil do Líbano (1975-1990). Atualmente, a comunidade de descendência árabe presente na região é considerada a segunda mais importante da América do Sul, somente superada pela presente em São Paulo. Até o presente momento, todavia, não há um censo específico que nos permita afirmar com precisão quantos são os árabe-descendentes na área e as estimativas variam muito, com certas fontes falando de 10 mil pessoas, enquanto outras mencionam 30 mil indivíduos”. Philip Abbott (2005), por exemplo, afirma que a comunidade árabe da região tenha aproximadamente 20.000 indivíduos.

el corredor comercial de la Triple Frontera, que involucra principalmente a Brasil y Paraguay, coexiste con las vulnerabilidades propias de los tres países. Estas vulnerabilidades son brechas que son aprovechadas y aumentadas todavía más por grupos no estatales, principalmente organizaciones criminales transnacionales y grupos insurgentes y terroristas. Todos estos grupos participan en el movimiento ilícito de divisas y mercaderías (armas y drogas) que financian mercados ilícitos y violentos en grandes ciudades de Argentina y Brasil. La Triple Frontera acumula la suma de todas las debilidades de los estados de la región y a su vez retroalimenta los problemas transnacionales que alimentan la violencia urbana, principalmente en grandes ciudades de Brasil como Río de Janeiro, Vitoria y São Paulo. (Dreyfus, 2007, p. 113)

Tal contexto é agravado quando se observam os inúmeros casos de desvio de conduta de servidores públicos nos diferentes países da América Latina. A corrupção, que é um fenômeno institucionalizado no continente, pode ser considerada uma importante aliada nos processos de contrabando, descaminho e lavagem de dinheiro. Mendonça (2005), doutor em Ciências Jurídicas e professor da Facultad de Ciencias Jurídicas y Diplomáticas da Universidad Católica, na capital paraguaia Assunção, afirma que

la existencia en la sociedad paraguaya de una pronunciada disposición a actuar al margen de las normas resulta bastante fácil de percibir. En verdad, es recurrente en ella, y en especial en los factores de poder, la tendencia a la anomia, en general, y a la ilegalidad, en particular. Esa tendencia se manifiesta de modos muy diversos en nuestra vida social e institucional, modos que van desde la mera violación de normas de tránsito, pasando por la violación de importantes normas sanitarias, medioambientales, urbanísticas, edilicias, administrativas y tributarias, hasta alcanzar, incluso, graves violaciones de normas constitucionales (Mendonça, 2005, p.38)

A prática mais comum de corrupção no Paraguai é o suborno, que surge dentro de duas modalidades: 1) visando acelerar ou ter acesso a serviços e; 2) visando alterar decisões de funcionários públicos. Tal prática torna-se mais significativa quando se constata que as Aduanas são consideradas as instituições públicas nacionais mais corruptas do país, ficando na frente do Congresso e da Polícia Nacional<sup>13</sup>. Dentro deste contexto, o autor generaliza e afirma que a corrupção no país é sistêmica, “la conducta desviada se encuentra tan institucionalizada que raramente se castiga a un agente corrupto, mientras se protege los comportamientos indebidos” (Mendonça, 2005, p. 58). Segundo ele, existe uma íntima relação entre os indicadores de

---

<sup>13</sup> Além do estudo de Mendonça (2005), há a importante contribuição de Ciancio (2005), professor aposentado da Universidade Nacional de Assunção, sobre os casos de corrupção e impunidade ocorridos ao longo da história do Paraguai. Apresentando através de inúmeras fontes, o autor demonstra o processo de institucionalização destes males dentro do país, abordando de forma cronológica desde o governo de Francisco Solano López até o governo de Raúl Cubas durante a década de 1990.

corrupção e as desigualdades sociais em toda América Latina, devido a três fatores básicos: 1) a dificuldade da população mais pobre em acompanhar e fiscalizar a política; 2) a necessidade desta população em desenvolver meios de sobrevivência e caminhos mais curtos de acesso a serviços, e; 3) a garantia de impunidade entre as elites e os governantes.

A corrupção, acrescida de uma problemática fiscalização e de canais alternativos de contrabando e descaminho, agrava os problemas existentes na Tríplice Fronteira, fazendo com que esta se torne rota privilegiada para o desenvolvimento de práticas ilícitas. Neste sentido, Dreyfus (2007), afirma que a região é a principal porta de entrada para o armamento utilizado pelos grupos de traficantes no Rio de Janeiro, já que parcela representativa das armas apreendidas pelas polícias cariocas é de origem argentina<sup>14</sup>. De forma geral, as aduanas brasileiras na fronteira com a Argentina e com o Paraguai são porosas. Na primeira visualizam-se dois problemas básicos: primeiramente o pouco rigor no controle dos transportes brasileiros que entram e saem diariamente do país vizinho decorrente da pouca estrutura existente e do baixo número de agentes da Receita e da Polícia Federal. E, em outro momento, a facilidade de acesso à Argentina sem passar necessariamente pela aduana, utilizando de vias marginais feitas pelos próprios moradores das proximidades da fronteira. Na segunda aduana, na divisa com o Paraguai, embora ocorra uma fiscalização muito mais criteriosa, constata-se a existência de um grande número de portos clandestinos em toda extensão da barranca do Rio Paraná, utilizados cotidianamente para as práticas do contrabando e do descaminho.

Esta situação de precariedade nos instrumentos de controle brasileiro possibilita o grande aproveitamento das diferenças entre os países por parte da população de toda a região fronteiriça. No entanto, é preciso observar a existência de um dinamismo nas relações estabelecidas entre os

---

<sup>14</sup> Devido à necessidade de satisfazer as necessidades de defesa nacional de forma independente, o governo argentino iniciou um projeto no ano de 1923 para se tornar auto-suficiente na produção de armamentos. Em um primeiro momento, a produção ficou vinculada a “Dirección General de Material del Ejército”, mas logo foi estabelecida uma estratégia para o desenvolvimento das “Fabricaciones Militares”. Estas receberam a tarefa de organizar a estratégia de defesa nacional no seu aspecto industrial, produzir matérias primas para uso militar e fabricar os armamentos solicitados (<http://www.fab-militares.gov.ar>). Embora a produção de armamentos na Argentina tenha passado por uma crise econômica nas últimas décadas, nos últimos anos ela vem se reestruturando através de convênios internacionais. Historicamente, os produtos bélicos argentinos mais difundidos e exportados legal e ilegalmente são as granadas FMK2 e os fuzis FAL. Sobre isso, o Jornal Clarín publicou recentemente denúncias referentes aos vínculos entre militares argentinos, paraguaios e traficantes do Rio de Janeiro. A reportagem afirma, por exemplo, que atualmente existem 3.000 fuzis argentinos nos morros cariocas, que custam aproximadamente 3.000 dólares cada. A estratégia de contrabando denunciada pela Polícia Federal Brasileira indica que o armamento é escondido no território argentino em caminhões com carrocerias de fundo falso e camufladas, entram no território paraguaio para depois cruzarem de barco a fronteira com o Brasil ([http://edant.clarin.com/diario/2009/10/28/el\\_mundo/i-02028237.htm](http://edant.clarin.com/diario/2009/10/28/el_mundo/i-02028237.htm)).

processos de fiscalização e a organização das redes de contrabando e descaminho. As práticas de atuação dos trabalhadores se modificam conforme vão sendo inseridas alterações nos modos de atuação da Polícia e da Receita Federal, garantindo, deste modo, a manutenção dos diferentes *circuitos* independentemente de um maior ou menor controle aduaneiro. Embora existam leis que restrinjam a produção e a negociação de armamentos na fronteira, como, por exemplo, o próprio contrato do governo paraguaio estabelecido com a *Foreign Markets Trading*, tais ações ainda podem ser visualizadas na região. Dreyfus (2007) afirma que

la Triple Frontera ha sido identificada también como un punto de pasaje de armas de fuego tipo militar y granadas de mano (algunas de ellas con marcas oficiales de instituciones militares y policiales argentinas) que son utilizadas por organizaciones criminales en Rio de Janeiro. El 11% del total de los fusiles de asalto y pistolas ametralladoras incautados por la Policía de Rio de Janeiro en la última década son de fabricación argentina y el 23% de las granadas de mano incautadas en los “comandos” de la droga en Rio de Janeiro son granadas FMK-2 de producción argentina cuyos trenes de fuego (espoletas de tiempo) son de producción reciente. Este mismo tipo de armas se utiliza en Argentina por bandas especializadas en robos a bancos, camiones de transporte de valores, camiones de carga y secuestros extorsivos, haciendo aumentar todavía más la sensación de inseguridad en un país en el que, según estadísticas oficiales del año 2000, la gran mayoría de los homicidios dolosos en las provincias más pobladas (Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba) se cometió con armas de fuego (Dreyfus, 2007. p. 119).

No entanto, para Dreyfus (2007), o contrabando na fronteira não se restringe exclusivamente ao tráfico de armas ou ao descaminho de mercadorias. Na investigação que realizou, o pesquisador amplia tal discussão e faz acusações referentes a um conjunto de outras práticas ilícitas ocorridas na região que afetam diretamente a questão da segurança pública, fortalecendo sua imagem negativa ao sinalizar o predomínio da insegurança e do completo descontrole por parte dos governos nacionais. Porém, ao desenvolver uma análise ideologicamente comprometida com a abordagem norte-americana, Dreyfus (2007) não distingue as diferentes práticas comerciais realizadas no município paraguaio. Do modo que apresenta seus resultados, constrói a ideia equivocada de que *laranjas*, *sacoleiros* e *turistas-turistas* transitam e fazem suas compras em recintos comerciais inevitavelmente vinculados a falsificação de marcas, a lavagem de dinheiro e ao financiamento de grupos terroristas, fato que permitiria afirmar que estes trabalhadores e visitantes são, no mínimo, complacentes com os delitos e os crimes realizados na região. Na opinião de Dreyfus (2007),



Además del tráfico de armas y otros tipos de contrabando, Ciudad del Este es un centro de lavado de dinero; falsificación de bienes (principalmente textiles; CDs de informática y música y cigarrillos); tránsito de bienes pirateados; centro de recaudación de bienes para grupos políticos involucrados en actividades terroristas tales como Hezbollah (facilitado esto por una gran y reciente diáspora de libaneses chiítas llegados a la zona durante la guerra civil en el Líbano en los años 80 y que voluntariamente, o por prácticas de extorsión, colaboran con el financiamiento de Hezbollah); ruta de tráfico de marihuana producida en la región del Amambay al norte de Pedro Juan Caballero y ruta de tráfico de cocaína proveniente de Colombia y Paraguay (ambas drogas destinadas principalmente a grandes ciudades de Brasil y Argentina); centro de intercambio y venta de vehículos robados en países vecinos y base de repliegue y apoyo logístico para cuadros de las FARC (Dreyfus, 2007, 117).

Aproximando-se desta perspectiva, Naím (2006), que é autor de um recente estudo sobre o impacto das práticas ilícitas na economia global, coloca Ciudad del Este em uma posição de destaque dentro das novas relações financeiras oriundas no mercado subterrâneo. Sem criar qualquer tipo de distinção entre as atividades existentes na fronteira e generalizando as relações sociais correntes na região, Naím (2006) afirma que, graças a sua localização privilegiada, o município de Ciudad del Este se tornou um “grande ponto de encontro para contrabandistas de todos os tipos”.

Ciudad del Este é uma encruzilhada para virtualmente todo comércio ilícito, incluindo software e produtos eletrônicos falsificados, produtos importados contrabandeados e, supostamente, armas. Comunidades étnicas que se encontram ali representadas, que incluem taiwanenses, indianos, libaneses e sírios, associaram-se a essas atividades. Membros de comunidades do Oriente Médio em Ciudad del Este são suspeitos de levantar fundos e fazer negócios em nome do Hezbollah, do Hamas e talvez, até mesmo, da Al-Qaeda. Mas o que verdadeiramente torna o lugar um centro importante é o dinheiro das drogas: as receitas da cocaína, vindas dos países andinos, das quais todos os outros comércios – assistidos pelos 55 bancos existentes na cidade – lançam mão para reciclar. Em 1997, Ciudad del Este lavou dessa forma estimados 45 bilhões de narcodólares (Naím, 2006, p. 135 - 136).

Nota-se que as afirmações feitas por Dreyfus (2007) sobre o tráfico de armas e sobre a questão do terrorismo aparecem em Naím (2006) apenas como suposições, mas, por outro lado, este último pesquisador aponta de forma categórica os vínculos de Ciudad del Este com o narcotráfico. De modo geral, os debates sobre as supostas relações da região com células terroristas ganharam fôlego depois do atentado as torres gêmeas nos Estados Unidos. Na sua suposta “luta contra o mal”, a fronteira foi alvo de investigação devido a sua grande comunidade árabe e também pela quantidade de dinheiro enviada para contas bancárias em países do oriente

médio. Todo o alarde realizado sobre o assunto causou um grande impacto na economia local, principalmente, ao intimidar os visitantes estrangeiros. Observando as tabelas 03 e 04 expostas anteriormente, constata-se uma significativa diminuição no fluxo de turistas nos anos de 2001 e 2002, exatamente no período caracterizado pelo início das políticas norte-americanas de “combate ao terror”.

No entanto, a desconfiança que a região servia de abrigo a terroristas não é nova. Durante muito tempo o governo argentino denunciou que a região da Tríplice Fronteira tinha servido de aparelho ou base de apoio aos atentados promovidos contra a comunidade israelita de Buenos Aires no início da década de 1990, fato que levou à implantação de um escritório do departamento de inteligência da Argentina no município de Puerto Iguazú.

Varias fuentes judiciales, policiales y de inteligencia tanto argentinas como extranjeras (israelíes y norteamericanas) aseguran que la zona de la Triple Frontera, y notablemente Ciudad del Este, fue utilizada para preparar los atentados que destruyeron con gran número de víctimas la Embajada de Israel en Buenos Aires (1992) y el edificio de la Asociación de Mutuales Israelitas (AMIA, en 1994). Estas fuentes argumentan que el atentado fue tramado por células de Hezbollah, que, a su vez, subcontrató a grupos de apoyo locales. En el caso de la voladura de la AMIA, en 1996 un grupo de policías de la Policía de la Provincia de Buenos Aires fue arrestado bajo acusaciones de haber participado activamente en el atentado. En un controversial fallo judicial, sin embargo, esos policías fueron puestos en libertad y exonerados en 2004 (Dreyfus, 2007. p. 119).

A importante revista norte-americana *Military Review*, que corresponde a um espaço onde militares americanos e membros da inteligência do país debatem questões referentes à segurança mundial, publicou em um curto espaço de tempo dois artigos escritos por oficiais do exército referentes à Tríplice Fronteira. De modo geral, os textos reforçam as acusações já apresentadas e explicitam posições que fazem parte do pensamento do governo norte-americano quanto à questão. Na opinião de Bartolomé (2003, p. 34), por exemplo, “a Tríplice Fronteira com suas organizações criminosas ocasiona a erosão da legitimidade do governo e forma uma região de ‘não direito’ que serve de refúgio e guarida para organizações terroristas e criminosas”. Próximo disso, mas de modo mais objetivo e negativo, Philip Abbott (2005) afirma que

a Tríplice Fronteira na América Latina delimitada pelas cidades de Porto Iguazú na Argentina, Cidade do Leste no Paraguai e Foz do Iguazu no Brasil é a área ideal para o surgimento de grupos terroristas. Pode-se dizer que a lei nessa área não é muito fiscalizada e as atividades ilícitas são abundantes, gerando bilhões de dólares anualmente com lavagem de dinheiro, venda de armas e tráfico de

drogas, falsificação de dinheiro e documentos e pirataria. Oferece ainda aos terroristas um financiamento em potencial, acesso ilegal a armas e tecnologias avançadas; podem entrar e sair e também se esconder sem muitos problemas, contando ainda com uma população compassiva de onde recrutam novos membros e disseminam mensagens globais. Embora essa área não seja atualmente o centro de gravidade para a guerra total contra o terrorismo, ela tem um lugar importante na estratégia contra o mesmo (Abbott, 2005, p. 18).

Segundo Dreyfus (2007),

respecto al tema del terrorismo, las autoridades policiales paraguayas reconocen la posibilidad del uso de mecanismos de lavado de dinero para el financiamiento de grupos como Hezbollah a través de la diáspora libanesa en la zona. Los miembros de la comunidad religiosa islámica y de negocios local, sin embargo, niegan toda relación con el financiamiento a grupos terroristas y recuerdan que para la diáspora libanesa llegada durante la guerra civil en el Líbano, Hezbollah es un partido político y sí son enviadas donaciones para el ala política del partido. El problema principal señalado por la sociedad civil local es el crimen organizado, la corrupción y la connivencia entre funcionarios públicos y organizaciones criminales (Dreyfus, 2007, 125).

Devido às especificidades e aproximações das práticas existentes pelas redes de contrabando de armas e drogas e o *circuito sacoleiro*, trabalhadores que sobrevivem através do descaminho de mercadorias são tratados do mesmo modo que perigosos traficantes por muitos veículos de informação. Dreyfus (2007), Naím (2006), Bartolomé (2003) e Abbott (2005) referem-se a todas as formas de atuação na fronteira como se fossem iguais, desenvolvidas pelas mesmas pessoas e com os mesmos objetivos, auxiliando de forma decisiva no processo de criminalização de trabalhadores que são minúsculos perto do tamanho dos problemas e dos valores expostos nas suposições levantadas por estes pesquisadores. De modo semelhante, existem generalizações referentes aos vínculos das comunidades étnicas que vivem na fronteira com os grupos políticos de origem árabe e também referente ao destino de todo dinheiro que é movimentado em Ciudad del Este - Paraguai.

Os quatro autores citados dividem uma perspectiva ideológica próxima aos interesses norte-americanos que, no intuito de garantir a sua segurança e a expansão do seu modelo político econômico, combate todas as práticas que fogem de seu controle de forma rasteira. A imposição dos Estados Unidos não é apenas militar, ela se faz através do discurso e da cultura. Criar, divulgar e rotular grupos, como se todos pertencentes a um “eixo do mal” corresponde a uma política externa de criminalização, perseguição e punição dos não aliados. Hesbollah (Líbano) e Hamas (Palestina) correspondem a grupos populares em seus locais de origem, representando, em

grande medida, suas populações oprimidas. Assim, surge a necessidade norte-americana de criminalizá-los e de relacioná-los com o narcotráfico, respingando os efeitos das acusações na comunidade árabe das três fronteiras e nas diversas categorias de trabalhadores inseridas no *circuito sacoleiro* de maneira no mínimo irresponsável.

No meio do turbilhão de acusações e suposições, a vida cotidiana de milhares de trabalhadores garante a circulação de milhões de dólares. Entre as notícias sensacionalistas e os processos de exclusão existentes no sistema do capital, os governos nacionais não estabelecem políticas conjuntas de intervenção na região. As políticas unilaterais brasileiras visam estabelecer um maior controle sobre as práticas de atuação de *sacoleiros* e *laranjas*, como a aprovação da lei 11.898, e o fortalecimento da fiscalização por parte da Receita Federal. O principal objetivo de tais medidas é a regulamentação da atuação dos trabalhadores, criando critérios que permitam diferenciá-los daqueles que atuam ilegalmente. No entanto, *intervindo pontualmente na questão do contrabando e do descaminho, ignora-se que é a manutenção das desigualdades entre os países a maior fonte de problemas na fronteira*. O simples estabelecimento de impostos unificados e o credenciamento dos trabalhadores que atuam na região não extinguem as vantagens econômicas existentes no transporte clandestino de mercadorias disponibilizadas pelo mercado paraguaio. Como observa Dreyfus (2007),

existe el sentimiento en la región de la Triple Frontera, (tanto en Foz como en Ciudad del Este) de que las decisiones sobre control del contrabando son tomadas en Brasilia sin tener en consideración las necesidades y problemas locales de la región, como por ejemplo la construcción de infraestructura vial (la construcción de un segundo puente especial para camiones por ejemplo) que permita la salida con mayor eficiencia de la producción legal de Paraguay, la soja y la promoción de industrias legales en ambos lados de la frontera (Dreyfus, 2007, p. 125).

Logo, não é possível pensar a realidade social da região desvinculando as políticas econômicas e sociais existentes nos países limítrofes. Como já se discutiu em outro momento (Cardin, 2009b), a resolução dos problemas pontuais precisa surgir da construção conjunta de políticas de intervenção, na organização de fóruns comuns e no desenvolvimento da paradiplomacia. Todavia, enquanto os interesses na manutenção das desigualdades prevalecerem a possibilidade de construção de ações efetivas para a obtenção de resultados mais efetivos se torna nula. Como observa Dreyfus (2007, P. 112), “es posible decir que Foz y Ciudad del Este tienen una relación simbiótica em la que la enorme informalidad de la economía de la ciudad

paraguay contribuye a mantener un alto nivel de vida en la ciudad brasileña”. Neste contexto, as intervenções realizadas são simbólicas e a fronteira se torna uma imensa área de atuação para todos os tipos de sujeitos sociais, de trabalhadores a capitalistas espúrios.

## **2 OS TRABALHADORES E AS SUAS TRAJETÓRIAS NO *CIRCUITO SACLEIRO***

No primeiro capítulo foram destacados alguns dos principais problemas vinculados à região estudada, demonstrado os aspectos positivos e negativos do desenvolvimento do setor turístico e também a suposta existência de grupos terroristas na fronteira, compondo o contexto histórico social que alimenta a existência do *circuito sacoleiro*. As diferenças políticas e econômicas entre os países vizinhos, visualizada nas diferenças tributárias e na existência dos cassinos, por exemplo, ao mesmo tempo que garantem o interesse turístico da região também se configura como fonte de renda e de subsistência para milhares de trabalhadores ocupados nas mais diferentes atividades geradas pelos percursos trilhados pelas mercadorias. Os valores movimentados por tais pessoas representam uma imensa fuga de divisas para o governo federal, pois concretamente eles correspondem a capitais que não são investidos no Brasil e a mercadorias não tributadas que entram no território nacional.

A mercadoria, na região das três fronteiras, não se configura apenas como um produto agregado de valor de troca disponibilizado pelo mercado, como também não é, simplesmente, o resultado e ao mesmo tempo a produtora dos fetiches de inúmeros consumidores. A grande importância dela não está nas necessidades primárias ou sociais que ela talvez possa suprir, mas na flexibilização da rede de relações promovida pela sua circulação. Muito além da geração de milhares de ocupações e dos vínculos criados entre elas, tal rede permitiu a transformação das fronteiras entre os diferentes polos que tendem a ser utilizados no estabelecimento de seus limites. O bem e o mal, o ético e o antiético, o moral e o imoral, o legal e o ilegal parecem não mais reconhecerem suas definições e as suas possibilidades. Os limites que separam estas diferentes definições tornam-se fluidos, manipuláveis, garantindo a sobrevivência de milhares de trabalhadores e as relações sociais entre sujeitos ocupados nas mais distintas posições econômicas e políticas.

Conscientemente ou não, o *circuito sacoleiro* está mergulhado nesta realidade. Os fios que separam as práticas de um grupo de *sacoleiros* responsáveis por abastecer de vídeo games uma cidade como Brasília, daquelas desenvolvidas por grupos criminosos responsáveis pelo contrabando de armas e drogas, são frágeis. A mesma logística de transporte é adotada; quando não, os mesmos *laranjas* e *barqueiros* são encarregados pelo cruzamento das fronteiras. Os

milhões de dólares gastos diariamente na compra de mercadorias no *microcentro* de Ciudad del Este se tornam bilhões rapidamente e ninguém tem muita clareza a respeito do destino final destes recursos. No final desta história, trabalhadores vítimas de um sistema social excludente misturam-se a oportunistas e criminosos, todos em uma única engrenagem, garantindo a expansão do capital.

Visando discutir o *circuito sacoleiro* sem cair nesta sinuosa armadilha, busca-se elucidar as práticas sociais e a estrutura de funcionamento do *circuito* por meio da recomposição das relações existentes entre as diferentes ocupações. Para tanto, recorrendo às *conversas qualificadas* realizadas, organizou-se uma rede de interlocutores que permite entender as práticas dos trabalhadores e também os vínculos criados entre eles. Assim, recompondo as trajetórias ocupacionais e as histórias de vida, tentou-se minimamente controlar os limites que demarcam as fronteiras existentes entre os *sacoleiros* e *laranjas*, responsáveis pelo abastecimento do mercado nacional de mercadorias importadas pelo comércio paraguaio, a os contrabandistas e traficantes. Neste exercício, a maneira e a ordem utilizadas para apresentar cada um dos sujeitos que auxiliaram na realização da pesquisa foram deliberadamente propositadas. Durante o processo de desenvolvimento do estudo, devido à dificuldade de acesso a muitos dos trabalhadores, utilizou-se da metodologia de rede para reconstruir o universo de interesse.

Primeiramente, o processo de aproximação aos sujeitos sociais partiu da utilização de contatos estabelecidos em outras pesquisas realizadas (Cardin, 2006). Os conhecimentos já adquiridos possibilitaram minimamente a reestruturação da rede que já havia sido confeccionada anteriormente, porém, devido às constantes transformações na logística empregada pelos trabalhadores, novos sujeitos envolvidos com todo o sistema de interesse foram destacados e incorporados, como é o caso dos *barqueiros*. Embora tal ocupação seja bem antiga na região da fronteira, ela começou a ganhar maior destaque apenas na segunda metade da primeira década do Século XXI. No passado tais trabalhadores eram menos utilizados e, quando eram, o tipo de mercadoria transportada era vinculado, em grande medida, ao narcotráfico. A partir do aumento da fiscalização na aduana brasileira na Ponte da Amizade, as mercadorias compradas pelos *sacoleiros* brasileiros no mercado paraguaio necessitavam de outros canais de escoamento para evitar a via terrestre; foi neste momento que os serviços prestados pelos *barqueiros* foram ampliados para atender uma demanda emergente de transporte.

Assim, o esquema clandestino de contrabando de armas e drogas, gradativamente foi dividindo o espaço fluvial com os outros barcos e com as outras mercadorias e, como se verá de forma mais cuidadosa ao longo do próximo capítulo, a estrutura de funcionamento para prestação de tais serviços paulatinamente tornou-se cada vez mais complexa, envolvendo um número maior de pessoas e uma organização hierárquica bem demarcada. No entanto, investigar o funcionamento desse universo é uma tarefa delicada. Como as linhas que demarcam o legal e o ilegal são extremamente tênues, existe uma grande resistência à aproximação de qualquer pessoa que não tenha vínculo direto com os negócios desenvolvidos na fronteira, impossibilitando uma experiência de *observação participante*. Logo, os estudos realizados sobre tal realidade partiram fundamentalmente das *conversas qualificadas* estabelecidas com os trabalhadores diretamente vinculados à estrutura dos portos do Rio Paraná<sup>15</sup>. Para isso, foram efetivadas conversas com *carregadores*<sup>16</sup>, *barqueiros* e *sacoleiros* que utilizam tais serviços.

Como explicado em outra ocasião (Cardin, 2009a, p. 12), as sutilezas do universo de pesquisa composto pelo *circuito sacoleiro* exige uma postura metodológica específica. Assim, deu-se preferência ao diálogo espontâneo nascido das relações cotidianas estabelecidas com os trabalhadores. Em síntese,

as *conversas qualificadas* correspondem a uma tentativa de desenvolver dentro da metodologia da história oral uma nova possibilidade de relação entre as partes envolvidas na produção da pesquisa. Contudo, as *conversas* não representam um rompimento radical com as demais técnicas de história oral, mas um esforço no processo de democratização e nivelamento dos sujeitos envolvidos na construção coletiva do conhecimento. Assim, alguns dos pressupostos básicos do trabalho com fontes orais precisam ser considerados ao longo do desenvolvimento dos trabalhos de campo. Entre estes se destacam: a) o estabelecimento de uma relação de confiança com os interlocutores; b) a manutenção das relações após as conversas; c) a busca da saturação dos assuntos abordados; d) o desenvolvimento das conversas em um lugar 'neutro'; e) a aquisição de um conhecimento prévio do perfil dos sujeitos que compõem o universo de interesse; f) o estabelecimento das conversas firmadas em núcleos comuns e; g) a preservação da oralidade durante as transcrições.

De modo geral, todos os contatos realizados partiram de indicações dos interlocutores que já faziam parte da rede de relações previamente estabelecida, o que facilitou a conquista de confiança e a abertura de novos diálogos. Assim, dentro do texto exposto, a apresentação dos

---

<sup>15</sup> O Rio Paraná nasce entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e, em seu percurso, banha também o Estado do Paraná, adquirindo uma extensão total de 3.398 km. O rio demarca a fronteira do Brasil com o Paraguai numa extensão de 190 km até a foz do Rio Iguazu.

<sup>16</sup> Os carregadores são os trabalhadores ocupados em transportar as mercadorias na barranca do Rio Paraná.



interlocutores acompanha a organização da rede desenvolvida e esta, por sua vez, possibilitará a esquematização da estrutura de funcionamento do *circuito sacoleiro* e a problematização de suas relações e hierarquias no próximo capítulo. Todavia, neste momento, limitar-se-á à exposição das trajetórias dos interlocutores e das atividades desempenhadas por cada um deles, para, a partir daí, iniciar a construção de pequenos esboços que representem minimamente a organização dos trabalhadores dentro do *circuito*.

## **2.1 – A trajetória dos interlocutores: *vendedores, freteiros e laranjas*.**

Durante as pesquisas desenvolvidas no curso de mestrado e de doutorado foram contatados 15 trabalhadores, envolvidos nas mais diferentes ocupações no interior do *circuito sacoleiro*. Assim, não houve preocupação em estabelecer algum tipo específico de amostragem ou uma delimitação por gênero, idade ou escolaridade. Os esforços foram concentrados em se obter interlocutores ocupados no maior número de atividades possíveis dentro do *circuito*. O objetivo foi conversar com representantes das diferentes ocupações para serem construídas as relações estabelecidas entre os trabalhadores e obter uma noção do todo. Neste contexto, entre os interlocutores estão *vendedores, laranjas, cigarreiros, batedores, sacoleiros, agenciadores, freteiros, barqueiros, carregadores e proprietários de portos*, ou seja, sujeitos que atuam em quase todas as ocupações vinculadas à compra, transporte e revenda das mercadorias disponibilizadas no mercado paraguaio. Evidentemente, existem outras atividades que não foram contempladas ou ouvidas, como os condutores de motos, táxis e vãs que atuam no transporte dos trabalhadores e de mercadorias, além dos *olheiros*, responsáveis pela segurança nos portos.

**Tabela 06 – Interlocutores Divididos em Sexo e Ocupação.**

Ocupação	Masculino	Feminino
Vendedores Ambulantes no Brasil	01	
Vendedores Fixos em Lojas no Paraguai	01	01
Laranjas	02	01
Sacoleiros	01	01
Agenciador	02	
Freteiro	01	
Barqueiro	01	
Carregador	01	
Batedor		01
Proprietário de Porto	01	
<b>Total</b>		15

Antes de começar a apresentação das histórias coletadas durante as *conversas qualificadas*, há alguns pontos que precisam ser explicitados: 1) no intuito de facilitar a exposição serão disponibilizadas as trajetórias dos interlocutores dentro de suas respectivas categorias, sem estabelecer uma hierarquia entre as ocupações ou uma ordem de importância entre as mesmas; 2) todos os nomes e as localidades citadas durante as falas foram alteradas para impedir a identificação e proteger os sujeitos da pesquisa e; 3) as conversas raramente se limitaram a um único encontro, tentou-se, ao longo de mais de 06 anos de pesquisa, acompanhar as mudanças e as recolocações dos trabalhadores dentro do mercado de trabalho.

O primeiro contato estabelecido com o Paraguai foi através das *conversas* realizadas com três vendedores localizados em posições bem distintas no mercado da fronteira. Carlos, Roberto e Deise desempenhavam funções específicas no momento dessas *conversas* iniciais no ano de 2005. O primeiro comprava mercadorias de baixo valor em Ciudad del Este e revendia em Foz do Iguaçu, o segundo gerenciava uma loja especializada em produtos de informática e a terceira era vendedora em um estabelecimento também direcionado ao comércio de computadores e acessórios, ambos no *microcentro* do Paraguai. Embora as trajetórias sejam singulares, as histórias narradas por estes sujeitos sociais permitem aproximar do universo de interesse da pesquisa, auxiliando compreender um pouco de sua cotidianidade.

Carlos já era conhecido quando ele negociava acessórios para piscinas em uma esquina de Foz do Iguaçu no ano de 2005. Desde lá foram acompanhadas sua trajetória e as mudanças nas suas práticas de atuação. Natural do Estado de São Paulo, durante as primeiras conversas estava com 41 anos, era casado e pai de quatro filhos. Morava em residência própria em um bairro popular do município, dividindo o teto com a esposa, os filhos, a sogra e uma cunhada. Não havia concluído o ensino fundamental e vivia como vendedor ambulante há mais de 15 anos, mudando seu ponto de negociação conforme o clima e a fiscalização dos agentes da prefeitura. Segundo ele, a sua pouca qualificação e a sua idade impedem um ingresso de maior qualidade no mercado de trabalho e limitam suas possibilidades de atuação. Tal situação acaba por não motivá-lo a deixar a informalidade em busca de um emprego regular, com carteira assinada, direitos trabalhistas e uma previsibilidade de renda no decorrer dos meses.

Eu já tenho certa idade para mim não interessa ter carteira assinada, para meus filhos sim. Eu gostaria que eles estivessem trabalhando, igual eles estão trabalhando, com carteira assinada, pros meus netos. Agora, para mim não acredito mais, já estou com quarenta e tantos anos, estou quase no fim da vida, se agüentei até agora dá para agüentar o resto.

A esposa, a cunhada e a sogra são dependentes do seu trabalho e do trabalho de seus filhos, que deixaram de estudar para ajudar o pai a sustentar uma família numerosa. Embora tivesse tido pouca oportunidade de trabalhar de forma regular ao longo de sua trajetória, que é caracterizada por um conjunto de atividades temporárias desenvolvidas em São Paulo, como pedreiro e pintor, e depois como vendedor ambulante no Paraná, o trabalho é considerado determinante na sua formação social e, conseqüentemente, na formação da própria cotidianidade na qual está inserido.

Trabalho para mim é tudo, tudo na vida. O trabalho me dá o que de comer, me dá remédio. Eu trabalho desde os seis anos até hoje e nunca morri, o trabalho não mata ninguém. O trabalho é um esporte, se não trabalho fico até doente. Trabalho desde os seis anos de idade e não tenho nada na vida, se você me caçar vinte reais você não acha. O que eu faço é para comer. Para mim o trabalho é tudo, se não fosse o trabalho eu estava perdido.

Conversar com Carlos corresponde a um mergulho profundo em uma trajetória marcada por escassez e dificuldades. Corresponde a testemunhos de desafios e superações. Neste sentido, quando fala sobre suas experiências de trabalho narra os diferentes obstáculos encontrados na busca pela sobrevivência em São Paulo e também as esperanças que existiam na mudança para a

região das três fronteiras. A possibilidade de se beneficiar do comércio internacional é apontada como o principal atrativo para a migração, embora a realidade enfrentada não tenha correspondido com aquilo que esperava. No interior do mundo das necessidades, Carlos, em um desabafo, expressa suas dificuldades no mercado.

Trabalho como pedreiro e com qualquer tipo de serviço que vem para mim, mas nunca pintou serviço (*com carteira*) para mim. Daí eu trabalho de ambulante. Nunca fiquei parado, corro de dia e de noite. Trabalho de ambulante, é num canto é em outro, é na rua andando. Nunca parei aqui em Foz... Vendo boias de plástico no verão, churrasqueiras e brinquedos no inverno e assim vou me virando.

As dificuldades em adquirir e transportar as mercadorias compradas em Ciudad del Este motivadas pelo aumento do rigor da fiscalização imposta pela Receita Federal na aduana localizada na fronteira com o Paraguai, somadas à vontade de ampliar a lucratividade das vendas, fizeram com que Carlos, nos últimos anos, mudasse o perfil dos produtos negociados. Ainda com a ajuda de seus filhos, o interlocutor começou a trabalhar com a venda de cadeiras e estofados trazidos por um distribuidor de outro município que, devido aos valores de cada unidade, possibilita uma melhor comissão. Sem muitas perspectivas, Carlos vai adaptando seu negócio informal à conjuntura da fronteira, alternando produtos e locais de venda conforme as políticas de controle da fronteira são modificadas.

A segunda trajetória acompanhada ao longo dos estudos foi a de Deise. Solteira e natural de Foz do Iguaçu, ela contava com 16 anos quando da conversa pela primeira vez. Na época, morava com os pais, cursava o ensino médio em um colégio estadual e trabalhava como vendedora em uma loja no *microcentro* de Ciudad del Este. O seu ingresso no mercado de trabalho tinha ocorrido um ano antes, quando, na oportunidade, conseguiu o emprego de vendedora que manteve até o ano de 2009, momento da última conversa. Embora esteja atuando no Paraguai há vários anos esta situação não é naturalizada pela interlocutora. Sua fala é marcada por insatisfação e por tentativas de superação.

Eu trabalho como vendedora em uma loja de informática, mas não tenho nenhum direito trabalhista e cumpro um regime de trabalho cansativo, chegando muitas vezes a dez horas por dia apenas com dois domingos de descanso por mês. Mas o que mais me incomoda é o fato de eu ser bem qualificada, dominar o inglês, o guarani, o castelhano, possuir um bom conhecimento de informática e não conseguir nenhum tipo de emprego no Brasil. Olha que eu procuro! Tenho deixado meu currículo em vários lugares da

cidade, mas nunca recebo uma resposta positiva. Pode ter certeza, se eu arrumasse um emprego com salário mínimo e os direitos trabalhistas não pensaria duas vezes em trocar de serviço.

Deise deixa transparecer desilusão com a vida que tem, fato visível nas denúncias de exploração a que está submetida e no lamento constante por não conseguir realizar os seus desejos. No entanto, ela afirma que sempre tenta buscar algo positivo no trabalho que realiza para não abandoná-lo. Neste sentido, afirma que é melhor ter a vida que ela leva do que ficar desempregada, pois o salário que ganha, embora considere pouco, é fundamental para a manutenção de sua família, pois mora apenas com a mãe e uma irmã que depende basicamente do dinheiro que obtém trabalhando no Paraguai. A loja em que atua dispõe de 30 funcionários, distribuídos em diferentes setores, sendo que os salários dependem do tempo de serviço no estabelecimento. A clientela é basicamente composta por *sacoleiros* oriundos das mais diferentes regiões do país, o que exige da empresa e dos seus funcionários uma maior disponibilidade referente aos horários realizados.

Na mesma época foi feito o primeiro contato com Roberto e iniciou-se o acompanhamento de sua trajetória. Durante este período, muitas coisas mudaram em sua vida. Atualmente encontra-se casado, morando em residência própria e, evidentemente, não tem mais os mesmos 25 anos quando conversa pela primeira vez no ano de 2005. Naquele momento gerenciava uma loja especializada em informática no município de Ciudad del e já possuía uma trajetória ocupacional significativa para a compreensão das relações existentes entre os mercados das três fronteiras.

Eu trabalhava em uma empresa de vendas e assistência de computadores em Foz do Iguaçu, mas, devido às inúmeras facilidades dos moradores da região em comprar peças novas para computadores em Ciudad del Este, a empresa não conseguiu se manter no mercado. Assim, eu fiquei sem emprego, mas com um bom conhecimento em informática. Eu consegui um emprego rapidinho em uma loja especializada no Paraguai.

No entanto, mesmo recebendo um bom salário, ao longo das conversas foram inúmeras as reclamações referentes às incertezas que marcavam a sua situação no local onde atuava, fazendo desejar um emprego regulamentado no Brasil. As oscilações na economia interferiam diretamente nas vendas e, conseqüentemente, nos empregos existentes no Paraguai. A grande concorrência existente no *microcentro* de Ciudad del Este e a gradativa melhoria das condições de compra de informática no interior do Brasil também interferiam na estabilidade dos vínculos empregatícios

existentes. Todavia, diferentemente das trajetórias de Carlos e de Deise, Roberto conseguiu concluir o curso superior e uma pós-graduação *stricto sensu*, o que o habilitou a lecionar em uma faculdade particular da região de Foz do Iguaçu e abandonar a ocupação anterior.

Entre o final de 2005 e o começo de 2006, Cláudio foi o único *fretista* que participou do processo de construção do estudo. Natural de Roncador/PR, na época da conversa era solteiro, tinha 27 anos e morava em uma casa alugada com o irmão. A sua trajetória ocupacional é diferente das narradas anteriormente. Ao contrário dos primeiros interlocutores, Cláudio possuía experiências em empregos formais antes de ingressar no *circuito sacoleiro*. No passado, o interlocutor trabalhava como costureiro em uma fábrica de confecção que possuía aproximadamente 700 funcionários no município de Sombrio/SC. Porém, segundo o depoente,

a dona da empresa fez umas mudanças e um corte meio geral de funcionários. Ela chorou, fez aquela ladainha, mas bem na verdade ela terceirizou o serviço e deixou de ter aquele monte de costureiros no interior da empresa para contratar pequenas confecções domiciliares no intuito de fazer o serviço que antes nós fazíamos.

Vítima da reorganização dos parques produtivos iniciada na década de 1980 e que ainda encontra-se em curso, o interlocutor foi convidado a se associar a mais três amigos em uma empresa de frete localizada em um shopping de Ciudad del Este. Segundo ele, o serviço prestado é simples. Os *patrões* contratam os *freteiros* para que estes se responsabilizem pela entrega das mercadorias adquiridas em diversos lugares do país, onde os *freteiros*, como ele mesmo os rotula, ganham uma porcentagem que varia de 20 a 30% do valor do produto transportado. Cláudio garante a qualidade e a segurança do serviço que realiza e, por isso mesmo, pode oferecer com tranquilidade uma espécie de seguro, que garante o reembolso total do valor da mercadoria caso ocorra algum problema na entrega do produto. Durante as conversas tentou-se descobrir qual era o meio de transporte utilizado pela empresa, mas em todas as vezes o interlocutor nos olhava, soltava uma risada e dizia: “isso eu não falo!”.

Solicitado, Cláudio sintetiza de maneira bem objetiva algumas relações existentes no *circuito sacoleiro*, mas sem fazer referência a sua própria ocupação. Segundo ele, o trabalho do *freteiro* é menos visível, não estando vinculado à “muvuca” do *microcentro*. Por possuir clientes fixos e lojas de confiança já “credenciadas”, não existe a necessidade de ficar na “correria”, o que permite a execução de um trabalho mais discreto e sigiloso.

O *sacoleiro* de ‘responsa’ é aquele que possui um bom *patrão*, que trabalha para uma pessoa qualquer administrando grandes quantidades de dinheiro e de mercadorias da mesma. O *sacoleiro* normalmente não atua sozinho, ele precisa contratar outras pessoas para ajudá-lo a passar a mercadoria pela Ponte da Amizade e pelos postos de fiscalização da Polícia e da Receita Federal. Aí entram em cena os *laranjas*, que são os trabalhadores que menos ganham e que concretamente correm mais riscos de serem pegos pela fiscalização. Mas nem todos os *laranjas* possuem um *sacoleiro* como *patrão*, muitos deles são autônomos e conseguem realizar serviços esporadicamente dependendo muito da quantidade de pedidos.

O interlocutor, mesmo tendo concluído o ensino superior e tendo oportunidade de atuar dentro da área em que se formou, afirma que não irá abandonar a atividade que desempenha no Paraguai. A lucratividade da empresa, independentemente das oscilações do mercado de Ciudad del Este, e a tranquilidade da ocupação garantem a sua permanência. Segundo ele,

não vale a pena deixar o serviço que tenho, o salário que eu iria ganhar como professor é muito pouco perto daquilo que consigo tirar semanalmente no Paraguai. Sei lá, se eu arrumasse um ‘trampo’ que eu ganhasse bem e não tivesse muita preocupação até pensaria em abandonar essa vida de *muambeiro...*(risadas).

Os *freteiros* realizam um tipo de serviço que permite uma grande diversidade de variações no seu *modus operandi*. Na maneira mais comum o *sacoleiro* realiza as compras no *microcentro*, leva as mercadorias aos *freteiros* e estes se responsabilizam pelo transporte para o interior do Brasil. Porém, existem casos onde os *sacoleiros* apenas fazem um depósito para as lojas pré-determinadas com valores correspondentes a um conjunto de mercadorias solicitadas via e-mail ou fax. A loja separa os pedidos e os *freteiros* buscam e os entregam no lado brasileiro da fronteira. Todavia, como foi afirmado, os mecanismos utilizados por Cláudio para fazer as entregas é desconhecido. Roberto, o ex-gerente de uma loja de informática, apontou para a existência de inúmeras formas de transporte, que passam pela utilização dos serviços postais até a utilização de aviões. Contudo, o mais visível ou facilmente observável é a utilização do serviço dos *laranjas*.

Em grande medida o serviço dos *laranjas* é requisitado por duas razões básicas. Primeiramente, observa-se que dentro do *circuito sacoleiro* existe a necessidade de vincular as mercadorias adquiridas a um conjunto maior de pessoas para não deixar as compras ficarem registradas exclusivamente no nome do verdadeiro comprador. Com isso, se impede ou no mínimo se dificulta a perda de todo o dinheiro investido pelo *sacoleiro* em uma única viagem.

Exemplificando: o *sacoleiro* gasta US\$ 1200,00 dólares na compra de ferramentas. Como ele tem o direito de passar pela fronteira unicamente o valor de US\$ 300,00 dólares mensais, o *sacoleiro* divide o total de sua compra (US\$ 1200,00) com mais três laranjas, para que cada um deles assuma uma quantidade de produtos corresponde a  $\frac{1}{4}$  do valor total.

Passando à aduana brasileira, os *laranjas* levam os “volumes” até o local previamente combinado, que pode ser um hotel próximo à fronteira ou até mesmo a cidade que corresponde ao destino final das mercadorias. Para tanto, ele ganha uma comissão que depende da distância percorrida, da época do ano, do rigor da fiscalização, do tipo de produto carregado e da conjuntura do mercado de trabalho na fronteira, ou seja, se está tendo excesso ou falta de trabalhadores para a realização deste tipo de serviço. Assim, a divisão das compras entre os *laranjas* diminui os riscos de apreensão por parte da Receita Federal, já que cada um dos trabalhadores estará carregando o valor da cota permitida legalmente. Não suficiente, o procedimento também facilita o transporte, já que as mercadorias estarão pulverizadas nas mãos de outras pessoas. Durante a pesquisa conversou-se com três *laranjas*. O primeiro deles, o interlocutor denominado de Mário, iniciou suas atividades dentro do *circuito* aos 11 anos de idade como *cigarreiro* e somente depois de algum tempo assumiu outras funções no Paraguai.

A trajetória ocupacional de Mario é totalmente vinculada ao mercado de Ciudad del Este. No início do acompanhamento de sua história de vida, no final de 2005, ele era solteiro, tinha 19 anos e morava com sua família em uma casa própria em Foz do Iguaçu. Com exceção da idade, estas primeiras variáveis não sofreram mudanças ao longo dos últimos cinco anos, mas, em compensação, suas relações com o Paraguai se alteraram substancialmente. Segundo ele, em meados da década de 1990, a empresa em que seu pai trabalhava encerrou suas atividades, levando a família a passar por sérios problemas financeiros no período. Buscando superar esta situação, todos os integrantes da família trabalhavam na região da fronteira realizando diferentes atividades até o momento em que começaram a passar volumes de cigarro na fronteira do Brasil com o Paraguai a pedido de um *patrão* em quase todos os dias da semana.

Quando eu era mais novo meu pai trabalhava com madeira, cortando, lixando, ajudando a fazer móveis para casa, coisas do tipo. Mas um dia o lugar que ele trabalhava fechou as portas e a situação em casa ficou difícil. Então todo mundo começou a trabalhar fazendo bicos no Paraguai, do mais velho ao mais novo. Inicialmente, por causa de um vizinho que tínhamos, começamos a trabalhar passando cigarros.



Depois de alguns anos trabalhando no transporte de cigarros, o grupo familiar de Mário converteu-se a uma igreja evangélica e modificou significativamente a sua relação com o *circuito*. Os novos usos e costumes adquiridos impossibilitaram a manutenção de algumas práticas anteriormente desenvolvidas, como, por exemplo, as aproximações que antes existiam com os cigarros e as bebidas. Objetivamente, Mário afirma que “não era possível para a família continuar a contribuir com a circulação de um produto que eles mesmos condenavam”. Neste contexto, a família tratou de se recolocar dentro do mundo do trabalho na fronteira, enquanto os pais do interlocutor começaram a vender alimentos e suas irmãs conseguiram empregos em lojas no interior do Paraguai, ele começou a atuar como “cotista”, recebendo um valor determinado para atravessar pela Ponte da Amizade uma quantidade determinada de produtos de informática.

Depois de três anos realizando este pequeno trajeto, o interlocutor foi convidado por seu *patrão* a levar as mercadorias pessoalmente para a cidade de São Paulo. Esta última mudança ocupacional representou um aumento significativo no valor da comissão recebida, proporcional aos riscos mais elevados de ser assaltado e também de ser “pego” pela Receita Federal. No entanto, devido às imprevisões do serviço que começou a realizar, como, por exemplo, a falta de um horário pré-determinado ou de uma agenda de viagens, e as dificuldades financeiras de sua família, que exige dele uma maior dedicação ao trabalho, Mário não conseguiu concluir o curso superior que estava realizando no momento das primeiras *conversas qualificadas*. No entanto, afirma que “quando as coisas melhorarem” pretende voltar aos estudos, pois estes podem garantir “um futuro melhor e mais seguro”.

Como é possível de ser observado até o presente momento, o *circuito sacoleiro* representou o acesso ao primeiro emprego para a maioria dos interlocutores, além de um rico universo de experiências para os trabalhadores. No caso específico dos *laranjas* isso é mais notório, talvez por essa ocupação representar muitas vezes a porta de entrada ao *circuito* e ser a principal teia de ligação entre as outras diferentes atividades existentes na rede de ocupações visualizada no interior do mercado no Paraguai. Os outros dois *laranjas* que auxiliaram no entendimento da organização do trabalho na fronteira, Luiz e Adriana, também iniciaram suas trajetórias ocupacionais no *microcentro* de Ciudad del Este e, da mesma forma que Mário, tinham na atividade a principal fonte de renda da família e, conseqüentemente, um alto grau de dependência em relação ao país vizinho.

Natural de Foz do Iguaçu e morando com os pais em uma favela localizada na barranca do Rio Paraná, em uma região central do município, Luiz abandonou os estudos logo após concluir o ensino médio. Durante as conversas estabelecidas, observou-se que sua vida é marcada pela falta de perspectiva ou pela falta de esperança em um futuro melhor. Atuando desde os 13 anos como *laranja*, o interlocutor não acredita na possibilidade de superar as dificuldades primárias existentes em sua cotidianidade, como também não acredita que os inúmeros problemas da fronteira irão ser extintos. Para ele o desemprego, a violência e a pobreza são marcas típicas de uma região sem governo, onde quem manda é o mais forte. Este pensamento faz com que o interlocutor destaque algumas particulares no desenvolvimento de sua ocupação que revelam elementos importantes para o bom desempenho da função.

A experiência que a gente adquire trabalhando nesse negócio não tem preço, a gente conhece um monte de pessoas e aprende as malandragens deles. No dia a dia acontece cada coisa bizarra que ajuda a esquecer as dificuldades do trabalho, mas só quem tem cabeça boa e jogo de cintura consegue lidar com as paradas que rola lá. Você precisa saber bem quando pode confiar numa pessoa, quando é melhor ninguém ficar sabendo quem você é ou quem é o seu *patrão*. Se você aprende isso você está seguro e pode aproveitar as coisas que tem lá, aproveitar das situações e das pessoas que cruzam pelo seu caminho todos os dias para tirar coisas boas do serviço, para poder dar risada enquanto atravessa a ponte.

A trajetória de Adriana não se afasta muito das experiências narradas por Luiz. Natural de Foz do Iguaçu, casada e morando na mesma favela, a interlocutora iniciou seu trabalho como *laranja* quando tinha 15 anos de idade. Durante os cinco anos de contato, manteve-se exclusivamente nesta ocupação. Segundo ela,

é legal ir ao Paraguai a pé. Como passo todos os dias da semana por lá acabo conhecendo muita gente. Tem dias que minhas primas resolvem ir comigo e elas ficam assustadas porque todo mundo me cumprimenta, chega a ser engraçado. Mas eu nem conheço todas aquelas pessoas, nem sei o nome delas, acho que elas agem assim por hábito, sei lá, por me verem todos os dias fazendo o mesmo caminho. Mais isso algumas vezes ajuda, tem dia que tenho mercadorias muito além da cota permitida eu consigo rapidinho achar alguma pessoa para passar comigo pela aduana para dividir a encomenda... Lógico que eles não fazem isso como um favor, sempre tem que pagar uns cinco reais ou coisa do tipo... Depende do valor dos produtos que ele vai carregar.

Adriana não concluiu o ensino médio e, por enquanto, não pretende fazer isso, pois, na sua opinião, “não precisa de escola para sobreviver em Foz”. Esta posição tem relação direta com o meio em que está inserida. Devido à proximidade com o rio que limita a fronteira do Brasil com o Paraguai, boa

parte da população da região desempenha funções vinculadas ao país vizinho, seja no interior do *circuito sacoleiro* ou nas rotas de contrabando e tráfico. A facilidade em cruzar a fronteira através dos portos clandestinos ou de atravessar a Ponte da Amizade via Avenida Beira Rio faz com que parte da população ribeirinha consiga acompanhar com facilidade as constantes mudanças nos arranjos ou na organização do *circuito*, estando sempre muito articulada e ocupada com os interesses de *agenciadores*, *donos de portos*, *sacoleiros* e *patrões*. Neste contexto, não é difícil observar que as trajetórias dos trabalhadores de diferentes ocupações se entrelaçam em relações de dependência e de crescimento dentro da hierarquia que marca os mundos do trabalho na fronteira.

## **2.2 - A trajetória dos interlocutores: *agenciadores*, *barqueiros* e *sacoleiros*.**

O primeiro *agenciador* conhecido pela pesquisa foi Silvano. Casado, com 35 anos e o ensino secundário incompleto, teve sua primeira experiência profissional no Paraguai.

Antes de fazer o que eu faço, trabalhava como *laranja*. Comecei bem moleque, mas eu sempre fui esperto, conseguia guardar dinheiro e arrumar ajudantes que ganhavam comissões mais baixas. Assim, fui crescendo. Era mais ou menos assim, o *sacoleiro* fazia uma compra grande e pedia para eu transportar os ‘volumes’ daí eu falava que ele não precisava contratar outro *laranja* para transportar porque eu dava conta, era só me pagar pela quantidade de ‘volumes’. Na verdade era mentira! Tinha muito coisa e eu não conseguia levar sozinho, então eu procurava *laranjas* que estavam começando no Paraguai e oferecia uma comissão bem baixa para eles me ajudarem, assim eu conseguia fazer o serviço e ainda tirar um dinheiro melhor.

Começando a trabalhar cedo e articulando desde o início uma rede de contatos própria, Silvano gradativamente foi desempenhando funções de maior confiança e de maior rentabilidade dentro do *circuito sacoleiro*. Até chegar um momento em que a sua única responsabilidade tornou-se a de agenciar outros trabalhadores e fazer as relações diplomáticas entre as diversas ocupações, ou, como ele prefere dizer, gerenciar os negócios dos outros.

Atualmente eu trabalho bem pouco (*risadas*), sou o responsável pela passagem da mercadoria. Pra tanto, tenho pessoas que trabalham pra mim, trabalhadores que preparam os ‘volumes’, trabalhadores que os embarcam, outros que os conferem e, por fim, outros que os levam até o hotel. Na verdade eu só coordeno e faço as ligações entre as diferentes pessoas que são necessárias para trazer a ‘muamba’. Alguns destes trabalhadores eu pago por semana, outros por dia. Por exemplo, as pessoas que fazem a conferência e os donos dos portos que

utilizo para fazer o transporte pago semanalmente, mas os *larajas* e os *carregadores* eu prefiro pagar diariamente, já que eles ganham bem menos... No final da história eu consigo tirar uns três mil por semana.

O segundo *agenciador* conhecido foi Fabiano. Solteiro, com 35 anos e o ensino secundário completo, sua trajetória ocupacional se aproxima em alguns momentos da narrativa de Silvano. Natural de Foz do Iguaçu, também teve seu primeiro serviço no Paraguai.

Eu comecei trabalhar na adolescência, ia lá para as galerias e ficava aguardando aparecer serviço, tipo quando um *laranja* mais velho ou um *sacoleiro* precisava de ajuda. Depois arrumei um *sacoleiro* como *patrão*, fiquei alguns anos trabalhando para ele carregando ferramentas, até que me juntei com um amigo que fazia a mesma coisa e montamos uma lojinha de 1,99 no Brasil. Com dificuldade de manter ela, principalmente em abastecer a loja com os produtos que vinha do Paraguai tivemos que fechar as portas.

Entretanto, a experiência adquirida ao longo desta trajetória foi fundamental para sua recolocação no interior do *circuito sacoleiro*. Conhecedor do funcionamento dos diferentes “esquemas” que ele envolve e tendo muitos conhecidos no *microcentro* de Ciudad del Este, logo que abandonou sua “vida de vendedor” foi convidado por um dono de porto a auxiliar no transporte e organização das mercadorias.

Assim que eu voltei para o Paraguai, peguei um pouco do dinheiro que tinha sobrado da loja e comprei um Corcel velho para passar mercadorias na Ponte. Eu consegui muitos clientes, os *sacoleiros* conversavam comigo e eu passava principalmente ‘volumes’ de cigarros no meu carro. Daí, um conhecido meu, que tinha acabado de montar um porto, me chamou para conversar. Ele falou que tava precisando de alguém que levasse as mercadorias dos *sacoleiros* até o porto dele e como eu tinha bastante cliente vi a oportunidade de aumentar a quantidade de ‘volume’ que eu passava. Então nós começamos a trabalhar juntos. Eu ficava no *microcentro*, correndo atrás dos *sacoleiros*, para levar os volumes para o porto.

A sociedade que realizou trouxe rápido retorno financeiro e permitiu a eles investimentos e melhorias nos serviços que prestavam. Fabiano adquiriu uma *Van* para transportar uma quantidade maior de mercadorias, agenciou um conjunto de *carregadores* e começou a assumir a responsabilidade por todo processo de transporte dos *volumes* pela fronteira.

Depois de um tempo que estávamos trabalhando juntos eu comprei uma van para transportar uma quantidade maior de caixas e meu sócio, outro barco. Desse jeito conseguimos aumentar o número de clientes de tal forma que precisei contratar um conjunto de *carregadores* e pessoas para fiscalizar o serviço, porque sozinho não estava mais dando conta. Comecei então apenas a gerenciar

o serviço, agora nem encosto nos *volumes*. Os *carregadores* preparam a mercadoria, enrolam elas nos sacos pretos e colocam na van. Eu as levo para o porto do lado paraguaio, lá os *carregadores* as tiram do carro e as levam para os barcos, tudo fiscalizado por alguém de minha confiança. Enquanto o barco é preparado e ele atravessa o rio, vou para o porto do lado brasileiro. Chegando lá outros *carregadores* pegam os *volumes* no barco, sobem a barranca do rio e levam para van. Daí eu levo tudo para o hotel e entrego as mercadorias para o dono... É a hora que eu recebo o restante do valor do serviço. Eu ganho uma parte quando o *sacoleiro* fala comigo pela primeira vez e outra quando entrego os produtos.

A rede de relações elaborada ao longo de todo o processo de pesquisa permitiu ter acesso a um único dono de porto. Embora se tenha noção que a construção deles não corresponda sempre a um único modelo ou a um único processo, a dificuldade em conseguir estabelecer contato com um dos “proprietários” atribui um valor significativo a conversa realizada. Como é possível observar na *conversa qualitativa* estabelecida com José Gonzalez, a sua trajetória ocupacional sempre esteve relacionada às discrepâncias políticas e econômicas existentes na fronteira do Paraguai com o Brasil. Transcrevendo parte do diálogo que foi estabelecido com o interlocutor, constata-se a dependência existente em relação às possibilidades oferecidas durante as relações internacionais ocorridas no âmbito do MERCOSUL.

Em 94, eu era pequeno e trabalhava na galeria ainda, o barranco era tudo mato, tudo mato. Passávamos com um chevet e as mercadorias iam sobre o carro porque não cabia no porta malas... Nós passávamos tranqüilos, não havia policia, receita federal, não havia nada. Depois comecei a trazer carros do Chile, até que aprenderam um dos carros que estava em um comboio, pois passava sete, oito carros de uma única vez... Comprava carro no Chile e vendia aqui... Carro original no Paraguai é muito caro.

A fronteira não corresponde apenas a uma fase da história do interlocutor, ela é um elemento constante. O interlocutor ao resgatar suas experiências e reminiscências destaca aspectos vividos quando ainda era adolescente e trabalhava auxiliando os *compristas* a carregarem suas mercadorias pelo *microcentro* da cidade paraguaia. Esta lembrança é sucedida por recordações de momentos vividos alguns anos depois, quando atingiu a idade necessária para buscar carros no Chile e revendê-los no Paraguai a um preço lucrativo. Contudo, ainda em uma fase inicial de conversa, a fiscalização surge para dificultar o desenvolvimento das atividades e exigir do interlocutor uma readaptação à fronteira, fato que se tornará frequente em sua vida. Neste processo de mudança começou a trabalhar no transporte de mercadorias para os portos que havia em Ciudad del Este antes da nova aduana da Receita Federal Brasileira.

Antes de abrir a nova aduana da receita federal brasileira eram apenas três portos... Nessa época era tranqüilo... Não havia nada... Mas como eu tinha muito freguês, trabalhava pegando a perua e levando as pessoas até o porto para levarem a mercadoria, falaram para eu montar um porto exclusivo pra mim. Daí eu fui lá e procurei saber como era o negócio. Primeiro tem que comprar o motor e um barco para começar a trabalhar. Pra falar verdade, nesta época eu tinha que guardar dinheiro escondido de minha mulher se não ela gastava... Até que consegui juntar. Daí fui eu e meu amigo lá, compramos um barco e um motor... Então contatei o Marcos, que nunca tinha perdido um volume na aduana, para trazer cigarros em uma Kombi... Eu pagava 20 reais o *volume* e ele levava entorno de 18 *volumes* por dia. Mas tinha muita gente perdendo as mercadorias e os veículos usados devido à fiscalização, então falei para ele começar a levar tudo no meu porto... Então ele começou a levar 48 volumes. Eu tive que pagar 150 reais no porto porque aqui num é ganho as pessoas alugam e eu tinha que pagar 150 reais semanais para usar o porto. Logo depois, eu comecei a trabalhar com o Tucano, fui pessoalmente à casa dele e falei...Tucano... Montei um porto e queria trabalhar com você. Você pega a mercadoria no *microcentro* e traz para eu passar ela no rio. Eu comprei uma Kombi aqui no Paraguai por mil reais e mandei para ele, não tinha chapa, não tinha documento, não tinha nada a Kombi. Na primeira vez que utilizamos a Kombi peguei os volumes do Marcos e trabalhei das 6 horas as 8... E passei os 48 *volumes*.

O sucesso na atividade que desenvolvia fez com que rapidamente ampliasse o conjunto de clientes que possuía, permitindo ao interlocutor se organizar para obter seu próprio porto. Gradativamente, os *sacoleiros* e *patrões* que utilizavam seus serviços quando trabalhava apenas no transporte terrestre foram-no acompanhando, fazendo com que o empreendimento se tornasse bem sucedido. Todavia, tal situação não foi promovida exclusivamente devido ao “bom trabalho” que ele realizava, mas como o resultado do aumento das necessidades de transporte seguro existente entre as pessoas que compravam grandes quantidades de mercadorias no Paraguai para revendê-las no Brasil a partir do estabelecimento das políticas de *cota zero* estipulada pelos órgãos de fiscalização do governo brasileiro.

Os portos associados aos diferentes *agenciadores* contratam inúmeros trabalhadores. Homens, mulheres, pessoas de todas as idades, ocupadas em transportar volumes, remar barcos, conferir mercadorias, proteger operações. Paulo pode ser considerado mais um destes trabalhadores. Militante de movimentos sociais na região das três fronteiras, começou a desempenhar a função de *barqueiro* no ano de 2005 com o objetivo de complementar sua renda pessoal. Natural de Foz do Iguaçu, solteiro e morando com os pais e as irmãs em um bairro de classe média no município, o interlocutor tinha na sua ocupação uma maneira de conseguir um “extra”.

Eu nunca dei muita bola pro estudo, né. Você me conhece há muito tempo e sabe bem disso (*risadas*). Como nunca gostei de estudar acabei ‘quebrando as próprias pernas’ na hora de arrumar um ‘trampo’. Eu sempre consigo um ‘bico’, fazer alguma coisa qualquer, mais emprego mesmo é difícil. Comecei a trabalhar como empacotador em supermercado, mas como passeava de mais mandaram eu embora (*risadas*). Depois fui trabalhar de ajudante de pedreiro, ajudante de mecânico, até que um dia um camarada meu que trabalha com *muamba* me perguntou se eu não queria ajudar a remar os barcos que atravessam mercadorias. Na hora eu fiquei meio assustado com a situação, nunca tinha pensado na possibilidade, mas resolvi ir ver qual era a ‘parada’. No primeiro dia eu fiquei todo quebrado... Atravessei quatro vezes o rio... Depois não aguentava de dor no corpo (*risadas*)... Mas como o dinheiro é bom eu acabei aceitando o serviço. Mas eu não vou todos os dias não... Apenas umas três vezes por semana.

Paulo trabalhou como *barqueiro* por um ano aproximadamente. Da época em que atuava para o atual momento muitas coisas mudaram. O fluxo de embarcações no Rio Paraná aumentou significativamente, assim como o número de portos clandestinos. Na mesma perspectiva, é evidente que a qualidade dos barcos utilizados também sofreu alterações. Durante as *conversas* mais recentes mantidas com os usuários e até mesmo com proprietários de portos são constantes os comentários a respeito dos motores das embarcações. Tal questão é sempre muito salientada devido às facilidades de manobra e a velocidade que pode ser alcançada, ampliando o número de carregamentos realizados e auxiliando nas possíveis fugas. Se a melhoria nos meios de transporte faz com que o trabalho dos remadores seja cada vez menos necessário, o aumento na quantidade de *volumes* transportados nas embarcações exige um contingente maior de trabalhadores para carregar e descarregar.

Pedro é um dos responsáveis por esse serviço ao atuar como *carregador*. Na primeira conversa com ele, ainda era solteiro e morava com a mãe. Em sua opinião, o fato de ser negro e deficiente físico dificultava o acesso ao mercado de trabalho regular, mas, aproveitando-se dos contatos que adquiriu nas favelas da cidade depois que montou um grupo de rap, conseguiu um serviço para auxiliar na manutenção da sua casa.

Vou direto para uma favela nas proximidades do Rio Paraná onde tem, como se fosse um cais, uma espécie de porto para o ataque das embarcações que vêm do Paraguai com contrabando... A mercadoria que atravessa é colocada no portamala de um carro de preferência de luxo para não levantar suspeita. Tempra, Vectra, Maréa são carros alienados<sup>17</sup> que servem para rodar no máximo um ano e

---

<sup>17</sup> Os carros alienados são produtos de roubo ou de compra em garagens de usados, onde é paga apenas a 1° prestação (vem daí a busca e apreensão por ele citado na entrevista).

meio, até dar busca e apreensão. São pagos nestes carros nestas situações cerca de três mil, quatro mil. A mercadoria depois vai para um hotel nas redondezas e aí outras pessoas entram em ação levando até o destino, São Paulo, Rio de Janeiro.

Os *carregadores* trabalharam para os *agenciadores* e estes são contratados pelos *sacoleiros*. De modo geral, o *circuito sacoleiro* é sempre associado a estes sujeitos, pois são eles os tradicionais responsáveis pela distribuição das mercadorias oriundas do mercado paraguaio em todo o território brasileiro. Quando se observam os camelódromos espalhados pelas cidades do Brasil e os inúmeros trabalhadores que vendem produtos visitando diretamente os seus clientes, dificilmente se considera todo o percurso da mercadoria e todas as ocupações nelas envolvidas. O *sacoleiro* se torna o “representante natural” do contrabando e do Paraguai. Na pesquisa foram constatados dois integrantes desta categoria. O primeiro foi David, 38 anos e natural do Mato Grosso do Sul.

Eu nasci no Mato Grosso do Sul e morei em Guairá/PR até eu completar 11 anos. Nesta época meu pai trabalhava de padeiro e eu aproveitava, bagunçava bastante e ia pra escola. Num levava muito a sério o colégio... Nem eu e nem meus irmãos mais novos. Mas eu lembro melhor das coisas depois que me mudei para Foz do Iguaçu. Depois que meu pai ficou desempregado em Guairá ele arrumou emprego de vigia na prefeitura de Foz, daí nós nos mudamos pra cá e ficamos morando dentro do colégio por um tempão, uns 8 anos.

O ingresso do interlocutor no mercado de trabalho ocorreu durante a adolescência e, como ele mesmo destaca em sua narração, suas experiências dentro do mercado formal foram mínimas. No entanto, sua fala apresenta todos os passos ou as etapas do seu “crescimento pessoal” dentro do *circuito*.

Eu consegui meu primeiro trabalho através da Guarda Municipal, fiquei três anos de mensageiro no Banestado. Depois que eu deixei a guarda fui vender picolé na rua, sempre tentando conciliar o trabalho e a escola. Com 18 anos entrei em uma loja de exportação de calçados lá na ponte, fiquei bem pouco tempo lá, um ano mais ou menos e logo comecei a trabalhar no Paraguai puxando *muamba*. Eu conhecia bastante gente que trabalhava lá, amigos e meu próprio irmão. Foram eles que começaram a arrumar os meus primeiros *patrões*. Então eu entrei no Paraguai diretamente para carregar mercadoria, para passar cota, carregar as bolsas nas costas. Depois de um tempo comecei a viajar para São Paulo, eu subia com mercadoria para os *patrões* e voltava trazendo roupas para revender em Foz, isso era 95 por aí. Lá pelos anos 2000 eu comecei a ficar mais aqui, o *patrão* ligava e eu fazia as compras. Meu *patrão* casou, teve filho e não queria mais ficar vindo para a fronteira, então ele repassou o serviço pra mim. Ele mandava a relação de mercadorias que queria, eu comprava, arrumava quatro ou cinco *laranjas* e levava para ele, trabalhei 13 anos para esse



cara. Hoje não tô mais com ele, ele compra pouco agora, então eu estou trabalhando para uma pessoa que vem sempre.

No ano de 2009, outro contato feito, desta vez com a ajudante de *sacoleiro*, Maria. Natural de Cascavel/PR e com 45 anos na oportunidade, a interlocutora pertencia a uma família de pequenos agricultores familiares, o que dificultou a conclusão de seus estudos durante a infância. A baixa escolaridade, correspondente ao ensino básico, é um dos fatores que, segundo Maria, interferiu no acesso ao mercado de trabalho. De maneira geral, a sua história de vida é marcada por poucas mudanças, mas que foram significativas em sua trajetória. Criada na região do município onde nasceu, mudou-se para Ciudad del Este com o objetivo de acompanhar a família do marido que residia no Paraguai. Durante este período, Maria cuidava da casa e o marido era responsável por um laticínio, mas, por questões familiares, ocorreu a separação. Após divórcio, a interlocutora fixou residência em um bairro popular de Foz do Iguaçu, onde mora atualmente com dois de seus quatro filhos.

Eu comecei a comprar mercadorias para revender depois que me separei. Quando eu era casada meu marido sustentava a família, ele tinha um bom emprego. Mas depois que ele foi embora eu tive que me virar, ele não pagava pensão, não ajudava em nada. Eu tinha um vizinho que era taxista e vivia neste mundo da *muamba*. Ele comentou comigo sobre a possibilidade de eu pegar uns serviços, ajudar uma *sacoleira* a levar mercadoria para Porto Alegre, eu aceitei... Foi assim que comecei.

As práticas desenvolvidas pelos *sacoleiros* têm variações. Existem situações, como a de David, onde os *volumes* são transportados para o interior do Brasil através da utilização de carros, mas há também trabalhadores que fazem o percurso utilizando veículos fretados ou linhas regulares de ônibus interestaduais, como é o caso de Maria. Nas duas possibilidades, é comum a utilização de *laranjas* para auxiliar no transporte das mercadorias e de *batedores* para garantir a segurança na estrada. Quando Maria explica a atividade que desempenha fica explícito o conjunto de relações existentes entre as demais ocupações. O *circuito sacoleiro* não é sustentado por práticas isoladas, mas por uma grande rede de confiança, que, muitas vezes, permite enxergar a existência de um caráter ou de uma organização sistemática.

Hoje eu trabalho duas vezes por semana, pego o dinheiro de meu patrão do Rio Grande do Sul e faço as compras. Daí um *laranja* pega as mesmas, arruma os volumes e entrega para o *agenciador*. Este é o responsável em levar as mercadorias para o porto, embarcá-las, recebê-las do lado brasileiro e levá-las para o hotel. Bem na verdade, o *agenciador* apenas gerencia o trabalho, ele tem

uma equipe que trabalha para ele, com *carregadores*, carro para transportar os *volumes* e acesso a algum porto. Quando a mercadoria chega ao hotel eu volto a trabalhar novamente. Pego os volumes com a ajuda de *laranjas* e vamos fazendo diversas baldeações até chegar a Porto Alegre. Eu prefiro ir de pinga-pinga a ir de ônibus direto, acho menos arriscado... Ainda mais agora que estou respondendo um monte de processos por descaminho.

Nestas situações, o trabalho dos *sacoleiros* torna-se muito dependente do auxílio dos *batedores*. Embora o serviço destes seja simples, ele é fundamental, pois verifica as condições de “segurança” nas rodovias utilizadas para transportar as mercadorias, garantindo que no percurso a ser desenvolvido não esteja ocorrendo blitz policiais ou fiscalização da Receita Federal. Coincidentemente, durante a segunda etapa da pesquisa, iniciada durante o curso de doutorado, a grande maioria dos interlocutores ouvidos foram indicados por uma *batedora*. No caso dela em específico, observa-se que a trajetória ocupacional mistura-se de forma explícita com a história de vida, dando intensidade às narrações. Sandra, ao longo das inúmeras conversas, apresenta de forma muito detalhada toda a sua história, reconstruindo passo a passo o processo de construção de suas relações com o *circuito*.

Eu nasci em Santa Catarina e meus pais voltaram para o Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Sul fomos para o Paraguai, quando eu tinha uns dois anos mais ou menos. Chegando lá meu pai trabalhava como mecânico e minha mãe na roça. Ficamos lá dez anos, morávamos no sítio. Eu saí de casa quando tinha uns sete anos, fui trabalhar de doméstica, ajudar minha mãe porque meu pai era alcoólatra e gastava tudo o que ganhava. Minha mãe trabalhava na roça, lavava roupa para fora. Então eu fui trabalhar como babá, cuidando da filha de uma vizinha, onde eu ganhava uma cesta básica ou alguma coisa que pudesse ajudar em casa, minha mãe e meus irmãos. Trabalhei em vários lugares, em fazendas, na casa das pessoas.

Em determinado momento de sua narração seu pai sofre um acidente de trabalho, deixando-o inválido. Com as dificuldades financeiras agravadas, a família acaba decidindo retornar para o Brasil em busca do apoio dos demais familiares.

Depois, com 13 anos eu vim para Foz do Iguaçu. Chegando à cidade continuei trabalhando como doméstica. Aí descobrimos que minha mãe estava com uma doença, com câncer. Foi difícil na época. Passaram quatro anos e ela ia para o hospital e voltava para casa com frequência. Eu tinha meus irmãos pequenos, sou a mais velha e o que eu ganhava era para ajudar meus irmãos. O meu irmão mais novo hoje mora comigo, depois que minha mãe faleceu ele veio morar comigo, ele tinha sete anos. Minhas duas irmãs foram embora para o Rio Grande do Sul. Eu fiquei aqui, casei. Com 15 para 16 anos comecei a trabalhar no Paraguai. Foi a primeira vez que pude pegar o meu salário, foi uma alegria e

tanto (*entusiasmada*). Até então quem pegava o meu salário era minha mãe, ela ia até a casa onde eu trabalhava e pegava.

Buscando ampliar e aprofundar a exposição referente ao ingresso no mercado de trabalho em Ciudad del Este, Sandra gradativamente vai reorganizando sua memória e apresentando de forma mais paulatina esta situação.

Eu não sei explicar ao certo como as coisas acontecem. Sei que fui lá um dia de manhã (*no Paraguai*), cheguei e comecei a trabalhar no mesmo dia, isso era, se não me engano, 1994. Essa época tinha muito movimento. Trabalhei lá três anos mais ou menos e passava *muamba* também. Eu trabalhava de dia na loja e no final da tarde eu pegava mercadoria dos clientes e passava pela ponte. Tinha um federal que mandava carta para falar quando eu deveria passar. Então ele olhava minha bagagem e não tomava nada, assim eu ganhava meu dinheirinho. Assim foi indo, só eu trabalhava na minha casa.

Sandra começou a trabalhar no *microcentro* durante a época de maior movimento no comércio da região. A valorização do real e o pouco controle da Receita Federal garantiam uma alta rentabilidade no interior do *circuito* e um fluxo de pessoas, mercadorias e capitais sem semelhantes. No entanto, foi no meio do aparente caos da fronteira, durante o trabalho que realizava nas lojas de eletroeletrônico e auxiliando seus clientes a passarem as mercadorias adquiridas pela Ponte da Amizade, que conheceu seu companheiro e atual marido. Esta nova realidade alterou substancialmente suas relações com o Paraguai. De um contato direto, passou apenas a ajudá-lo no desempenho da sua função de *sacoleiro*.

Eu saí da loja devido ao meu casamento. Meu marido que ficou trabalhando no Paraguai passando *muamba*. Depois que eu saí de lá não voltei a trabalhar em lojas, fiquei apenas ajudando o meu marido a passar as mercadorias. Levávamos tudo para São Paulo, Curitiba e Brasília. No começo, nós chegávamos a São Paulo e mandávamos as encomendas pelo correio ou por uma transportadora para outra cidade... Que agora não lembro o nome, mas depois de um tempo começamos a levar até o destino final.

Toda encomenda enviada pelas agências do correio em Foz do Iguaçu é cuidadosamente vistoriada, as caixas, para serem postadas, precisam estar abertas e caso haja qualquer tipo de produto importado é necessário toda a documentação da compra, inclusive o comprovante do pagamento dos impostos respectivos. Assim, a possibilidade de enviar produtos do Paraguai através desta via é bem restrita. Normalmente, para a utilização dos serviços de postagem, os *sacoleiros* utilizam os postos de envio localizados em outras cidades, onde a verificação das encomendas ocorre por amostragem. A mudança na forma de atuação do casal, deixando de

utilizar os serviços do correio para transportarem pessoalmente as mercadorias, e o início de um curso de graduação, que lhe exigiu mais tempo e dedicação, fez com que Sandra começasse a desenvolver a sua atual função, “batendo estrada” para o próprio marido.

Agora que comecei a fazer faculdade eu não atuo diretamente no Paraguai, a única coisa que faço é quando ele vai levar *muamba* e vou na frente *bater estrada* para ele. Eu pego o carro, vou à frente e olho se tem polícia, ali em Medianeira, no barracão, por exemplo. Daí eu ligo e digo, “pode vim que está beleza!!!”

### **2.3 - A trajetória dos interlocutores: mobilidade, trabalho e esperança.**

As relações dos moradores da região oeste do Estado do Paraná com esse universo apresentado são íntimas. O acesso às mercadorias vindas do Paraguai é relativamente fácil, o capital originado no comércio internacional movimenta a economia oficial dos municípios limítrofes ao Paraguai e muitos dos habitantes mantêm relações diretas ou indiretas com as ocupações e práticas antes descritas. Todavia, o envolvimento inicial dos trabalhadores com o *circuito sacoleiro*, em grande medida, ocorre de forma gradativa. Poucos são aqueles que iniciam seus trabalhos desempenhando funções de muita confiança, como administrando o dinheiro do *patrão* para fazer as compras, coordenando o transporte das mercadorias até o seu destino final ou agenciando todos os outros trabalhadores necessários para o desenvolvimento de todo o *circuito*. Em grande medida, as situações em que isso ocorre são derivadas de indicações realizadas por outras pessoas que têm “mais força” dentro da hierarquia dos trabalhos.

O mais comum é o ingresso dos trabalhadores nas atividades mais simples, porém, com o ganho de confiança dos outros trabalhadores e principalmente dos *patrões*, a promoção para ocupações de maior responsabilidade é possível. Muitos dos interlocutores começaram suas atividades esperando por *sacoleiros* que precisavam de auxílio no transporte das mercadorias adquiridas no interior das inúmeras galerias existentes em Ciudad del Este. Como é o caso de David, que passou de *laranja* para *sacoleiro* “de responsa”, de José Gonzalez, que começou como *laranja* e tornou-se proprietário de um porto ou até mesmo de Mário, que iniciou catando latinhas na região da Ponte da Amizade, depois passou a ser *cigarreiro* e hoje trabalha como *sacoleiro* transportando informática para um *patrão* fixo no estado de São Paulo.

As ocupações existentes dentro do *circuito sacoleiro* são organizadas de maneira hierárquica, onde existem inúmeras funções que determinam responsabilidades e rendas diferentes. Desta forma, é comum a transição dos trabalhadores entre estas funções na busca constante de melhores condições de vida. Em outras palavras, existe uma grande mobilidade dos trabalhadores dentro do *circuito*. De maneira geral, este aspecto é o que move as suas engrenagens internas. Os motivos que fazem os trabalhadores quererem e desenvolverem novas posições no interior do “esquema” são os mesmos que os motivam a entrarem nele. A satisfação das necessidades, a sobrevivência, a melhoria de vida, são colocações comuns nas justificativas do ingresso no *circuito sacoleiro*, mas não comprovam as explicações para tal processo.

Na concepção de Barros (2008) as razões que levam uma parcela tão grande da população local a desenvolver ocupações como as desempenhadas por *sacoleiros* e *laranjas* não se concentram nas escolhas individuais, mas em condições sociais específicas que forçariam o ingresso dos trabalhadores em tal universo. Segundo a autora, a falta de empregos formais e de um parque industrial forte limitaria as possibilidades de acesso dos sujeitos ao mercado de trabalho, fazendo com que sobrem poucas oportunidades para os mesmos na economia local. Neste contexto, as atividades vinculadas ao comércio do Paraguai passam a ser consideradas como os únicos meios para a garantia da sobrevivência de inúmeras pessoas e não simplesmente uma possibilidade.

Dentro das conversas realizadas, constata-se que o trabalho na fronteira absorve uma população com dificuldades de ingresso no mercado formal. São jovens em busca do primeiro emprego, pessoas de mais idade, deficientes físicos, pessoas com baixa escolaridade, enfim, trabalhadores sem o perfil idealizado pelo modelo hegemônico. Os motivos que levam uma parcela tão significativa da população a atuar em tais condições podem ser representados pela fala de um dos interlocutores. Constatam-se na narrativa de Pedro os limites do mercado de trabalho na região das três fronteiras e, ao mesmo tempo, as possibilidades concretas representadas ou oferecidas pelo *circuito sacoleiro*. Neste sentido, ele garante que a única justificativa para o seu ingresso na atividade que exerce “foi a falta de oportunidade e até mesmo o preconceito por ser portador de deficiência física”. Não suficiente, afirma que somente devido à sua atual ocupação ainda nutre os sonhos de um dia poder comprar sua própria casa e de terminar os estudos que faz em uma faculdade particular da região.

Embora exista um contexto político econômico que sustente a existência das ocupações da fronteira, não se pode abandonar por completo o fato de que cada um dos trabalhadores possui uma trajetória singular e motivos particulares para buscar a sobrevivência no Paraguai. No intuito de ampliar a discussão proposta por Barros (2008), ficaram sinalizadas algumas das respostas mais comuns obtidas durante as *conversas* realizadas, buscando minimamente organizar algumas tipologias que representariam as explicações mais constantes nas transcrições: 1) a falta de oportunidade no mercado brasileiro ou de empregos com boa remuneração e direitos garantidos; 2) as vantagens existentes nas ocupações do Paraguai, como a flexibilidade no horário e a rentabilidade, e; 3) a necessidade de uma melhor escolaridade no mercado nacional. Indo além, em um estudo anterior foram constatadas algumas características imprescindíveis entre os *laranjas* e *sacoleiros*, como a facilidade de adaptação ao meio e o desenvolvimento de uma moral e de uma ética própria ao universo de trabalho (Cardin, 2006).

Quanto à questão da escolaridade é possível observar algumas pequenas nuances em suas características. De maneira geral, os trabalhadores que estão a mais tempo no ramo possuem um baixo nível educacional, sendo comum à complementação dos estudos tardiamente através de cursos supletivos. A escolaridade pode ser observada como um fator de diferenciação na hierarquia das ocupações existentes no comércio da fronteira, os sujeitos sociais com mais anos de estudo tendem a ocupar os postos de maior responsabilidade, enquanto que os demais atuam em posições mais degradadas e de menor remuneração. Aproximando-se a isso, Battisti (2009) observa entre os seus interlocutores a ausência de uma profissão ou de uma ocupação definida antes de começarem a atuar no *circuito*, fato que de alguma maneira aproxima suas trajetórias.

O município de Foz do Iguaçu mais especificamente possui sua economia altamente vinculada com a informalidade e essa, por sua vez, com as facilidades ocupacionais existentes na região e a baixa escolaridade de uma parcela significativa da população inserida no mercado de trabalho. Ao contrario dos demais municípios da região oeste do Estado do Paraná, que possuem sua economia relacionada à expansão das agroindústrias, o município estudado tem o setor de serviços e o subemprego como as principais áreas de absorção da força de trabalho. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego disponibilizados no site do CAGED, no município de Cascavel/PR as ocupações de servente de obras, embalador e alimentador de linha de produção foram as que apresentaram os maiores saldos na relação de admissão e demissão entre os anos de 2008 e 2009. Semelhantemente, no município de Toledo/PR, as ocupações de

embalador, auxiliar de linha de produção farmacêutica e servente de obras foram as que tiveram o saldo mais positivo, enquanto que em Marechal Cândido Rondon/PR foram de abatedor, embalador e alimentador de linha de produção respectivamente.

No município de Foz do Iguaçu/PR, entre as vinte ocupações com maiores saldos, existem apenas duas ligadas diretamente ao setor produtivo, servente de obras e embalador, terceira e quarta colocação respectivamente. As demais ocupações estão todas vinculadas ao setor de serviços, estando a de auxiliar de escritório e a de serviços de manutenção em primeiro e segundo lugar. Contudo, os índices mais importantes dizem respeito às ocupações informais não disponibilizadas pela base de dados consultada. Em um estudo passado, constatou-se que 58,61% dos homens e 41,38% das mulheres economicamente ativas encontram-se na informalidade, sendo que “a distribuição destes trabalhadores nas regiões do município acompanha as teorias pré-supostas que afirmam que os bairros mais pobres tenderiam a concentrar um maior número de informais” (Cardin, 2009c, p. 08).

O simples cruzamento do número de trabalhadores informais com a renda obtida por eles em cada região demonstra a existência de localidades concentradoras de uma maior quantia de trabalhadores em uma situação de risco. Com exceção do Jardim América, a distribuição de tais localidades acompanha uma tendência centrípeta. Em outras palavras, o número de trabalhadores informais aumenta conforme os bairros se afastam do centro da cidade e, de forma inversamente proporcional, observa-se uma diminuição da renda. Enfim, como ocorre na maioria das cidades brasileiras a população mais carente encontra-se a margem dos polos de circulação de capital (Cardin, 2009c, p. 09)

A escolaridade e a idade destes trabalhadores apresentam-se como variáveis importantes, pois as ocupações existentes nas proximidades da Ponte da Amizade configuram-se como o primeiro emprego de muitos moradores da região. No entanto, os trabalhadores do *circuito* não são somente jovens, as práticas de trabalho existentes na fronteira envolvem as mais diferentes gerações (Cardin, 2009c). Tal situação denuncia não somente a dificuldade de acesso ao mercado regular por parte da população, mas também uma mudança no *status* da informalidade, que vem se colocando em regiões mais centrais no processo de expansão e acumulação de capital. Sobre isso, observa-se em outro momento, que:

a reestruturação produtiva iniciada entre as décadas de 1960 e 1970 tirou a informalidade clássica da periferia econômica e a colocou em importantes regiões dos processos de produção e de trabalho implantados nas últimas décadas. Não suficiente, um conjunto de práticas que eram consideradas

economicamente inviáveis tornaram-se centrais na manutenção dos novos padrões de acumulação, como as desempenhadas pelos trabalhadores da fronteira e pelos trabalhadores domésticos e extrativistas. Logo, tais ocupações começam a envolver os mais diferentes perfis da força de trabalho, independente da idade, pois, gradativamente, elas estão abandonando suas características periféricas para se tornarem centrais no capitalismo contemporâneo (Cardin, 2009c, p. 21).

Entre os trabalhadores informais da região constata-se “uma alta incidência de pessoas com baixa qualificação”, fazendo com que se desenvolva um problema cíclico. “Ao mesmo tempo que a pouca escolaridade dificulta uma inserção mais estável e economicamente mais gratificante no mercado de trabalho, o contexto socioeconômico no qual estas pessoas estão inseridas dificulta uma melhoria nos níveis de escolaridade” (Cardin, 2009c, p. 24). Números levantados no Cadastro Social da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu demonstram que 60,03% dos trabalhadores informais do município possuem no máximo até o ensino fundamental e 29,97% ensino médio, situações que inevitavelmente dificultam o acesso ao mercado regular (Cardin, 2009c, p. 25). Dentro das *conversas* realizadas, as relações entre educação e as práticas de trabalho existentes no *circuito sacoleiro* são observadas com facilidade, em alguns momentos ficam explícitas as dificuldades criadas pelas ocupações no processo de qualificação e em outros a crença de que a qualificação configura-se no melhor caminho para “melhorar de vida”.

Como demonstra Battisti (2009), o Paraguai representa um espaço que pode garantir bem-estar para uma parcela da população vulnerável. Neste sentido, ele apresenta histórias comuns referentes aos desafios, aos conflitos e aos processos de superação. Sobre isso, destaca que “o discurso sobre as dificuldades anteriores ao novo trabalho foi constante, assim também como o discurso sobre as dificuldades dos anos iniciais e sobre o significado da vitória de se começar com um pequeno negócio e crescer e prosperar” (Battisti, 2009, p. 64). A trajetória de vida de Sandra, uma das interlocutoras, exemplifica bem isso. Caracterizada por um conjunto de problemas que vão gradativamente estreitando suas relações com o Paraguai, é possível constatar a íntima relação entre a dependência econômica e as experiências que vão sendo construídas durante suas práticas sociais. Visando melhorar a condição de vida de seus familiares, a interlocutora começa a atuar como *laranja* transportando cotas para os clientes das lojas em que trabalhava como balconista, descobrindo a partir de suas próprias práticas sociais o funcionamento do mercado paraguaio e as idiossincrasias presentes nas relações entre os *laranjas, sacoleiros, barqueiros, lojistas e fiscais da receita federal*.



É possível afirmar que o *circuito sacoleiro* alimenta esperanças em boa parte dos interlocutores. Entre reclamações referentes às condições de higiene, segurança e alimentação sempre existe espaço para o contentamento e para uma pequena brecha para a felicidade. Neste sentido, observa-se, por exemplo, o caso de Maria, que afirma não gostar muito do Paraguai, mas que prefere não reclamar. “Foi dali que retirei o dinheiro para educar meus quatro filhos e para comprar as coisas que precisávamos. Na verdade não posso reclamar de nada, meu serviço permitiu eu viver bem”. Fabiano, dentro de perspectiva semelhante, fala que o seu “trabalho não permite que viva super bem, mas não é ruim, é melhor do que a maioria das pessoas que trabalham no Brasil”. Sandra vai um pouco mais longe e enumera as razões que fazem com que ela goste de sua ocupação.

Primeiro porque é um trabalho mais fácil, você não precisa levantar cedo, você não tem horário a cumprir, você não tem chefe no teu pé todo dia, ganha mais do que um salário mínimo. Aqui em Foz você vai trabalhar o mês inteiro, obedecendo a ordens, para ganhar um salário de quatrocentos, quinhentos reais. Se você for trabalhar no Paraguai, for lá duas vezes, você já ganha isso. Então na cabeça do povo que mora aqui, porque trabalhar o mês inteiro, oito horas por dia, se eu indo para estrada duas noites eu já ganho o valor que eu ganharia trabalhando no mês todo em um emprego normal.

Entretanto, existem pessoas que olham para o futuro e planejam a vida sem o Paraguai, na busca de um trabalho mais estável ou de uma vida mais tranquila, como se pode constatar na conversa que tivemos com Silvano.

Eu já consegui tudo que queria no Paraguai, agora quero montar meu negócio próprio no Brasil e levar uma vida mais sossegada. Como já faz um tempo que vivo disso, eu consegui guardar um dinheiro para montar uma garagem para revenda de carros. Quero um trabalho mais tranqüilo, que eu não corra tanto risco e que eu posso ter um horário mais definido. Hoje trabalho de domingo a domingo sem nenhum horário pré-estabelecido... Isso cansa.

David apresenta outro lado da mesma história.

O Paraguai foi muito bom no sentido financeiro, quem soube aproveitar hoje está tranquilo. Mas tem muita gente que pensava que aquilo não ia acabar e hoje ta mal, com depressão. Tem pessoas que trabalharam dez, quinze anos no Paraguai, igual a mim, e nunca fizeram nada fora e hoje tão mal. Eles estão com idade avançada, sem experiência, sem escolaridade, ou seja, falta tudo que o mercado de trabalho regular quer. Essas pessoas ficaram mal.

As *conversas qualificadas* estabelecidas com os interlocutores explicitam que as experiências individuais existentes neste universo cruzam com as trajetórias de outras pessoas formatando uma conjuntura rica de possibilidades. Como apresentado ao longo do texto, as diferentes ocupações não existem de forma isolada. Todos os portos possuem de maneira associada um conjunto de *agenciadores* responsáveis em mediar as relações entre os *barqueiros* e os *sacoleiros* e todos os *agenciadores* possuem *carregadores* próprios e contatos pré-estabelecidos com *motoristas* de vãs. A tendência é de que exista fidelidade dentro da rede constituída em cada um dos portos, ou seja, determinados *sacoleiros* utilizam determinados portos, *agenciadores*, *carregadores*, *barqueiros* e *olheiros*. A regra é quebrada apenas quando há rompimento nas relações de confiança ou quando o *sacoleiro* desenvolve uma prática mais rentável de transporte para as suas mercadorias.

Entretanto, *como a maioria das práticas de trabalho no capitalismo contemporâneo, essas ocupações são presas a incertezas e inseguranças. Dentro de um mercado que oferece uma quantidade significativa de opções de lojas, de mercadorias, de trabalhadores e de serviços em muitos momentos acaba prevalecendo a lei da oferta e da procura. Essa situação de concorrência, de disputa por espaço, de individualidade e desconfiança mistura-se com as experiências pessoais e moldam os modos de viver dos sujeitos que atuam na fronteira.* Nesta perspectiva, Davi (2009, p. 125) destaca a relação entre os usos e costumes destes trabalhadores e a construção do espaço da cidade.

Vivendo e trabalhando em condições precárias ou não, esses sujeitos não deixaram de experimentar e preservar alguns de seus costumes, comportamentos, crenças, numa variedade de locais onde encontram espaço para sua sociabilidade. Esses locais de trabalho, na travessia pela ponte, nas compras nas lojas de Ciudad del Este, acabam tornando-se lugares de sociabilidade da classe trabalhadora, onde comentam sobre as notícias que acontecem na cidade, sobre outras oportunidades de empregos, etc.

Cruzando as várias experiências que constituem e caracterizam a cidade de Foz do Iguaçu, as vivências dos *sacoleiros* e *laranjas*, bem como aqueles que atuam como vendedores ambulantes, não aparecem de forma isolada. Ao contrário, eles fazem parte de uma rede mais ampla de relações sociais. Relações que compreendem elementos que permitem amplas discussões envolvendo as contradições entre o legal, o ilegal, o regular, o irregular, as migrações, o sedentarismo, a resistência e a passivação. Noções e categorias que afloram nas narrações e que são vividas em momentos históricos específicos, apresentando compreensões distintas a respeito

da cidade e do direito ao seu uso. As trajetórias apresentadas não se encontram localizadas em um grande centro urbano ou em um polo industrial e, muitas vezes, elas são observadas com ressalvas devido ao seu caráter de ilegalidade dentro do modelo jurídico e fiscal em vigor. Assim, o que atribui importância a estas práticas e o que permite considerá-las como trabalho não são seus vínculos empregatícios e legais, mas a dependência direta de um vasto contingente populacional e as formações que as atividades na fronteira vão recebendo ao refletirem e adaptarem-se às transformações econômicas, políticas e produtivas.

### **3 A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO *CIRCUITO SACLEIRO*.**

Os dois primeiros capítulos apresentados problematizam alguns aspectos do processo de expansão do capital na região das três fronteiras ao destacarem a estreita relação entre os elementos legais contidos no modelo socioeconômico com aqueles que ocorrem de maneira mais obscura, mas não menos importantes. Neste percurso foram constatadas as aproximações e os distanciamentos dos trabalhadores em relação às diferentes ocupações possíveis na região da Ponte da Amizade, como também algumas características das biografias e das narrativas dos interlocutores consideradas fundamentais para a realização deste estudo. Assim, explicitou-se a grande mobilidade existente dentro das atividades desenvolvidas na fronteira com o Paraguai, as esperanças depositadas no *circuito sacoleiro* e a possibilidade, sempre presente, de escolhas que podem levar ao enriquecimento rápido.

Partindo das *conversas* realizadas e de notícias publicadas em jornais, este capítulo apresenta uma sistematização da organização e do funcionamento do *circuito sacoleiro*, problematizando as transformações ocorridas no seu interior. Como se indicou anteriormente, a fronteira de interesse nesta pesquisa se destaca pela intensidade de seu comércio internacional. Segundo Grimson (2005), as diferenças políticas, econômicas e fiscais existentes entre os diversos países instigam o surgimento de um conjunto de práticas sociais que busca beneficiar-se de tal situação para obter vantagens e aproveitar das discrepâncias existentes entre os valores e as mercadorias facilmente encontradas no mercado das cidades limítrofes. Neste sentido, inúmeras atividades direcionadas a possibilitar a grande comercialização entre Brasil, Paraguai e Argentina surgem e desaparecem acompanhando as transformações políticas e econômicas mais amplas, como o processo de liberalização e de reformulação das bases produtivas.

Durante a década de 1990 a região referida vivenciou uma intensa movimentação de *compristas* motivada pelos valores competitivos das mercadorias negociadas em Ciudad del Este, pela baixa no preço do dólar, pela fragilidade na fiscalização da Receita Federal e pelo desemprego estrutural que atingia a população brasileira. Milhares de trabalhadores visitavam diariamente as vielas do município paraguaio atrás dos melhores preços com o intuito de revender as mercadorias de forma mais lucrativa nos diferentes lugares do território brasileiro. Muitos *sacoleiros* atravessavam o país em comboios para transportar a maior quantidade possível

de produtos, utilizando outros trabalhadores para auxiliarem nos serviços executados, gerando uma grande rede de negócios e ocupando um contingente populacional significativo (Cardin, 2006).

Contudo, visando dificultar a saída de dinheiro do Brasil e a entrada de mercadorias sem o pagamento dos impostos correspondentes, a Receita Federal paulatinamente foi estabelecendo políticas de fiscalização mais rigorosas, limitando as possibilidades de atuação de *sacoleiros*, *laranjas* e *cigarreiros*. Assim, outras estratégias foram desenvolvidas e fortalecidas com o objetivo de garantir a manutenção da subsistência de uns e da lucratividade de outros, resistindo deste modo aos esforços do governo brasileiro em impedir tais práticas. Sem considerar sua relevância no contexto nacional, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores brasileiros e paraguaios que visam beneficiar-se da compra, da venda e da circulação das mercadorias disponibilizadas em Ciudad del Este podem ser consideradas fundamentais na vida econômica e social do extremo oeste do Estado do Paraná.

Embora não existam números oficiais atualizados referentes à participação da população economicamente ativa de Foz do Iguaçu/PR em atividades ligadas diretamente ao comércio paraguaio, é possível supor que sejam elevados. Levando em consideração dados do Cadastro Social da Prefeitura Municipal contata-se que, no ano de 2006, 26% daquela população encontrava-se desempregada enquanto que 40,23% estava na informalidade, considerando que esta categoria, segundo o departamento responsável pelas informações, abrange os trabalhadores sem carteira, os autônomos e os subempregados. Logo, devido ao número expressivo de trabalhadores sem registro, é possível pensar que as ocupações vinculadas ao mercado de Ciudad del Este se configuram como importantes formas de complementação de renda para um amplo conjunto de famílias iguaçuenses, quando não a única forma de sobrevivência (Cardin, 2009c).

Como observa Davi (2009), há uma estreita relação entre as atividades desenvolvidas no Paraguai e a vida cotidiana dos moradores da fronteira, expandindo as consequências da fiscalização da Receita Federal para além dos trabalhadores e atingindo a cidade como um todo.

Para o cotidiano de uma cidade que depende e sobrevive em grande parte do comércio inter-fronteiras, o trabalho dos *sacoleiros* e *laranjas* acaba por se tornar profissão de uma quantidade expressiva de pessoas, apesar de não oferecer carteira assinada, ou quaisquer outros direitos assegurados pela legislação trabalhista. As pressões e ataques não atingem exclusivamente esses sujeitos nas suas condições de moradia, saneamento básico, alimentação. Como Foz do Iguaçu apresenta-se como um município que depende muito dos

consumidores de produtos vendidos no Paraguai e demais turistas, tal conjuntura tende a afetar toda a estrutura econômica e social do município (Davi, 2009, p. 112-113).

Neste contexto, adentrar as transformações nos padrões de trabalho existentes dentro do *circuito sacoleiro* pode ajudar no desenvolvimento de um melhor entendimento das dinâmicas da população fronteiriça. Para isso, busca-se apresentar e discutir as relações de trabalho existentes na região da Ponte da Amizade em três momentos. Primeiramente expondo o processo de fortalecimento do *circuito* e o modelo organizativo desenvolvido durante a década de 1990. Esta fase corresponde ao período clássico da atividade dos *sacoleiros*, período no qual eles ficaram nacionalmente conhecidos, tendo suas formas de atuação muito difundidas. Depois, partindo da crise estabelecida no modelo de funcionamento anterior, pretende-se analisar as formas de organização originadas principalmente após a construção da nova aduana da Receita Federal e do fortalecimento dos processos de fiscalização pelos agentes públicos. Para finalizar, apontam-se algumas particularidades existentes nas práticas dos trabalhadores pesquisados, destacando os processos de adaptação e resistência.

### **3.1 – O período clássico do *circuito sacoleiro*.**

Como foi demonstrado no primeiro capítulo, Ciudad del Este foi fundada e promovida sobre políticas de incentivo ao comércio internacional e ao turismo. Desde muito cedo chamou atenção de paraguaios residentes em outros departamentos do país, como também de muitos estrangeiros, onde se destacam as comunidades árabe e asiática. Rapidamente o vilarejo existente na década de 1950 tornou-se uma das cidades com maior movimentação de dinheiro no mundo, despertando ambições e o interesse de muitos trabalhadores que migraram para a região fronteiriça. Com a formação do *microcentro* e a disponibilização de uma imensa variedade de produtos com preços muito inferiores aos praticados no Brasil e na Argentina, lentamente as ruas e vielas do município paraguaio começaram a ser totalmente ocupadas pelos mais diferentes tipos de *compristas*.

*Turistas-turistas* em busca de importados, lembranças e presentes; camelôs comprando para abastecer suas barracas; ambulantes adquirindo mercadorias baratas para revenda e

incipientes atacadistas e atravessadores fazendo estoques de produtos específicos com o objetivo de distribuir para outros pontos do território brasileiro. Durante as décadas de 1970 e 1980, o comércio de Ciudad del Este era vivo e movimentado, mas ainda não se encontrava vinculado às complexas redes que atualmente compõem o *circuito sacoleiro*. Os primeiros trabalhadores que visitavam o *microcentro* para comprar, transportar e revender mercadorias, embora possuíssem clientes fixos, atuavam de forma independente. Eram pequenos investidores que disponibilizavam seus recursos na aquisição de bebidas, perfumes e armações de óculos para oferecerem e abastecerem inúmeros estabelecimentos nas grandes cidades brasileiras.

Muitas vezes estes trabalhadores, que começavam com pouco recurso, cresciam e prosperavam economicamente, dominando certos setores comerciais. Revendedores que gradativamente tornaram-se os responsáveis pelo fornecimento de bebidas importadas em grandes centros comerciais do país e que apenas abandonaram suas atividades com o fortalecimento da concorrência. No entanto, tais práticas, que ainda não eram dominantes no período referido, começaram a se tornar cada vez mais habituais no final da década de 1980 e começo de 1990. O processo de democratização do Brasil e a crise econômica associada à liberalização econômica foram fundamentais para o inchaço destas atividades, ampliando a concorrência entre os trabalhadores, exigindo sua organização e transformando o comércio do Paraguai em um formigueiro humano, onde inúmeras pessoas buscavam a sobrevivência e formas de superar a recessão e a fiscalização.

De maneira concreta, as práticas de trabalho dos primeiros *sacoleiros* lentamente começaram a se modificar. Até aquele momento os trabalhadores atuavam sozinhos dentro de duas possibilidades, sendo a primeira comum entre os moradores de outras regiões do país e a segunda entre a população do próprio município de Foz do Iguaçu. No primeiro caso, os trabalhadores saíam de suas cidades de origem utilizando carros próprios ou ônibus de linha, faziam as compras encomendadas e levavam as mercadorias para os clientes. No segundo, moradores de Foz do Iguaçu adquiriam e estocavam determinadas mercadorias, transportavam e as distribuía em diferentes localidades. Neste último caso, existem duas especificações ou possibilidades. Não era raro o *sacoleiro* de Foz do Iguaçu possuir um local para o armazenamento dos “volumes” no município onde ele pretendia distribuí-los.

Neste sentido, durante o desenvolvimento do estudo e mais especificamente das relações cotidianas com os trabalhadores, conheceu-se um *sacoleiro* que durante a década de 1980

trabalhava com a revenda de armações de óculos na cidade de São Paulo. Ele realizava compras semanais em Ciudad del Este e estocava-as em um pequeno apartamento no centro da capital paulista para posteriormente visitar os clientes e repassar os produtos. Contudo, durante a década de 1990, o mercado em que atuava começou a ser dominado pela comunidade coreana, forçando-o a abandonar a “vida de *muambeiro*”. Assim, pegou o dinheiro que tinha conseguido guardar durante os anos que trabalhou no incipiente *circuito* e abriu uma ótica em Foz do Iguaçu, a primeira de um conjunto de cinco lojas que abriria nos últimos quinze anos, construindo uma grande rede especializada em lentes e armações.

A segunda especificação diz respeito à forma como os *sacoleiros* oriundos de Foz do Iguaçu faziam a distribuição das mercadorias. Diferentemente dos *sacoleiros de fora*, que faziam compras encomendadas, o trabalhador iguaçuense que se aventurava no ramo precisava conquistar seus clientes, passando de porta em porta, apresentando e oferecendo seus produtos. Outra história escutada durante a pesquisa diz respeito à forma de atuação dos trabalhadores especializados em bebidas importadas. Entre estes eram comuns visitas às principais casas noturnas dos grandes centros do país para oferecer os produtos que negociavam. Estas situações configuravam-se como momentos marcados por trocas de “gentilezas” e fidelização do futuro cliente. Embora as práticas relatadas façam referência a situações ocorridas em décadas passadas, as constantes notícias de apreensão de bebidas pela Receita Federal fazem crer que elas ainda ocorram.

*O aumento significativo no número de trabalhadores na busca pela sobrevivência no mercado de Ciudad del Este e os esforços para ampliar os rendimentos obtidos fortaleceu a concorrência entre eles e fomentou as primeiras organizações dentro do circuito.* Longe das complexas redes de relações existentes na atualidade, mas apresentando os primeiros esboços daquilo que se tornaria a sua hierarquia interna, no final da década de 1980 e começo de 1990, a utilização de trabalhadores no auxílio do transporte de mercadorias pela Ponte da Amizade foi rapidamente disseminada. Dentro de um esquema mais simples do que o atual, os *sacoleiros*, visando transportar uma quantidade maior de *volumes*, começaram a cooptar e a contratar informalmente jovens que realizavam pequenos serviços nas proximidades da fronteira para ajudá-los no carregamento das compras e, em troca, os *sacoleiros* ofereciam pequenas comissões pelos serviços prestados.



**Foto 01 – Trabalhadores Atravessando a Ponte da Amizade**



Fonte: Arquivo de Tânia Paola Sosa Aguilera.

Mário, um dos trabalhadores que contribui na realização deste estudo, teve um ingresso no universo do *circuito sacoleiro* bastante ilustrativo. Ele começou a trabalhar muito jovem devido às dificuldades econômicas que estavam sendo vivenciadas por sua família. De início, parte dos moradores de sua casa trabalhava na “cata” de lixo reciclável sobre a Ponte da Amizade, principalmente de latinhas de refrigerante e cerveja, enquanto que outra parcela trabalhava como balconistas em lojas do mercado paraguaio. Após um período de labuta, o interlocutor mudou de ocupação, deixando de trabalhar na coleta de recicláveis para vender bebidas na região da fronteira. Durante o exercício da nova atividade estabeleceu contatos com inúmeras pessoas e ganhou confiança de algumas delas, fato que permitiu a entrada no *circuito* desempenhando a função de *cigarreiro*, que era considerada pelos próprios trabalhadores da fronteira como a mais degradante e perigosa, principalmente pelas práticas que eram necessárias no desenvolvimento da atividade.

Quando a ocupação dos *cigarreiros* surgiu, o transporte ocorria basicamente sobre a Ponte da Amizade, onde cada um dos trabalhadores *paleteava* entre dez a quinze pacotes visando unicamente atravessar toda extensão da divisa. Em outras palavras, os trabalhadores empilhavam os volumes sobre suas próprias costas no intuito de carregar uma grande quantidade de produtos na fronteira do Brasil com o Paraguai. Neste momento, o *cigarreiro* correspondia apenas a um *laranja* especializado em apenas um único tipo de mercadoria, o cigarro. Porém, com o aumento

da fiscalização sobre eles, novas práticas foram surgindo. A primeira delas foi a de saltar da Ponte da Amizade nas regiões mais baixas e, a segunda, que se tornou mais comum, a de arremessar as caixas para que outros trabalhadores as pegassem. Falando sobre a sua experiência pessoal, Mário insere-se em tal universo.

Em determinado momento, começamos a pular a cerca da ponte. Eles aumentaram a altura e mesmo assim ainda pulávamos. Eu era pequeno na época e tinha que virar cambalhota por cima da mesma. Aí, quando foi ficando difícil surgiu essa idéia de jogar a mercadoria de cima da ponte. Começamos a buscar as caixas em duplas, cada um trazia uma por cinco reais até o buraco da cerca. Daí jogávamos a caixa, que acabava correndo o risco de cair sobre quem estava esperando embaixo. Quando ela chegava, pegávamos a mesma e subíamos a barranca do rio até o estacionamento de um hotel. Deixávamos a caixa e corríamos para repetir o serviço.

O trabalho era realizado em duplas, uma pessoa era responsável por trazer a mercadoria do Paraguai e jogá-la da ponte, enquanto a outra se ocupava em carregá-la para o local onde ela seria depositada após o arremesso, normalmente um quarto de hotel localizado nas proximidades da fronteira. Todos trabalhavam para um mesmo patrão que pagava seus empregados nos fins de semana. Segundo o interlocutor, a comissão poderia chegar até dois salários mínimos dependendo da semana e de como estava a fiscalização na aduana brasileira, pois em resumo quanto mais difícil de passar a mercadoria melhor era o rendimento da atividade. No entanto, com o passar do tempo a ocupação de *cigarreiro* começou a deixar de ser lucrativa, principalmente devido ao aumento de pessoas trabalhando com o transporte da mesma mercadoria e à rigidez da fiscalização imposta pela Receita Federal.

A leitura dos jornais locais permite acompanhar os conflitos entre a fiscalização dos órgãos governamentais e as práticas de trabalho existentes na fronteira. Defendendo interesses dos grupos vinculados aos setores turísticos, os discursos expressos nas reportagens tendem a um movimento pendular. Ao mesmo tempo que é defendido o fim do contrabando e da pirataria no intuito de fortalecer o comércio regular e uma imagem da cidade desvinculada das atividades ilícitas, constata-se uma preocupação com as consequências da fiscalização radical na realidade social, já que ela dificultaria a existência de um conjunto de ocupações que garantem uma renda mínima para uma parcela significativa da população. Em resumo, *a posição dos periódicos tende a oscilar entre a defesa de uma “melhor” imagem da região, o que favoreceria o setor turístico, e a preocupação com os efeitos que as políticas de repressão poderiam promover no mercado de*

*trabalho regional caso elas não fossem acompanhadas de um projeto de desenvolvimento que garantisse a geração de empregos regulares.*

A matéria publicada pelo jornal “Gazeta do Iguaçu” de 23 de junho de 2004 permite visualizar tal situação ao expressar não exatamente uma preocupação com os sujeitos sociais que atuam na região da fronteira, mas com uma suposta paisagem bélica transmitida pelas modificações implantadas no controle dos fluxos de pessoas e mercadorias sobre a Ponte da Amizade.

A Receita Federal concluiu ontem a instalação de uma cerca de arame farpado sobre o muro que dá acesso à aduana brasileira da Ponte Internacional da Amizade. A obra, numa extensão de cem metros, deixou o acesso com um aspecto prisional, de trincheiras semelhantes às utilizadas por exércitos em guerra, mas na opinião da Receita vai dificultar a ação dos cigarreiros. Um dos principais problemas enfrentados pelos agentes de fiscalização da Receita na aduana brasileira é a ação rápida dos contrabandistas. Eles cruzam a ponte com caixas de cigarro e utilizam o trecho de acesso à aduana para lançar caixas de mercadorias em direção à barranca do Rio Paraná, evitando passar pelo controle aduaneiro (Gazeta do Iguaçu, 23/06/2004, pág. 09).

Ao expressar a forma de atuação dos cigarreiros e ao denominá-los de contrabandistas o jornal apresenta sua posição diante da ocupação e criminaliza a função, ao mesmo tempo que legitima as práticas da Receita Federal. Por outro lado, ao comparar as inovações inseridas pelo órgão de fiscalização na tentativa de coibir os arremessos das caixas de cigarro com a paisagem de uma guerra, com exércitos e trincheiras, problematiza uma imagem que foge dos padrões turísticos mais aceitáveis que, na região das três fronteiras, é sustentada nas relações homem/natureza, como é possível de ser visualizada na exploração do Parque Nacional do Iguaçu e na Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os conflitos oriundos da disputa de posição existentes na situação apresentada promovem gradativamente modificações no funcionamento do *circuito sacoleiro* e na própria consciência dos trabalhadores quanto ao processo.

Concentrando-se no seu *modus operandi*, observa-se que até bem pouco tempo, mais exatamente antes da construção da nova aduana e da adoção da política de *cota zero*<sup>18</sup>, o cotidiano de um dia de trabalho de um *sacoleiro* era composto por um conjunto de ações possíveis de serem delineadas e definidas. Ele saía de sua cidade de origem e vinha em direção a Foz do Iguaçu utilizando ônibus de linhas convencionais ou veículos fretados especificamente

---

<sup>18</sup> Política de *cota zero* representa o fim da tolerância do governo brasileiro em relação à entrada de mercadorias compradas fora do país sem a devida declaração de bagagem.

para o transporte de pequenos grupos de trabalhadores e das respectivas mercadorias adquiridas no mercado paraguaio. Chegando à região da fronteira, o passo seguinte envolvia duas possibilidades distintas de execução. Na primeira, os *sacoleiros* estabeleciam um contato imediato com os *laranjas* para o auxílio no carregamento das compras. Isso poderia ser realizado do lado brasileiro, em algum dos inúmeros hotéis que ainda servem de abrigo para os trabalhadores, ou, diretamente no Paraguai, em alguma galeria pré-estabelecida. Nesta forma de trabalho, as relações entre *sacoleiros* e *laranjas* são efetivadas com alguma antecedência, pois os trabalhadores já se conhecem e possuem uma espécie de contrato de confiança. Dentro de perspectiva semelhante, também existem casos em que os *sacoleiros* operam enviando listas de mercadorias e dinheiro aos *laranjas* para que estes realizem as compras, cabendo aos primeiros apenas buscá-las em Foz do Iguaçu.

### Infográfico 01 – Circuito Sacoleiro 01



Sacoleiro



Laranja

A segunda possibilidade, que é um pouco menos usual, diz respeito à realização de contatos durante ou até mesmo posteriormente à realização da compra. Nesta perspectiva, o *sacoleiro* adquire as mercadorias e depois as divide entre os *laranjas* para que estes o ajudem a passá-las pela aduana. Nota-se que, neste tipo trabalho, a relação é mais pontual e não necessita de contatos prévios. Tal maneira de atuação é empregada com mais frequência por trabalhadores que estão começando a se inserir no mercado de trabalho na fronteira e ainda não possuem padrões de atuação definidos e, por isso, precisam contratar os serviços oferecidos por *laranjas* que não possuem exclusividade com nenhum *patrão*. Neste tipo de contato, o *sacoleiro* tende a realizar compras sozinho, distribuindo-as posteriormente no local de retirada das mercadorias no interior das lojas, onde cada laranja assume a *cota* a ele direcionada pelo contratante.

### Infográfico 02 – Circuito Sacoleiro 02



-  Laranja
-  Sacoleiro

Como foi apresentado no capítulo anterior, o ingresso de David nos mundos do trabalho na fronteira ocorreu através de indicações de amigos que já estavam inseridos no interior do *circuito*. Em um primeiro momento ele foi convidado a auxiliar outros trabalhadores no transporte de mercadorias, desempenhando a função de *laranja*. Embora tenha conseguido um patrão fixo rapidamente, em determinados períodos da semana ficava “sem fazer nada” ou “de bobeira” nas galerias comerciais do *microcentro* de Ciudad del Este esperando aparecer algum serviço extra. As experiências vivenciadas pelo interlocutor nestas situações representam bem as possibilidades de atuação e as formas de conseguir serviço empreendidas pelos *laranjas*, como também ilustram o cotidiano de trabalho existente no Paraguai durante a década de 1990.

Eu sempre tive patrão fixo, mas eu não recusava quando alguém diferente oferecia serviço. Muitas vezes fazia um serviço para um cara e nunca mais eu o via, tinha muitos que davam golpe, fazia o serviço e não recebia o combinado. Era assim, eu trabalhava dois ou três dias da semana para o meu patrão e nos outros dias eu ia para o Paraguai e pegava o que aparecia... Ficava de bobeira e esperava alguma coisa para ganhar um ‘troquinho’. Naquela época tinha muita mão de obra, tinha muito sacoleiro que vinha e precisava de ajuda. Na década de 1990 tinha muito movimento aquele lugar, era difícil o dia em que eu não achava dinheiro caído no chão que as pessoas perdiam durante a correria.

Nos primeiros anos da década de 1990, Ciudad del Este era invadida diariamente por milhares de *compristas* em busca dos melhores preços e da forma mais rápida de aquisição para que as viagens realizadas pelos trabalhadores fossem bem aproveitadas, garantindo o maior volume possível de compras no menor tempo. Com o número incontável de visitantes, a necessidade de trabalhadores locais para auxiliar no serviço dos *sacoleiros* era explícita, fato que fazia com que os trabalhadores das cidades próximas à fronteira viajassem todos os dias a Foz do Iguaçu para fazer um “bico”<sup>19</sup>. Embora não existam dados a respeito, é possível supor que para cada *sacoleiro* havia inúmeros *laranjas* disponíveis para prestar “auxílio”. Esta conjuntura desvalorizava o trabalho de transporte realizado pelos *laranjas* e permitia aos *sacoleiros* contratar uma quantidade maior de trabalhadores e adquirir uma quantidade maior de mercadorias, que poderia ser distribuída dentro das *cotas* de diversas pessoas.

---

<sup>19</sup> A investigação realizada por Lopes (2007), por exemplo, busca compreender o impacto da reorganização do capital no município de Medianeira/PR. Segundo ela, embora a cidade fosse economicamente dependente do agronegócio, a falta de empregos formais e a necessidade de complementação de renda faziam com que muitos trabalhadores viajassem diariamente a Foz do Iguaçu para atuarem como *laranjas* e *sacoleiros*, vencendo periodicamente os 52 km que separam os municípios.

Em reportagem de 28 de novembro de 2004, o jornal “Folha de São Paulo” apresentou as práticas de trabalho de alguns sujeitos inseridos no *circuito sacoleiro*, destacando o caso de um *sacoleiro* paulista e as suas respectivas “relações contratuais”.

Com a condição de não ser identificado, um *sacoleiro* paulista concordou em falar com a Folha na última quinta-feira, enquanto tentava, no pátio da Delegacia da Receita Federal, reaver um veículo avaliado em R\$ 44 mil e outros US\$ 11 mil em produtos de informática que haviam sido apreendidos. Morador do bairro da Vila Maria, na zona norte da capital paulista, o *sacoleiro* diz ser técnico em informática desempregado há pouco mais de quatro anos. Arriscou buscar produtos de informática por conta própria. Mas não precisava, pois, há dois anos, virou “patrão” de três laranjas que transportam mercadorias para ele na rota Foz-São Paulo e de outros cinco taxistas paraguaios que levam os equipamentos de Ciudad del Este para Foz do Iguaçu. Ele disse faturar R\$ 25 mil, líquidos, por mês (Folha de São Paulo, 28/11/2004, pág. B13).

A compreensão dos vínculos estabelecidos entre os diferentes trabalhadores perpassa pelo entendimento do significado do termo *cota*. Todos os brasileiros que visitam Ciudad del Este por via terrestre têm o direito de adquirir até trezentos dólares de mercadorias de uma única vez a cada trinta dias. Esse valor corresponde a uma *cota*, ou seja, ao limite que cada indivíduo pode transportar sem a necessidade de pagar os impostos correspondentes ao produto. Evidentemente, todos podem passar deste limite declarando o excedente das compras realizadas à Receita Federal e pagando os tributos devidos. Deste modo, um *sacoleiro* que realiza uma compra mensal de novecentos dólares necessita da contratação informal de dois *laranjas* de confiança para que cada um destes transporte uma *cota* que, somada àquela que ele mesmo levará, irá resultar no valor total da compra. Todavia, essa conta tende a não ser tão exata assim, ainda mais quando se fala das práticas existentes antes da nova aduana brasileira, em um momento onde a capacidade de fiscalização da Receita Federal era limitada, o que abria espaço para os *laranjas* transportarem valores muitas vezes superiores ao permitido, sem realizar a devida declaração da bagagem.

Neste contexto, a importância dos *laranjas* no mundo do trabalho na fronteira do Brasil com o Paraguai fica nítida, pois a rentabilidade da ocupação dos *sacoleiros* está totalmente vinculada às práticas de trabalho dos primeiros. Em outras palavras, *para que as longas viagens realizadas pelos sacoleiros sejam lucrativas, é necessário que estes trabalhadores consigam transportar uma quantidade de mercadorias que garanta uma lucratividade mínima durante a revenda, porém, esta quantidade só é possível de ser atingida se o transporte for dividido com outras pessoas*. Neste ponto, consta-se a existência de duas formas distintas de atuação dos

*laranjas*: uma primeira que envolve os trabalhadores que atuam unicamente na passagem das mercadorias pela Ponte da Amizade e pela Aduana de Fiscalização da Receita Federal e outra, que abrange aqueles que acompanham os *sacoleiros* até o retorno destes a sua cidade de origem. Esta última forma de atuação pode ser desempenhada por moradores conterrâneos dos *sacoleiros*<sup>20</sup>, enquanto a primeira é uma prática quase que exclusiva dos habitantes do extremo oeste paranaense.

Independente da configuração do *circuito sacoleiro*, a figura do *laranja* é sempre presente. Em alguns momentos ele atua diretamente na passagem das mercadorias sobre a Ponte da Amizade ou, assumindo a responsabilidade por uma pequena quantidade de produtos nas proximidades da aduana de fiscalização da Receita Federal, em outros acompanha o *patrão* ou *sacoleiro* até o destino final dos *volumes*, o que justifica a utilização um tanto comum do termo “mula”. As formas mais atuais de fiscalização empreendidas pelos aparelhos governamentais, por serem mais rigorosas e direcionadas mais pontualmente para o rompimento das estratégias de transporte das mercadorias, seja fazendo vistorias nos hotéis, nos portos clandestinos ou nas estradas próximas à região das três fronteiras, conseguiram dificultar significativamente o funcionamento das atividades exercidas pelos *laranjas* e *sacoleiros*, exigindo destes um conjunto de adaptações para garantirem suas práticas dentro deste novo contexto.

A leitura da Receita Federal deste processo de desenvolvimento do *circuito sacoleiro*, observando sua lenta sistematização e formação hierárquica, vai em direção de sua criminalização e, conseqüentemente, de sua necessária punição. Recorrendo aos jornais é possível visualizar este posicionamento. O jornal “Folha de São Paulo” de 28 de novembro de 2004 noticiava:

O crime organizado assumiu o controle do contrabando *sacoleiro* na fronteira do Brasil com o Paraguai, que tem movimentação estimada em US\$ 1,5 bilhão (cerca de R\$ 4,1 bilhões) por ano. A afirmação é do delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu, José Carlos Araújo, baseado em pesquisas do próprio órgão em dados da Polícia Federal e da ANTT (Agência Nacional de Trânsito Terrestre). ‘A substituição do tradicional contrabando sacoleiro começou há dez anos, mas se intensificou e hoje predomina o crime organizado, com o atacadista substituindo o sacoleiro’, diz Araújo (Folha de São Paulo, 28/11/2004, p. B13).

---

<sup>20</sup> Estes trabalhadores que acompanham os *sacoleiros* desde a cidade de origem muitas vezes são denominados de *laranja da cidade*, permitindo a distinção em relação aos *laranjas* que residem na região da Tríplice Fronteira.



A criminalização das práticas foi acompanhada do estabelecimento de uma fiscalização mais rigorosa por parte dos órgãos governamentais, tentando impossibilitar a manutenção do *circuito* através do rompimento da logística adotada pelos trabalhadores. Neste sentido, o jornal “Gazeta do Iguazu” de 26 de junho de 2004 explicitava:

A delegacia da Receita Federal de Foz do Iguazu declarou guerra total contra o contrabando e o descaminho. O maior exemplo disso são as operações para a apreensão dos ônibus que transportam *sacoleiros* de todas as partes do país para fazer compras no comércio de Ciudad del Este, no Paraguai. Somente neste ano já foram apreendidos 130 ônibus, dos quais aproximadamente 100 ônibus permanecem retidos no pátio da delegacia (Gazeta do Iguazu, 26/06/2006, sem página).

Exemplos desta política são observados em outras edições publicadas em diferentes jornais do país. Em uma delas, um mês antes da matéria apresentada logo acima, o mesmo periódico divulgava uma das apreensões realizadas pelos órgãos de fiscalização brasileiros.

A Receita Federal (RF) e a Promotoria de Investigação Criminal (PIC) intensificaram as operações de combate ao contrabando e ao descaminho na fronteira. Uma ação repressiva contra os *muambeiros* foi realizada durante todo o final de semana e resultou na apreensão de 12 ônibus que transportavam mais de R\$ 1 milhão em mercadorias contrabandeadas do Paraguai (Gazeta do Iguazu, 25/05/2004, sem página).

Existem várias reportagens cobrindo a situação do comércio nas três fronteiras, fato que revela a importância da região e do *circuito sacoleiro* em um cenário mais amplo, como também os esforços do governo brasileiro em coibir tais práticas. *Construindo um cenário de guerra, a intervenção governamental torna-se um ataque material às experiências existentes no interior do circuito e um ataque ideológico às possibilidades de existência que foge dos limites defendidos pelas classes dirigentes. Como foi demonstrado no primeiro capítulo, no interior dos discursos e das práticas contra o “terror” e contra algumas atividades que fragilizam a arrecadação nacional e supostamente alimentam o crime organizado, a “repressão”, o “ataque”, os “esforços”, enfim, a “guerra” contra as atividades engendradas na fronteira não distingue ou considera as diferenças entre trabalhadores e “inimigos públicos”, todos são colocados em uma mesma situação e tratados de forma semelhante.*

Ter uma noção das estratégias e das preocupações da Receita Federal em relação à fronteira do Brasil com o Paraguai é fundamental para o entendimento das reações ocorridas no interior do *circuito*. Indo além das inúmeras manifestações promovidas na aduana de fiscalização

e na Ponte da Amizade, realidades estudadas em outro momento (Cardin, 2006), as transformações ocorridas na organização e no funcionamento do próprio *circuito sacoleiro* configura-se como outra possibilidade de resposta a um meio que se apresenta hostil. Como foi apresentada anteriormente, *a hierarquização das ocupações existentes na região acompanha o combate às práticas de trabalho efetuadas pelo governo brasileiro e também a própria ampliação do número de trabalhadores que necessitam desenvolver atividades subterrâneas para sobreviver. Assim, a expansão e o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelos barqueiros precisam ser compreendidos como mutações do circuito no intuito de garantir a contínua exploração das diferenças fiscais e tributárias existentes nos países limítrofes estudados.*

### **3.2 – As novas configurações do *circuito sacoleiro*.**

Levando em consideração os pontos explicitados até o presente momento, reafirma-se que ao longo das últimas décadas as diferenças econômicas, políticas e tributárias existentes entre o Brasil e o Paraguai garantiram a permanência de um conjunto de atividades comerciais com complexa definição e de difícil controle e fiscalização pelos governos envolvidos. Neste sentido, observam-se as inúmeras estratégias de combate ao contrabando e às práticas ilegais de trabalho efetivadas principalmente entre o final do século passado e início do XXI. Em grande medida, as políticas de *cota zero* adotadas pela Receita Federal neste período visavam extinguir o descaminho e impossibilitar a atuação de *sacoleiros* e *laranjas*, rompendo com a logística de circulação das mercadorias que abastecem o mercado informal e pirata em todo território brasileiro. Contudo, neste momento ainda é necessário problematizar as relações entre as razões ou os motivos que levam à adoção de tais medidas e os resultados obtidos.

**Foto 02 – Aduana na Fronteira do Brasil com o Paraguai.**



Fonte: Arquivo de Tânia Paola Sosa Aguilera.

As justificativas oficiais publicadas concentram-se na defesa do mercado e do setor produtivo brasileiro, na importância do aumento de arrecadação de impostos e, por fim, a nível local, na mudança da imagem do município de Foz do Iguaçu/PR, desvinculando a cidade do estigma do contrabando que, segundo as frações das classes dominantes, dificultaria o fortalecimento do setor turístico, que seria a sua “verdadeira vocação”. Recorrendo novamente às reportagens publicadas sobre a fronteira nos últimos anos constata-se a manutenção de pautas e, supostamente, a falta de resolução dos problemas constantemente apresentados. Em reportagem do dia 21 de agosto de 2003, o jornal “Gazeta do Iguaçu”, que acompanhava os trabalhos da CPI da Pirataria na região, apresenta alguns dos motivos que levavam a Receita Federal a enrijecer o processo de fiscalização na fronteira do Brasil com o Paraguai e a adotar medidas mais duras no combate ao contrabando.

A comissão instalada no dia 10 de junho pela Câmara dos Deputados já realizou 21 reuniões e ouviu mais de 30 depoimentos em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Por mês, segundo o presidente, Luiz de Antônio de Medeiros (PL/SP), o Brasil deixa de arrecadar R\$ 10 bilhões em impostos e pelo menos 1,5 milhão de empregos não são gerados. Segundo ele, o contrabando de cigarro é o principal problema da Tríplice Fronteira (Gazeta do Iguaçu, 21/08/2003, sem página).

Sem problematizar a incerteza ou a imprecisão nos critérios adotados no levantamento destes índices, o aumento da fiscalização na última década vem garantindo conseqüentemente um aumento nos valores apreendidos pela Receita Federal. Porém, isso não representa uma diminuição nos impostos que deixam de ser arrecadados pelo governo brasileiro. Em matéria do dia 17 de março de 2006, quase três anos após a notícia apresentada anteriormente, o jornal “O Estado do Paraná” apresentava o relatório do Conselho Nacional de Combate a Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual e explicitava que o governo havia recuperado R\$ 1,5 milhão em apreensões ao longo do ano de 2005 e deixado de arrecadar R\$ 12,8 bilhões em impostos devido à pirataria. Em outras palavras, *o aumento de investimento no combate ao contrabando vem garantindo o aumento nas apreensões, mas não a diminuição do descaminho.*

Pautando-se nos discursos oficiais, órgãos de fiscalização e repreensão brasileiros vêm desenvolvendo um conjunto de práticas no sentido de dificultar e impedir o contrabando e o descaminho na fronteira principalmente durante os últimos dez anos. Neste sentido, observa-se que diferentes periódicos noticiavam as operações que estavam sendo executadas e até mesmo aquelas que ainda seriam adotadas pela Receita Federal. O jornal local “Gazeta do Iguçu”, por exemplo, comentava as intervenções realizadas na aduana no ano de 2004.

As polícias que integram a Operação Cataratas reforçaram ontem a fiscalização de combate ao contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. Cerca de 60 pessoas faziam abordagens de veículos e pedestres que retornavam de Ciudad del Este. Para retornar ao Brasil era necessário enfrentar até três horas de espera (Gazeta do Iguçu, 24/11/2004, pág. 10).

Quatro meses mais tarde, a “Gazeta do Povo”, jornal de circulação estadual, já anunciava outra operação especial de combate ao contrabando, ao descaminho e à pirataria na fronteira.

O governo federal brasileiro está programando um cerco gigantesco na fronteira com o Paraguai, em Foz do Iguçu, para pôr fim à pirataria e ao contrabando de mercadorias. As medidas, que começam em abril, incluem barreiras em tempo integral na Ponte da Amizade e nos pontos de travessia ao longo de vários quilômetros no Rio Iguçu, uma devassa para afastar policiais e fiscais corrompidos na área e ações de inteligência para destruir as máfias que dominam o suprimento e a circulação de mercadorias contrabandeadas (Gazeta do Povo, 11/03/2005, pág. 17).

*A intensificação da fiscalização acentuou os conflitos na fronteira e reorganizou as relações estabelecidas na região, como é possível de ser observado nas redefinições do espaço da fronteira, nas mobilizações dos trabalhadores e nas transformações no circuito sacoleiro. As*

cercas de arame farpado sobre a Ponte da Amizade e a reestruturação dos portos no Rio Paraná exemplificam a resistência e o posicionamento dos trabalhadores diante da postura da Receita Federal. Embora a radicalização no processo de fiscalização tenha obtido alguns resultados, como um ligeiro crescimento na arrecadação e uma rápida mudança no perfil dos *compristas* que atravessam a Ponte da Amizade rumo a Ciudad del Este<sup>21</sup>, as práticas de trabalho ilegais sustentadas pelas diferenças existentes entre as duas nações não desapareceram, o que pode ser afirmado através da observação do constante aumento dos índices referentes aos impostos que deixam de ser arrecadados devido ao descaminho e também do reposicionamento dos sujeitos sociais no mercado de trabalho na fronteira.

Neste sentido, *as antigas atividades desenvolvidas na região, como o transporte de mercadorias através da navegação pelo Rio Paraná, ganharam maior destaque ao começarem a envolver uma quantidade cada vez maior de trabalhadores dentro de um complexo sistema de relações*. A origem dos negócios desenvolvidos nos portos clandestinos espalhados por todo o leito do rio é incerta. Através da realização de observação não-participante e de entrevistas qualitativas, Battisti (2009, p. 60), buscando fugir de uma leitura causal, afirma que o posicionamento mais rígido da Receita Federal no início do Século XXI contribuiu, mas não foi decisivo no desenvolvimento das práticas de passagem de mercadorias utilizando embarcações fluviais. Segundo o autor, com o passar dos anos a utilização dos *laranjas* para o transporte das mercadorias começou a ficar muito custoso, fazendo com que os *sacoleiros* que compravam em grandes quantidades procurassem outras formas mais rentáveis de passagem.

Todavia, tal perspectiva fundada em depoimentos orais de trabalhadores vinculados aos portos clandestinos precisa ser entendida a partir da problematização daquilo que está sendo entendido como *custoso*. Embora Battisti (2009) não afirme que as políticas de fiscalização da Receita Federal tenham sido o diferencial para o fortalecimento da utilização dos barcos, não é possível desconsiderar que as práticas adotadas pelos órgãos aduaneiros do Estado tenham tornado as atividades desempenhadas pelos *laranjas* e *sacoleiros* significativamente mais caras. Esta afirmação leva em consideração: 1) a ampliação na quantidade de mercadorias apreendidas pela Receita Federal e, conseqüentemente, a perda do investimento realizado pelos trabalhadores

---

<sup>21</sup> A mudança no perfil dos *compristas* é um dos objetivos colocados pelas classes dirigentes do Brasil, Paraguai e Argentina. No intuito de garantir uma maior permanência dos *turistas-turistas* na região, existe um esforço concentrado em melhorar a imagem de Ciudad del Este e a divulgar outros atrativos, como os Cassinos existentes na região. Entretanto, devido ao pouco tempo de implantação destas políticas, não é possível uma melhor mensuração adequada dos resultados desta mudança.

e; 2) a valorização do serviço dos *laranjas* devido ao aumento dos riscos no transporte das mercadorias.

**Tabela 07 - Valores Correspondentes às Apreensões de Mercadorias na Região Fiscal 09 (PR e SC)**

Ano	Valores em Reais
2000	85.849.212,47
2001	88.280.713,24
2002	117.145.245,13
2003	137.305.324,59
2004	148.814.835,93
2005	230.822.120,66
2006	278.807.861,79
2007	294.313.482,00
2008	259.801.120,00
2009	351.941.295,09

Fonte: informações disponibilizadas pela Receita Federal e organizadas pelo autor.

A Tabela 07 demonstra o aumento significativo no volume de apreensões durante a última década na região fiscal 09, que corresponde aos Estados do Paraná e Santa Catarina. Levando em consideração que a nova aduana de fiscalização entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este iniciou seu funcionamento entre 2006 e 2007 é possível visualizar seu impacto nas atividades dos trabalhadores. Embora as políticas de *cota zero* tenham sido inicializadas no começo da última década, é a partir de 2005 que se enxergam os maiores volumes de apreensão e, conseqüentemente, de mudanças nas formas de atuação do *circuito sacoleiro*. Porém, é preciso levar em consideração que as políticas da Receita Federal não foram direcionadas exclusivamente para a fronteira com o Paraguai. Nos três últimos anos (2007, 2008 e 2009), os valores apreendidos nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram superiores aos da região 09, denunciando esforços mais amplos do governo federal em conter o descaminho e a pirataria.

As *conversas* estabelecidas com José Gonzalez, proprietário de um porto localizado no lado paraguaio da fronteira, demonstram que a origem dos portos não é simples e não tem um marco temporal claramente definido. Segundo o próprio interlocutor, antes da inauguração da aduana da Receita Federal já existiam três portos transportando mercadorias em Ciudad del Este, tanto é que uma das primeiras ocupações de José Gonzalez era pegar as mercadorias adquiridas pelos *sacoleiros* brasileiros e transportá-las a um porto específico para atravessá-las pelo rio em

direção a Foz do Iguaçu. No entanto, como foi observada no capítulo anterior, sua fala deixa explícitos os motivos que o levaram a “montar” um porto e também alguns dos fatores que contribuíram para o fortalecimento da atividade na região, como, por exemplo, o grande número de clientes, o sucesso nas travessias que realizava e as vantagens econômicas na utilização do rio para o transporte de mercadorias.

**Foto 03 – Porto Clandestino na Barranca do Rio Paraná.**



Fonte: [http://amocaminhoes.wordpress.com/2009/11/11/autopeca-pirata-invade-o-pais/contrabando\\_rio\\_parana\\_entre\\_foz\\_e\\_ciudad\\_del\\_este/](http://amocaminhoes.wordpress.com/2009/11/11/autopeca-pirata-invade-o-pais/contrabando_rio_parana_entre_foz_e_ciudad_del_este/)

A realização de pesquisas de campo no universo que marca o espaço onde ocorrem as relações de trabalho nos portos de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este é uma atividade bastante complexa. Atualmente não existe um número exato referente à quantidade de embarcações existentes na fronteira e, muito menos, um controle no tipo de mercadoria que diariamente atravessa a fronteira pelo rio. Ambas as situações derivam-se da falta de um controle federal sobre a região e também dos esforços das pessoas envolvidas em manter suas práticas na clandestinidade devido às características específicas das próprias atividades desenvolvidas. Os órgãos de fiscalização nacionais acreditam na existência de aproximadamente 12 portos no lado

brasileiro da fronteira, mas tudo indica que este número não corresponda à realidade. Como os portos não possuem uma estrutura física bem definida, os seus proprietários detêm condições de mudarem suas localizações com certa facilidade, dificultando a identificação do local e o acompanhamento da movimentação existente.

*Logo, é inviável estabelecer um número preciso, o que torna a realização de conversas com os trabalhadores ligados diretamente aos portos algo raro e de difícil obtenção. Devido aos riscos envolvidos, os barqueiros preferem atuar de forma sigilosa e sem identificação, tendendo a ficar nas “sombras” nos momentos em que são procurados. Desta forma, o estudo da organização e das relações sociais que são estabelecidas nos portos passa por caminhos mais longos do que uma inserção direta no universo, pois dificilmente um dono de porto deixa conscientemente um pesquisador fazer uma observação participante em seu estabelecimento por temer a divulgação das atividades desenvolvidas ou até mesmo possíveis denúncias. Neste sentido, o caminho encontrado para compreender as relações e as ocupações existentes passa necessariamente pelo aproveitamento das redes de confiança já confeccionadas, partindo das pessoas que possuíam contatos indiretos com os barqueiros.*

Battisti (2009) durante a realização de sua primeira pesquisa neste universo, utilizou-se de um conjunto de relações previamente estabelecidas durante suas próprias atividades profissionais que exercia no bairro onde se encontram a maioria dos portos clandestinos no lado brasileiro da fronteira. Já no caso da pesquisa ora apresentada, os contatos foram obtidos através de dois recursos principais: 1) as experiências e os contatos obtidos durante a realização de um estudo anterior (Cardin, 2006) e; 2) as possibilidades abertas durante as relações cotidianas com os moradores da região, principalmente, com os trabalhadores que atuam de outras formas nas proximidades da Ponte da Amizade.

A maior fiscalização da fronteira do Brasil com o Paraguai, principalmente sobre a Ponte da Amizade, nos hotéis próximos à fronteira e nas rodovias de saída da região oeste do Estado do Paraná, ampliaram a importância das outras formas de transporte de mercadorias, principalmente aéreas e fluviais. Os barcos tornaram-se comuns na paisagem do Rio Paraná ao longo dos últimos anos e com eles surgiram uma quantidade significativa de trabalhadores vinculados a sua logística. Neste sentido, a Receita e a Polícia Federal afirmam que os portos mais próximos ao *microcentro* de Ciudad del Este chegam a ocupar aproximadamente duzentos trabalhadores e,



entre eles, muitos menores de idade<sup>22</sup>. Assim, constata-se que a estrutura necessária para o transporte fluvial ocupou um importante espaço na economia regional por configurar-se como uma nova fonte de renda para um conjunto de pessoas.

Levando em consideração a relevância das dinâmicas existentes nos diversos portos dentro da atual conjuntura do *circuito sacoleiro* e a busca pelo entendimento dos contornos que este vai adquirindo durante suas relações com a fiscalização da Receita, é preciso ampliar a investigação no intuito de compreender seu funcionamento básico. De maneira geral, através de um conjunto de *conversas* realizadas e de um longo processo de aproximação foram recolhidas informações e realizada uma reorganização teórica das estruturas existentes. Deste modo, a descrição da atividade exposta neste texto, resulta de um modelo construído a partir da análise de todos os dados obtidos. Logo, ele não corresponde a um reflexo imediato da realidade social diretamente observada, mas a uma reconstrução através das relações estabelecidas com um conjunto de interlocutores que vivenciam diariamente as práticas sociais existentes no entorno dos portos brasileiros e paraguaios.

Neste sentido, o primeiro ponto a ser destacado é que muitos trabalhadores que cotidianamente são identificados como *barqueiros* nem chegam a se aproximar do rio, muitos deles são *carregadores, olheiros, motoristas, fiscais* e, como define Battisti (2009, p. 61), *agenciadores de cargas*. Na concepção do autor referido, os *agenciadores* recebem as mercadorias compradas pelos seus clientes *sacoleiros* e fazem o *volume*, que corresponde a um fardo feito com sacolas plásticas e fita adesiva, para proteger a mercadoria se porventura ela cair no rio durante a passagem. Depois de preparar os *volumes*, o *agenciador de cargas* se responsabiliza em providenciar o seu transporte para os portos paraguaios. Contudo, este *agenciador* observado e conceituado por Battisti (2009), não corresponde imediatamente à ocupação apresentada no capítulo anterior e que possui a mesma nomenclatura.

Sem embargo, Silvano e Fabiano, dois dos interlocutores desta pesquisa, desenvolvem funções mais administrativas ou gerenciais. Eles, de fato, agenciam trabalhadores e estabelecem as redes necessárias para o bom funcionamento do *circuito*, atuando basicamente como mediadores. Ambos contratam *laranjas, carregadores, barqueiros* e supervisionam o trabalho de toda a equipe. A atividade prática de embrulhar os *volumes* e de transportá-los é de

---

<sup>22</sup> Alguns indicadores da utilização de menores de idade nas diferentes atividades ilegais da região podem ser obtidos no endereço eletrônico [http://www.bonde.com.br/ficha.php?id\\_bonde=1-31-12-124-20090728&oper=imprimir](http://www.bonde.com.br/ficha.php?id_bonde=1-31-12-124-20090728&oper=imprimir).

responsabilidade dos seus *secretários* ou *funcionários* e não dos interlocutores oportunamente conhecidos. Desta forma, para facilitar e separar as ocupações descritas, recomenda-se uma divisão entre os *agenciadores* responsáveis pela gerência dos contatos existentes no *circuito sacoleiro* e o *agenciador de carga* responsável por receber e preparar as mercadorias adquiridas pelo *comprista* para o transporte fluvial.

Na descrição realizada por Battisti (2009), no final de um dia de trabalho, os *agenciadores de cargas* aguardam o motorista que passa recolhendo todos os *volumes* nos diversos pontos e galerias existentes. Após carregar o veículo com as mercadorias já preparadas para o transporte, os *agenciadores de cargas* retornam a suas casas e o dia de serviço de outros trabalhadores ligados ao esquema dos portos se inicia. No caso específico do interlocutor de Battisti (2009), os *volumes* são levados para um depósito na Favela São Rafael (Paraguai), porém este não é o destino de todos os *volumes*, já que cada *agenciador de cargas* está ligado a um porto e todos correspondem a uma estrutura que emprega *motoristas*, *carregadores*, *depósitos* e *olheiros*. Toda essa rede forma aquilo que usualmente é denominado de “porto”, logo tal expressão não se refere exclusiva e simplesmente a um local de embarque e desembarque de mercadorias, mas a toda estrutura de passagem delas.

Nesta perspectiva, chegando à barranca do Rio Paraná outros trabalhadores começam a desempenhar suas respectivas funções. Segundo José Gonzalez:

O brasileiro compra as mercadorias, embrulha as mesmas nos sacos pretos e levam as para os portos. Nós pegamos as mercadorias embrulhadas e levamos para o outro lado do rio, sem revistar nada, não olhamos o conteúdo dos pacotes. Para não ter problemas pagamos 50 reais semanalmente para cada uma das sete polícias paraguaias e quando tem muita mercadoria pagamos cem... Igual o que ocorre no Brasil.

Durante a *conversa* estabelecida com José Gonzalez, tentou-se resgatar a trajetória e as experiências do interlocutor como proprietário de porto, aprofundando os aspectos considerados necessários e ampliando as discussões para tentar constatar suas consequências. Desta forma, quando questionado sobre a relação entre os portos e o tráfico de drogas e armas, José Gonzalez tenta tirar sua responsabilidade sobre a questão reforçando a ideia de que não há conferência das mercadorias, pois isso seria de responsabilidade dos próprios *sacoleiros* qualquer prática com este perfil. Indo além, justifica que o vínculo de um porto com o tráfico seria prejudicial à

imagem do proprietário, prejudicando-o durante o processo de concorrência com os outros portos existentes. Neste sentido, reafirma:

Normalmente pegamos a mercadoria fechada na galeria e assim a entregamos, olhamos apenas quando alguém passa muiiittta coisa... Normalmente ninguém revista, pois nós pagamos tudo, por isso passa qualquer coisa... Mas pode ser que quando você compra a mercadoria e você fala para alguém, a outra pessoa avisa polícia do Brasil o que você está levando... Já que no Paraguai ninguém revista nada.

Nesta perspectiva, expõe uma experiência vivenciada que, segundo o próprio interlocutor, deixaria explícita a ética envolvida na ocupação de *barqueiro*.

Teve um dia em que eu tinha que passar quinze vezes o rio para transportar a mercadoria do Gordinho, quando cheguei ao último carregamento eu quis ver o que era... Quando abri estava cheia de droga. Depois eu fui conversar com ele e perguntei se ele sabia o que estava sendo transportado e ele disse que era apenas informática e relógios... Daí eu disse que era droga... Isso é ruim né. Se a polícia paraguaia pega são cinco anos de cadeia. Quando eu falei o Gordinho não acreditou, me chamou de mentiroso, daí eu tirei de minha bolsa e mostrei para ele... Ele nunca mais trouxe mercadoria... Pois alguém viu o que ele trazia pro porto.

Contudo, o fato de ser flagrado transportando drogas, como é o caso descrito, não envolve apenas o suposto traficante, que fica conhecido e com a “ficha suja”, mas também o porto utilizado para o transporte. Sobre isso, José Gonzalez afirma:

Aqui em baixo não passa droga, passa se a pessoa mentir... Então num é consciente... Pois se não todo mundo vai querer passar... O segredo é num falar nada, nessa profissão não tem amigo. Nosso porto evita isso, se não queima o porto, e tem muitos portos, tem 18 portos e cada um passa uns 400 volumes por dia... De uns tempos atrás passava até 800 volumes.

A fala do interlocutor explicita que as relações estabelecidas entre as diversas pessoas que dependem direta e indiretamente dos portos são fundadas na confiança. As mercadorias são embrulhadas em sacos pretos deixando-as impermeáveis e não identificáveis. Os *barqueiros*, confiando nos *sacoleiros* e nos *agenciadores* que as trazem para os portos, levam-nas para a outra margem no rio, sem questionar o conteúdo dos volumes. Tal situação de indiferença modela uma situação onde se mistura uma suposta ética em não interferir nas atividades desempenhadas pelos outros trabalhadores com a tentativa de eliminar qualquer responsabilidade sobre aquilo que é

transportado, como se fosse mais fácil fazer o serviço sem saber exatamente o conteúdo daquilo que está sendo embarcado<sup>23</sup>.

### Infográfico 03 – Circuito Sacoleiro 03.



Depois que os *volumes* chegam aos portos brasileiros outros trabalhadores começam a desempenhar suas ocupações. No Brasil há pessoas responsáveis em buscar as mercadorias nos portos para levá-las até os hotéis onde *sacoleiros* e *laranjas* esperam-nas exclusivamente para transportá-las até o seu destino final ou até parte dele. Enfim, a estrutura do transporte de mercadorias disponibilizadas no mercado de Ciudad del Este é complexa. As *conversas* realizadas permitem visualizar apenas algumas das possibilidades de organização do *circuito*, as que envolvem um conjunto maior de trabalhadores em sua rede de relações. Assim, não é difícil

<sup>23</sup> Em uma pesquisa anterior, realizada com os *laranjas* que atuavam na Ponte da Amizade, constatou-se que os trabalhadores acreditavam que o trabalho desenvolvido era correto, o problema não estava na ocupação em si, mas no tipo de mercadoria que era transportada (Cardin, 2006).

de afirmar que, embora a Receita Federal tenha empregado uma política aduaneira mais rigorosa nos últimos anos, as atividades vinculadas à compra, à venda e à circulação de mercadorias oriundas do Paraguai continuam existindo e de forma importante para o mercado de trabalho da região.

De maneira menos perceptível, ocupando menos trabalhadores, mas movimentando valores “não pronunciáveis”, constata-se que paralelamente ao sistema mais pulverizado de transporte, onde os *laranjas* correspondem a incontáveis formiguinhas que cotidianamente transportam em filas pesados volumes sobre suas costas, existe um “esquema” menos conhecido e mais difícil de ser investigado realizado pelas “empresas de frete”. A *conversa* estabelecida com Cláudio permite uma rápida aproximação deste universo ainda pouco explorado e bastante obscuro. Diferente da “correria” característica das outras ocupações existentes no *circuito sacoleiro*, o cotidiano dos *freteiros* é marcado por uma relativa tranquilidade. A descrição de um dia de trabalho do interlocutor permite afirmar isso.

Eu acordo de manhã, nove horas. Às dez horas, vou para o Paraguai, às vezes eu estou com a chave do escritório, às vezes eu não estou, a gente abre o escritório e tal. A gente almoça, aquela coisa toda, assiste uma TV, entra na internet e do meio-dia pra tarde nós começamos a trabalhar. Nós vamos às lojas e a gente retira o pedido das mercadorias e envia para o seu destino final.

Embora esta transcrição possa transparecer uma aparente segurança na condução da atividade, as explicações referentes à constituição do estabelecimento e ao seu funcionamento demonstram a falta de controle do governo paraguaio em relação a tais serviços, como também o sigilo referente a determinadas informações, o que mantém a ocupação em uma região de pouca visualização e lhe garante certa discrição. O silêncio de Cláudio diante das provocações referentes aos valores movimentados pela “empresa” e à logística de transporte empregada na distribuição das mercadorias permite supor que a calma expressa pelo interlocutor é acompanhada de uma constante desconfiança em relação à popularização de suas práticas. Assim, as incertezas que circundam a atividade começam na sua própria definição. Neste sentido, Cláudio afirma que seu local de trabalho

na verdade não é uma empresa e num é nem de fachada, nós apenas alugamos uma sala onde deixamos nossas coisas e nossos contatos. Ela não tem nome e não tem nada. No Paraguai você entra na galeria e aluga o lugar, pode montar seu escritório e só paga uma taxa, um imposto, que eles dizem que é da privada.

Especificamente sobre a forma de atuação dos *freteiros*, ele apenas afirma superficialmente que o objetivo é pegar a mercadoria e levá-las para o seu destino no Brasil, oferecendo uma garantia pelo serviço prestado, uma espécie de seguro. No entanto, a forma que a entrega é realizada é um segredo muito bem guardado, da mesma forma que a quantia de dinheiro movimentada diariamente. Sobre isso, a única informação obtida durante as *conversas* realizadas é que os valores movimentados são altos, pois somente assim é rentável ao *sacoleiro* contratar o tipo de serviço que a sua “empresa” presta. Cláudio trabalha principalmente com eletroeletrônicos, independente do local de entrega ou da quantia de produtos. Porém, salienta que “difícilmente aparece algum cliente querendo transportar mercadorias baratas”, pois o serviço realizado pelos *freteiros* é custoso, pois “facilita muito a vida do *sacoleiro*, ele nem precisa sair da cidade dele para receber com toda a segurança a mercadoria que deseja”.

As diferentes formas de organização do *circuito sacoleiro* adotadas ao longo das últimas décadas transparecem um processo claro de sistematização das práticas realizadas. As ocupações amorfas existentes no passado são gradativamente substituídas por modos de atuação mais bem definidos e dependentes de um conjunto maior de trabalhadores. As relações estabelecidas entre a fiscalização realizada pela Receita Federal Brasileira e os *compristas* exigem constantes rearticulações internas no *circuito* e explicitam respostas sociais que envolvem análises concretas da realidade imposta e existente na fronteira, não se configurando como ações simples ou condicionadas de forma imediata a um elemento causal. Em outras palavras, *as modificações inseridas na organização do circuito sacoleiro não são apenas adaptações ou consequências inevitáveis das políticas aduaneiras, elas guardam no seu interior reflexões referentes aos conflitos existentes na fronteira e leituras sobre as práticas governamentais.*

### **3.3 – As transformações no *circuito sacoleiro*: criminalização, resistência e adaptação.**

A expansão dos processos de acumulação de capital na região das três fronteiras é sustentada pelos conflitos entre perspectivas oficiais e extra-oficiais. O setor turístico, defendido como o aspecto mais importante de sua economia pelas classes dirigentes, possui apoio estatal e exploração de uma força de trabalho degradada. O *circuito sacoleiro*, condenado pelos diferentes

governos e por partes da imprensa, é essencial para a manutenção de inúmeros trabalhadores e garante uma alta circulação de capital. No entanto, por outro lado, é acusado de fragilizar a arrecadação de impostos pelo Estado Brasileiro e de financiar um conjunto de atividades ilícitas desenvolvidas por grupos de narcotraficantes e por grupos terroristas. Assim, a história da região é construída cotidianamente sobre estes conflitos, que transitam no interior de discursos ideológicos e também de ações práticas. São estes conflitos que dão formas ao *circuito sacoleiro* e ao espaço regional, são eles que interagem na construção das experiências dos trabalhadores e permitem o desenvolvimento de práticas particulares, que só podem ser compreendidas levando em consideração a riqueza de fatores existentes em tal conjuntura.

Partindo dos apontamentos realizados, sinaliza-se que a fiscalização rigorosa exercida pela Receita Federal não se justifica unicamente no combate ao descaminho, embora essa seja a explicação oficial. Constatou-se que o aumento dos esforços no combate ao contrabando foi acompanhado de melhorias nos valores recuperados, mas não na diminuição dos valores que deixaram de ser arrecadados. Assim, as políticas executadas pelos órgãos do governo tentam solucionar um problema estrutural a partir da repressão e da violência, obtendo como resultado a apreensão de valores ínfimos perto daquilo que é desviado, além do agravamento nos conflitos sociais. Tais práticas precisam ser entendidas de forma associada a políticas mais amplas de criminalização e que têm como objetivo limitar as possibilidades de existência da classe trabalhadora, alimentando novos mercados, como o de segurança. Todavia, tal discussão será mais bem explorada no último capítulo.

Esta situação de conflito e de disputa de projetos sociais visualizada nas ações efetuadas pelo governo brasileiro, nos posicionamentos explicitados pela imprensa e na resistência dos trabalhadores, denuncia a capacidade dos trabalhadores em conduzirem e refletirem sobre suas práticas sociais. As diversas transformações ocorridas no interior do *circuito sacoleiro* não podem ser entendidas como respostas imediatas e impensadas às posições governamentais manifestadas pela Receita Federal, elas abrem espaço para visualizar os trabalhadores como sujeitos. Assim, cabe então refletir sobre as possibilidades de ação dentro do cotidiano, rompendo com suas visões empobrecidas e permitindo a existência de canais de manifestação e mudança durante as experiências diárias.

Ao contrário da perspectiva hegemônica que observa estes trabalhadores dentro de uma leitura muitas vezes determinista, afirmando que eles são oriundos imediatos de uma exclusão

imposta pela atual configuração do sistema sociometabólico, parte-se do pressuposto que tais atividades existem por cumprirem um papel importante no processo de circulação, de distribuição e de expansão do capital (Cardin, 2006). As ocupações oriundas das desigualdades existentes entre os países fronteiriços continuaram existindo independentemente das políticas públicas paliativas que visam à ampliação de vagas de emprego, pois as práticas de trabalho desempenhadas são centradas em algumas questões essenciais ao sistema sociometabólico e fundadas na necessidade de produção e de reprodução de capital, nem que para isso sejam necessárias constantes adaptações e manobras para escaparem dos limites que vão sendo impostos para o seu desenvolvimento.

Sobre esse último aspecto é importante destacar que a noção de adaptação expressa anteriormente foge de uma mera relação causal, não se configurando, definitivamente, como uma simples resposta instintiva a um meio hostil. Os homens, ao se adaptarem, exercem e utilizam suas potencialidades na busca dos melhores resultados dentro daquilo que é possível ser desenvolvido e obtido. Entretanto, descartam-se os olhares teóricos que atribuem a responsabilidade do contrabando e das supostas práticas ilícitas exclusivamente aos *sacoleiros* e *laranjas*, como se eles possuíssem uma ação social racional onipotente que pudesse atuar dentro de uma infinidade de possibilidades. Sem embargo, parte-se do pressuposto de que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1997, p. 21).

A perspectiva determinista, que considera que as atividades desempenhadas pelos *laranjas* e pelos *sacoleiros* são respostas imediatas e exclusivas à conjuntura econômica, possui no seu âmago uma noção de cotidiano limitada, pois ela é fundada em duas leituras problemáticas. Na primeira, o cotidiano é considerado exclusivamente como o espaço da vida privada, da qual o mundo do trabalho não faz parte. Nela, desvincula-se o trabalho do seu aspecto ontológico mais fundamental (Lukács, 2004). O cotidiano fica restrito às banalidades e às rotinas diárias e, muitas vezes, a um suposto mundo vivido, enquanto o trabalho é amarrado às obrigações, às necessidades, a um mundo marcado por normas, imposições e regulamentos. Deste modo, as correlações existentes entre as esferas do público e do privado não são observadas e as potencialidades existentes no trabalho e no cotidiano são empobrecidas.



Na segunda leitura, o trabalho faz parte da vida cotidiana, mas é visto como uma simples reprodução do mundo particular, ou seja, do ambiente imediato demarcado pelo raio de ação dos sujeitos sociais. Nesta situação, a vida diária é caracterizada pela repetição e pela falta de possibilidades de superação do cotidiano. O homem fica preso a uma alienação mantida pela heterogeneidade de informações e de conhecimentos, que força os trabalhadores a realizarem ações visando exclusivamente responder a necessidades primárias e impede aos homens de exercerem a sua individualidade de forma plena. No entanto, existem formas de vencer tais limites. Segundo Heller (1991), os homens quando concentram suas atenções e forças para um único projeto ou para um único ideal podem superar a heterogeneidade, promovendo uma objetivação e suspendendo a cotidianidade.

Embora esse processo de suspensão da vida cotidiana seja momentâneo e esporádico, ele garante um crescimento do ser social ao permitir a existência de um processo contínuo. O homem ao sair do cotidiano e retornar a ele de forma modificada e “à medida que estas suspensões se tornam frequentes, a re-apropriação do ser genérico é mais profunda e a percepção do cotidiano fica mais enriquecida” (Netto & Carvalho, 2007, p. 28). Logo, não é adequado pensar que as práticas de trabalho na fronteira são simples respostas ao meio ou que o cotidiano daqueles trabalhadores é estático e não tem reflexão. O cotidiano deve ser entendido como um espaço de reprodução e de produção simultaneamente, já que o sujeito dele participa “com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nele, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias” (Heller, 2004, p. 17).

Somente dentro desta perspectiva é possível entender o desaparecimento e o surgimento de novas ocupações e de novas lógicas de trabalho na região das três fronteiras como, por exemplo, o gradativo desaparecimento dos *cigarreiros* e o fortalecimento dos *barqueiros* e dos *agenciadores*, sem minimizar ou eliminar as potencialidades dos sujeitos sociais. Neste sentido, constata-se que as mudanças nas políticas e nas práticas de fiscalização impostas pela Receita Federal nos últimos anos não conseguiram extinguir de forma imediata o contrabando e, muito menos, alterar a conjuntura do *circuito sacoleiro* na totalidade de suas relações. Como observa Grimson (2005, p. 29), “una resolución no modifica por sí misma la frontera. Más bien, su aplicación o intento de aplicación plantea un nuevo marco en el cual diferentes actores disputan sus características y sentidos”.

A atividade desempenhada pelos *cigarreiros*, por exemplo, sempre foi considerada uma das mais arriscadas e também uma das mais mal remuneradas existentes nos limites do Brasil com o Paraguai. Nela o trabalhador buscava uma encomenda de cigarros em um local de Ciudad del Este próximo à Ponte da Amizade, conferia o produto e preparava um resistente embrulho para os grandes pacotes, utilizando basicamente papelões e plásticos pretos, que eram reforçados com muita fita adesiva para proteger a operação. Depois de realizar tais procedimentos, o trabalhador “paleteava”, ou seja, empilhava essas caixas sobre os ombros e as levava até certa altura da ponte, onde existiam buracos na tela de proteção feitos anteriormente, para arremessarem-nas para a barranca do Rio Paraná, já na margem brasileira. Lá embaixo, ficavam outros trabalhadores, esperando os *volumes* caírem para rapidamente escondê-los ou os puxarem para algum veículo estacionado em um local próximo.

No entanto, esta descrição, que corresponde a uma imagem bastante comum durante a década de 1990, começou a perder suas cores no início do século XXI. Com o intuito de impedir a entrada de mercadorias falsificadas no mercado brasileiro, a Receita Federal desenvolveu um conjunto de estratégias para romper com o contrabando, interceptando os comboios dos ônibus de sacoleiros, cadastrando os *laranjas* que passavam pela aduana brasileira e colocando uma quantidade maior de agentes para fiscalizarem de forma mais intensiva as regiões da ponte que eram utilizadas para os arremessos das caixas de cigarro, eliminando paulatinamente tal prática. No entanto, estas políticas e posturas adotadas, ao invés de acabarem imediatamente com o contrabando e com as ocupações a ele vinculadas, fertilizaram outras atividades juridicamente consideradas ilícitas.

Historicamente, a região das três fronteiras sempre esteve vinculada a alguma prática de contrabando (Colodel, 1988; Lima, 2001; Wachowicz, 1982) e, observando a produção acadêmica referente a outras realidades fronteiriças, observa-se que tais atividades são bastante comuns em cidades com características geográficas similares. Sobre isso, Grimson (2005, p. 25-26) afirma que

en cada ciudad y espacio fronterizo hay personas que trabajan de pasar mercaderías al otro lado evitando los controles aduaneros, viven de cruzar a frontera. En algunas fronteras (como la argentina-paraguaya o la argentina-boliviana) son mujeres y se las conoce como “las paseras”. En Uruguayana-Libres son tanto hombres como mujeres y se los conoce como “los pasadores” o “los chiveros”. La estrategia histórica consiste en pasar pocas mercaderías en cada viaje, distribuyendo eventualmente la mercadería con otro pasador,

haciendo como si tratara de bienes de uso personal. Los pasadores son el sector menos reconocido como interlocutor en las decisiones políticas.

Neste contexto, *as tentativas de extirpar o contrabando da região são burladas pelo desenvolvimento e fortalecimento de outras práticas que assumem a responsabilidade de dar continuidade aos meios que foram interrompidos, pois a base de sustentação deste tipo de negócio não é a ausência de lei ou de controle, mas as diferenças econômicas e políticas intrínsecas aos países limítrofes*. Como observa Rabossi (2004a), as relações estabelecidas entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este são fundadas, principalmente, pelas diferenças existentes entre as cidades e não tanto por uma suposta homogeneidade entre as nações vizinhas e supostamente irmãs. A dinâmica que se instaura pelo limite internacional só pode desenvolver-se devido à existência dele próprio, mesmo existindo controles instaurados para regular o fluxo das mercadorias e das pessoas. Isto produz uma situação singular: o fato de ser um espaço de inter-relações que se estrutura a partir de diferenças. Ambos os elementos se pressupõem e não se cancelam, contrariamente às imagens de alguns retratos que os apresentam como um espaço homogêneo (Rabossi, 2004a, p. 11).

Em outras palavras, o estabelecimento de políticas de fiscalização mais rígidas não elimina os aspectos que fazem com que o mercado paraguaio seja uma interessante fonte de renda e de sobrevivência<sup>24</sup>. Desta forma, enquanto houver as discrepâncias tributárias entre as mercadorias negociadas no Brasil e no Paraguai, sempre existirão sujeitos sociais organizando estratégias para se beneficiarem das vantagens existentes no contrabando, nem que para isso haja alguns riscos. Limitar o comportamento dos trabalhadores a uma reação espontânea, a conjuntura político-econômica dos países ou o seu cotidiano a uma simples esfera de reprodução restringe a construção de análises mais abrangentes, que envolvam uma compreensão do funcionamento do sistema sociometabólico e das potencialidades dos homens e mulheres trabalhadoras.

Como observa Lefebvre (1961), o Estado e os seus respectivos aparelhos tendem a controlar as relações sociais através da criação de leis e de normas que visam dificultar e até mesmo impossibilitar as ações dos trabalhadores, forçando estes a se enquadrarem em um modelo esperado e idealizado. Contudo, na vida cotidiana existem situações que escapam do controle estatal possibilitando o surgimento de lacunas ou de brechas que são utilizadas como

---

<sup>24</sup> É interessante observar que as opiniões das frações da classe dominante referentes ao endurecimento das políticas de fiscalização na fronteira não são homogêneas; é comum encontrarmos discursos em defesa do afrouxamento das mesmas devido à importância de tais práticas de compras para o município de Foz do Iguaçu, fato que, inevitavelmente, serve de suporte e até mesmo de incentivo para a manutenção das atividades.

espaços de manobra para o exercício da liberdade. O aparelho administrativo e, no caso específico de Foz do Iguaçu, a Receita Federal, dedicam-se a eliminar os vãos que surgem no processo de aplicação ou de regulamentação de determinadas práticas, mas isso não ocorre integralmente. Desta forma, durante a cotidianidade, os sujeitos sociais tentam alargar estes vãos existentes, buscando passar por eles para usufruírem das regiões que não são vigiadas ou controladas.

Embora a Receita Federal tenha apertado o cerco em relação a algumas práticas de trabalho existentes na região da Ponte da Amizade, os obstáculos que foram encontrados pelos *sacoleiros*, *laranjas* e *cigarreiros* não colocaram um fim no contrabando existente na fronteira do Brasil com o Paraguai. Ampliando os sentidos e as funções de antigas práticas existentes, como aquelas desempenhadas pelos *barqueiros*, a população economicamente dependente do comércio paraguaio continua atendendo uma demanda de consumidores distribuída por todo o território brasileiro. Durante muitos anos, os barcos clandestinos, que diariamente navegavam pelo Rio Paraná, transportavam quase que exclusivamente agrotóxicos, armas e drogas. Com os obstáculos levantados pela Receita Federal visando o controle mais adequado da entrada de mercadorias no Brasil, a utilização das tradicionais embarcações para o transporte de outros tipos de produtos ficou cada vez mais frequente e usual, fato que exigiu uma reorganização das antigas formas de trabalho.

Neste contexto, a denominação de *barqueiro* tornou-se uma maneira mais simples e genérica para falar sobre um complexo esquema de transporte de mercadorias por via fluvial. O *barqueiro* em si, aquele que comanda a navegação, é a pessoa menos importante na organização hierárquica da ocupação, que envolve *carregadores*, *agenciadores*, *olheiros* e mais uma quantidade de outros trabalhadores especializados. Todavia, o funcionamento deste sistema não pode ser considerado uma simples resposta imediata ao meio, pois envolve a construção de contratos, acordos e práticas sociais, utilizando os poucos espaços que são deixados pelo controle estatal para a produção de atividades que fogem do modelo vigente. Neste momento, não cabe aqui problematizar se estes espaços são deixados acidentalmente ou não, o que interessa é que eles existem e que são neles que alguns homens produzem sua própria história.

#### **4 O CIRCUITO SACOLEIRO E AS LUTAS DE CLASSE: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NAS TRÊS FRONTEIRAS.**

As práticas dos trabalhadores pertencentes ao *circuito sacoleiro* não são estáveis ou perenes. Elas são constantemente modificadas na busca de uma maior eficiência no transporte e na distribuição das mercadorias vendidas no centro comercial de Ciudad del Este para todo o território brasileiro. No entanto, como foi discutido no capítulo anterior, existem outras razões que forçam o *circuito* a desenvolver novas formas de atuação e organização. As transformações econômicas e políticas, principalmente aquelas direcionadas para as questões tributárias e aduaneiras, atingem diretamente o cotidiano de trabalho de *sacoleiros* e *laranjas*, fazendo com que estes reelaborem suas redes de relações, extinguindo antigas ocupações e criando outras. De forma geral, a cotidianidade existente na região da fronteira não é um reflexo exato das ações particulares dos sujeitos sociais, como também não é o resultado de um movimento determinista de uma estrutura invisível aos homens.

Antes disso, a vida destes trabalhadores e as relações estabelecidas durante suas trajetórias não se configuram e não são visualizadas de uma forma homogênea e linear. O cotidiano é o resultado dos conflitos e resistências dos trabalhadores que buscam a sobrevivência e os espaços de liberdade no interior de uma realidade marcada pela coerção e padronização de usos e costumes. As transformações na organização do *circuito sacoleiro* representam leituras, interpretações e respostas aos esforços dos órgãos governamentais em combater ou pelo menos fragilizar suas práticas. Contudo, não são as únicas consequências dos conflitos imediatos estabelecidos com os interesses do governo. Através das *conversas* realizadas constatam-se a fragmentação, os embates e os posicionamentos dos trabalhadores em relação à fiscalização na fronteira e ao tipo de serviço que realizam. Ampliando o estudo para outras fontes e aprofundando a análise através das informações disponibilizadas nos periódicos locais, observam-se e entendem-se muitos dos pontos expressos nas situações de conflito direto com os agentes federais ocorridos ao longo da última década.

No intuito de cobrir todas as nuances contidas nas relações sociais estabelecidas na região da fronteira internacional com o Paraguai, mais especificamente nos embates entre os diversos sujeitos responsáveis pela construção da realidade investigada, constata-se a existência de três

eixos de discussão que possibilitam abordar de uma forma ampla as práticas e os posicionamentos de classe desenvolvidos pelos trabalhadores durante o exercício de suas atividades. No primeiro encontram-se os conflitos e disputas ocorridas no interior do próprio *circuito*, onde se destacam as expectativas e os esforços dos trabalhadores em relação às possibilidades de ascensão na hierarquia existente e o impacto destas relações em suas vidas pessoais. No segundo estão as opiniões dos trabalhadores referentes ao comércio internacional e a suas próprias práticas de trabalho, englobando as suas análises referentes aos motivos que levam a existência do *circuito sacoleiro*. No último eixo, através do estudo de jornais locais e regionais, estão as análises referentes às mobilizações e os protestos realizados pelos trabalhadores contra a fiscalização da Receita Federal.

#### **4.1 – A busca pelo poder no interior do circuito.**

O *circuito sacoleiro* possui algumas características marcantes como, por exemplo, a informalidade, a clandestinidade e a hierarquia interna que sustenta o seu funcionamento. Por sua vez, tais aspectos promovem reações peculiares entre os sujeitos nele inseridos, atingindo as relações sociais de uma maneira ampla. As amizades e os demais relacionamentos que ocorrem dentro da esfera do trabalho são marcados por desconfiança e precaução. Muito disto se deve à instabilidade e insegurança das ocupações, como também à vontade sempre presente de “melhorar de vida”. A interlocutora Sandra, que atua como *batedora*, afirma que o seu “núcleo de amizade é baseado nos familiares, embora todos trabalhem com muamba”. De maneira geral, diz ter poucos amigos, mas todos envolvidos com o *circuito*, fato que exige uma atenção especial, pois nem todos os trabalhadores transportam apenas mercadorias. Neste sentido, ela afirma que

este tipo de relação traz uma desconfiança maior nas relações, muitas vezes você não sabe direito o que está sendo passado, são caixas fechadas. Mas dá para perceber as coisas, quem trabalha com coisa errada de um dia para outro aparece com carrão, num tem casa própria, mas anda com carro do ano. Passando apenas mercadoria você não consegue isso rápido assim.

A posição de David a respeito de suas relações com os outros trabalhadores do Paraguai possui perspectiva semelhante. Afirma categoricamente que as relações que mantém com os

outros trabalhadores do Paraguai é exclusivamente de interesse, o que ocorre é uma troca de favores, “quando um precisa de ajuda para transportar ajudamos, quando precisamos de mais pessoas para transportar chamamos quem está precisando na época, mas nós não somos amigos de frequentar a casa um do outro”. Em outros termos, o interlocutor reafirma o posicionamento expresso por Sandra.

No Paraguai, amigo de verdade não tem. Porque quando você lida com coisa ilícita, parece que incorpora em você até outro lado. Para você ter amigo de verdade, você precisa ter compaixão, é um sentimento que na *muamba* não tem, como no tráfico também não. Por você estar na ilegalidade isso entra em você, têm muita falsidade, coisas assustadoras. Não existe uma amizade verdadeira, há apenas a amizade de interesse.

As respostas de Fabiano também se aproximam das expostas anteriormente, porém ampliam as influências das relações que ocorrem no interior do *circuito* para o espaço familiar.

Não dá para falar que meu trabalho não interfere nas minhas relações familiares. Quando a gente faz coisa errada eu não conto, tem certas coisas que é melhor eles não saberem para não ficarem preocupados. Tem vezes que é preciso correr, fugir da polícia, fugir dos tiros, não gosto que eles saibam disso.

O sigilo nas relações estabelecidas com os *sacoleiros* desenvolve uma situação de incerteza. Ao mesmo tempo que o *agenciador* precisa “confiar no cliente” para que o “contrato” seja efetivado, a dúvida está sempre presente, impedindo um aprofundamento nas relações ou nos vínculos estabelecidos. Sobre isso, Fabiano se queixa do fato de ter que trabalhar no escuro, sem a certeza daquilo que transporta, “o *sacoleiro* fala o que é e não abrimos o volume. Então pode ser arma, droga, enfim, qualquer coisa, depois a pressão cai pro nosso lado quando a polícia vem bater”. No meio da insegurança “não existe muito tempo para fazer amizade, é muita correria, você passa quase todo tempo trabalhando”, no Paraguai “as pessoas passam muito rápido por você, não há como ter uma relação longa, assim não dá para ter amizade”.

**Foto 04 – Avenida San Blás (Ciudad del Este)**



Fonte: Arquivo do autor.

Muito desta desconfiança e desta dificuldade em desenvolver e manter relações mais estáveis é derivada da concorrência entre os trabalhadores existente no interior do próprio *circuito*. Neste sentido, um dos elementos presentes nas *conversas* realizadas diz respeito à difícil tarefa dos *laranjas* em conseguir um *patrão*. Este corresponde ao topo da hierarquia no transporte de mercadorias, é ele quem possui o dinheiro a ser usado nas compras e é ele quem “contrata” os *sacoleiros* para transportar os produtos adquiridos. O *patrão* pode ser tanto o próprio dono de uma loja que revende os produtos em qualquer lugar no Brasil quanto um grande atravessador que abastece de mercadorias um conjunto de recintos comerciais previamente determinados. No entanto, são poucos os *patrões* que fazem as compras pessoalmente; o habitual é ele contratar um grupo de *sacoleiros* para adquirir os produtos e transportá-los pelo país, sendo que o número de contratados depende do valor dos negócios realizados pelo investidor.

Aqueles trabalhadores que têm seus *patrões* definidos e são fiéis a eles conseguem realizar mais viagens devido aos pedidos constantes realizados pelos “superiores”, isso vale tanto para os *sacoleiros* quanto para os próprios *laranjas*. Além disso, a rentabilidade dos contratados



depende também do tipo de mercadoria transportada. Os *laranjas* que não possuem vínculo com um *patrão* transportam de modo indiferente qualquer mercadoria, já aqueles que têm relações hierárquicas definidas sabem claramente quais são os tipos de mercadorias que estão carregando consigo, privilegiando desta forma os periféricos de informática. Estes são os únicos produtos que têm uma cota em dinheiro fixa para o transporte, por isso os *laranjas* que trabalham apenas nesse ramo são conhecidos como cotistas.

Na conversa estabelecida com David constata-se um pouco da natureza desta concorrência e das disputas estabelecidas entre os trabalhadores.

eu vivi situações onde, por inveja de algumas pessoas em relação ao meu *patrão*, eu fui ameaçado. Várias pessoas ligavam para ele para tentar puxar o meu tapete, mas por eu ter uma relação de confiança com ele, meu *patrão* não ligava. Eu não posso reclamar dele, ele garantia exclusividade e pagava bem. Mas neste negócio tem pessoas perigosas. Como também já fui ameaçado simplesmente por conversar com o *patrão* de outro *sacoleiro*. Nem sempre existe confiança, eu tenho vários amigos que foram assaltados e depois não foram mais chamados para trabalhar. Tenho um amigo, por exemplo, que um dia desceu do ônibus com sete mil dólares, quando ele foi caminhar um motoqueiro passou e levou o dinheiro dele. Na hora ligou para o *patrão* dele, mas na outra semana ele não tinha mais serviço. No Paraguai é assim, para você estar empregado precisa de um minuto, mas para você estar sem serviço é mais rápido.

Contudo, não é somente nas disputas pelos melhores *patrões* que se encontra a concorrência e, muitas vezes, as relações desleais. Existem pessoas que se fingem de *laranja* para roubar mercadorias e enganar *sacoleiros*, criando mais insegurança e incerteza nas relações estabelecidas na fronteira. Durante muitos anos a credibilidade dos produtos disponibilizados no Paraguai foi questionada. Produtos piratas, sem garantia, com rótulos trocados ou com caixas trocadas eram histórias comuns entre os aventureiros que desbravavam Ciudad del Este ao longo das décadas de 1980 e 1990. Porém, a própria concorrência entre os inúmeros estabelecidos existentes no centro comercial da cidade exigiu a diminuição de tais práticas. Por outro lado, surgiram outras, como aquelas exercidas por supostos *laranjas* com o objetivo de desviar as mercadorias adquiridas pelos *compristas*. David, por exemplo, relata que “outro dia chegou um cara de Goiânia que queria comprar doze caixas de cigarro. Ele conversou com uns caras e marcaram uma hora para passar as caixas para ele na ponte. O coitado de Goiânia ficou esperando a noite inteira pela mercadoria que nunca apareceu”.

Até mesmo entre as empresas de frete, que possuem práticas menos conhecidas e públicas, existe certa hierarquia e concorrência. Como afirma Cláudio,

como um trabalho normal existe algum tipo de hierarquia, a pessoa mais velha ganha um pouco melhor, às vezes um fica encarregado por um trabalho e outro por outro. Um pode achar que o que ele faz é mais importante, no caso, não que um queira ser mais do que outro, isso é normal.

A situação descrita por Cláudio é mais compreensível quando se observa que o seu local de trabalho foi criado por amigos, onde todos se conheciam antes de a empresa ser aberta. Logo, existe certo respeito entre os membros que pode ser entendido até certo ponto como hierarquia. Todavia, esta situação não promove uma divisão de responsabilidades ou uma tentativa de atribuir a um trabalhador mais novo algum insucesso nas atividades. Como demonstra Cláudio, existe uma grande confiança entre os “sócios”, entretanto “pode acontecer alguma coisa que pode prejudicar os trabalhos, mas o indivíduo que estava envolvido com o problema que assume a bronca”. Segundo o interlocutor, isso não muda a qualidade das relações estabelecidas no serviço, pelo contrário, “a relação entre os sócios continua normal, como ocorreu algumas vezes quando algo errado aconteceu”.

Internamente a “empresa” demonstra certa estabilidade construída pelas relações anteriores existentes entre seus fundadores e também pelos objetivos ou metas existentes, que direcionam os esforços ao cumprimento dos serviços de forma sigilosa e com garantia. No entanto, a relação entre o local de trabalho de Cláudio com os demais estabelecimentos que prestam o mesmo tipo de serviço não é tão harmônica. Segundo ele,

existem várias empresas que faz o serviço de frete, assim não há concorrência entre nós da mesma empresa, mas com as outras. No caso, como é difícil um indivíduo chegar com a mercadoria a um determinado lugar, devido às mudanças na fiscalização a porcentagem a ser paga para os *freteiros* tende a aumentar. No entanto, às vezes as empresas queimam essa porcentagem, fazem uma porcentagem menor para levar a mercadoria para determinado cliente, aí ao invés do cliente pedir para um *freteiro* levar a mercadoria ele pede para outro que pede uma menor porcentagem, como uma concorrência estabelecida em um mercado normal.

Concorrência, disputas internas e traição marcam as relações informais entre os trabalhadores do *circuito*. Todavia, este também é regido pelas leis do mercado, oscilando os preços pagos pelos serviços realizados pelos trabalhadores conforme a demanda de trabalho e a rigidez nos processos de fiscalização estabelecidos pela Receita Federal. Embora existam

tentativas de derrubar o outro para conseguir o melhor *patrão* ou a melhor entrega, raros são os casos onde os trabalhadores apresentam intenção em mudar de ocupação no interior do próprio *circuito*, o que permite supor que as possibilidades de ascensão no interior da hierarquia são escassas para não dizer nulas. Quando questionado sobre o assunto, Fabiano fala de forma irônica que “mudaria de função dentro dos negócios do Paraguai apenas se fosse para ganhar mais, acho que viraria dono de porto, pois eles ganham bem (risadas)!”.

Tornar-se dono de porto não é um dos sonhos mais fáceis de ser realizado. Embora exista disputa entre eles, principalmente, pelos melhores clientes, aparentemente os territórios ao longo da barranca do Rio Paraná são bem definidos e não envolvem grandes conflitos. Como salienta Fabiano, “existe um respeito entre os donos dos portos, não é igual no Rio de Janeiro, onde as pessoas se matam. Aqui ninguém se mete no negócio dos outros”. Como já afirmado, ninguém sabe ao certo o número de portos existentes, muito menos o número de proprietários. Como existe certa fidelidade entre *porto-patrão-sacoleiro*, frequentemente o conhecimento transmitido pelos interlocutores é referente apenas à estrutura que utiliza. No entanto, Sandra, devido ao tempo que atua no *circuito*, esboça uma visão panorâmica sobre o assunto.

As pessoas que possuem portos clandestinos são aquelas que quando aumentou a fiscalização na aduana foram para a beira do rio. Não houve um processo exatamente, geralmente os que se dizem "donos" moravam na beira do rio e tomaram conta daquele espaço, é claro que não é qualquer um que podia, sempre há a lei do mais "forte", o "chefe".

Segundo a própria interlocutora, não existe uma regra para a constituição dos portos. Neste sentido, afirma que em outra região da cidade “os donos dos portos são aquelas pessoas que compram uma chácara com acesso ao lago, possibilitando a abertura dos portos clandestinos”. Nestes casos, os proprietários “fazem amizades com os paraguaios e combinam os valores que cada um irá ganhar por caixa passada ali, que geralmente não é mais que três reais pra cada um”. Segundo Sandra, o seu *patrão* utiliza quatro portos diferentes que são administrados por três pessoas distintas, sendo dois pertencentes à mesma família, porém ela faz questão de destacar que eles “não são exatamente donos, eles usam os portos porque estão ali há mais tempo e são respeitados pelos demais”.

Como a maioria dos interlocutores, Sandra fala com muita desconfiança a respeito dos conflitos existentes nos portos clandestinos e, tentando desconversar, afirma não ser necessário responder sobre as supostas disputas; bastava ver os programas policiais que cobrem a região

oeste do Estado do Paraná. Entretanto, admite certo desconforto entre os trabalhadores que disputam patrões no *circuito sacoleiro*. Sobre isso afirma que:

os "donos" não brigam pelo menos é o que sei, mas quem sempre intimida é as pessoas que pegam as mercadorias no Paraguai. Por exemplo, se um pegar o cliente do outro, aí ameaça e daí por diante. Um exemplo foi quando meu *patrão* trabalhava com um pessoal do Distrito Federal e eles mudaram o passador, deixaram o meu *patrão* e foram trabalhar com uma mulher, ela passou 02 ou 03 vezes pra eles e disse que tinha "perdido" as mercadorias, Logo depois, voltaram com meu *patrão* novamente e a mulher começou a ameaçar ele, dizendo que havia pego seus clientes. São esses tipos de coisas que acontece.

No intuito de esclarecer as relações do *circuito* e apontar os locais de possíveis conflitos no interior da hierarquia, Sandra faz uma síntese das relações, descrevendo as ocupações e os valores movimentados durante essas práticas estabelecidas.

Em relação aos diferentes cargos, o *patrão* é aquele que manda, mas este não tem acesso aos *barqueiros* e nem aos "donos" dos portos. Todos fazem o melhor pra ele chegar à cidade de destino com suas mercadorias por que é ele que define se haverá trabalho ou não. Se ele perder as mercadorias ou não mais voltar não haverá mais trabalho, logo ele precisa ser bem atendido. Tem o *encarregado* de pegar as mercadorias do *patrão* e passar ao cara que leva até ao porto entregar ao "dono" do porto (lado paraguaio) e passa aos barqueiros (que geralmente são crianças). Estes levam até o outro lado do rio, entregam ao "dono" do porto do lado brasileiro que entrega ao mesmo cara que levou ao porto do lado paraguaio, que entrega ao *encarregado* que leva ao *patrão*.

Até este ponto, na descrição realizada, não são apresentados os focos de maior tensão. Sandra busca apresentar o *circuito* dentro de uma perspectiva equilibrada, demonstrando uma suposta harmonia entre as partes que compõem a organização do trabalho clandestino na fronteira do Brasil com o Paraguai. Neste sentido, na continuidade de sua narração, aponta alguns aspectos que seriam importantes para a reflexão das possibilidades de ascensão na hierarquia na fronteira.

Não há disputa de cargos para definir quem é dono do porto e este não se esforça muito para conseguir clientes. "Os patrões" ficam próximo ao rio esperando e ganha o dele que é muito! Pois passam mais de 500 caixas ou mais por noite, cobram 10 reais por caixa e pagam 3 para o barqueiro do lado brasileiro e pagam mais 4 reais por caixa para o porto daqui, no total pagam de 15 a 20 reais a caixa de um porto a outro, mas é preciso considerar o passador e o carro alienado que leva até o "hotel". Uma caixa sai por mais ou menos 90 reais para o *patrão*. Os únicos que entram em conflitos são as pessoas que pegam os *patrões* e não querem muitas vezes subir na hierarquia por que o mais "difícil" é vender ou arrumar clientes para repassar as mercadorias. Muitos têm

lojas, mas precisam muitas vezes de notas fiscais e começa a complicar, então preferem ficar cada um no seu posto e ganhar o seu.

*Encarregados* ou *agenciadores*, *laranjas* ou *passadores*, *sacoleiros*, *donos/proprietários de portos*, *barqueiros*, carros alienados, hotéis e clientes representam as peças presentes no imenso tabuleiro que é a fronteira do Brasil com Paraguai. Inúmeras estratégias são desenvolvidas para que os negócios ocorram como o planejado e, de forma semelhante, inúmeras relações marcadas por tênues fios de confiança dão vida à realidade estudada. Disputas e conflitos aparecem nas conversas de maneira singela e, muitas vezes, desconfiada, abrindo espaço para a suposição de que as lacunas existentes nas *conversas* referentes às brigas por espaço no *circuito* reafirmem a sua existência, simplesmente pelo temor de falar sobre elas. A contradição de viver uma situação de conflito sem identificá-lo também é visualizada na relação que os trabalhadores estabelecem com os agentes federais responsáveis pela fiscalização.

#### **4.2 – O circuito e a fiscalização na visão dos trabalhadores.**

A realidade social na qual estão inseridos os trabalhadores é instável. As disputas por clientes, a busca dos melhores preços e dos melhores *agenciadores*, o conflito silencioso pela barranca do Rio Paraná aquecem as relações existentes na fronteira. No entanto, quando tudo parece estar pronto para explodir e antes dos conflitos no interior do *circuito* vir a público, a calma nas palavras, nos discursos e nas práticas volta a camuflar a instabilidade sempre presente. O receio de ampliar o universo social para além dos poucos amigos de confiança existente entre os trabalhadores do *circuito* e a discrição nas exposições referentes às relações de sociabilidade existentes escondem os atritos e os espinhos. Desconversar e se silenciar corresponde às formas mais fáceis de responder as perguntas que visam penetrar em regiões movediças e que podem ter como resultado situações que fogem do controle de qualquer um dos sujeitos envolvidos no processo de investigação.

A contradição de viver e não falar, de sentir e se silenciar, não deriva das mesmas razões que fazem com que os trabalhadores expressem um sentimento simultâneo de respeito e ódio pelos agentes responsáveis pela fiscalização na fronteira do Brasil com o Paraguai. Na primeira

situação abster-se de se posicionar diante das inquietações expostas é um mecanismo de defesa, muitas vezes de proteção à própria vida. Na segunda é a expressão da compreensão dos *sacoleiros* e *laranjas* referente ao problema no qual estão inseridos e também dos limites implícitos de suas ações. Muitas vezes a raiva de ter as mercadorias apreendidas, as bolsas abertas e as vidas bisbilhotadas, se alenta no reconhecimento das posições antagônicas dos sujeitos sociais que vivenciam a cotidianidade da fronteira.

O aprofundamento do processo de criminalização do *circuito sacoleiro* durante os primeiros anos do século XXI definiu com mais clareza as posições existentes. A suposta ilegalidade da atividade, vinculada e divulgada como contrabando, misturada com preconceitos derivados das proximidades com as rotas de tráfico e exorcizada como fonte de sustentação de terrorismo internacional estigmatizou trabalhadores e forneceu argumentos para perseguição. Práticas antes aceitas pela maioria da população da fronteira começam a ser questionadas. O sentimento de viver através de uma atividade constantemente atacada pelas personificações do modelo social hegemônico alimenta angústias, como expressa David ao reclamar da maneira como sua atividade é observada na região. “Existe um preconceito muito grande em relação a nós, mas as pessoas não percebem que se não fosse o Paraguai não existiria movimentação de dinheiro na cidade e esse monte de loja que tem em Foz não teria como se manter”.

As opiniões dos interlocutores sobre a existência do *circuito sacoleiro*, a fiscalização estabelecida na fronteira e as possíveis maneiras de solucionar os problemas que isso tudo envolve explicitam os contornos dos conflitos ocorridos na região. Deise, embora não corra perigo de perder o emprego de vendedora em uma das lojas existentes nas galerias de Ciudad del Este por ser filha de pai paraguaio e, conseqüentemente, protegida pelos direitos trabalhistas do país vizinho, teme pelo futuro das pessoas que trabalham com ela. Na concepção da interlocutora, “o combate ao contrabando está dificultando a vida de muitas pessoas que buscam a sobrevivência na fronteira, principalmente daquelas mais simples, que não tem um *patrão* forte”. Ela cita como exemplo os *cigarreiros* que ganham no máximo cinco reais por volume atravessado, dinheiro que deve ser dividido com aquele que espera a mercadoria embaixo da ponte. Segundo ela, esses são os trabalhadores mais carentes e, mais do que os outros, correm o risco de cair na criminalidade. Para ela, “é necessário combater o contrabando, mas, desenvolvendo simultaneamente empregos legais no Brasil”.

Mário tem uma posição semelhante, acreditando que “a solução para o problema encontra-se na geração de um maior número de empregos para a população” e na criação de uma rede de assistência básica para o desempregado. De maneira geral, alguns trabalhadores acreditam que a origem do *circuito* encontra-se na atual configuração do mercado de trabalho brasileiro. Contudo, isso não significa que todas as variáveis existentes no processo sejam visualizadas e que esta posição seja hegemônica. Roberto, por exemplo, é um pouco mais pessimista quando retrata o assunto e duvida do desenvolvimento de um número de empregos que venha a atender toda a população de *sacoleiros* e de *laranjas*. Não suficiente, ele também não acredita que o combate às práticas desses trabalhadores irá acabar com o descaminho, pois, em sua opinião, sempre surgirão novos meios para negociar as mercadorias.

Não adianta a polícia ficar parando todo mundo na ponte, pois apenas uma parcela da mercadoria contrabandeada passa por ali. Acho que eles precisam fiscalizar melhor o rio e as transportadoras, mas acredito que mesmo assim o problema ainda vai existir. Os *sacoleiros* sempre arrumam uma nova maneira de burlar a fiscalização e continuar fazendo o seu serviço deles.

As constatações apresentadas no capítulo anterior são complementadas com a colocação do interlocutor. As mudanças nos processos de fiscalização são acompanhadas de transformações e novas adaptações na logística empregada pelos trabalhadores na compra, no transporte e na revenda das mercadorias disponibilizadas em Ciudad del Este. Assim, embora o desenvolvimento regional busque afastar ou neutralizar a importância de tais práticas na economia local, elas continuam presentes. Os conflitos entre os esforços na definição de uma vocação econômica para a região das três fronteiras e a permanência/resistência do *circuito* são mantidos. Neste contexto, o processo de criminalização dos trabalhadores, aproximando-os de traficantes e terroristas, também se torna constante.

A posição de Sandra aproxima-se das anteriores, mas traz um novo elemento para discussão, o preço das mercadorias vendidas no Paraguai. Segundo a interlocutora, “as *muambas* nunca vão acabar por causa da lucratividade, as lojas paraguaias e brasileiras que vendem as mercadorias ganham muito devido ao não de pagamento dos impostos”. Na mesma perspectiva, Fabiano é objetivo quando fala sobre o assunto.

O trabalho na fronteira existe por causa do preço. É tudo mais barato, um DVD no Brasil custa 30 reais no Paraguai se paga 2, sem falar dos eletrônicos, dos brinquedos, da informática, os impostos no Brasil são caros demais. Se fosse tudo a mesma coisa não haveria esse comércio.

A diferença de preços explicitada por Sandra é reafirmada por Fabiano, que complementa a afirmação ao alertar e vincular a situação narrada aos problemas tributários existentes no país, ou melhor, aos altos impostos cobrados no Brasil. Todavia, a identificação que o pilar de sustentação do *circuito* encontra-se na existência de políticas aduaneiras e de fronteiras distintas entre os países pertencentes ao MERCOSUL não garante que a intervenção governamental na fronteira seja direcionada a estas políticas. Embora as modificações na cobrança de impostos possam favorecer a produção e a circulação dos produtos nacionais, ela incidiria diretamente na arrecadação do governo e no controle que ele tem da economia. Desta forma, visando não interferir nos interesses do Estado e, muito menos, nos grupos econômicos brasileiros vinculados ao setor produtivo, a resolução do problema na concepção estatal encontra-se no ataque à atuação dos trabalhadores do *circuito sacoleiro*.

Neste sentido, a ação do governo fica concentrada na tentativa de disciplinar e controlar a fronteira, com investimentos na estrutura de fiscalização e nas operações especiais de combate ao contrabando, ao descaminho e à pirataria. O resultado disso, como foi observado no capítulo anterior, tem sido um aumento no valor das apreensões e um conjunto de rearticulações dos trabalhadores na tentativa de manter suas práticas. Indo além, também fomentou uma mudança na paisagem da fronteira. Embora isso seja de difícil mensuração é visível uma diminuição gradativa no número de pessoas e de veículos atravessando a fronteira durante as duas últimas décadas, porém tal colocação despreziosa não significa que o capital e a quantidade de mercadoria que circulam na região tenham diminuído. Cláudio também destaca os preços e a atuação dos agentes federais na fronteira, mas lembra da capacidade dos trabalhadores em criarem novas formas de transporte e entrega das mercadorias.

O contrabando não vai acabar devido aos preços das mercadorias, que tem muita diferença. Porém, a fiscalização ajudou a diminuir a circulação que existia antes. Muitos tiveram prejuízos e perderam o capital que tinham, mas o ser humano sempre se adapta à situação, arrumando alternativa para entregar suas *muambas*.

Conversando com os trabalhadores é possível observar a existência de posições bem definidas referentes à existência do *circuito sacoleiro* e do papel do Estado na região limítrofe do Brasil com o Paraguai. Na concepção dos *sacoleiros*, *laranjas* e demais trabalhadores ocupados nas atividades surgidas nas relações comerciais da fronteira, o desemprego, a falta de oportunidades no mercado nacional e os atrativos de Ciudad del Este justificam e explicam a



origem de toda a movimentação que ocorre nas proximidades da Ponte da Amizade. Não suficiente, o reconhecimento dos motivos que levam os trabalhadores a desempenharem tais ocupações também permite um entendimento da presença e da atuação dos agentes aduaneiros. Segundo Sandra, “quando a polícia e a receita federal apreendem, fiscalizam, estão fazendo a parte deles. Eles estão certos, precisam defender os interesses deles. Mas nós estamos fazendo isso para sobreviver, falta emprego, não vou roubar, matar”.

#### Foto 05 – Trabalhadores Atravessando a Ponte da Amizade



Fonte: Arquivo de Tânia Paola Sosa Aguilera.

A noção de ilegalidade do *circuito* vem acompanhada da necessidade de sobrevivência de milhares de pessoas, mas que ao reconhecerem o seu caráter jurídico iluminam a compreensão da intervenção do Estado e da função fiscalizadora e repressora de seus agentes. A existência do *sacoleiro* está condicionada à existência das leis que impedem sua atividade, da mesma forma, o policiamento na fronteira só ocorre devido à permanência das práticas de contrabando e descaminho. São duas situações opostas, mas interdependentes. Como sintetiza Fabiano em uma frase que explicita muito a leitura que os trabalhadores têm dos conflitos sociais na fronteira. “Eu não gosto de ficar falando mal da polícia e da receita. Eles fazem o trabalho deles e nós fazemos

o nosso. Se eles não existissem, nós também não existiríamos. Se nós não existíssemos, eles também não existiriam, um depende do outro”.

A fala dos interlocutores revela a existência de interesses e de classes sociais diferentes, mas que não sustentam a adoção de uma postura mais crítica diante da realidade antes descrita. Saber que os agentes federais e os trabalhadores do *circuito* representam lados antagônicos não significa o entendimento do processo histórico ou dos fundamentos estruturais que os colocam em situações tão diferenciadas, isso interfere diretamente na organização e na concepção política dos trabalhadores referente à fronteira. Quando instigada a falar a respeito dos conflitos que esporadicamente ocorrem nas proximidades da Ponte da Amizade e dos postos de fiscalização da Receita Federal, a interlocutora Sandra afirma nunca participar da movimentação, pois “quando a polícia fiscaliza, ela está fazendo a parte dela, está trabalhando para o Estado, embora esteja atrapalhando nosso negócio. Nós não podemos reclamar”.

Os trabalhadores reconhecem o status da ocupação que desenvolvem e têm consciência da precariedade que circunda o *circuito* e da necessidade econômica que os obrigam ao desenvolvimento de tais práticas. No entanto, nada disso elimina a lei. A busca pela sobrevivência e por conforto pessoal não elimina o fato de o *circuito* envolver atividades juridicamente ilegais, justificando a aceitação da fiscalização e da atuação da receita. Logo, as mobilizações ou qualquer expressão de resistência ao processo aduaneiro correspondem mais a uma reação de descontentamento, um desabafo, uma explosão de sentimento em relação a uma situação concreta que o trabalhador se reconhece incapaz de mudar. No meio de muitas risadas, David narra um acontecimento ilustrativo vivenciado na região da fronteira.

Uma vez agarrei uma sacola e saí correndo para fugir da fiscalização, parecia uma competição. Apareceu a receita e um guardinha atrás de mim, a galera gritava na aduana, vai, corre mais, eles estão longe! Até eu conseguir escapar. Foi uma cena bem legal aquele dia. Todo mundo parado, bastante gente na ponte gritando e eu e o guardinha correndo até na baixada... Quando eles viram que o guardinha não aguentava mais, todos gritaram vibrando! Parecia uma torcida de futebol!

Na concepção do interlocutor, o acontecimento narrado foi uma reação natural, uma tentativa desesperada de proteger um pouco da mercadoria e garantir o mínimo necessário para não sofrer com um prejuízo maior durante a apreensão da Receita Federal. Os aplausos e a torcida representam uma identificação dos trabalhadores com aqueles que estão em situação semelhante, lutando cotidianamente pela sobrevivência e pulando os obstáculos legalmente

colocados nas suas trajetórias ocupacionais. A resistência dos trabalhadores corresponde a uma explosão ou a expressão de insatisfação e angústia em perder recursos em um mundo de possibilidades restritas. Conscientemente, na vida dos trabalhadores, ela é o resultado das relações entre as práticas precárias desenvolvidas na tentativa de garantir uma participação no mundo vivido e uma legislação que estabelece limites ou restringe as formas alternativas de sobrevivência.

#### **4.3 – Conflito e resistência na fronteira do Brasil com o Paraguai.**

Durante as conversas estabelecidas, os interlocutores afirmam que as tentativas de organização ou de mobilização dos trabalhadores pertencentes ao *circuito sacoleiro* ocorrem de maneira espontânea, como resposta aos problemas pontuais que surgem ao longo de suas trajetórias. Não se observa uma tentativa mais articulada de reivindicação de melhores condições ou de problematização das razões estruturais que fomentam a realidade social da fronteira. Em outro momento (Cardin, 2006), demonstrou-se que as raras tentativas de organização dos trabalhadores e de elaboração de propostas ocorridas ao longo da década de 1990 continham contradições estruturais ao buscarem melhores condições de trabalho para os *sacoleiros* e *laranjas* sem aprofundarem ou considerarem a existência e a origem de tais ocupações e o funcionamento do sistema do capital no mundo contemporâneo.

As explosões de revolta ocorridas nos primeiros anos do Século XXI, a organização dos comboios de ônibus para furar a fiscalização da Receita Federal e a experiência histórica de organização dos trabalhadores através da Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu (AVAAFI) não impedem que os interlocutores sejam céticos em relação à capacidade e às condições de articulação política dos trabalhadores. Em grande medida, as falas se encontram em alguns pontos comuns, como na insegurança das atividades desenvolvidas no interior do *circuito*, na desconfiança mútua dos trabalhadores e na concepção de união ou articulação unicamente nos momentos de interesse ou de necessidade emergencial. Segundo Cláudio,

não existe nem um tipo de organização dos *sacoleiros*. Antigamente tinha um comentário que os *sacoleiros* eram unidos quando descia os ônibus, eles eram unidos quando caíam na estrada e às vezes em conflito... A maioria dos ônibus tem Rádio Px e um avisa o outro de como está à estrada, por exemplo.

A colocação do interlocutor aproxima-se da ideia de que os trabalhadores se articulam conforme a necessidade imediata. Como foi discutido no capítulo anterior, uma das práticas mais comuns da Receita e da Polícia Federal durante as políticas de *cota zero* estava direcionada ao rompimento de circulação das mercadorias. Neste sentido, tornaram-se comuns as fiscalizações nos locais de armazenamento dos volumes e em diferentes postos ao longo das rodovias brasileiras, parando e apreendendo os veículos utilizados no transporte do contrabando. São nestas situações que a organização e a resistência dos trabalhadores podem ser observadas, logo elas podem ser consideradas como resultado direto dos conflitos com o Estado. Entretanto, embora este processo possa permitir uma suspensão da cotidianidade, o desenvolvimento de uma consciência de classe ou de um processo emancipatório encontra limites (Heller, 1991).

Aproximando-se da posição de Cláudio, David também concorda que “a organização dos *sacoleiros* limita-se aos momentos de fuga, restringindo-se aos momentos em que o *sacoleiro* precisa passar a mercadoria, escapar da fiscalização”. Segundo ele, “não existe organização em busca de melhores condições de trabalho. É difícil criar uma associação ou uma organização de um grupo que não tem lei, que não tem regras. Não tem como”. A clandestinidade da ocupação é apresentada como um dos empecilhos fundamentais para uma organização mais sistemática dos trabalhadores. Embora a realidade social conflituosa ofereça momentos extremos para os trabalhadores refletirem sobre suas condições materiais e políticas, a situação de ilegalidade e precariedade na qual estão inseridos dificulta a consolidação dos conhecimentos e o desenvolvimento de respostas mais incisivas e radicais aos problemas da vida cotidiana.

Excluindo as poucas experiências em organizações religiosas, os trabalhadores declaram que nunca foram filiados a partidos, sindicatos ou associações. Não suficiente, afirmam não terem o costume de debaterem ou discutirem assuntos políticos ideológicos durante a cotidianidade. Poucos deles conservam algum conhecimento das lutas fomentadas pela AVAAFI durante a última década do Século XX e mesmo assim a associação surge sempre como uma vaga lembrança. Na opinião dos trabalhadores tal experiência nunca poderia dar certo em razão da precariedade das ocupações existentes e também da individualidade e concorrência predominante na realidade social onde estão inseridos. O resultado disso pode ser observado no fato de a grande

maioria dos interlocutores nunca ter participado das mobilizações ocorridas nas proximidades da Ponte da Amizade ou nos Postos de Fiscalização da Receita Federal, a única exceção corresponde ao Cláudio.

Após duas décadas de intensa e constante exploração e comercialização das mercadorias disponibilizadas no mercado paraguaio, os trabalhadores brasileiros responsáveis pela compra e distribuição destes produtos no território nacional começaram a ter dificuldades na manutenção de suas práticas devido às mudanças nas políticas de fiscalização da Receita Federal Brasileira. Interessada em acabar definitivamente com a fuga de divisas e com o ingresso de mercadorias pirateadas, o órgão governamental estabeleceu procedimentos de atuação mais rigorosos nos primeiros anos do Século XXI, onde o posto de controle na fronteira entre os dois países, com o objetivo de cadastrar e inspecionar as bagagens de todas as pessoas que entram no Brasil pela Ponte da Amizade, pode ser considerado um marco. Neste sentido, David faz questão de lembrar que “a receita nem sempre foi assim, ela foi se tornando cruel. Ela deixava correr frouxo e de uma hora para outra resolveu radicalizar”.

Como já foi demonstrado, a consequência imediata das medidas adotadas pela Receita Federal foi o impedimento parcial das atividades desempenhadas pelos *laranjas*, pois a partir do funcionamento da nova estrutura de fiscalização estes passaram a ter o direito mensal de transportar apenas trezentos dólares em mercadorias, dificultando as antigas formas de atuação e acumulação. Antes das atuais políticas, um único trabalhador conseguia ir e voltar ao Paraguai incontáveis vezes em um mesmo dia, armazenando as mercadorias adquiridas em uma casa ou em um hotel qualquer nas proximidades da fronteira até o momento em que todas as compras pudessem ser transportadas para seu destino final. Contudo, estas práticas foram coibidas no começo nos anos 2000 através de um maior controle no número de vezes que as pessoas passavam pela aduana, no impedimento da organização dos comboios de ônibus para o transporte de mercadorias por via terrestre e também através de uma fiscalização mais rigorosa nos antigos lugares usados para a estocagem dos produtos.

Em uma reação imediata a tal arrocho, começaram a explodir diversas manifestações dos trabalhadores nas rotas de entrada e saída da fronteira do Brasil com o Paraguai, independentemente da colaboração da Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu. O periódico local “Gazeta do Iguaçu” fez a cobertura de várias destas mobilizações, como, por exemplo, as ocorridas em julho e agosto de 2004. Na primeira delas

divulgou que um grupo de *sacoleiros* e *laranjas* que trabalhava na aquisição e transporte de mercadorias no comércio de Ciudad del Este, estava organizando para os próximos dias um grande protesto contra a Receita Federal para questionar a forma como a instituição referida vinha fazendo a fiscalização do comércio e da circulação dos produtos no Brasil, apreendendo ônibus inteiros e instituindo o regime de *cota zero* (Gazeta do Iguazu, p. 03, 24 de julho de 2004).

Em agosto do mesmo ano, o mesmo periódico noticiou os esforços dos trabalhadores em derrubar a Medida Provisória 135, que determinava a apreensão dos ônibus que transportavam mercadorias contrabandeadas do Paraguai, através da elaboração de um abaixo-assinado com mais de cem mil assinaturas. O principal objetivo era fazer do documento uma ferramenta para legalizar as compras realizadas e permitir que os ônibus circulassem pelas rodovias com mercadorias sem identificação do proprietário (Gazeta do Iguazu, p. 07, 26 de agosto de 2004). Contudo, as medidas tomadas pelos trabalhadores não ficaram restritas a estas iniciativas, grandes protestos foram organizados pelos *sacoleiros* e *laranjas*, impondo dificuldades reais no acesso aos pontos de entrada e saída da cidade.

Sobre esta situação, o jornal local apresentou os diferentes focos de conflito e algumas consequências para o setor turístico e empresarial da região. Neste sentido, o periódico afirmou que:

mais de três mil *sacoleiros* mantiveram a BR-277 bloqueada por cerca de 12 horas. Durante o protesto contra a fiscalização da Receita Federal foram registrados vários focos de confronto. Na Ponte Internacional da Amizade, a polícia teve de usar munição para afastar os manifestantes e impedir saques aos veículos carregados de mercadorias. O bloqueio da rodovia federal começou às 5h30 e só foi liberado às 18h15. A concentração de *sacoleiros* começou na madrugada e ao amanhecer cerca de 300 ônibus estavam estacionados às margens da BR. Turistas e trabalhadores foram surpreendidos pela barreira. Para fugir do bloqueio, muitos tiveram de fazer o percurso de cerca de cinco quilômetros a pé. Na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, muitas lojas foram obrigadas a fechar. Trabalhadores foram impedidos de cruzar a fronteira (Gazeta do Iguazu, p. 07, 26 de agosto de 2004).

O jornal Gazeta do Paraná cobriu o acontecimento, mas destacando o apoio de outras categorias de trabalhadores à mobilização promovida pelos *sacoleiros*. Também atingidos pela fiscalização imposta pela Receita Federal, taxistas, atravessadores e motoboys realizaram uma paralisação no mesmo dia sobre a ponte que liga o Brasil ao Paraguai, ampliando o movimento e despertando ainda mais a atenção dos moradores e turistas para as questões levantadas, já que os trabalhadores fecharam as principais vias de acesso à região das três fronteiras.

Um mega protesto desencadeado por 3.500 sacoleiros de todas as partes do Brasil contra a fiscalização da Receita Federal interrompeu ontem durante 14 horas o trânsito na BR-277, em São Miguel do Iguçu. Eles fecharam a passagem nos dois sentidos na altura da praça de pedágio, entre Cascavel e Foz do Iguçu. Os manifestantes usaram aproximadamente 300 ônibus para bloquear a rodovia no início da manhã, liberando a passagem apenas para ambulâncias. Por volta das 12 horas, taxistas, atravessadores de mercadorias e mototaxistas fecharam a Ponte da Amizade, entre o Brasil e o Paraguai, por 30 minutos em apoio ao movimento (Gazeta do Paraná, 19 de agosto de 2004).

Com a manutenção das políticas de fiscalização da Receita Federal, os trabalhadores radicalizaram o movimento e agravaram os embates travados, fato que foi registrado pelo periódico local, Gazeta do Iguçu.

Vários focos de protestos tumultuaram ontem a fronteira. *Laranjas* e mototaxistas fecharam a BR-277 em dois pontos. Na aduana paraguaia o movimento está avançando em direção a Foz do Iguçu. Para impedir a entrada ou saída do Paraguai, um cordão de isolamento foi fixado na entrada do vizinho país. A estratégia é para impedir que pessoas ou veículos entrem ou saiam de Ciudad del Este. Após 40 horas de tumulto, o protesto ganhou duas frentes. Enquanto um grupo mantinha o fechamento da ponte, outro bloqueava a BR-277. O alvo eram os prefeitos e o governador que participavam de um encontro na cidade (Gazeta do Iguçu, p. 05, 18 de novembro de 2004).

Quatro dias após estes incidentes na rodovia que liga a região das três fronteiras ao restante do país e também na aduana paraguaia, outro confronto direto com a Receita Federal foi promovido.

Os *sacoleiros* transformaram o Posto Bom Jesus, em Medianeira – distante 70 quilômetros de Foz do Iguçu -, em praça de guerra no sábado, 20. Revoltados com a fiscalização, eles incendiaram quatro ônibus e depredaram mais três. Os veículos ficaram totalmente destruídos. Encurralados, os servidores viveram momentos de terror. As ameaças do grupo aliadas às chamas, que chegaram a mais de dez metros de altura, tornaram o cenário ainda mais aterrador. O comboio começou a formar-se às 17h50. Às 19h50, mais de 250 ônibus estavam às margens da BR-277. No momento em que os fiscais da Receita iniciaram o processo de amostragem, os mais de mil sacoleiros começaram o tumulto. Entre o início do incêndio e a ação policial foram 30 minutos de quebra-quebra. A estratégia dos contrabandistas foi furar o processo de fiscalização e passar com as mercadorias (Gazeta do Iguçu, p.05, 22 de novembro de 2004).

Antes de qualquer coisa, as mobilizações apresentadas e brevemente comentadas representam de forma significativa as transformações das práticas sociais dos *laranjas* e *sacoleiros*, a decadência da AVAAFI e as possíveis consequências nas relações sociais na região.

Firme na manutenção das políticas de fiscalização que estavam sendo executadas, a Receita Federal manteve uma postura rigorosa e ativa mesmo diante das constantes reclamações e manifestações dos trabalhadores. Estes, tendo espaços de manobra cada vez mais restritos, foram obrigados a desenvolver outras formas de atuação para a manutenção de suas antigas ocupações. Dentro desta perspectiva, observam-se: 1) as mudanças na forma do transporte de mercadorias, que passou a ser pulverizada nos diferentes meios possíveis; 2) o nascimento e o fortalecimento de outras ocupações, como os *barqueiros*, os *freteros* e os *laranjas da cidade*, e; 3) uma maior hierarquização da organização dos trabalhadores.

No entanto, isso não quer dizer que durante a década de 1990 ocorria uma completa identificação entre os trabalhadores, com uma concepção de classe mais nítida. Como foi apresentado, Cláudio destacou que os *sacoleiros* e os *laranjas* eram unidos apenas quando “caiam na estrada” ou quando “começavam a subir a BR-277”, pois era neste momento que corriam os maiores riscos de serem pegos pela fiscalização. Segundo ele, os comboios organizados nos hotéis e que frequentemente ultrapassavam a quantia de 100 ônibus, representavam apenas uma “união” momentânea dos trabalhadores. Esta “união” também estava presente na constante utilização do radioamador para o estabelecimento de comunicação entre os veículos envolvidos. De forma geral, o objetivo era alertar o restante dos *sacoleiros* “do mau tempo” que poderiam enfrentar na continuação da viagem, ou, em outros termos, avisar os outros ônibus que já se encontravam na estrada de como estava à fiscalização nos Postos da Receita Federal<sup>25</sup>.

Os esforços governamentais em romper com a logística adotada no *circuito sacoleiro* e o combate à utilização de veículos rodoviários para o transporte de mercadorias, visando “furar” as barreiras de fiscalização impostas pelos órgãos de fiscalização brasileiros, alimentaram o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de outros meios de transporte, como o aéreo, o fluvial e até mesmo o terrestre, através da utilização dos carros de passeio ou dos caminhões de transportadoras. O surgimento de outros caminhos para a circulação das mercadorias adquiridas no centro comercial de Ciudad del Este fomentou o aparecimento de outras ocupações relacionadas com as novas logísticas empregadas. Com isso, todo o processo de fragmentação das

---

<sup>25</sup> Na concepção de Davi (2008) as práticas utilizadas pelos *sacoleiros* e *laranjas* na tentativa de esconder a mercadoria contrabandeada no interior dos veículos de transporte utilizados e a organização que isso requer denunciam a existência de uma resistência da categoria em relação aos objetivos da Receita Federal, abrindo espaço para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a uma classe social.



práticas de atuação dos trabalhadores dificultou ainda mais qualquer tentativa de construção de um coletivo, fazendo com que a AVAAFI, detentora de limites estruturais por representar categorias sociais que, devido aos seus aspectos legais, não poderiam ser oficialmente representadas, fosse completamente minada.

A nova conjuntura que começou a ser configurada com modificações nas formas de atuação dos agentes responsáveis pela fiscalização na fronteira fortaleceu a concorrência entre os trabalhadores e a flexibilização das suas práticas de atuação. Assim, dentro de uma situação marcada por incertezas derivadas da atuação da Receita Federal, qualquer relação social cristalizada era considerada de risco e exigia a ampliação das redes de contatos existentes sem necessariamente aprofundá-las, enquanto as formas de transporte eram constantemente alternadas e modificadas. Logo, a flexibilidade exigida nas relações entre os *comerciantes, laranjas, sacoleiros, patrões, clientes, policiais federais e técnicos da receita* ao mesmo tempo que garantia a manutenção da busca constante pela maior lucratividade dificultava o estabelecimento de relações contratuais mais engessadas, pois a garantia do bom negócio encontrava-se localizada exatamente nas práticas individuais de cada trabalhador.

Neste contexto, torna-se comum entre os interlocutores o descrédito em relação à tentativa de construção de uma organização dos trabalhadores. Roberto, por exemplo, espanta-se ao saber da existência da AVAAFI ao afirmar que não tinha conhecimento do seu funcionamento e acrescenta que tal empreendimento nunca daria certo, pois “as pessoas pensam somente no próprio umbigo”. O posicionamento de Cláudio é semelhante, porém, além de ressaltar a crescente individualidade no comércio paraguaio, relaciona-a com o aumento da concorrência entre as pessoas que atuam na região. Mário também faz referência a isso ao descrever a luta entre os *laranjas* para estabelecer contatos com os *sacoleiros* que pagam melhor, uma luta que não tem regras muito bem pré-definidas.

Embora a Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu se considerasse como a representante institucional das pessoas que atuavam direta e indiretamente na compra e venda de mercadorias disponibilizadas no comércio paraguaio durante a década de 1990, nos anos posteriores ela não conseguiu manter sua suposta representatividade (Cardin, 2006). As transformações na maneira de atuação dos *laranjas* e *sacoleiros* acompanharam as mudanças que os técnicos da Receita Federal impuseram durante os seus trabalhos de fiscalização. Esta situação exigiu a adoção de posturas cada vez mais individuais e obscuras por

parte dos trabalhadores, contribuindo de forma incisiva na fragmentação da classe trabalhadora na região da fronteira. A necessidade de camuflar as atividades desenvolvidas e de inseri-las cada vez mais nas dimensões subterrâneas dos mundos do trabalho dificultou o estabelecimento de uma resistência mais explícita e pública.

Resumindo, as relações dos trabalhadores da fronteira com a fiscalização e com eles próprios são marcadas pela naturalização do *status* degradado das atividades. A tranquilidade da ocupação, a facilidade de articulação e organização são mais acentuadas quando as ocupações existentes na fronteira são mais aceitas socialmente. Conforme vai ocorrendo o fortalecimento da fiscalização e da criminalização das práticas sociais dos trabalhadores, as suas relações pessoais são atingidas e a capacidade de mobilização no intuito de cobrar direitos e melhorias nas condições de vida de trabalho vão se ausentando. Em contrapartida, plasmam relações desconfiadas, angustiadas, que não permitem o nascimento de posturas sistematizadas de resistência e combate. Logo, visualiza-se uma assimilação pelos próprios trabalhadores do discurso moral/jurídico em relação ao *circuito sacoleiro*, que reconhecem a necessidade de subsistência que os coloca em uma situação degradada, mas que também justifica a repressão estabelecida pelo Estado.

## 5 A REGULAMENTAÇÃO E A CRIMINALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Levando em consideração a pesquisa realizada e apresentada, constatam-se inúmeras modificações na forma de atuação dos trabalhadores inseridos no *circuito sacoleiro* durante as últimas duas décadas. De trabalhadores independentes e aventureiros gradativamente plasmou-se um esquema complexo, marcado por hierarquias e muito sigilo. Acompanhando estas transformações, a Receita e a Polícia Federal Brasileira desenvolveram diferentes formas de combater o contrabando e o descaminho no período referido, apreendendo veículos, interceptando embarcações, fiscalizando hotéis/depósitos e prendendo grandes contrabandistas. Sem embargos, o aumento nos investimentos e na intensidade da fiscalização efetivada pelos órgãos do governo, que obteve uma elevação nas quantias apreendidas na região fiscal que corresponde ao Estado do Paraná e Santa Catarina, sinaliza que tais ações executadas pelo Estado garantiram a recuperação de uma parte do capital que sai ilegalmente do país, além de melhores condições de concorrência para as empresas regulares que atuam no mercado nacional.

Entretanto, o crescimento das apreensões e o contínuo aumento da perda de divisas por parte do governo brasileiro permitem afirmar que os investimentos realizados não solucionam os problemas estruturais que forçam parcela da população a se vincular ao *circuito sacoleiro*. Se as políticas de *cota zero* inibissem o contrabando e o descaminho, isso deveria ser visualizado e mensurado pela diminuição das apreensões com o aumento da fiscalização, mas isso não vem ocorrendo. Ao contrário, o investimento realizado pelo governo não rompe com a evasão fiscal, já que as quantias apreendidas denunciam os valores que deixam o país ilegalmente. Observando de forma isolada, o fortalecimento da repressão e da fiscalização visa acabar com os problemas da região das três fronteiras através da punição e não através da promoção de arranjos estruturais que possibilitem aos trabalhadores uma inserção social mais digna.

A perspectiva social e, por que não, societária contida nas políticas da fronteira é pautada no esforço de extinguir uma prática, de criminalizar sujeitos, de repreender os modos de vida construídos fora dos padrões de subsistência aceitos no modelo capitalista. Os trabalhadores da fronteira são aqueles que não se enquadram nos tipos ideais forjados pelo capital, são aqueles que resistem ao empreendedorismo, à qualificação total, às competências, à empregabilidade, enfim,

aos modismos empresariais do sistema hegemônico. Tal situação é presente nas *conversas* estabelecidas com os trabalhadores, como, por exemplo, quando Pedro se refere aos motivos ou justificativas que fizeram-no inserir-se no *circuito* ou na explicação de David sobre o perfil dos trabalhadores.

O *sacoleiro*, o *laranja*, não dá lucro para o governo. Não arrecadamos INSS, não damos lucro nenhum, então não estamos gerando imposto, ao contrário, estamos sonogando. Estamos trazendo, não estamos pagando, enfim, estamos sonogando. Além disso, um trabalhador formal tem horário a cumprir, ele tem que estar lá às sete até o meio-dia depois almoça e volta a trabalhar. Um *laranja* não tem horário, vamos às nove, dez, onze horas, basicamente assim. Aí trabalha duas, três horas, e consegue um valor bom. Isso é uma diferença básica... Tudo isso sem exigir nada, não precisa ter estudo. Ninguém na hora de contratar um *laranja* pergunta se ele tem estudo, não é preciso.

A manutenção e o crescimento das quantias de mercadorias e pessoas reprimidas por suas práticas significam a permanência de desigualdades sociais e não a solução dos problemas existentes na região. O caminho para o fim da pobreza e dos contrastes existentes, que alimentam os fluxos de pessoas e mercadorias na fronteira, não deve passar pelo extermínio dos pobres, mas por intervenções radicais nos processos de acumulação centralizada de capital, que sustenta e amplia os antagonismos sociais na paisagem da fronteira. O modo de atuação adotado pela forças do Estado reprime, criminaliza e pune aqueles que buscam formas de sobrevivência e não resolve os antagonismos sociais que nutrem o *circuito*. O capitalismo cria fetiches para garantir sua expansão, moderniza a produção e desemprega milhares de pessoas na busca de uma produção mais lucrativa, ao mesmo tempo que pune as pessoas desempregadas que buscam desenvolver formas alternativas de atender suas necessidades sociais. Como afirma Pinassi (2006, p.42), “a sociedade burguesa, por si mesma, gera o crime, tem origem no crime e conduz a ele”.

As práticas de fiscalização discutidas ao longo do texto tentam forçar os trabalhadores a abandonarem o *circuito*, esperando que estes se enquadrem dentro dos serviços ou ocupações degradadas existentes e aceitas pela ordem vigente, ou, em um último caso, se enquadrem dentro do *status* de microempresário possibilitado pela Lei 11.898<sup>26</sup>. Assim, afirma-se que o *combate às práticas de trabalho existentes na fronteira tem como intuito amedrontar e rotular homens e mulheres, forçando estes a buscarem outras formas de atuação. É neste contexto que surgem as diferentes formas de organização do circuito sacoleiro, o aumento na criminalidade nas regiões*

---

<sup>26</sup> A cópia da Lei 11.898 encontra-se em anexo.

*de Foz do Iguaçu, onde predominam as atividades vinculadas à fronteira, e também as tentativas de “formalizar” a atividade dos laranjas e sacoleiros. No meio disto, o “processo educativo dos trabalhadores” ocorre através da força empregada pela polícia e pela ideologia inserida pela lei dos sacoleiros.*

*Os mesmos defensores da modernização da economia, da sua abertura para o capital internacional e da diminuição dos investimentos estatais em programas e redes de proteção social, políticas estas que foram executadas pelos governos neoliberais e que obrigaram uma ampla parcela de trabalhadores a se inserirem em ocupações subterrâneas, cobram um maior rigor da fiscalização do circuito sacoleiro, uma criminalização das práticas de trabalho existentes no seu interior e um aumento dos investimentos em segurança pública. De maneira geral, a posição expressa não passa pelo diálogo ou pela tolerância e denuncia esforços no sentido de construir um modelo de sociedade fundado no liberalismo econômico. Limitando o espaço de outras possibilidades de existência e organização, forçando os diferentes sujeitos sociais a enquadrarem-se no interior da proposta ou do processo histórico, considera-se que tal postura/ideologia se aproxima de uma espécie de darwinismo social, onde a sobrevivência está relacionada com a capacidade individual de adaptação ao meio.*

No intuito de aprofundar a análise desta situação anteriormente descrita, constata-se algumas outras ações e consequências vinculadas às práticas de fiscalização e repressão adotadas pelos órgãos de fiscalização. Primeiramente, é preciso apresentar e investigar uma das alternativas desenvolvidas pelo governo brasileiro com o intuito de “disciplinar” o mercado de trabalho na fronteira, a Lei 11.898 e, em um segundo momento, transitar de forma breve sobre outras consequências das políticas governamentais, indo além da constante reorganização do *circuito sacoleiro* discutida em capítulos anteriores. Neste sentido, aborda-se de forma inicial a relação dos processos repressivos na fronteira com a distribuição da violência no município de Foz do Iguaçu e, por fim, os vínculos existentes entre os fenômenos apresentados no esforço de entender os elementos estruturais que os alimentam e os pressupostos políticos que amarram ações aparentemente independentes.

## 5.1. – A Lei 11.898 e os trabalhadores da fronteira.

Diante dos tumultos e conflitos ocorridos na fronteira durante a última década e da observação direta da realidade social na qual o município de Foz do Iguaçu foi inserido com as mutações de um setor econômico tão importante para a movimentação de capitais na cidade, senadores e deputados que representavam o Estado do Paraná no poder legislativo começaram em meados do ano de 2008 um conjunto de discussões no intuito de viabilizar ou ordenar as práticas de trabalho desempenhadas na fronteira do Brasil com o Paraguai. Assustados com a recessão econômica e com o aumento dos índices de criminalidade na região, tais políticos iniciaram o processo de elaboração de alternativas para permitir a manutenção das práticas de atuação de *sacoleiros* e *laranjas* sem onerar os cofres públicos ou conceder grandes vantagens aos trabalhadores.

Apresentado desta maneira, o processo de construção da Medida Provisória 380 e da futura Lei 11.898 permite imaginar a existência de uma suposta preocupação do governo com algumas questões públicas latentes. Todavia, o estudo mais cuidadoso denuncia outras inquietações presentes nesta história. O primeiro pressuposto para compreender o trâmite legislativo da *lei dos sacoleiros* é que o mesmo ocorreu no momento que a Polícia e a Receita Federal praticavam suas políticas de *cota zero*, alimentando, desta forma, uma possível complementação das ações realizadas. Assim, por um lado, ocorreria o processo de repressão e coibição do *circuito sacoleiro* e, por outro, a construção ou a proposição de um possível modelo de reorganização dos trabalhadores da fronteira. O segundo pressuposto vem de encontro com o reconhecimento da disputa de posições existentes no decorrer da confecção do projeto da lei referida.

A mudança na forma de atuação dos agentes aduaneiros brasileiros promoveu uma grande resistência por parte dos trabalhadores do *circuito sacoleiro*, visualizada na sua reorganização interna e também nos diversos conflitos ocorridos nos últimos anos. E, de modo geral, o aumento significativo das mobilizações na região da Ponte da Amizade e da epidemia de violência ocorrida no município de Foz do Iguaçu, que colocou o município entre os primeiros lugares nos

índices referentes ao número de assassinatos de jovens por habitantes no Brasil entre os anos de 2008 e 2009, acabou provocando uma situação emergencial e exigiu uma rápida intervenção do Estado. Neste sentido, a preocupação em coibir o contrabando e o descaminho começou a dividir espaço com a preocupação das consequências das restrições na organização social da fronteira. A posição do Deputado Federal Sandro Mabel (PL/GO), na época pertencente à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, é ilustrativa. Ao solicitar a convocação de uma audiência pública para debater os problemas existentes na fronteira, explicitou: “os *sacoleiros* existem e não podem ser ignorados, porque movem uma parte da roda da economia, especialmente na periferia, e excluídos, ampliarão o bolsão da pobreza e estimularão a violência”.

Em um primeiro momento, a ação governamental na região deixa de ter um sentido unicamente fiscal e tributário e passa a ter um caráter de segurança pública. Logo, a posição de que a própria fiscalização gera violência por não ser acompanhada de nenhuma outra proposta de desenvolvimento social torna-se visível. Esta posição fica explícita em uma reportagem publicada no jornal da câmara e também nos discursos de deputados e senadores brasileiros.

A ação da Polícia Federal para conter a atividade dos *sacoleiros* na fronteira do Brasil com o Paraguai, na avaliação do deputado Vitorassi (PT-PR), pode significar a instalação de calamidade pública em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Para ele, o desmonte da atividade informal atingirá quase toda a economia formal e as consequências serão dramáticas, exigindo dos governos de ambos os países investimentos na região. “Já estamos registrando uma onda de violência sem precedentes na história das fronteiras do Brasil e até riscos de saques, como consequência da fome e da falta de alternativas”, alertou. Ele observou que os reflexos negativos da ação da Polícia Federal já são percebidos no comércio dos bairros, com muitos estabelecimentos fechando as portas (<http://www.camara.gov.br>).

Ampliando a leitura dos antagonismos existentes na fronteira, o Senador Álvaro Dias (PSDB/PR) problematizou os esforços do governo brasileiro em combater o contrabando e a pirataria sem o desenvolvimento simultâneo de alternativas econômicas.

O governo tem anunciado maior rigor na fiscalização da comercialização, sobretudo de produtos importados, e não oferece nenhuma alternativa que signifique solução para a sobrevivência de milhares de famílias brasileiras. Trata-se de defender o emprego, trata-se de possibilitar o exercício da cidadania na sua plenitude a milhares de pessoas. Sempre ficamos na iminência de uma tragédia social na fronteira do Brasil com o Paraguai. Já houve batalhas campais em função do descaso de governos que abandonam milhares de pessoas. Aliás, é gritante o contraste existente na belíssima cidade de Foz do Iguaçu. Repito sempre que há um contraste entre as belezas naturais fantásticas

e que empolgam o mundo e a pobreza, a miséria, o desemprego, a violência e o infortúnio que assaltam lares de famílias excluídas do progresso econômico do nosso País (<http://www.senado.gov.br>).

Neste contexto, a *lei dos sacoleiros* surgiria com o objetivo de minimizar estes conflitos, pois garantiria a legalização das ocupações existentes no *circuito* e disciplinaria o fluxo de pessoas e mercadorias na fronteira, tornando-se um instrumento fundamental para garantir renda e evitar a manutenção dos conflitos sociais. O Senador Osmar Dias (PDT/PR), em um de seus depoimentos referentes à proposta, resumiu os problemas da fronteira de maneira objetiva e sinalizou para a função social da lei em um momento de grande dificuldade na região. De maneira direta, na opinião do senador, é preciso legalizar as práticas dos trabalhadores para que as questões referentes à violência também possam sofrer intervenção governamental.

Hoje eles trabalham na clandestinidade, hoje eles não recolhem impostos, as mercadorias são importadas clandestinamente, entram no País da mesma forma. Agora, com essa lei, eles vão ser colocados na legalidade, vão recolher impostos, tributos para o País, e Foz do Iguaçu, que é uma cidade que recebe milhares de turistas - 1,5 milhão de turistas por ano - vai ganhar, e ela precisa, porque precisa resolver problemas de segurança, de desemprego (<http://www.senado.gov.br>).

O resultado imediato das discussões referentes ao contexto social existente no oeste paranaense foi a elaboração da Medida Provisória 380 e a aprovação do projeto que resultou na Lei 11.898. Todavia, este processo apresentado aqui de forma resumida, esconde um conjunto de posicionamentos heterogêneos, conflituosos e não isentos de polêmicas. Muito pelo contrário, algumas das discussões realizadas foram acaloradas e explicitaram posições claras diante daquilo que estava sendo apreciado. De forma geral, os favoráveis à proposta argumentavam que ela disciplinaria o comércio com o Paraguai e evitaria o contrabando, enquanto os parlamentares contrários acreditavam que o regime tributário unificado estimularia o uso de *laranjas* para que o real comprador conseguisse importar além da cota permitida sem ser punido, promovendo uma concorrência desleal com a produção da indústria nacional<sup>27</sup>. Em outras palavras, as relações entre *sacoleiros* e *laranjas* seriam mantidas, mas com um caráter oficioso devido às brechas deixadas pela nova lei.

Políticos dos diversos partidos e membros da sociedade civil organizada posicionaram-se nos interior dos debates. A Agência de Notícias do Senado apresentou algumas destas posições.

---

<sup>27</sup> Informações extraídas do *site*: [www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br).



O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, considerou que, além de ser altamente prejudicial ao segmento que representa, a introdução do RTU permite que os benefícios dados ao Paraguai possam ser reivindicados por outros membros do MERCOSUL ou mesmo por outros países fronteiriços. A ausência de isonomia também foi questionada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e enfatizada por Vismona, para quem o projeto de lei faz distinção entre os países do MERCOSUL, entre as áreas fronteiriças brasileiras e também entre os importadores brasileiros (<http://www.senado.gov.br>).

Na mesma perspectiva, os senadores Jefferson Praia (PDT/AM) e Arthur Virgílio (PSDB/AM) chamam atenção para a possível concorrência desleal promovida pela aprovação da lei. Praia, por exemplo, apresenta três argumentos contrários ao texto.

O centro da minha primeira preocupação é a pirataria. Eu gostaria de destacar essa questão. Não é possível competirmos com produtos piratas. Faz-se necessário, então, Sr. Presidente, termos a anuência prévia de órgãos fiscalizadores nessa questão. O segundo ponto é a entrada de produtos importados, o que vai requerer responsabilidade das empresas brasileiras para proporcionar a assistência técnica garantida pelo Código de Defesa do Consumidor, como sabemos. O terceiro ponto, Sr. Presidente, é que a competição em relação aos produtos importados via Paraguai, no contexto dos *sacoleiros*, poderá afetar diversos setores da economia nacional (<http://www.senado.gov.br>)

Complementando, o Senador Arthur Virgílio explica que a posição dos políticos da região norte do país está vinculada à preocupação com os efeitos da medida em outros polos produtivos do Brasil. “Temos preocupação também com os possíveis danos que essa medida provisória, convertida em lei, possa acarretar para o polo industrial brasileiro tradicional, o polo industrial brasileiro como um todo” (<http://www.senado.gov.br>). Todavia, ciente de que Virgílio e Praia representam os eleitores do Amazonas e que ambos são filiados aos mesmos partidos dos defensores do projeto, respectivamente PSDB e PDT, conclui-se que os debates estão presos a interesses regionais, para não dizer locais. Enquanto Osmar e Álvaro Dias buscam a aprovação de uma lei relevante para o Estado que representam, o Paraná, os senadores contrários à proposta buscam proteger a Zona Franca de Manaus de possíveis concorrências. O Senador Álvaro Dias (PSDB/PR), por exemplo, anuncia que o projeto:

procura resolver um problema social de tantos anos. Os chamados *sacoleiros* encontram-se na informalidade, constantemente perseguidos pela polícia, pelos instrumentos de segurança pública da região, já que estão excluídos do exercício pleno da cidadania, uma vez que não são contemplados pela

legislação em matéria de direitos econômicos e sociais. Esse projeto possibilitará aos chamados *sacoleiros* transformarem-se em microempresários, pagando impostos, exercitando uma atividade econômica na formalidade, possibilitando inclusive aumentar o número de carteiras de trabalho assinadas. Isso, certamente, facilitará a tarefa fiscalizatória, uma vez que é uma região que possibilita o contrabando, o tráfico de drogas e de armas. E há necessidade, sim, de uma rigorosa fiscalização para o combate à marginalidade, à violência, para o combate ao tráfico de drogas, sobretudo, de armas e ao contrabando (...). Eu creio que um dos aspectos positivos desse projeto que será votado pelo Senado Federal é exatamente este: distinguir um dos outros e possibilitar uma fiscalização mais eficiente e rigorosa (<http://www.senado.gov.br>).

Enquanto o Senador Osmar Dias (PDT/PR), em resposta direta ao Senador Arthur Virgílio, destaca a importância regional da proposta.

Eu quero falar, Senador Arthur Virgílio, do projeto de lei dos sacoleiros, como denominamos aqui, que institui uma taxa, um imposto, um tributo, para sete mil famílias que compram produtos no Paraguai para revender no Brasil e que hoje não pagam nada, que hoje operam clandestinamente e, na clandestinidade, são punidas e vivem na insegurança. São trabalhadores que precisam ter essa situação regularizada. Hoje eles trabalham na clandestinidade, hoje eles não recolhem impostos, as mercadorias são importadas clandestinamente, entram no País da mesma forma. Agora, com essa lei, eles vão ser colocados na legalidade, vão recolher impostos, tributos para o País, e Foz do Iguaçu, que é uma cidade que recebe milhares de turistas, 1,5 milhão de turistas por ano, vai ganhar, e ela precisa, porque precisa resolver problemas de segurança, de desemprego (<http://www.senado.gov.br>).

Embora o elemento motivador do trâmite em urgência fosse a situação na qual estavam vivendo milhares de pessoas dependentes do trabalho na fronteira, as questões econômicas e fiscais ocuparam o espaço de uma discussão que tinha originalmente um objetivo social. Em outros termos, o “sentimento humanitário” contido nos discursos anteriormente descritos perdeu espaço para debates essencialmente tributários. No intuito de não prejudicar a arrecadação brasileira e de não criar um polo que concorresse diretamente com a Zona Franca de Manaus, o texto aprovado deixou de atender o interesse dos trabalhadores situados na parte mais degradada das relações de trabalho estabelecidas na fronteira. Os *laranjas*, que fazem o “trabalho formiga” ao passarem paulatinamente as mercadorias para o Brasil atuando de forma absolutamente irregular, não foram beneficiados diretamente com a nova lei. Por outro lado, os microempresários credenciados e aqueles que constituírem uma empresa enquadrada no *supersimples* obtiveram algumas vantagens com a aprovação da referida lei.

De maneira sucinta, o regime de tributação unificado implantado com a Lei 11.898 não diminuiu significativamente a carga de impostos para a importação de mercadorias oriundas do Paraguai, apenas simplificou a sua cobrança e das contribuições federais por meio de uma alíquota fixada em 42,25% sobre o preço das mercadorias. Contudo, a nova lei beneficia os *sacoleiros* que formalizarem suas atividades optando pelo Simples Nacional, o *supersimples*, que abrange empreendimentos que faturam até 240 mil reais por ano<sup>28</sup>. Os trabalhadores que atuam exclusivamente no transporte das mercadorias não são contemplados pela regulamentação. Para estes cabe serem contratados regularmente pelas empresas constituídas para continuarem atuando na ocupação. Resumindo, a lei regulamenta práticas já existentes, diferenciando aqueles que atuam de maneira correta dos supostos contrabandistas e trazendo os trabalhadores para dentro do modelo oficial.

Com esta formatação, a lei promulgada conseguiu atender os interesses dos dois principais grupos que debatiam a questão, os favoráveis e os contrários. Em um primeiro momento observa-se a manutenção de tributos muito próximos daqueles que eram cobrados anteriormente, indo ao encontro da vontade daqueles que temiam o fortalecimento de uma possível concorrência dos produtos nacionais com os importados do Paraguai. E, em um segundo momento, a lei estabelece definitivamente os critérios para o desenvolvimento das atividades legais na fronteira, jogando todas as práticas que não se enquadram ou que não se vinculam ao *supersimples* à clandestinidade e, conseqüentemente, a uma fiscalização e a uma punição mais rigorosa por parte da Receita Federal. Desta forma, a política de *cota zero* do órgão de fiscalização recebe respaldo para ser mantida e aplicada sobre aqueles que se negarem a legalizar suas situações de trabalho.

Com isso, a situação dos trabalhadores da fronteira precisa ser novamente re-configurada. A manutenção do *comprismo* e do abastecimento dos incontáveis estabelecimentos que vendem mercadorias oriundas do Paraguai existentes no Brasil ficou restrita a um canal oficial aberto pela Lei 11.898. No entanto, como foi destacado, este instrumento se limitou a unificar os impostos cobrados na importação e a exigir a formação de empresas por parte dos *sacoleiros*, duas situações que antes da promulgação da lei eram os motivos para a sustentação da informalidade entre os próprios trabalhadores da fronteira. *A existência dos laranjas e sacoleiros até o presente momento está localizada na ocorrência de preços diferenciados entre os dois países e na*

---

<sup>28</sup> Informações extraídas do site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

*possibilidade de importar as mercadorias paraguaias sonegando o imposto correspondente, dois aspectos que independem da promulgação ou não de uma lei, logo, não é ela que irá mudar substancialmente a conjuntura na fronteira.*

A partir do momento que é inevitável o pagamento das contribuições federais e a aquisição dos produtos existentes no mercado de Ciudad del Este para revendê-los no Brasil deixa de ser interessante ou vantajosa, a manutenção das ocupações daqueles trabalhadores é abalada e precisa ser revisada. Contudo, impor barreiras para as atividades dos *laranjas* e dos *sacoleiros* não corresponde imediatamente à extinção de tais ocupações, pelo contrário. Esta atitude alimenta quatro diferentes respostas para a nova realidade, como: 1) abandonar a atividade devido aos riscos e à pouca rentabilidade alcançada com o pagamento da tributação unificada; 2) legalizar as práticas de trabalho e buscar outros diferenciais para destacar-se no mercado brasileiro; 3) correr o risco de ter prejuízos e acreditar na permanência das antigas práticas comerciais, e; 4) desenvolver formas de atuação pulverizadas e, muitas vezes, mais clandestinas, como, por exemplo, na utilização do transporte fluvial.

A Lei 11.898, como defendiam os parlamentares favoráveis à mesma, disciplina o funcionamento da Ponte da Amizade, porém, não elimina o fato de que a ponte ainda continua sendo uma das válvulas de controle da circulação de capitais e mercadorias não somente para a região da fronteira, mas para todo o país (Cardin, 2006). Através do estabelecimento de normas mais claras e mais rigorosas para o processo de fiscalização, cabe à Receita Federal controlar a quantia de capitais que deixa o Brasil em direção ao Paraguai e aos seus fornecedores, como também a quantia de mercadorias que ingressa no território nacional e que influencia o valor final dos produtos disponibilizados no mercado. Sem embargo, *as políticas de cota zero e a lei dos sacoleiros não eliminam o fato de que as diferenças existentes nas políticas tributárias e, conseqüentemente, nos preços existentes no Paraguai correspondem a um grande atrativo para uma parcela significativa da população brasileira que busca meios de sobrevivência.*

A lei instituída no ano de 2008 acentua o processo já iniciado de fragmentação da categoria composta pelos trabalhadores que atuam na fronteira do Brasil com o Paraguai. Como constatamos anteriormente (Cardin, 2006), as primeiras tentativas de organização dela foram promovidas através dos esforços da Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Foz do Iguaçu durante a década de 1990. Neste momento, o aquecimento do comércio com o país vizinho e as fragilidades no combate do transporte ilegal de mercadorias oriundas de Ciudad del

Este foram fundamentais para o fortalecimento e para o reconhecimento da categoria estudada. Entretanto, no início do Século XXI, a radicalização da fiscalização imposta pela Receita Federal e a menor tolerância com as práticas de descaminho existentes na fronteira enfraqueceram de forma acentuada os trabalhadores.

Os esforços em normatizar o *circuito sacoleiro* vêm ao encontro desta última tendência ao determinar e explicitar as práticas de trabalho aceitas no comércio estabelecido com o Paraguai. Ao impor as normas para a regulamentação da ocupação, a lei forçou os trabalhadores a construírem novos arranjos nos negócios estabelecidos. Os *laranjas* e *sacoleiros* que decidiram não aderir ao regime de tributação unificada mantiveram as antigas práticas, correndo o risco de serem *pegos* pela Receita Federal, ou mudaram suas formas de trabalho, deixando-as mais obscuras e discretas. Logo, as possibilidades de organização dos trabalhadores também são modificadas. As iniciativas coletivas tomadas por aqueles que adotarem as recomendações da nova lei ainda são aguardadas e desconhecidas, enquanto as práticas coletivas daqueles que se negarem a enquadrar-se nela adquirem um caráter de ilegalidade, já que suas atividades são proibidas.

É importante destacar que a análise das práticas realizadas por estes trabalhadores abre espaço para um debate complexo sobre a moralidade das suas atitudes. Como observou-se em outro momento (Cardin, 2006), uma das características mais importantes destes trabalhadores é a de que eles são aceitos pela grande maioria da população da fronteira, sendo que as práticas desenvolvidas por eles são observadas com naturalidade e consideradas como *morais*<sup>29</sup>. Assim, pensar sobre tais ocupações foge de um debate exclusivamente legalista e envolve aspectos sociais mais abrangentes que precisam de melhor investigação. Deste modo, uma compreensão mais aprofundada de todo esse processo antes descrito e analisado, como também das possíveis tendências de organização dos trabalhadores necessita ser realizada tendo em vista os espaços e os conflitos existentes entre aquilo que é exigido, aquilo que é aceito e aquilo que é realizado.

---

<sup>29</sup> Pesquisa realizada e divulgada pela Rede Paranaense de Comunicação no ano de 2009, aponta que 75% da população de Foz do Iguaçu considera normal o trabalho dos *laranjas* e *sacoleiros*.

## **5.2 – As políticas de cota zero e a violência na região da fronteira.**

As transformações ocorridas na fronteira do Brasil com o Paraguai estão associadas a um conjunto mais amplo de modificações nas políticas sociais e econômicas adotadas na região. Ao longo das últimas duas décadas do século XX, acompanhando o processo de democratização, a abertura econômica do país garantiu o desenvolvimento de novos arranjos na vida social brasileira. A modernização dos parques produtivos, o fortalecimento do terceiro setor e do setor de serviços, as mutações no mundo do trabalho e as novas formas de intervenção dos problemas sociais foram disputando espaço e se impondo sobre as demais formas de organização anteriormente existentes. Neste sentido, a questão do desemprego é ilustrativa, pois as análises e os discursos deixam de ser fundamentados no momento socioeconômico do país para serem sustentados pelo comportamento individual. Em outros termos, o desemprego deixa de ser uma responsabilidade governamental e passa a ser exclusivamente do indivíduo.

Com as limitações empregatícias existentes nos setor produtivo provocadas com a adoção da microeletrônica e os modelos de produção enxutos, o setor de serviços, muito caracterizado pelas empresas terceirizadas, tornou-se crucial na absorção da força de trabalho excedente. Todavia, o ingresso do trabalhador nessa nova realidade não é tranquilo ou garantido, pois passa inevitavelmente pelos esforços e pela capacidade de cada sujeito social. Qualificação, criatividade, iniciativa e espírito de liderança são valores procurados nos novos trabalhadores e sintetizados nos conceitos de empregabilidade e competência. Assim, dentro das teorias administrativas defendidas pelos apologistas do capital, mais importante que procurar emprego é gerenciar sua própria vaga, criando novas oportunidades. Neste contexto, as políticas sociais também se transformam, mais do que preocupadas com o estabelecimento de redes de proteção social, os mecanismos de inclusão estão direcionados para a capacitação individual.

Assumindo a incapacidade de gerar novos empregos e ampliar as possibilidades de inserção social, o modelo econômico incentiva o desenvolvimento dos esforços pessoais na aquisição da renda e defende a prestação de serviços do trabalhador autônomo. Exemplos disso podem ser observados nos inúmeros programas de acompanhamento das pequenas cooperativas e

também nos processos de regulamentação da profissão dos motoboys e dos próprios *sacoleiros*. Enfim, *se o Estado, dentro da política econômica adotada, não consegue diminuir os antagonismos sociais e permitir o ingresso no mercado de trabalho em melhores condições, ele apenas aceita e tributa as ocupações informais e subterrâneas já existentes*. Como observa Antunes (2005), atualmente:

Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Nos países do Norte, que um dia chamamos de primeiro mundo, ainda se preservam alguns resquícios da seguridade social, herança da fase (quase terminal) do *Welfare State*. Nos países do Sul, que nunca conheceram o Estado de bem-estar social, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor (Antunes, 2005, p. 13).

A Lei 11.898 corresponde a uma tentativa de regulamentar as ocupações degradadas geradas pelo próprio funcionamento corrosivo do sistema do capital. Contudo, o resultado obtido não foi o cadastramento em massa dos trabalhadores da fronteira, pelo contrário. Ao estabelecer os parâmetros entre as práticas juridicamente aceitas e aquelas que são reprovadas no interior do *circuito sacoleiro*, a lei e o conjunto de outras ações adotadas pelos agentes aduaneiros brasileiros no interior das políticas de *cota zero* conseguiram aprofundar o grau de clandestinidade das práticas existentes na fronteira, além de aumentar a violência existente na região e favorecer um número de *turistas-turistas* e comerciantes já estabelecidos espalhados por todo território nacional. Como já se teve a oportunidade de observar, paralelamente à adoção de critérios mais rigorosos na fiscalização da Receita e da Polícia Federal constata-se maior sistematização do *circuito* e a adoção de logísticas cada vez mais perigosas, como, por exemplo, no caso dos *portos*.

A repressão ao *circuito sacoleiro* e a publicação de uma lei com a intenção de disciplinar seu funcionamento ampliou as dificuldades encontradas durante as práticas sociais dos trabalhadores. A consequência pode ser observada nas diferentes estratégias criadas para garantir a manutenção do contrabando e do descaminho, como também no aumento da criminalidade devido à diminuição das possibilidades de existência. Neste sentido, Pinassi (2006) lembra que o processo de criminalização surge com o intuito de legitimar um conjunto de relações sociais historicamente desiguais, pois ela “é imprescindível diante do espectro ameaçador de uma possível manifestação da consciência de classe alienada, sobretudo da riqueza por ela criada” e conclui afirmando que quando o Estado não logra êxito em conter as manifestações mais radicais

e latentes da contradição social, prontamente o seu aparato repressivo aciona os seus mecanismos mais violentos (Pinassi, 2006, p. 44).

O capital durante seu processo incontrolável de expansão amplia os antagonismos sociais e exclui do mercado de trabalho milhares de pessoas que são recolocadas de forma precária nas margens do modelo de desenvolvimento, seja através de ocupações informais e subterrâneas ou através do crime.

A medida que avançam as décadas e os fatos – potencialmente brutais e irracionais – do século XX, o lado do capital mantido à distância das páginas policiais começa a freqüentá-la, explicitando suas ramificações com o submundo que efusivamente prometeu combater. Ao invés de erradicá-lo preferiu associar-se a ele. O interesse por essa sociedade se intensifica na razão inversa à decadência do Estado de bem-estar social. Incapaz de controlar as contradições cada vez mais agudas do sistema de funcionamento sociometabólico, o capital atinge seus limites mais absolutos, originando uma crise estrutural sem precedentes e insolventes no interior dessa mesma (des)ordem social (Pinassi, 2006, p. 45-46).

Os diferentes lados da acumulação atuam de forma conjunta no intuito de garantir a sobrevivência do modelo vigente. O legal/ilegal e o formal/informal acabam desenvolvendo fronteiras pouco observáveis, pois sofrem transformações durante o próprio devir histórico. Os contrastes e os conflitos sociais são controlados através da repressão e da punição, quando não podem ser assimilados e utilizados a favor do desenvolvimento do capital. As mutações do mercado de trabalho representam o principal exemplo disso. Os limites de empregabilidade impostos pelas novas plantas produtivas e pela revolução microeletrônica exigem a absorção da força de trabalho excedente através de outros mecanismos.

Na crise estrutural, o capital os expulsa pela porta da frente e os readmite pelos fundos, sob as piores e mais precarizadas condições. Para eles, inexistem leis a regulamentar limite de idade, jornada de trabalho, insalubridade. A situação remete aos piores dias da classe trabalhadora nos primórdios da revolução industrial. Pensemos nas campanhas que visam a coibir o trabalho infantil, enquanto a própria sociedade condena os “aviõezinhos” do tráfico (Pinassi, 2006, p. 48).

As políticas de *cota zero* e os esforços em regulamentar o comércio na fronteira do Brasil com o Paraguai configuram-se como tentativas de solucionar problemas gerados pelo próprio funcionamento do sistema do capital. As diferenças existentes entre os países sustentam os processos de exploração e acumulação, logo não podem ser imediatamente suprimidas dentro do



modelo econômico atualmente existente. Desta forma, os fluxos de pessoas e mercadorias sob a Ponte da Amizade são apenas acompanhados, sofrendo intervenção conforme a necessidade dos países vizinhos. O ingresso de mercadorias, a saída de capitais, o tamanho do exército de trabalhadores de reserva são monitorados e controlados. Contudo, os interesses e as necessidades dos trabalhadores descartados pelo mercado e assimilados pela economia através da informalidade e da precariedade pouco são considerados, como, por exemplo, no trâmite da Lei 11.898 quando os problemas tributários ocuparam o maior espaço no interior dos debates. Nestes casos, o controle da “ordem” tende a ser pelo viés da violência e da repressão. Como afirma Wacquant (2001):

Em tais condições, desenvolver o Estado penal para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumenta os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira ditadura sobre os pobres (Wacquant, 2001, p.11).

Vive-se em um momento em que a padronização de usos e costumes da classe trabalhadora ocorre através da força. Como sinaliza Wacquant (2001), na concepção neoliberal não se deve ajudar os pobres, mas formá-los moralmente, obrigando-os a trabalharem no conjunto de oportunidades de trabalho precário oferecido e internalizado pela ideologia dominante. Neste sentido, o Estado não deve tornar o tipo ideal de trabalho mais atraente para a população, oferecendo melhores salários e melhor cobertura social, mas punir a população que se recusa a seguir o modelo de homem desejado. Como o próprio Senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresenta no seu discurso anteriormente transcrito, a Lei 11.898 tem esta finalidade, separar os trabalhadores regulamentados daqueles que se negam a enquadrarem-se nos postulados da justiça e que são passíveis de punição.

Não é função do sistema judiciário resolver os problemas, ele não precisa se preocupar com as razões que levam o trabalhador a praticar determinado delito, mas punir os culpados e indenizar os inocentes, defendendo os interesses do cidadão que respeita a lei e paga seus impostos. Em outros termos, dentro da sociedade liberal, “o Estado não deve se preocupar com as causas da criminalidade das classes pobres (...) mas apenas com suas consequências, que ela deve punir com eficácia e intransigência” (Wacquant, 2001, p. 51). Neste contexto, pergunta-se como a repressão ao *circuito sacoleiro*, sem falar na prisão e no assassinato de jovens, pode resolver os

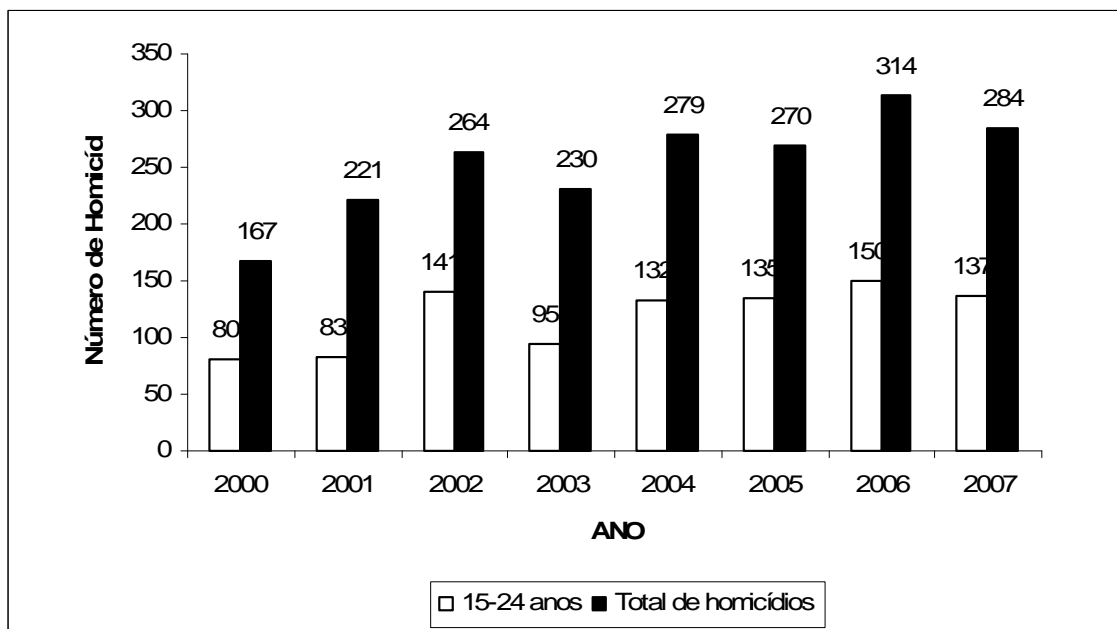
problemas sociais na fronteira. A única resposta visualizada está concentrada no fato de que as políticas de *cota zero* não têm o objetivo de resolver as desigualdades existentes no mercado da fronteira, mas forçar os trabalhadores que vivem aproveitando destas desigualdades a se adaptarem ao tipo ideal de trabalhador e de cidadão previsto no imaginário liberal.

Intervindo unicamente nos resultados das contradições do capital, priorizando investimentos em fiscalização, policiamento, repressão, prisões e não observando a necessidade do atendimento dos direitos sociais mínimos, a distância entre os antagonismos sociais existentes na região das três fronteiras tende a ampliar. O problema da violência e, mais especificamente, do homicídio de jovens em Foz do Iguaçu explicita isso. Estudos realizados por Andrade (2009) através da análise de dados do Ministério da Saúde, do IML e do SIATE revela que ocorreram 953 homicídios de jovens entre os 15 e 24 anos durante os anos de 2000 e 2007. Isso representa 46,97% do total de 2.029 mortes por homicídios no período e significa que houve 01 assassinato para cada 483,04 jovens existentes no município. Como afirma Andrade (2009):

As altas taxas de homicídios na população jovem de Foz do Iguaçu no período de 2000-2007 são preocupantes, em uma comparação em relação ao ano de 2006, este município apresentou um coeficiente de 206,80%, sendo superior quando comparada com as taxas de metrópoles como Recife (214,3%), Vitória (175,5%) e Rio de Janeiro (102,2%).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005), a conjuntura política e econômica da fronteira é decisiva nestes números alarmantes. O rápido e fácil fluxo de pessoas, capitais e mercadorias, incluindo drogas e armas, possibilitam um espaço adequado para a existência de um conjunto de delitos e também para a exploração do próprio ser humano. Neste sentido, *laranjas* e *mulas* dividem espaço com a prostituição infantil e com os “aviaõezinhos” do tráfico, levando a lugares sombrios o sentido do humano. As desigualdades da fronteira oriundas da organização política e econômica dos países do MERCOSUL moldam um espaço tumultuado e de difícil intervenção e agravam os conflitos e contrastes existentes na própria estrutura do sistema do capital na região. Logo, a solução dos problemas não se encontra em medidas assistencialistas ou paliativas e, muito menos, punitivas.

**Gráfico 02 – Taxas de Homicídio em Foz do Iguaçu/PR**



Fonte: Andrade (2009).

Ainda no estudo de Andrade (2009), encontra-se um breve perfil dos jovens vitimizados na cidade. Do total de homicídios juvenis, 94,65% vitimaram homens e 5,35% mulheres, numa relação aproximada de 18:01. A idade média dos mortos é de 19,55 anos, sendo que 75,03% eram maiores de 18 anos. Entretanto, o que mais chama a atenção é o nível de escolaridade das vítimas, pois 69,78% delas não chegaram a completar 08 anos de estudo, 23,92% frequentaram a escola de 08 a 11 anos e 3,57% frequentaram 12 anos ou mais, fato que denuncia uma alta defasagem escolar e uma grande evasão. Infelizmente, o autor da pesquisa não observou a ocupação destes jovens vitimados, fato que iria contribuir muito com este estudo e com uma compreensão mais profunda das variáveis que interferem no problema da violência na região.

Todavia, a baixa escolaridade permite pensar sobre algumas coisas. Em um primeiro momento estes índices exigem uma reflexão sobre a universalidade e o acesso ao ensino, envolvendo a observação das condições de existência de uma parcela da população obrigada a romper sua formação na busca de uma renda mínima e também uma indagação quanto à qualidade da educação oferecida pelo Estado. Indo além, os dados permitem pensar que a

educação não é vista por estes jovens como um instrumento de ascensão social ou como garantidora de um futuro melhor, não sendo vista ou observada como um pré-requisito para o desempenho das ocupações existentes na fronteira. A realidade social existente, fundada em desigualdades estruturais, parece definir de maneira clara o papel a ser desempenhado por cada um dos sujeitos sociais. A pobreza existente, somada às condições de fuga e de acesso a armamentos na fronteira, faz com que a violência seja manifesta. Isso é visualizado no fato de que 94,55% dos casos de homicídio teriam ocorrido através da utilização de armas de fogo, explicitando a facilidade de acesso, apesar de todas as propagandas em defesa do desarmamento.

Levando em consideração o bairro de origem da vítima constata-se a importância da renda nos índices antes apresentados. Cruzando alguns dados levantados em outro estudo (Cardin, 2009c) e aqueles apresentados por Andrade (2009), constata-se que os bairros mais populosos e que possuem a renda *per capita* mais baixa são aqueles que possuem o maior número de homicídios juvenis. Neste sentido, observa-se que no período de 2000 a 2007, as regiões que apresentaram maior concentração de homicídios foram o São Francisco, a Vila C e a Vila Carimã, locais que, “coincidentemente”, também apresentam a renda média mais baixa entre os trabalhadores informais. Não suficiente, destaca-se que o local onde ocorreu a agressão, em 67,3% dos casos, fica a uma distância de no máximo de 1000 metros do local de residência da vítima, o que nos permite afirmar que estes jovens não procuram uma situação de risco, eles vivem no interior dela.

**Tabela 08 – Distribuição Espacial dos Trabalhadores Informais  
e dos Homicídios Juvenis.**

<b>Grandes Regiões</b>	<b>Trabalhadores Informais</b>	<b>Renda Média Dos Informais</b>	<b>Número de Homicídios entre os anos 2000-2007</b>
São Francisco	43,00%	R\$ 447,00	125
Vila C	40,00%	R\$ 394,39	89
Porto Meira	38,00%	R\$ 416,57	49
Três Lagoas	42,00%	R\$ 400,69	44
AKLP	32,00%	R\$ 565,55	17
Jd. São Paulo	40,00%	R\$ 506,50	33
Pq. Imperatriz	41,00%	R\$ 552,40	37
Campos do Iguaçu	37,00%	R\$ 610,35	26
Centro	35,00%	R\$ 557,55	53
Jd. América	47,00%	R\$ 440,31	56
Vila Carimã	31,00%	R\$ 371,40	60

Fonte: Cardin (2009c) e Andrade (2009).

Como se vê, o empobrecimento e a violência originada durante a expansão das contradições do capital sofrem diferentes tipos de intervenções governamentais. Entretanto, os esforços em absorver e tributar as ocupações informais e subterrâneas, que visam construir um novo padrão de trabalhador na fronteira, geram um conjunto de conflitos nas regiões mais frágeis do município. Assim, complementando tais políticas de fiscalização, são desenvolvidas sucessivamente “operações policiais especiais” no sentido de coibir qualquer forma de delito. Nestas, a filosofia adotada é de garantir a presença intensiva do corpo policial nas regiões “perigosas” ou naquelas que possuem as taxas de criminalidade mais elevadas, como também abordar e reprimir rigorosamente qualquer atitude considerada suspeita.

Desde o começo dos anos 2000 a fronteira presencia periodicamente o fortalecimento do número e da forma de atuação das diferentes forças policiais na região e, conseqüentemente, a divulgação de valores referentes às mercadorias, automóveis, armas e drogas apreendidas, como também as prisões realizadas. Paralelamente, de maneira mais sigilosa, outro número que surge é

o de vítimas fatais nos supostos confrontos da população com a polícia. Em uma pesquisa realizada por Palmar (2004), o resultado parcial das operações especiais é visualizado através da denúncia da escalada dos números e da forma de abordagem dos policiais. Depois de expressar suas preocupações referentes a supostas execuções realizadas, afirma que o “segundo fato preocupante é a evolução das mortes em tiroteios ou supostos confrontos”

A reportagem, após pesquisar registros em diferentes órgãos públicos, identificou 13 em 2001. Um ano depois, o número saltou para 17. Em 2003, faltando três meses para o fim de ano, 18 pessoas morreram em “confrontos armados”. O mapa coloca Foz como campeã de óbitos em embates entre polícia e ladrão entre as grandes cidades do Paraná. Apesar da dificuldade de comparar dados nacionais em virtude das diferentes metodologias adotadas no País, é possível afirmar que o resultado na fronteira é, proporcionalmente, um dos maiores do Brasil. A radiografia elaborada pela reportagem revela ainda: A) participação de soldados do 14º Batalhão da Polícia Militar (BPM) em 88% das mortes; B) 69% dos mortos tinham de 18 a 25 anos, sendo que a média de idade geral é de 22 anos; C) a maioria dos mortos, 71%, tinha antecedente criminal; D) 69% estavam em flagrante delito antes do tiroteio (<http://megafone.inf.br/arquivos/File/confronto.pdf>).

Analisando os casos ocorridos entre os anos de 2001 e 2003, Palmar (2004) chama a atenção para a justificativa mais usual utilizada pela polícia para as taxas antes apresentadas: o “meliante resistiu à prisão”. Contudo, aprofundando o estudo realizado e levantando informações no IML constata-se um alto índice de pessoas vitimadas por projéteis na região da cabeça e com tiros a queima-roupa, como demonstra um conjunto de casos apresentados pelo jornalista ao longo da reportagem.

Centro e trinta e um. Esses são os números de projéteis retirados dos 48 mortos em confrontos com as policiais Militar, Civil, Federal e Guarda Municipal nos últimos três anos em Foz do Iguaçu. O total foi contabilizado nos laudos do Instituto Médico Legal (IML) daqueles que morreram em tiroteio após reagirem ou supostamente revidar à abordagem policial. Foram 13 mortes em 2001, 17 em 2002 e já são 18 em 2003. A segunda parte da radiografia, divulgada agora, quantifica as regiões dos corpos atingidas nos tiroteios: 69 projéteis acertaram as regiões do peito ou abdômen; 29 a parte frontal ou lateral da cabeça; 16 os membros inferiores, nove as costas e oito os membros inferiores. Ainda dentro das estatísticas, 15 morreram com dois tiros, 11 com um tiro, 10 com quatro tiros, 6 com três tiros, 4 com cinco tiros e dois com seis tiros (<http://megafone.inf.br/arquivos/File/confronto.pdf>).

Os índices apresentados acima permitem uma reflexão inicial sobre a violência nas abordagens policiais ocorridas na fronteira, pois, em alguma medida, eles abrem espaço para o desenvolvimento de uma sensação de “limpeza” ou de “higienização”, onde a violência policial é

considerada a maneira de eliminar grupos sociais que apresentam perfis indesejados. Complementando tais indicadores, outro aspecto referente à atuação do Estado punitivo na região pode ser visualizado nas operações mais específicas de combate ao fluxo ilegal de mercadorias. Neste sentido, a título de exemplo, visualiza-se em outras duas matérias jornalísticas a intensidade das abordagens realizadas na fronteira, que são consideradas positivas por muitos moradores da região devido ao aparente aspecto de segurança transmitida pela presença constante dos policiais e de suas viaturas pelas ruas da cidade. Em Agosto de 2009, durante a ocorrência da Operação Fronteira, foram noticiados os objetivos e os feitos atingidos pela campanha, destacando a varredura realizada na busca dos contraventores.

A Companhia de Polícia de Choque, enviada a Foz do Iguaçu em apoio à Força Alfa e outras unidades da Polícia Militar, vistoriou, até terça-feira (04), 54 locais da região na chamada Operação Fronteira. Foram abordadas 3.235 pessoas, das quais 27 foram detidas e um menor apreendido (...). Durante o período, a polícia também vistoriou 16 caminhões, sendo um apreendido, 130 motos, e 74 ônibus, 14 deles encaminhados. “É uma espécie de varredura na fronteira e as ações vão continuar intensamente”, garante o chefe do Estado Maior do CPI, tenente-coronel Douglas Sabatini Dabul. Para ele, estes resultados são possíveis “devido a um grande trabalho de inteligência, levantamento de dados, estudo das informações e planejamento” ([http://www.zoha.com.br/index.php?option=com\\_tag&task=tag&tag=criminalidade](http://www.zoha.com.br/index.php?option=com_tag&task=tag&tag=criminalidade))

Na mesma perspectiva, no ano de 2010 a cidade vivenciou a operação denominada de Foz Segura. Seguindo um modelo de policiamento implantado nas regiões de periferia da cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, o governo exalta os resultados obtidos através do policiamento mais intensivo, termo que pode ser considerado quase como um sinônimo de mais agressivo.

A cidade que tem hoje o segundo maior índice de criminalidade do Paraná foi escolhida para a segunda ação de combate à criminalidade e resgate da cidadania, chamada Operação Foz Segura. Desde o dia 10 de março, mais de mil policiais realizam policiamento permanente na região, com o objetivo de prender criminosos, cumprir mandados judiciais, combater o tráfico de drogas e armas e o crime organizado, para reverter os índices de violência. Até agora, em 26 dias de operação, mais de 350 pessoas foram presas, quase 100 mandados de prisão foram cumpridos e mais de 700 quilos de drogas foram apreendidos (<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=10669&tit=Operacoes-especiais-reduzem-criminalidade>).

As dificuldades em identificar e separar os trabalhadores dos traficantes de armas e drogas, os comerciantes árabes e chineses de supostos terroristas e mafiosos, cotejam uma situação alarmante e invertem uma ordem habitual, na Tríplice Fronteira: até que se prove o contrário, você é o culpado. O crescimento e a expansão selvagem e incontrolável do capital aproveitam-se dos conflitos para ampliar processos de exploração. Trabalhos degradados são alimentados pelas diferenças políticas e econômicas da fronteira, assim como um conjunto de práticas ilícitas que, cada vez mais, associa-se aos grupos dominantes. A fiscalização na fronteira, a criminalização das práticas de trabalho, a necessária adaptação no interior do *circuito sacoleiro*, o processo de empobrecimento da população e a radicalização da atuação policial fazem parte do esforço em estabelecer padrões societários na nova (des)ordem do capital.

### **5.3 – Do crime ao castigo: regulamentando práticas e limpando as arestas.**

As ações adotadas pelo governo na região da Tríplice Fronteira e, mais especificamente, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, correspondem a uma tentativa de normatização dos usos e costumes dos trabalhadores. O processo de regulamentação do *circuito sacoleiro* através da Lei 11.898 e o conjunto das mega-operações realizadas pela Receita Federal visam dar legitimidade a algumas práticas e criminalizar outras, estigmatizando uma parcela da população que resiste aos esforços oficiais em trazê-la para uma região de tributação mais adequada para o modelo capitalista. Ao impossibilitar o trabalho de inúmeros sujeitos que vivem em situações degradadas e aceitar as práticas dos micro-importadores, credenciados e controlados pelo Estado, as políticas de *cota zero* fazem lembrar a doutrina de tolerância zero adotada nos Estados Unidos. Nascida originalmente em Nova York, ela se configurava como “um instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza” (Wacquant, 2001, p. 30), repreendendo e punindo todas as condutas previamente consideradas suspeitas. Em linhas gerais, estas correspondiam a todas as práticas e perfis não absorvidos pelo modelo civilizatório hegemônico como, por exemplo, supostos delinquentes, sem-tetos, mendigos, imigrantes, desempregados e negros.

Excluindo as intituladas máfias e os grandes contrabandistas, que são costumeiramente rotulados como os grandes beneficiados da fragilidade aduaneira da fronteira do Brasil com o



Paraguai, o *microcentro* de Ciudad del Este e toda a região da Ponte da Amizade representam um universo único para a geração de uma renda mínima para uma grande parcela da população fronteiriça. O número de trabalhadores desempregados e informais existentes em Foz do Iguaçu, a renda média destes trabalhadores, a violência a que eles estão expostos e a inclusão possibilitada pelo mercado internacional nas diferentes ocupações que gera, indubitavelmente permitem afirmar que o *circuito sacoleiro* é fundamental para os “não adaptados” aos pré-requisitos da atual configuração do sistema do capital. A falta de um parque industrial consolidado ou de outros ramos econômicos geradores de emprego, somada aos limites do setor turístico local, que possui seu capital concentrado em um número restrito de famílias e a um único corredor de passagem que liga a Usina Hidrelétrica de Itaipu ao Parque Nacional do Iguaçu, nutre o aparecimento de bolsões de pobreza por toda a cidade e também de trabalhadores dispostos a desenvolver qualquer atividade para sobreviver.

*Piranhas, laranjas, sacoleiros, cigarreiros, carregadores, barqueiros, olheiros, batedores, catadores de recicláveis, camelôs e ambulantes* são alguns dos trabalhadores que colorem o cotidiano e a paisagem de uma cidade que luta para ser asséptica. Os esforços em forjar sua vocação turística passam pela elaboração de uma imagem que reflita as práticas sociais existentes na fronteira. Neste sentido, é preciso disciplinar o *circuito sacoleiro* e eliminar qualquer situação que possa transparecer ambiguidades referentes à segurança e à higiene existente na região. No entanto, esta tarefa não é realizada de maneira suave e homogênea. Ela é marcada por conflitos e por disputas de posição no esforço de consolidar uma perspectiva hegemônica para o desenvolvimento regional. As tensões são visualizadas na luta pela sobrevivência e também nas práticas expressas pelas frações das classes dominantes no esforço diário de saírem vitoriosas na imposição de cada projeto defendido. Os debates referentes à *lei dos sacoleiros* e a tentativa de educação dos trabalhadores nos padrões defendidos pelo mercado, assim como as discussões sobre as origens da violência e as possíveis formas de intervenção, refletem os diferentes interesses contidos na realidade social da fronteira.

Embora as posições políticas referentes ao *circuito sacoleiro* não sejam homogêneas, variando entre aqueles que querem sua completa extinção e aqueles que esperam sua regulamentação, as ações efetivadas pelo Estado caminham para uma única direção. Independente daqueles que se solidarizam com o sofrimento e a situação de inúmeros trabalhadores da fronteira, existe o consenso político sobre a inviabilidade de permanência do

*circuito*. Alegando a concorrência desleal ou o crime vinculado às práticas existentes no seu interior, o fim das atividades desempenhadas por *sacoleiros, laranjas, barqueiros* e pelas demais ocupações que nascem no mercado internacional na fronteira é considerado necessário. Assim, a Lei 11.898 e as operações especiais da polícia, somadas às práticas assistencialistas do governo como, por exemplo, no programa de bolsas ou nos cursos técnicos oferecidos para a população de baixa renda podem ser colocadas ou visualizadas no interior de uma mesma perspectiva política, que enxerga no esforço individual o mecanismo para a ascensão social.

A crise do Estado de bem-estar social e a queda do modelo soviético representaram um grande enfraquecimento das políticas que tinham a intenção de controlar e de adestrar o funcionamento e a expansão do sistema do capital. As tentativas de impor limites para a acumulação e para a ingovernabilidade do modelo econômico atualmente existente foram superadas de maneira incontestada. O capital, de maneira ácida, foi corroendo todas as estruturas que se apresentassem como obstáculos para o seu livre desenvolvimento. Assim, antigos modelos de organização social vão gradativamente deteriorando, estruturas sociais tradicionais se vêm de maneira disfuncional e as regras, as leis, as normas sociais começam a ter seus limites questionados. As fronteiras sociais se tornam elásticas, expandindo e envolvendo os problemas e os sujeitos que, em determinado momento, são de interesse para o processo de expansão capitalista.

Enquanto fronteiras fiscais são flexibilizadas e muitas vezes anuladas para permitir a pulverização dos parques industriais e a livre circulação de capital entre as grandes transnacionais (Harvey, 2002), os obstáculos criados para dificultar ao máximo as práticas dos trabalhadores nos limites do Brasil com o Paraguai explicitam os antagonismos existentes na relação capital-trabalho. As políticas não visam minimizar os atritos desta relação, mas reforçar a defesa dos interesses do grande capital enquanto as necessidades dos sujeitos que vivem às margens do modelo são minimizadas quando não esquecidas. Como uma forte correnteza que leva consigo tudo aquilo que encontra no seu caminho, o sistema do capital se infiltra em todos os espaços e força todos a acompanharem o seu percurso. Alguns nadam e acompanham os ritmos das águas, outros fixam suas raízes em outras estruturas para resistir à sua força devastadora e incontrolável e, os mais fracos, simplesmente se afogam.

O capital se faz presente de maneira selvagem nos limites do Brasil com o Paraguai, levando ao extremo suas contradições estruturais (Mészáros, 2002). As desigualdades existentes

entre os países e entre os próprios grupos sociais que compõem a sociedade local facilitam a exploração e a impunidade. A falta de perspectivas econômicas de parcela da população é preenchida pelas possibilidades de sobrevivência abertas pelo comércio internacional. Contudo, a tolerância em relação a estas possibilidades se estende até o momento em que elas entram nas margens de interesse do modelo econômico. A elasticidade da fronteira depende dos interesses do capital, em algumas situações, quando as atividades desenvolvidas não representam um problema para a expansão do capital ou não se configuram como atividades que podem trazer grandes vantagens, elas podem ser informalmente aceitas ou toleradas. No entanto, isso não é uma regra, quando elas começam a criar obstáculos para o funcionamento do sistema econômico ou, pelo contrário, apresentam aspectos que podem ser utilizados no processo de acumulação, as possibilidades de trabalho existentes na fronteira tendem respectivamente a ser combatidas e, posteriormente, absorvidas e normatizadas.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a recessão econômica e o fim da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu promoveram o surgimento de um imenso contingente de desempregados. Nesta época, o *circuito sacoleiro* começou a crescer, envolvendo um número maior de trabalhadores e apresentando seus primeiros esboços de organização interna. As práticas desenvolvidas eram pouco fiscalizadas e os preços das mercadorias disponibilizadas no *microcentro* de Ciudad del Este eram atrativos e garantiam o sucesso das ocupações existentes na fronteira e também eram um convite para que outros trabalhadores desempregados procurassem os meios de sobrevivência no Paraguai. Enfim, o *circuito* atenuava a crise no mercado de trabalho que toda a região estava sofrendo, arraigando-se no cotidiano local.

Garantindo uma renda mínima para muitas famílias e abastecendo o mercado nacional de produtos importados, o *circuito sacoleiro* foi conquistando seu espaço e sua importância na economia do extremo oeste do Estado do Paraná. O capital movimentado ilegalmente nas relações comerciais ocorridas na região da Ponte da Amizade gradativamente se tornou indispensável nos negócios realizados no comércio brasileiro. Parte do dinheiro empregado por *sacoleiros* na compra de mercadorias que seriam revendidas no território nacional era utilizada para o pagamento dos inúmeros brasileiros que trabalhavam como vendedores nas lojas paraguaias e gastavam seus salários adquirindo serviços e comprando nas lojas e mercados do comércio de Foz do Iguaçu. Sem embargo, o dinheiro que saía do país ilegalmente voltava em parte para o município brasileiro sustentando o comércio e a economia locais.

Esta situação gradativamente foi naturalizada, fazendo com que o *circuito sacoleiro* se configurasse como elemento fundamental na renda mínima de trabalhadores e no processo de acumulação de muitos empresários e investidores da região oeste do Estado do Paraná. Entretanto, ela feria os interesses das grandes indústrias nacionais pela concorrência estabelecida, dificultava a arrecadação de impostos pelo governo brasileiro e, por fim, incomodava o governo norte-americano devido à pirataria, o tráfico e os supostos vínculos das comunidades locais com grupos terroristas. Assim, inicia-se um processo mais rigoroso de fiscalização na fronteira do Brasil com o Paraguai no intuito de romper com a logística do contrabando e do descaminho. Investimentos em infra-estrutura urbana em Ciudad del Este, supostos serviços sociais prestados pelo exército norte-americano no território paraguaio e a prisão de membros da comunidade árabe acusados sumariamente de financiarem o terrorismo foram algumas das políticas financiadas pelos Estados Unidos.

Amaral (2010) apresenta uma longa pesquisa referente às preocupações norte-americanas com a segurança e com o comércio existente na região das três fronteiras. Demonstrando que as incertezas do governo estadunidense não eram recentes, o autor demonstra através de um vasto conjunto de fontes como o problema foi abordado ao logo da história dos Estados Unidos. Contudo, a questão principal concentra-se na situação construída durante a “guerra ao terror” declarada por George W. Bush. Segundo Amaral (2010, p. 161), “a região continua sendo vista como um ponto de ‘preocupação’ pelas autoridades norte-americanas” e, dentro desta perspectiva, “mais uma vez, resgata-se a retórica que trata a Tríplice Fronteira como um dos pontos focais do extremismo islâmico”. Indo além, observa que no interior dos relatórios produzidos pelo governo norte-americano existe “uma menção explícita a “apoiadores” do Hisballah no Paraguai, citando a prisão de um empresário libanês, sob a acusação de manter vínculos financeiros com a organização libanesa e de haver violado direitos autorais ao fazer cópias não-autorizadas de CDs” (Amaral, 2010, p. 161-162).

Acompanhando os esforços realizados do lado paraguaio da fronteira, o governo brasileiro também começa a desenvolver práticas mais rigorosas para o combate ao contrabando e ao descaminho. As operações policiais sistemáticas realizadas periodicamente na fronteira, gradativamente são acompanhadas de melhorias na estrutura e no número de agentes da Receita Federal no intuito de impedir ao máximo a entrada no país de mercadorias ilegais, sejam drogas, armas ou produtos industrializados piratas ou não. As políticas de *cota zero* começam a ser

implantadas. Os efeitos são rapidamente observados, os números referentes às apreensões realizadas aumentam significativamente, a quantidade de conflitos dos trabalhadores com os agentes do governo também. Não suficiente, a região fronteira, tão dependente do *circuito sacoleiro*, sente os efeitos da fiscalização, sofrendo com a diminuição de capital e com um aumento significativo da violência.

As medidas adotadas pelos governos brasileiro, paraguaio e norte-americano acompanham as mudanças do capitalismo na transição do milênio. A ampliação dos antagonismos nas relações capital-trabalho e, conseqüentemente, das desigualdades sociais exigem o desenvolvimento de outras formas de arrecadação para a manutenção do Estado, justificando os esforços do governo em tributar as mercadorias que entram no Brasil e em regulamentar as práticas de trabalho existentes no interior do *circuito sacoleiro*. Por outro lado, as operações policiais aparecem com objetivo de conter a expansão das “classes perigosas” oriundas das próprias reformas estruturais ocorridas no capital nas últimas décadas. Juntas, tais ações atuam no sentido de limitar os espaços de existência dos modos de viver que fogem dos padrões aceitos pelo sistema do capital e forçam o trabalhador a enquadrar-se no modelo econômico e politicamente mais apropriado para a expansão capitalista.

O controle mais rigoroso estabelecido na fronteira do Brasil com o Paraguai na última década foi acompanhado por duas outras políticas visando disciplinar os trabalhadores. A *Lei 11.898 define as mercadorias que podem ser importadas, estabelece os critérios de atuação para os sacoleiros e disciplina o circuito, definindo as práticas aceitas e criminalizando os trabalhadores que não seguirem as novas regras*. Simultaneamente, no sentido de impedir o desenvolvimento de outras práticas ilícitas, punir as condutas não aceitas pelo sistema do capital e forçar parte da população a buscar formas de sobrevivência dentro das possibilidades oferecidas pela economia formal, a fiscalização mais rigorosa e a Lei 11.898 são seguidas de um maior controle físico da população. Câmeras de segurança e operações especiais da polícia atuam na prevenção, na higienização e na punição, forçando a adaptação dos trabalhadores.

Concluindo, as transformações recentes da fronteira são marcadas por dois movimentos. O primeiro configura-se como uma tentativa de regulamentar e disciplinar o *circuito sacoleiro* e os trabalhadores de uma forma geral, normatizando algumas práticas e criminalizando outras. O segundo movimento diz respeito aos esforços em limpar os excessos e eliminar as possibilidades de sobrevivência que não sejam controladas pelo sistema do capital. Neste sentido, surgem duas

possibilidades de ação governamental que não são necessariamente excludentes, a primeira é condenar e extinguir práticas não controladas pelo Estado. A segunda é tributar e acumular a partir de condutas que antes existiam como alternativas ao modelo econômico hegemônico. O *circuito* vivencia as duas situações. Oriundo dos defeitos estruturais do capital, ele contém no seu interior um conjunto heterogêneo de práticas que sofre intervenções governamentais dentro das possibilidades apresentadas, dando vida aos conflitos que definem os limites e os fins das fronteiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do capitalismo e o aprofundamento das suas formas de exploração modificam ininterruptamente as dinâmicas da fronteira. No seu esforço de crescimento constante, o capital rompe barreiras e modifica os obstáculos ou instrumentos de controle que impedem a manutenção de sua tendência estrutural de busca pela acumulação. Como observa Mészáros (2001, p.09), o sistema do capital impôs “sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas consequências” e “teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável”, como ocorreu nos países que adotaram políticas keynesianas (Parte da Europa) e planificadas (URSS).

As metas do capital não são direcionadas à satisfação das necessidades humanas, mas para a ampliação dos processos de acumulação de riquezas. O funcionamento do modelo socioeconômico vigente se sustenta, de modo irreformável e incontrolável, nos antagonismos entre capital e trabalho. Logo, nenhuma das políticas que tiveram o intuito controlar o capital conseguiu manter em longo prazo os resultados positivos inicialmente alcançados. Mészáros (2001, p.11) explica o processo chamando a atenção para a existência de uma tripla fratura no sistema do capital entre “produção e seu controle”, entre “produção e consumo” e entre “produção e circulação de produtos”, produzindo “um irremediável sistema *centrífugo*, no qual as partes conflituosas e internamente antagônicas pressionam em muitos sentidos diferentes”.

A forma historicamente constituída para tentar corrigir este caráter “centrífugo” ocorreu com o fortalecimento dos estados nacionais. Estes, concentrando o poder do capital privado, tentam mediar os antagonismos estruturais no intuito de garantir a manutenção dos processos de acumulação, tarefa de difícil êxito e que justificariam muitas das críticas e das crises vivenciadas pelo aparelho estatal. O papel do Estado também se modifica quando analisado a partir do fenômeno da globalização e da mundialização de capitais. Por um lado, observa-se o surgimento de uma estrutura com a finalidade de defender interesses de grupos e garantir minimamente o controle da produção de riquezas em uma região específica, por outro, a tendência à expansão do sistema do capital se fortalece através de sua mundialização, derrubando fronteiras e fragilizando regimes políticos diferenciados (Chesnay, 2001).

Entendendo a globalização como o resultado das transformações políticas e econômicas que visam a integração dos mercados em uma espécie de “aldeia global”, capitaneada, em grande medida, pelas grandes corporações transnacionais, é possível visualizar os esforços dos Estados em abandonarem gradativamente as barreiras tarifárias no intuito de abrirem seu comércio ao capital internacional (Ianni, 2002). Tal situação reforça a característica incontrolável de expansão do capital apresentada anteriormente e enfraquece os pilares de sustentação do Estado, que precisa constantemente se rearticular para acompanhar a internacionalização da economia sem ferir os interesses dos grupos que historicamente lhe dão suporte.

A compreensão deste processo permite problematizar as contradições visualizadas na região das três fronteiras e mais especificamente nos limites do Brasil com o Paraguai. Embora esses países pertençam a um mesmo bloco econômico o MERCOSUL, que prevê a livre circulação de pessoas e de mercadorias, constata-se a existência explícita de um dualismo naquilo que se refere às políticas aduaneiras e tributárias. Na defesa de interesses particulares como, por exemplo, a manutenção da arrecadação do Estado, a proteção das indústrias nacionais, a sustentação de um exército de trabalhadores de reserva e a proteção de grupos legais e ilegais que perdem espaço com a concorrência internacional, as políticas previstas pelos acordos internacionais multilaterais acabam não saindo do papel.

Em alguns momentos resistindo a internacionalização do capital, as políticas aduaneiras são fortalecidas e radicalizadas na defesa dos antigos interesses que deram suporte histórico ao fortalecimento da classe econômica dominante no Brasil. Logo, a expansão do capital promovida na região não ocorre somente através dos grandes acordos internacionais, mas durante o desenvolvimento das práticas cotidianas dos trabalhadores. Seguindo a sua tendência de expansão constante, o capital encontra limites legais nas aduanas internacionais, mas liberdade e flexibilidade nas práticas do *circuito sacoleiro*, o que garante a existência de uma globalização de segunda categoria. São os trabalhadores informais e ilegais da fronteira que possibilitam o trânsito de mercadorias e capitais do Brasil para o Paraguai e do Paraguai para os diferentes países produtores de eletroeletrônicos e para as diversas comunidades ligadas por vínculos familiares e partidários na Ásia e no Oriente Médio.

No meio disso tudo, o estado brasileiro estabelece uma relação de interesse com a fronteira e, conseqüentemente, com o *circuito*. A tolerância do governo em relação ao descaminho e ao contrabando depende de políticas mais amplas que observam os valores



referentes à circulação de capital e mercadorias no interior do território nacional, mas não somente. Ela também está relacionada com a flexibilidade do governo em garantir meios de sobrevivência para os trabalhadores envolvidos neste processo nos momentos de recessão econômica e altos índices de desemprego. Trata-se dos esforços em ampliar e qualificar a força de trabalho excedente existente no país durante os momentos de crescimento econômico e, por último, do controle sobre a entrada de armamentos e drogas no país quando esta começa a se configurar e aparelhar os grupos que fazem concorrência direta com o estado através das milícias e da economia paralela.

Neste sentido, constata-se que no período de abertura econômica do mercado brasileiro durante a década de 1990, quando existiam altas taxas de desemprego, a fronteira era viva e o *circuito sacoleiro* obtinha elementos suficientes para se consolidar. Com as mudanças políticas e econômicas sofridas pelo país, o papel da fronteira mudou e a maneira de o governo se relacionar com ela também. Através das políticas de distribuição de renda e de desenvolvimento adotadas, os trabalhadores que atuam na região são forçados a se adaptar ao modelo socialmente imposto. No esforço de garantir o aumento da arrecadação do estado para viabilizar sua política de assistência social e também o crescimento do setor produtivo nacional, a fronteira do Brasil com o Paraguai sofreu com um processo acirrado de fiscalização aduaneira, inibindo a entrada do contrabando, ampliando o parque industrial brasileiro e forçando os trabalhadores a buscarem novos espaços no interior do mercado de trabalho formal.

No entanto, como já mencionado acima, vale ressaltar que as transformações ocorridas no funcionamento do *circuito sacoleiro* e na relação que os diferentes governos estabelecem com a fronteira acompanham movimentos políticos e econômicos mais amplos. É impossível pensar a região analisada exclusivamente através da observação das ações do estado brasileiro ou paraguaio. As configurações econômicas das relações externas ou internacionais afetam diretamente a conjuntura local. A reorganização econômica e estrutural dos países asiáticos, principalmente da China, e a maneira que esta vem se portando no comércio internacional ajuda a entender o perfil das mercadorias vendidas em Ciudad del Este e a importância da comunidade chinesa nos negócios do *circuito*.

Da mesma forma, a participação fundamental da comunidade muçulmana na formação do comércio regional, as fronteiras étnicas estabelecidas e o envio de remessas de dinheiro para o Oriente Médio também fazem com que as trocas comerciais realizadas como *sacoleiros* sejam

economicamente significativas. Estas duas situações, sem desconsiderar o importante papel do Paraguai na produção de drogas e da Argentina na produção de armamentos, fazem com que a região das três fronteiras seja colocada em um lugar diferenciado no capitalismo contemporâneo.

O *circuito sacoleiro* passa a ser problematizado por diferentes motivos que visam denegrir as práticas existentes para o efetivo controle sobre as relações comerciais estabelecidas na região. A imprensa, de uma maneira geral, fustiga as relações entre as três fronteiras e o suposto terrorismo ali articulado; alimenta a proximidade entre as formas de atuação do *circuito sacoleiro* e às práticas criminosas de grupos vinculados ao tráfico de drogas e armas; ou seja, pressupõe que grupos terroristas obtenham/ recursos oriundos das vendas realizadas para os trabalhadores inseridos no *circuito*. Frente a isso, a manutenção da economia local começa a ser gradativamente direcionada e vinculada à expansão do setor turístico e hoteleiro, desconsiderando as práticas de trabalho degradantes e muitas vezes informais também envolvidas neste processo.

Assim, a globalização não percorre apenas os caminhos das negociações oficiais, mas se expressa através das acusações feitas contra os moradores da região e contra as práticas sociais cotidianas existentes no interior do *circuito sacoleiro*. Trabalhadores asiáticos em situação de precariedade produzem mercadorias vendidas em lojas de árabes e chineses localizadas em um município paraguaio que têm como público principal trabalhadores brasileiros que revendem tais mercadorias por todo o território nacional. O dinheiro gasto por *sacoleiros*, *patrões* e *laranjas* alimenta outros brasileiros, além de paraguaios, chineses e árabes, como também, na opinião de alguns, sustenta grupos terroristas inseridos em uma luta político-religiosa contra potências internacionais, como os Estados Unidos. Não suficiente, a circulação de capital passa pelas mãos de políticos proprietários de estabelecimentos comerciais na região e de pontos de circulação de contrabando. O lícito e o ilícito se misturam, as fronteiras são manipuladas, questionadas, rompidas ou defendidas conforme os interesses dos grupos que compõem o próprio capital.

No meio disso os trabalhadores resistem. As dificuldades concretas encontradas para um ingresso qualitativo no mercado de trabalho existente no Brasil ainda se apresentam como a principal justificativa para a manutenção dos trabalhadores nas ocupações necessárias no *circuito sacoleiro*. E este, por sua vez, se perpetua devido às diferenças políticas e econômicas existentes entre os países vizinhos. Logo, as relações conflituosas estabelecidas entre trabalhadores e órgãos de fiscalização do governo provocam constantes modificações nas formas de atuação dos sujeitos pertencentes a ambos os lados da questão. De um lado, constatam-se o aumento do investimento

nos mecanismos de fiscalização, com a ampliação do efetivo e melhoria nos equipamentos utilizados, mudanças na forma de vigilância, que passa a ser eletrônica e aérea, e por fim, deslocamento dos pontos de apreensão. Por outro, observam-se transformações rápidas na logística de transporte adotada pelo *circuito* no intuito de fugir dos bloqueios impostos pela Polícia e pela Receita Federal.

As transformações mais substanciais ocorridas nas relações sociais ocorridas nas proximidades da Ponte da Amizade estão relacionadas às inserções políticas e ideológicas que visam atingir o problema através de outras vias. Não sendo suficiente a repressão direta ao contrabando e ao descaminho, os esforços governamentais são direcionados a criminalizar as ações dos trabalhadores e limitar seus espaços de manobra para que estes sejam forçados a se colocarem dentro do modelo econômico aceito e defendido pelo governo. Assim, visualizam-se em um primeiro momento os grandes esforços realizados para romper com o trânsito das mercadorias disponibilizadas no centro comercial de Ciudad del Este para dentro do território brasileiro. Para isso, tornou-se constante e intensa a fiscalização nas rodovias e estradas que dão acesso ao Paraguai, como também as “batidas” realizadas pelos agentes federais nas lojas e feiras brasileiras que trabalham com as “mercadorias importadas”.

Por outra via, independentemente de quem sejam os trabalhadores em suas trajetórias individuais, é promovido um ataque moral e jurídico às suas práticas. Para tanto, vinculam-se as ocupações ao tráfico de drogas e armas e também aos prejuízos fiscais promovidos pelas atividades exercidas. Não suficiente, decreta-se uma lei que tem como objetivo “disciplinar a fronteira” e “separar os trabalhadores honestos dos criminosos”. Tal conjuntura gradativamente se enraíza nas trajetórias de *sacoleiros* e *laranjas*, tornando comum o sentimento ambíguo que, por um lado, expõe a necessidade dos trabalhadores em exercerem tais atividades devido às condições do mercado de trabalho nacional e as suas próprias formações e por outro, legitima as ações governamentais de fiscalização, repressão e apreensão. Uma contradição explícita e vivenciada em silêncio.

A limitação das práticas desenvolvidas no interior do *circuito* restringe a utilização das vias mais convencionais como, por exemplo, atravessar os *volumes* pela Ponte da Amizade, e força a utilização de mecanismos mais clandestinos e mais próximos das rotas tradicionalmente utilizadas pelos grupos de traficantes, como, por exemplo, no caso dos portos existentes na barranca do Rio Paraná. Tal situação justifica o efetivo policial no combate ao contrabando e ao

descaminho atingindo sobretudo, os trabalhadores inseridos naquela realidade por necessidade. Logo, as diversas operações de repressão ministradas pela polícia na região não costumam discriminar as situações enfrentadas nem os segmentos a serem combatidos, limitando ainda mais com isso as possibilidades de sobrevivência de parte da população local. Fiscalizando de forma rigorosa as regiões próximas à fronteira e também as localidades mais pobres da cidade, alimenta-se um sentimento de segurança construído através do medo.

Entende-se que os esforços realizados na região visam forçar a migração dos trabalhadores para outras funções no interior do próprio mercado de trabalho. Para tanto, a criminalização das práticas analisadas é acompanhada da apologia à empregabilidade e à oferta de cursos de qualificação para a força produtiva local. Além do ataque direto ao *circuito*, formas alternativas de trabalho, como por exemplo, ocupações de rua (flanelinhas, engraxates, ambulantes), são severamente coibidas e combatidas. Limitam-se assim as possibilidades de existência fora das condições precárias de trabalho oferecidas pelo mercado. A intenção é fortalecer a constituição de subjetividades pautadas na individualidade, a concorrência, padronizando práticas, usos e costumes e ao mesmo tempo permitindo a circulação e a acumulação de capital pelos grupos historicamente consolidados.

Neste contexto, por mais distantes que possam parecer, os interesses norte-americanos em controlar e reformular as relações na região das três fronteiras acabam somando-se às desculpas ou justificativas do governo brasileiro em intervir de maneira mais incisiva sobre os problemas apresentados. De um lado, constata-se o imperativo interesse dos Estados Unidos em defender seus modos de viver e suas concepções de desenvolvimento, por outro, os esforços dos países latino-americanos em fortalecer economias de mercado com perfis neoliberais e a formação de práticas de trabalho precarizado dentro dos padrões exigidos pelo modelo político e econômico hegemônico.

No cotidiano da fronteira existem acentuados conflitos e existem trabalhadores que buscam um lugar ao sol. Homens e mulheres que não se colocam como sujeitos, mas que tentam, na medida do possível, acompanhar as tendências e surfar nas ondas criadas pelo capital. A relação entre a expansão do capitalismo e as dinâmicas que vão sendo desenvolvidas na fronteira do Brasil com o Paraguai expressa a radicalização do descontrole do capital e de seu perfil desumanizador. Para garantir sua circulação e seu desenvolvimento, os limites geopolíticos são desconsiderados e os homens e as mulheres são sugados e espremidos como *laranjas*. Em

contrapartida visualiza-se um estado defensor de interesses diferentes daqueles que são socialmente necessários, restringindo ainda mais a existência dos trabalhadores inseridos no circuito e punindo-os de forma “exemplar” no sentido de forçá-los a adaptação a um mundo que não foi planejado por eles.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

### Documentos:

- Relatório da pesquisa Atitude Foz realizada em 2009 pela Rede Paranaense de Comunicação e Instituto Ethos.
- Libro de Actas de la Comuna de la ciudad Puerto Presidente Stroessner.
- Comisión Provisoria Encargada de la Administración de La Ciudad Puerto Presidente Stroessner, n.º 4471. Asunción, Julio 23 de 1957.
- Concesion de Zona Franca en Puerto Presidente Stroessner, 26/02/1960.
- Conversas realizadas com os trabalhadores do *circuito sacoleiro* em diversos momentos da pesquisa.

### Sites:

<http://www.aen.pr.gov.br>

<http://amocaminhoes.wordpress.com>

<http://www.bonde.com.br>

<http://www.brasildefato.com.br>

<http://www.camara.gov.br>

<http://www.clarin.com>

<http://www.fab-militares.gov.ar>

<http://www.folha.uol.com.br>

<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://megafone.inf.br>

<http://www.mdic.gov.br>

<http://www.receita.fazenda.gov.br>

<http://www.senado.gov.br>

<http://www.zoha.com.br>

**Periódicos:**

- Jornal Gazeta do Iguaçu, 21/08/2003.
- Jornal Gazeta do Iguaçu, 25/05/2004.
- Jornal Gazeta do Iguaçu, 23/06/2004.
- Jornal Gazeta do Iguaçu, 26/06/ 2004.
- Jornal Gazeta do Iguaçu, 24/07/2004.
- Jornal Gazeta do Iguaçu, 26/08/2004.
- Jornal Gazeta do Iguaçu, 18/11/2004.
- Jornal Gazeta do Iguaçu, 22/11/2004.
- Jornal Gazeta do Iguaçu, 24/11/2004.
- Jornal Gazeta do Paraná, 19/08/2004.
- Jornal Gazeta do Povo, 11/03/2005.
- Jornal Folha de São Paulo, 28/11/2004.
- Jornal O Estado do Paraná, 17/03/2006.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABBOTT, Philip. A ameaça terrorista na Tríplice Fronteira: mito ou realidade. In: **Military Review**, Janeiro/Fevereiro de 2005. Págs. 18 – 23.

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

ANDRADE, Luciano. **Análise da Distribuição Espacial dos Homicídios Juvenis em um Município Brasileiro de Tríplice Fronteira no Período de 2000 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Maringá: UEM, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARTOLOMÉ, Mariano César. A Tríplice Fronteira: principal foco de insegurança no cone sul-americano. In: **Military Review**, 2º Trimestre de 2003. Págs. 22 – 35.

BARROS, Adriana dos Santos de. A informalidade dos laranjas na fronteira Brasil/Paraguai. In: **Revista História na Fronteira**, vol. 01. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2008.

BATTISTI, César. Trajetórias Ocupacionais na Fronteira Brasil/Paraguai. In: SILVA, Micael Alvino (org.). **Ensaio Historiográficos: Sociabilidade e Identidade na Fronteira**. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009. Pp. 56 – 67.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

BRITO, José Maria de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e Fundação da Colônia Militar**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

CARDIN, Eric Gustavo. História Oral, Conversas Qualificadas e o Mundo dos Trabalhadores. In: **Revista História na Fronteira**, vol. 02, n.º 02. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009a. Pp. 07 – 21.



\_\_\_\_\_. Globalização e Desenvolvimento Regional na Tríplice Fronteira. In: **Revista Ciências Sociais UNISINOS**, vol. 45. São Leopoldo: UNISINOS, 2009b. PP. 162 – 170.

\_\_\_\_\_. O Novo Mundo do Trabalho e o Perfil dos Trabalhadores Informais de Foz do Iguaçu (2002 - 2007). In: CARDIN, Eric Gustavo; DEBALD, Blasius; SOUZA, Keila Rodrigues de. **Região & Desenvolvimento: Estudos Temáticos Sobre o Extremo Oeste do Paraná**. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009c. PP. 07 – 26.

\_\_\_\_\_. **Sacoleiros e Laranjas na Tríplice Fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2006.

CATTA, Luiz Eduardo Pena. **O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

CHESNAIS, François. “Mundialização: o Capital Financeiro no Comando”. In: **Revista Outubro**, n. °05. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, 2001. P. 07-28.

CIANCIO, Migeul Angel Pangrazio. **Corrupción e Impunidade en el Paraguay**. Assunção: Servilibro, 2005.

COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

DAVI, Elen. **Trabalhadores na Fronteira: experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este (1990/2006)**. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Candido Rondon: UNIOESTE, 2008.

DAVI, Elen. As percepções e marcas lançadas pelos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu, PR (1990 – 2006). In: CARDIN, Eric Gustavo; DEBALD, Blasius Silvano; SOUZA, Keila de (orgs.). **Região & Desenvolvimento: estudos sobre o extremo oeste do Paraná**. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009. P. 107 – 126.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DREYFUS, Pablo. La Triple Frontera. Zona de encuentro e desencuentros. In: HOFMEISTER, Francisco Rojas; SOLIS, Luis Guilherme (orgs.). **La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007. P. 105 – 133.

FOZ DO IGUAÇU. **Inventário da Oferta Turística de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2009.

GRIMSON, Alejandro. Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) – Libres (Argentina). In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen (orgs.). **Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras**. Brasília: UNB, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2002.

HELLER, Ágnes. **Sociología de la Vida Cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**, 10<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IBGE. **Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Crítique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche Editeur. 1961.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e sua História**. Foz do Iguaçu: 2001.

LOPES, Christiani Bortoloto. **As Transformações no Mundo do Trabalho. Um Estudo Sobre o Trabalho Informal dos Sacoleiros e Laranjas da Cidade de Medianeira/PR**. Monografia (Especialização em Serviço Social). Medianeira: Faculdade Educacional de Medianeira, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontología del ser social: el trabajo**. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kulgelmann**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1997.

MENDONÇA, Daniel. **Corrupción: un estudio sobre la corrupción en El Paraguay**. Assunção: Intercontinental Editora, 2005.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. P. 27 – 44.

\_\_\_\_\_. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?**. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. A Crise Estrutural do Capital. In: **Revista Outubro**, n.º 04. São Paulo: Alameda Editorial, 2001. Pp. 07-15.

MORINA, Jorge Osvaldo; VELÁZQUEZ, Guillermo; LENDE, Sebastián Gómez. Sobre o Modelo Neoliberal na Argentina (1976-2003): Uma Interpretación Geográfica. In: **Caderno de Geografia**, v. 14, n. 23. Belo Horizonte, 2004. Pp. 09 – 42.

NAÍM, Moisés. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. Editora Cortez: São Paulo, 2007.

NODARI, Maria Zeneide Ricardi. **As Contribuições do Turismo para a Economia de Foz do Iguaçu**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Curitiba: UFPR, 2007.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai)**. Ciudad del Este, Py, 2005.

PALMAR, Alexandre. Sinais de Violências Policial em Foz. Disponível: <http://megafone.inf.br/arquivos/File/confronto.pdf>. Foz do Iguaçu, 2004.

PINASSI, Maria Orlanda. No mundo do capital, a ocasião faz o ladrão. In: **Revista Margem Esquerda**, n. 08. São Paulo: Boitempo, 2006. PP. 42 – 48.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. P. 59 – 73.

PRATES, Paulo Rogério. A evolução histórica do parque hoteleiro de Foz do Iguaçu no século XX. In: **Revista Ciências Súcias em Perspectiva**, n.º 09. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2006. P. 65 – 79.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2004a.

\_\_\_\_\_. Dimensões da espacialização das trocas: a propósito de mesiteros e sacoleiros em Ciudad del Este. In: **Revista Ideação**, n.º 06. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2004b. P. 151-176.

SANTOS, Deivid Rossotti. A Informalidade como Determinante do Desenvolvimento Turístico: Lado B e Lado A do Fenômeno. In: **Anais do III Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 2009.

VASAPOLLO, Luciano. O Trabalho Atípico e a Precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. P. 45 – 57.

YNSFRÁN, Edgar L. **Un Giro Político - El Milagro de una Ciudad**. Ciudad del Este: Ediciones y Arte S.R.L., 1990.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Obrageros, Mensus e Colonos – história do oeste paranaense**. Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

## GLOSSÁRIO

**Agenciador:** Trabalhador responsável pelas articulações entre os diversos sujeitos inseridas no circuito, garantindo as ligações entre sacoleiros, laranjas e proprietários de portos.

**Barqueiro:** Trabalhador responsável pelo transporte das mercadorias pelo Rio Paraná.

**Batedor:** Dirige os automóveis que vão à frente dos veículos que transportam as mercadorias compradas no Paraguai. O objetivo é verificar as “condições” da pista e comunicar aos *sacoleiros*. Em outras palavras, o trabalho dos *batedores* é conferir e avisar se os postos de fiscalização da Política e da Receita Federal estão funcionando e se existe algum tipo de fiscalização realizada ao longo da rodovia.

**Carregador:** Trabalhador ocupado em transportar as mercadorias na barranca do Rio Paraná.

**Cigarreiro:** Trabalhador responsável exclusivamente pelo transporte de cigarros sobre a Ponte da Amizade.

**Circuito Sacoleiro:** O termo identifica as relações entre os diferentes sujeitos sociais responsáveis pelo percurso trilhado pelas mercadorias disponibilizadas no mercado paraguaio e que entram no Brasil de forma ilegal.

**Comprismo:** O termo é empregado para sintetizar o conjunto de relações vinculadas a todo o processo de compra, venda e transporte de mercadoria ocorrido no comércio de Ciudad del Este.

**Contrabando:** Crime praticado por um particular contra o Estado. Consiste na importação e exportação de mercadorias proibidas.

**Cota:** Valor limite que cada indivíduo pode adquirir no Paraguai sem a necessidade de pagar os impostos correspondentes ao produto.

**Cota Zero:** Representa o fim da tolerância do governo brasileiro em relação à entrada de mercadorias compradas fora do país sem a devida declaração de bagagem.

**Descaminho:** Consiste na fraude do tributo em razão da entrada, saída, e consumo de mercadorias não proibidas no país, ou seja, trata-se de fraudes fiscais.

**Freteiro:** Trabalhador responsável pelo transporte de mercadorias do Paraguai para o Brasil através de “empresas” de exportação.

**Laranja:** Trabalhadores contratados informalmente para transportar determinada quantia de mercadoria em troca de um valor previamente determinado, que é conhecido como “cota”. Esse

serviço possui a função de auxiliar os sacoleiros na travessia dos produtos adquiridos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Polícia e da Receita Federal.

**Mesitero:** Camelô paraguaio. O termo faz referência as *mesitas*, que são as pequenas mesas utilizadas para expor as mercadorias.

**Microcentro:** Denominação utilizada pelos paraguaios e pela própria prefeitura de Ciudad del Este para referir-se à zona comercial próxima à Ponte da Amizade, sendo composto por um pequeno número de ruas e avenidas marcadas pela concentração das barracas de camelôs. Devido a estas características, o seu aspecto difere-se muito do restante da cidade, pois é onde o fluxo e as relações entre compradores, vendedores e turistas ocorrem.

**Muamba:** Gíria utilizada para designar itens de contrabando.

**Muambeiro:** Trabalhador diretamente vinculado com a aquisição, transporte e negociação da muamba.

**Olheiro:** Responsável pela segurança dos portos e dos locais de armazenamento das mercadorias.

**Paletear:** Prática de carregar nas costas os volumes de mercadorias na Ponte da Amizade ou na barranca do Rio Paraná.

**Pasero:** Correspondem aos *laranjas* brasileiros. No entanto, eles fazem o caminho inverso, compram mercadorias no Brasil e as revendem no Paraguai e na Argentina.

**Patrão:** Categoria utilizada pelos trabalhadores para fazer referência ao sujeito que está imediatamente em um nível superior na hierarquia do trabalho na fronteira.

**Rio Paraná:** Nasce entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e, em seu percurso, banha também o Estado do Paraná, adquirindo uma extensão total de 3.398 km. O rio demarca a fronteira do Brasil com o Paraguai numa extensão de 190 km até a foz do Rio Iguaçu.

**Ponte da Amizade:** Inaugurada no dia 27 de março de 1965 e com extensão de 552,40 metros, liga a cidade brasileira Foz do Iguaçu à paraguaia Ciudad del Este.

**Proprietário de Portos:** Responsável pela administração dos portos clandestinos na barranca do Rio Paraná.

**Sacoleiro:** Trabalhadores responsáveis pela intermediação das relações comerciais entre os empresários que atuam no Paraguai e os pontos de venda e distribuição das mercadorias adquiridas no país vizinho por todo o território brasileiro. Eles são, ao mesmo tempo, os atravessadores e os distribuidores no Brasil dos inúmeros produtos disponibilizados no mercado paraguaio, atuando de forma autônoma ou para um *patrão*.

**Tríplice Fronteira:** Termo utilizado para denominar a área de confluência dos limites do Brasil, Paraguai e Argentina.

**Turista-Turista:** Termo empregado pelos *mesiteros* para ressaltar aqueles *compristas* que visitam o Paraguai a passeio e, esporadicamente, realizam suas compras não com o objetivo de revender os produtos no Brasil ou na Argentina.

**Volume:** Quantidade de mercadorias embrulhadas em um único pacote para facilitar o transporte.

## ANEXO A

### CONCESION DE ZONA FRANCA EN PUERTO PRESIDENTE ESTROESSNER

Entre la Comisión de Administración de Puerto Presidente Stroessner (en adelante la COMISION), por una parte y Foreign Markets Trading Corp. (en adelante FMT), con domicilio en 252 West 46 St. de la Ciudad de New York (Estados Unidos de América), por otra parte, se acuerda y conviene lo que sigue:

ARTICULO 19.- LA COMISION otorga a FMT una Concesión de Zona Franca en Puerto Presidente Stroessner (Departamento de Alto Paraná), con una superficie de aproximadamente, 36 (treinta y seis) hectáreas y con una longitud de ribera sobre el Rio Paraná de, aproximadamente, 600 (seiscientos) metros. Se acompaña plano de la Concesión de Zona Franca que se considera formando parte del presente Convenio.

ARTICULO 20.- En la Concesión de Zona Franca de FMT regirán las siguientes disposiciones:

- a) se admitirán, a los efectos del recibo, almacenaje y manipulación, toda clase de mercancías y materias primas procedentes del exterior las que, durante su permanencia en la Concesión de Zona Franca se considerarán en régimen aduanero libre;
- b) se admitirán, a los efectos de su recibo, almacenaje, y manipulación, todas clases de mercancías y materias primas de origen paraguayo las que, a tal efecto, deberán estar amparadas en un despacho de exportación, con pago de todos los gravámenes fiscales y cambiarios existentes, previamente a su internación en la Concesión de Zona Franca;
- c) las mercancías y materias primas de cualquier procedencia, incluso las producidas en la Concesión de Zona Franca, se podrán exportar o reexportar a cualquier tercer país, en régimen aduanero libre;
- d) las mercancías y materias primas de cualquier procedencia, incluso las producidas en la Concesión de Zona Franca, podrán internarse al territorio aduanero paraguayo, en cuyo caso, se dará cumplimiento integral a todas las condiciones formales e impositivas que rigen las importaciones a territorio nacional.

En la Concesión de Zona Franca de FMT, la fiscalización aduanera será ejercida por el Gobierno de la República del Paraguay en los portones de entrada y salida de la misma. La actividad portuaria, así como todas las demás actividades lícitas permitidas en el interior de la Concesión de Zona Franca, será ejercida por FMT, de acuerdo con las condiciones que se establecen en el presente Convenio.

ARTICULO 30.- En la Concesión de Zona Franca podrán instalarse, previa la aprobación del Gobierno de la República del Paraguay, establecimientos industriales para producir o transformar mercaderías o materias primas de origen paraguayo o extranjero. Durante el término de la presente Concesión tales establecimientos industriales, sus producciones y sus rentas gozarán de franquicias y exenciones impositivas.



ARTICULO 4º.- En la Concesión de Zona Franca de FMT no se podrán introducir y/o procesar y/o comercializar:

- a) cualesquiera clase de materiales bélicos, tales como armas, municiones, etc.;
- b) cualesquiera clase de estupefacientes y/o de drogas de uso prohibido por la ley.

ARTICULO 5º.- La duración de esta Concesión de Zona Franca es de 10 (diez) años, pudiendo prorrogarse por convenio de partes.

ARTICULO 6º.- FMT se compromete a efectuar las inversiones necesarias para dotar a su Concesión de Zona Franca en Puerto Presidente Stroessner de las instalaciones y facilidades requeridas para su adecuado funcionamiento tales como:

- a) cerca de alambre de malla, de dos metros veinte de altura, en los frentes de tierra de la Concesión de Zona Franca, con sus correspondientes portones de acceso;
- b) Red interna de caminos;
- c) servicio de energía eléctrica;
- d) servicio de teléfono y/o radio-teléfono;
- e) servicio de agua potable;
- f) servicio de motel, con una capacidad inicial de 20 habitaciones con baño privado;
- g) muelle con las instalaciones y utilaje requeridos para una operación rápida y económica;
- h) playas para recibo, estacionamiento y exhibición de mercaderías con sus instalaciones, equipos y herramientas;
- i) Depósitos para almacenaje y exhibición de mercaderías;
- j) depósito para clasificación, cambio de envase, división, fraccionamiento y mezcla de mercaderías;
- k) depósitos, tanques para líquido;
- l) edificios para administración y vivienda de personal;
- m) lugares para industrias contemplándose la instalación de una moderna fábrica para el procesamiento de maderas y de otra para la elaboración de ananás;
- n) establecimiento de una organización administrativa y técnica permanente capaz de tomar a su cargo, cuando ello le fuera requerido, la distribución, comercialización y/o procesamiento de las mercaderías que entren en la Concesión de Zona Franca.

ARTICULO 7º.- FMT se compromete a invertir, como mínimo, en su Concesión de Zona Franca de Puerto Presidente Stroessner, la cantidad de u\$s.50.000.- (Cincuenta mil) dólares durante el primer año de vigencia de la misma; de u\$s 25.000.- (veinte y cinco mil) dólares durante el segundo año y de u\$s 25.000.- (veinte y cinco mil) dólares durante el tercer año.

ARTICULO 8º.- FMT se compromete a establecer, en fecha inmediata, un servicio regular y permanente de navegación desde el puerto de ultramar de Nueva Palmira (Uruguay) hasta Puerto Presidente Stroessner.

ARTICULO 9º.- FMT se compromete a establecer, en fecha próxima, un servicio regular y permanente de cargas aéreas desde el Puerto de ultramar de Nueva Palmira (Uruguay) hasta Puerto Presidente Stroessner y Asunción del Paraguay.

ARTICULO 10º.- FMT se compromete a iniciar las obras necesarias para poner en condiciones de operación su Concesión de Zona Franca en Puerto Presidente Stroessner, dentro de los 90 (Noventa) días siguientes a la firma de este Convenio.

ARTICULO 11º.- Al vencimiento del término de la Concesión de Zona Franca, todas las instalaciones fijas de FMT quedarán, sin cargo, a beneficio de la COMISION.

ARTICULO 12º.- FMT podrá operar su Concesión de Zona Franca en Puerto Presidente Stroessner directamente y/o por intermedio de subsidiarias y/o afiliadas pero siendo, en todo caso FMT siempre exclusivamente responsable de esta operación.

ARTICULO 13º.- Ni la COMISION, ni FMT serán responsables por incumplimiento, total o parcial, de este Convenio, si dicho incumplimiento proviniese de un hecho fortuito o de causa de fuerza mayor.

ARTICULO 14º.- Todo acuerdo en el cumplimiento de este Convenio, que no pudiese resolverse directamente entre las partes, será sometido a arbitraje el que se efectuará en la Ciudad de Asunción, de acuerdo a las normas legales vigentes en la República del Paraguay. Cada parte designará un árbitro y en caso de que ellos no arribaran a un acuerdo, designarán a un tercero. El fallo de éste se tendrá por inapelable y definitivo.

ARTICULO 15º.- El presente Convenio de Concesión de Zona Franca se firma "ad-referendum" debiendo, para su perfeccionamiento, contar con la correspondiente sanción legislativa.

En prueba de conformidad se firman dos ejemplares de un mismo tenor, en idioma español en la Ciudad de Asunción del Paraguay, a los veinte y seis días del mes de febrero del año mil novecientos sesente.

COMISION DE ADMINISTRACION  
DE PUERTO FTE. STROESSNER

FOREIGN MARKETS TRADING  
CORPORATION

## ANEXO B



**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

### **LEI Nº 11.898, DE 8 DE JANEIRO DE 2009.**

[Mensagem de veto](#)

Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis n<sup>os</sup> 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO UNIFICADA

Art. 1<sup>o</sup> Fica instituído o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação de mercadorias procedentes da República do Paraguai, nos termos desta Lei.

Art. 2<sup>o</sup> O Regime de que trata o art. 1<sup>o</sup> desta Lei permite a importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, mediante o pagamento unificado de impostos e contribuições federais incidentes na importação, observado o limite máximo de valor das mercadorias importadas por habilitado, por ano-calendário, fixado pelo Poder Executivo, bem como o disposto no art. 7<sup>o</sup> desta Lei.

Parágrafo único. A adesão ao Regime é opcional e será efetuada na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

Art. 3<sup>o</sup> Somente poderão ser importadas ao amparo do Regime de que trata o art. 1<sup>o</sup> desta Lei as mercadorias relacionadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. É vedada a inclusão no Regime de quaisquer mercadorias que não sejam destinadas ao consumidor final, bem como de armas e munições, fogos de artifícios, explosivos, bebidas, inclusive alcoólicas, cigarros, veículos automotores em geral e embarcações de todo tipo, inclusive suas partes e peças, medicamentos, pneus, bens usados e bens com importação suspensa ou proibida no Brasil.

Art. 4<sup>o</sup> O Poder Executivo poderá:

I - alterar o limite máximo de valor referido no caput do art. 2º desta Lei, para vigorar no ano-calendário seguinte ao da alteração;

II - estabelecer limites máximos trimestrais ou semestrais para a utilização do montante fixado para o respectivo ano-calendário; e

III - fixar limites quantitativos, por tipo de mercadoria, para as importações.

Art. 5º Os efeitos decorrentes dos atos do Poder Executivo previstos nos arts. 3º e 4º desta Lei serão monitorados por Comissão de Monitoramento do RTU - CMRTU, a quem compete:

I - acompanhar a evolução do fluxo de comércio entre o Brasil e o Paraguai;

II - monitorar e acompanhar eventuais impactos das importações realizadas sob o RTU no que tange à observância da legislação brasileira aplicável aos bens importados.

§ 1º A Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB tornará públicos, mensalmente, os dados estatísticos sobre o fluxo de comércio, quantidades e valores, dentro do Regime.

§ 2º Em decorrência das informações coletadas e das análises realizadas, a Comissão poderá recomendar modificações na relação de que trata o art. 3º desta Lei e a revisão dos limites previstos no art. 4º desta Lei.

Art. 6º A Comissão de que trata o art. 5º desta Lei será composta por representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério das Relações Exteriores, de entidades representativas do setor industrial, incluindo uma do Pólo Industrial de Manaus, de comércio e de serviços, e das 2 (duas) Casas do Congresso Nacional, conforme dispuser o Regulamento.

§ 1º A Comissão será coordenada de acordo com o Regulamento.

§ 2º A Comissão reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente por determinação do seu Coordenador.

§ 3º O Coordenador poderá convidar para participar das reuniões outras partes interessadas nos temas a serem examinados pela Comissão, bem como entidades representativas de segmentos da economia nacional afetados direta ou indiretamente pelos efeitos desta Lei.

## CAPÍTULO II

### DA OPÇÃO PELO REGIME DE TRIBUTAÇÃO UNIFICADA - RTU

Art. 7º Somente poderá optar pelo Regime de que trata o art. 1º desta Lei a microempresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, de que trata a [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

§ 1º Ao optante pelo Regime não se aplica o disposto no [art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.](#)

§ 2º A operação de importação e o despacho aduaneiro poderão ser realizados pelo empresário ou pelo sócio da sociedade empresária, por pessoa física nomeada pelo optante pelo Regime ou por despachante aduaneiro.

§ 3º A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará os termos e condições de credenciamento das pessoas de que trata o § 2º deste artigo.

### CAPÍTULO III

#### DO CONTROLE ADUANEIRO DAS MERCADORIAS

Art. 8º A entrada das mercadorias referidas no caput do art. 3º desta Lei no território aduaneiro somente poderá ocorrer em ponto de fronteira alfandegado especificamente habilitado.

§ 1º A habilitação a que se refere o caput deste artigo fica condicionada à adoção de mecanismos adequados de controle e facilitação do comércio desde a aquisição das mercadorias até o seu desembaraço e posterior comercialização, a serem ajustados pelos órgãos de controle aduaneiro do Brasil e do Paraguai.

§ 2º A habilitação de que trata o caput deste artigo será outorgada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quando implementados os mecanismos de controle de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da entrada no recinto alfandegado onde será realizado o despacho aduaneiro de importação ao amparo do Regime, sem que tenha sido iniciado ou retomado o respectivo despacho aduaneiro, por ação ou por omissão do optante pelo Regime, a mercadoria será declarada abandonada pela autoridade aduaneira e destinada na forma da legislação específica.

### CAPÍTULO IV

#### DO PAGAMENTO E DA ALÍQUOTA

Art. 9º O Regime de que trata o art. 1º desta Lei implica o pagamento dos seguintes impostos e contribuições federais incidentes na importação:

I - Imposto de Importação;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados;

III - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - COFINS-Importação; e

#### IV - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação.

§ 1º Os impostos e contribuições de que trata o caput deste artigo serão pagos na data do registro da Declaração de Importação.

§ 2º O optante pelo Regime não fará jus a qualquer benefício fiscal de isenção ou de redução dos impostos e contribuições referidos no caput deste artigo, bem como de redução de suas alíquotas ou bases de cálculo.

§ 3º O Regime poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS devido pelo optante, desde que o Estado ou o Distrito Federal venha a aderir ao Regime mediante convênio.

Art. 10. Os impostos e contribuições federais devidos pelo optante pelo Regime de que trata o art. 1º desta Lei serão calculados pela aplicação da alíquota única de 42,25% (quarenta e dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o preço de aquisição das mercadorias importadas, à vista da fatura comercial ou documento de efeito equivalente, observados os valores de referência mínimos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 9º desta Lei.

§ 1º A alíquota de que trata o caput deste artigo, relativamente a cada imposto ou contribuição federal, corresponde a:

I - 18% (dezoito por cento), a título de Imposto de Importação;

II - 15% (quinze por cento), a título de Imposto sobre Produtos Industrializados;

III - 7,60% (sete inteiros e sessenta centésimos por cento), a título de COFINS-Importação;  
e

IV - 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), a título de Contribuição para o PIS-Pasep-Importação.

§ 2º O Poder Executivo poderá reduzir ou restabelecer a alíquota de que trata o caput deste artigo, mediante alteração dos percentuais de que tratam os incisos I e II do § 1º deste artigo.

### CAPÍTULO V

#### DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 11. O documento fiscal de venda emitido pelo optante pelo Regime de que trata o art. 1º desta Lei, de conformidade com a legislação específica, deverá conter a expressão “Regime de Tributação Unificada na Importação” e a indicação do dispositivo legal correspondente.

### CAPÍTULO VI

## DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 12. O optante pelo Regime de que trata o art. 1º desta Lei será:

I - suspenso pelo prazo de 3 (três) meses:

a) na hipótese de inobservância, por 2 (duas) vezes em um período de 2 (dois) anos, dos limites de valor ou de quantidade estabelecidos para as importações;

b) quando vender mercadoria sem emissão do documento fiscal de venda; ou

c) na hipótese em que tiver contra si ou contra o seu representante decisão administrativa aplicando a pena de perdimento da mercadoria;

II - excluído do Regime:

a) quando for excluído do Simples Nacional;

b) na hipótese de acúmulo, em período de 3 (três) anos, de suspensão cujo prazo total supere 6 (seis) meses;

c) na hipótese de atuação em nome de microempresa excluída do Regime ou no interesse desta; ou

d) na hipótese de importação de mercadoria que não conste da lista positiva.

§ 1º Aplica-se, no que couber, o disposto no [art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), para efeitos de aplicação e julgamento das sanções administrativas estabelecidas neste artigo.

§ 2º Nas hipóteses de que trata o inciso II do caput deste artigo, a microempresa somente poderá requerer nova adesão após o decurso do prazo de 3 (três) anos, contados da data da exclusão do Regime.

§ 3º As sanções previstas neste artigo não prejudicam a aplicação de outras penalidades cabíveis e das sanções previstas no [art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), quando for o caso.

Art. 13. Aplica-se, relativamente às mercadorias submetidas a despacho ou desembaraçadas ao amparo do Regime de que trata o art. 1º desta Lei, a multa de:

I - 50% (cinquenta por cento), na hipótese de o excesso, em valor ou em quantidade, ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do limite máximo, em valor ou em quantidade, permitido;

II - 75% (setenta e cinco por cento), na hipótese de o excesso, em valor ou em quantidade, ser superior a 20% (vinte por cento) e igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do limite máximo, em valor ou em quantidade, permitido; e

III - 100% (cem por cento), na hipótese de o excesso, em valor ou em quantidade, ser superior a 50% (cinquenta por cento) do limite máximo, em valor ou em quantidade, permitido.

§ 1º As multas de que trata o caput deste artigo aplicam-se por inobservância do limite de valor ou de quantidade no trimestre-calendário, no semestre-calendário ou no ano-calendário correspondente.

§ 2º As multas de que trata o caput deste artigo incidem sobre:

I - a diferença entre o preço total das mercadorias importadas e o limite máximo de valor fixado; ou

II - o preço das mercadorias importadas que excederem o limite de quantidade fixado.

Art. 14. Aplica-se a multa de 100% (cem por cento) sobre a diferença de preço das mercadorias submetidas a despacho ou desembaraçadas ao amparo do Regime de que trata o art. 1º desta Lei quando:

I - a mercadoria declarada não for idêntica à mercadoria efetivamente importada; ou

II - a quantidade de mercadorias efetivamente importadas for maior que a quantidade declarada.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando a mercadoria estiver sujeita à pena de perdimento prevista no inciso XII do caput do [art. 105 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966](#).

Art. 15. Na ocorrência de mais de uma das condutas infracionais passíveis de enquadramento no mesmo inciso ou em diferentes incisos dos arts. 13 e 14 desta Lei, aplica-se a multa de maior valor.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A redução da multa de lançamento de ofício prevista no [art. 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991](#), e o disposto nos [arts. 18 e 19 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999](#), não se aplicam às penalidades previstas nesta Lei.

Art. 17. A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não elide a exigência dos impostos e contribuições incidentes, a aplicação de outras penalidades cabíveis e a representação fiscal para fins penais, quando for o caso.



Art. 18. A exclusão da microempresa do Regime poderá ser efetuada a pedido, não se aplicando o disposto no § 2º do art. 12 desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará as disposições contidas nesta Lei e disporá sobre os mecanismos e formas de monitoramento do impacto do Regime na economia brasileira.

Art. 20. [\(VETADO\)](#)

Art. 21. [\(VETADO\)](#)

Art. 22. [\(VETADO\)](#)

Art. 23. [\(VETADO\)](#)

Art. 24. O caput do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

[“Art. 3º](#) .....

X - vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção.

.....” (NR)

Art. 25. O caput do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

[“Art. 3º](#) .....

X - vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção.

.....” (NR)

Art. 26. Os produtos industrializados na área de livre comércio de importação e exportação de que tratam as [Leis nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989](#), [nº 8.210, de 19 de julho de 1991](#), [nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#), e [nº 8.857, de 8 de março de 1994](#), ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.

§ 1º A isenção prevista no caput deste artigo somente se aplica a produtos em cuja composição final haja preponderância de matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os minérios do Capítulo 26 da Nomenclatura Comum

do Mercosul - NCM, ou agrossilvopastoril, observada a legislação ambiental pertinente e conforme definido em regulamento.

§ 2º Excetuam-se da isenção prevista no caput deste artigo as armas e munições, o fumo, as bebidas alcoólicas, os automóveis de passageiros e os produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvos os classificados nas posições 3303 a 3307 da NCM, se destinados, exclusivamente, a consumo interno nas áreas de livre comércio referidas no caput deste artigo ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico e observada a preponderância de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 27. A isenção prevista no art. 26 desta Lei aplica-se exclusivamente aos produtos elaborados por estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Guido Mantega*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.1.2009